



RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2015

CEPLAC

COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA



ABREVIÇÃO	DESCRIÇÃO
ABICAB	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE INDÚSTRIA DE CHOCOLATE
ANATER	AGÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL
ATER	ASSISTÊNCIA TÉCNICA EXTENSÃO RURAL
BACEN	BANCO CENTRAL DO BRASIL
BIOFÁBRICA	INSTITUTO BIOFÁBRICA DE CACAU
CABRUCÁ	CABRUCÁ – PRÁTICA AGRÍCOLA DE CULTIVO
CAPEB	COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR
CEFIR	CADASTRO ESTADUAL FLORESTAL DE IMÓVEIS RURAIS
CENEX	CENTRO DE EXTENSÃO RURAL
CEPEC	CENTRO DE PESQUISA DO CACAU
CEPLAC	COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA
CGAF	COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
CGEST	COORDENAÇÃO-GERAL DE GESTÃO ESTRATÉGICA
CGTC	COORDENAÇÃO-GERAL TÉCNICO-CIENTÍFICA
CNAE	CENTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA
CNPq	CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO
CONAB	COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO
COOFASULBA	DOOPERATIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES DO SUL DA BAHIA
DIRET	DIRETORIA GERAL DA CEPLAC
DISAF	DIVISÃO DE SUPORTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO
DN	DECISÃO NORMATIVA
EBDA	EMPRESA BAIANA DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO
EMARC	ESCOLA MÉDIA DE AGROPECUÁRIA REGIONAL DA CEPLAC
EMATER	EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL
EMBRAPA	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA
EMBRAppi	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA E INOVAÇÃO INDUSTRIAL
FAPESPA	FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DO PARÁ
FINEP	FINANCIADORA DE ESTUDOS E PESQUISAS
FUNCACAU	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA CACAUCULTURA DO ESTADO DO PARÁ
FUNPAB	FUNDAÇÃO PAU BRASIL
GERAM	GERENCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO CACAUEIRA DO ESTADO DO AMAZONAS
GEREM	GERENCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO CACAUEIRA DO ESTADO DO MATO GROSSO
GERES	GERENCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO CACAUEIRA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
GESPÚBLICA	PROGRAMA NACIONAL DE GESTÃO PÚBLICA E DESBUROCRATIZAÇÃO
HA	HECTARE
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
ICCO	INTERNACIONAL COCOA ORGANIZATION
IFET	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA
IG	INDICAÇÃO GEOGRÁFICA
IN	INSTRUÇÃO NORMATIVA
INCRA	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
IPEA	INSTITUTO DE ECONOMIA APLICADA
LOA	LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
M²	METRO QUADRADO
M3	METRO CÚBICO
MAPA	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
MCT	MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIAS
MDA	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
PCTSB	PARQUE CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DO SUL DA BAHIA
PD & I	PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA
PESA	PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS
PGPM	POLÍTICA DE GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA
Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC
Rua "G" – Setor Sudoeste – Campus do INMET - Cruzeiro DF CEP: 70680-900
Fone: (61) 3966-3250 – Fax (61) 3966-3282 E-mail: diret@ceplacdf.gov.br



PLQA	PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
PNDRSS	PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO
PNMA	POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE
PNPC	PROGRAMA NACIONAL DE PLATAFORMAS DO CONHECIMENTO
POEMA	PROGRAMA DE POBREZA E MEIO AMBIENTE NA AMAZÔNIA
PPA	PLANO PLURIANUAL
PR	PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
PRADAM	PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS DA AMAZÔNIA
PRODECAU	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DAS REG. PROD. DE CACAU, BORRACHA E DENDÊ
PRONAF	PROGRAMA DE AGRICULTURA FAMILIAR
SAF	SISTEMAS AGROFLORESTAIS
SFABA	SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DA BAHIA
SIAFI	SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
SIAPE	SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS
SIASG	SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS
SICONV	SISTEMA DE CONVÊNIOS
SIGED	SISTEMA DE GESTÃO ELETRÔNICA DE DOCUMENTOS
SIOP	SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
SIOR	SISTEMA DE INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS DO MAPA
SIORG	SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO E INOVAÇÃO INSTITUCIONAL DO GOVERNO FEDERAL
SISCENEX	SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DO CENEX
SISCEPEC	SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES DO CEPEC
SUEBA	SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO CACAUEIRA NO ESTADO DA BAHIA
SUEPA	SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO CACAUEIRA NO ESTADO DO PARÁ
SUERO	SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO CACAUEIRA NO ESTADO DE RONDÔNIA
TON	TONELADAS
UFSB	UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
UG	UNIDADE GESTORA
UJ	UNIDADE JURISDICIONADA



QUADRO DE TABELAS	
ITEM	DESCRIÇÃO
2.	Visão Geral da Unidade Prestadora de Contas
2.1	Identificação da unidade
	Poder e Órgão de Vinculação
	IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA CONSOLIDADORA E AGREGADORA
	Contatos
	Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas
	Identificação das Unidades Jurisdicionadas Agregadas e UGs
	Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas
	Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas
2.2	Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões
	Finalidade e competências institucionais
	Ambiente de Atuação da Unidade
	Ambiente de atuação
2.3	Gráfico 1 - Produção brasileira de cacau no período 1995 a 2016
	Ambiente de negócios das Superintendências e Gerências Regionais da Ceplac
3.0	Planejamento organizacional e desempenho orçamentário e operacional
ii.c	Gráfico da renda por ha/ano do cacau, dendê e seringueira
	Tabela comparativa de Indicadores em três exercícios:
	Melhoria da Qualidade de Vida
	Gráfico da produtividade ano do cacau e da seringueira
	Gráfico da produtividade ano do dendê
	Tabela comparativa de Indicadores em três exercícios:
	Ser Promotora da Sustentabilidade e Competitividade do Setor Agrícola
	Gráfico do número de famílias beneficiados
	Tabela comparativa de Indicadores em três exercícios:
	Ser Agente de Desenvolvimento Territorial e Inclusão Social
	Gráficos das áreas de cacau cabruca e SAF silvestre manejados
	Gráficos do índice de conservação ambiental e área de SAF
	Tabela comparativa de Indicadores em três exercícios:
	Incrementar a Produção Agropecuária com Base na Conservação Produtiva
	Gráfico - Produção e Produtividade de dendê na Bahia
	Gráfico - Índice de Desenvolvimento de Tecnologia e Pesquisas Desenvolvidas
	Gráfico do número de DAPs emitidas e organizações acompanhadas
	Gráfico do valor de crédito de PRONAF elaborado
	Tabela comparativa de Indicadores em três exercícios:
	Fortalecer a Agricultura Familiar
	Gráfico da área em ha dos cultivos de cacau, dendê e seringueira
	Tabela comparativa de Indicadores em três exercícios:
	Promover a Diversificação Agropecuário Regional
	Gráfico do volume nacional de cacau processado no ano
	Gráficos do volume de cacau processado em pequenas plantas e certificado
	Tabela comparativa de Indicadores em três exercícios:
	Agregar valor a produção
	INDICADORES DE PROCESSO E RESULTADOS - OBJETIVO - SER EXCELÊNCIA EM PS&I
	Produção de Cacau (Ton/ano)
	GRÁFICO DE INDICADORES DE RESULTADO - OBJETIVO - SER EXCELÊNCIA EM PS&I
	Gráfico do número de produtores individual e associados assistidos
	Tabela comparativa de Indicadores em três exercícios:
Garantir excelência em ATER e transferência de Tecnologia	



QUADRO DE TABELAS

ITEM	DESCRIÇÃO
	Gráfico X - Crédito Rural destinado a Cacaucultura (em US\$)
	Gráfico 11 - Projetos de créditos rural elaborados e contratado em quantidade e valores Estado Bahia
	Tabela 12 - Projetos elaborados. e contratados pela CEPLAC - BAHIA Ind. PPA - 2012/2015
	INDICADORES DE PROCESSO E RESULTADOS - OBJETIVO - SER EXCELÊNCIA PD&I
	Comportamento do orçamento da CEPLAC no período de 2008 e 2016
	Tabela comparativa de Indicadores em três exercícios:
	Análise de Indicadores
	Análise Orçamentária - Ação/PO - Resultados Físicos e Financeiros previstos e obtidos
	Figura 01
	Análise Orçamentária - Ação/PO - Resultados Físicos e Financeiros previstos e obtidos
4.0	Governança
	Gráfico da Descrição das Estruturas de governança
	Elementos do Sistema de Controles Internos a Serem Avaliados -
5.0	Relacionamento com a sociedade
	Canais de Acesso do Cidadão
	Quantidade de atendimento
	Carta de serviço ao cidadão
	Acesso a página CEPLAC
6.0	Desempenho financeiro do exercício
	Fontes de Recursos e Receitas
	Receitas
	Principais Receitas - LOA 2015
	Demonstração da execução das despesas
	Execução 2015
	Principais despesas
	Declaração do Contador
7.0	Áreas especiais da gestão
	Aspectos sobre a gestão ambiental e licitações sustentáveis
	Conformidade da gestão e demandas de Órgãos de controle
8.0	Situação após análise dos Processos de Aposentadoria - Período 06 a 31/07/2015
	Atos diligenciados
	Atos com Parecer pela Ilegalidade



Sumário

1 - Apresentação	8
2- Visão geral da unidade prestadora de contas	10
2.1- Identificação da unidade	10
2.2- Finalidade e competências institucionais.....	11
2.3 - Ambiente de atuação.....	13
2.3.1 – Ambiente de Atuação da Unidade.....	13
2.3.2 - Ambiente de negócios das Superintendências e Gerências nas Regiões Cacaueiras.....	17
3 - Planejamento organizacional e desempenho orçamentário e operacional	28
3.1- Resultados da gestão e dos objetivos estratégicos	28
3.1.1 - <i>Melhorar a qualidade de vida nas regiões produtoras de cacau por meio da geração de trabalho, emprego e renda em bases sustentáveis</i>	28
3.1.2 - <i>Ser promotora da sustentabilidade e competitividade do setor agrícola</i>	30
3.1.3- Ser agente de desenvolvimento territorial e inclusão social	33
3.1.4 - Fortalecer a imagem institucional da CEPLAC.....	35
3.1.5 - Incrementar a produção agropecuária com base na conservação produtiva	37
3.1.6 - Ampliar a produção de agroenergéticos.	40
3.1.7 - Fortalecer a agricultura familiar	44
3.1.8 - Promover a diversificação agropecuária regional.....	46
3.1.9- Agregar valor à produção	49
3.1.10- Ser excelência em P&D	52
3.1.11 - Garantir excelência em ATER e transferência de tecnologia.	58
3.1.12 – Estimular o Crédito Rural.	61
3.1.13 - Aperfeiçoar a comunicação com o público externo.....	65
3.1.14 Aprimorar processos de gestão	66
3.1.15 - Implementar modelo institucional adequado.....	69
3.1.16 - Articular a execução de políticas públicas e parcerias complementares à ação da Ceplac.....	70
3.2- Informações sobre a gestão.....	73
3.2.1 - Promover a readequação do quadro funcional.....	73
3.2.2 Desenvolver e reter competências.....	76
3.2.3 Garantir Ambiente Organizacional Adequado.....	77
3.2.4 Garantir Recursos orçamentários para execução da estratégia	78
3.2.5 Garantir Sistemas de Informação adequados à execução da estratégia.....	81
3.3- Estágio de implementação do planejamento estratégico	83



3.4 – Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.	88
3.4.1 – Análise dos POs	88
4- Governança	89
4.1- Descrição das Estruturas de governança.....	89
4.2- Gestão de riscos e controles internos	90
4.2.1- Avaliação da qualidade e da suficiência dos controles internos	90
4.2.2- Avaliação dos controles internos pelo chefe da Auditoria Interna	91
5- Relacionamento com a sociedade	92
5.1- Canais de acesso do cidadão.....	92
5.2- Carta de serviço ao cidadão	93
5.3- Mecanismos de transparência sobre a atuação da unidade	94
5.4- Avaliação dos produtos e serviços pelos cidadãos-usuários.....	94
6- Desempenho financeiro e informações contábeis	95
6.1- Desempenho financeiro do exercício.....	95
6.1.1 - Demonstração das receitas.....	95
6.1.2 - Demonstração da execução das despesas	96
6.2- Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	97
6.3- Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade.....	97
6.4- Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas	98
6.5 - Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/1976 e notas explicativas	105
6.6 - Demonstrações contábeis e notas explicativas elaboradas de acordo com legislação específica	105
7 - Áreas especiais da gestão	106
7.1- Gestão ambiental e sustentabilidade	106
8 - Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle	108
8.1- Tratamento de deliberações do TCU	108
8.2 - Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	108
8.3- Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993.....	109
9 - Anexos e apêndices	109
9.1- Quadros, tabelas e figuras complementares.....	109



1 - Apresentação

O presente instrumento está estruturado com base na Portarias - TCU 19-2015, 321-2015 e DN-TCU 146-2015. Relata as atividades executadas pela Ceplac, por meio das Unidades Descentralizadas, com sede em seis Estados e no Distrito Federal, onde atua com ênfase na Pesquisa e Extensão Rural.

Destaca o esforço empreendido no sentido de concretizar as metas sob sua responsabilidade, demandadas dos programas e ações de governabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e parceiros nacional e internacional.

Constitui-se meio de controle institucional e social, fornece informações de caráter econômico, financeiro, técnico e social referentes ao desenvolvimento das atividades agro econômicas nas áreas de atuação da Ceplac.

Na consecução das atividades de sua responsabilidade foram registradas situações que inibiram ou prejudicaram os resultados alcançados, seja de ordem legal ou imprevisibilidade, com significativo impacto no produto esperado pela sociedade onde atua.

Principais entraves:

1. Inexistência de estrutura organizacional e remuneratória condizente com a complexidade da instituição, fato registrado e que se repete em versões anteriores de Relatórios de Gestão;
2. Recursos financeiros e orçamentários atrelados a decisões governamentais e liberações do MAPA – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (contingenciamento);
3. Abismo criado pelo continuado egresso de pessoas do quadro de servidores, sem nenhuma recomposição, notadamente de profissionais das áreas de pesquisa e extensão, na sua maioria mestres e doutores, que além de desfalcarem o contingente levam consigo o conhecimento acumulado, haja vista que não há pessoas e tempo suficiente para transferência do conhecimento acumulado e, em sua maioria, financiado pelo Estado.

No decorrer do exercício 2015 ocorreram afastamentos diversos, aposentadoria e/ou morte de servidores. Este fato deixou a Ceplac com um universo efetivo de 1764 servidores em 31/12/2015. Considerando a possibilidade do uso do direito adquirido de aposentar-se, a instituição corre o risco de dispor de apenas 39% dos servidores ativos para conduzir os projetos e ações constantes no Planejamento Estratégico em 2016, fato que inviabilizará as atividades por falta de pessoas.

4. Inexistência de ferramental de gestão adequada à sistemática de governança descentralizada adotada pela Ceplac, que trás diversas dificuldades no que diz respeito à possibilidade de mitigar riscos e garantir conformidade com normas e instrumentos legais.



Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA
Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC
Rua "G" – Setor Sudoeste – Campus do INMET - Cruzeiro DF CEP: 70680-900
Fone: (61) 3966-3250 – Fax (61) 3966-3282 E-mail: diret@ceplacdf.gov.br



Para financiamento das ações institucionais foram previstos de R\$ 27.658.508,00 (vinte e sete milhões, seiscentos e cinquenta e oito mil, quinhentos e oito reais) e desses foram repassados apenas R\$ 18.753.973,00 (dezoito milhões, setecentos e cinquenta e três mil, novecentos e setenta e três reais).

Apesar do quadro acima descrito, sustentada pelo esforço empreendido por toda a equipe, a meta prevista para as atividades carro chefe institucional (pesquisa, difusão e combate à vassoura de bruxa) foi atingida em 125%, 86% e 100%, respectivamente.

Registre-se que o desempenho alcançado na área de extensão rural (meta difusão) está intimamente ligado às intempestividade e limitações interpostas pelo aporte de recursos orçamentário-financeiros, instrumental de trabalho, quadro de pessoal, política creditícia pública, preço aviltado para produtos/matérias-primas e precária gestão do negócio agropecuário.



2- Visão geral da unidade prestadora de contas

2.1- Identificação da unidade

Ceplac - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira

Poder e Órgão de Vinculação					
Poder: Executivo					
Órgão de Vinculação ou Supervisão: PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA - PR			Código SIORG: 26		
Órgão de Vinculação ou Supervisão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento			Código SIORG: 14		
IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA CONSOLIDADORA E AGREGADORA					
Código SIORG: 18		Código na LOA: 22101.20		Código SIAFI: 130010	
Natureza Jurídica: Administração Direta					
Principal Atividade: 84.11-6/00 – Administração Pública em Geral – Administração Pública, Pesquisa, Extensão Rural			Código CNAE: 72.10-0/74.90-1/85.42-2		
Contatos					
Telefones/Fax de contato:		(61) 3966 3250	(61) 3966 3256/3287	(61) 3966 3282	
E-mail: diret@ceplac.gov.br			Página na Internet: http://www.ceplac.gov.br		
Endereço Postal: Rua G, Setor Sudoeste, Campus do INMET / MAPA – CEP 70.680-900 - Cruzeiro – Brasília – DF.					
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas					
Nome	Código SIAFI	CNPJ	Situação		Código SIORG
			Ativa	Movimentada	
CEPLAC/DIRET	130.010	00396895/0088-86	Sim	Sim	18
CEPLAC/FUNGECAU	137.003	00396895/0090-09	Sim	Sim	18
CEPLAC/BRAG/PA	130.031	00396895/0091-81	Sim	Sim	72125
CEPLAC/ADM/BA	130.122	00396895/0082-90	Sim	Sim	3754
CEPLAC/GERÊNCIA/ES	130.125	00396895/0078-04	Sim	Sim	81293
CAPLAC/ADM/PA	130.126	00396895/0079-95	Sim	Sim	3756
CEPLAC/GERENCIA/AM	130.127	00396895/0085-33	Sim	Sim	81305
CEPLAC/ADM/RO	130.128	00396895/0089-67	Sim	Sim	3755
CEPLAC/GERENCIA/MT	130.129	00396895/0086-14	Sim	Sim	81305
CEPLAC/CENEX/BA	130.132	00396895/0081-00	Sim	Sim	72194
CEPLAC/CEPEC/BA	130.133	00396895/0080-29	Sim	Sim	72248
CEPLAC/ALTAMIRA/PA	130.134	00396895/0076-42	Sim	Não	81208
CEPLAC/SANTAREM/PA	130.135	00396895/0084-52	Sim	Sim	81310
CEPLAC/SEREX/PA	130.136	00396895/0087-36	Sim	Não	81317
CEPLAC/ARIQUEMES/RO	137.043	00396895/0077-23	Sim	Sim	81304

Identificação das Unidades Jurisdicionadas Agregadas e UGs					
Nome	Código SIAFI	CNPJ	Situação		Código SIORG
			Ativa	Movimento	
CEPLAC/FUNGECAU	137.003	00396895/0090-09	Sim	Sim	18



Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas					
Código SIAFI		Nome			
00001		Tesouro			
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas					
Código SIAFI		Nome			
13903		Fundo Geral do Cacau - FUNGECAU			
100		Tesouro			
150		Recurso Próprio			
181		Convênio			
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões					
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	Fonte		
137.003		00001	150	100	181
130.010					
130.122					
130.125					
130.126					
130.127					
130.128					
130.129					
130.031					
130.132					
130.133					
130.134					
130.135					
130.136					
137.043					

2.2- Finalidade e competências institucionais

Missão

Promover o desenvolvimento rural sustentável das regiões produtoras de cacau no Brasil

Visão de Futuro

Ser reconhecida, até 2022, pela excelência no desenvolvimento de modelos competitivos e sustentáveis de produção para a agricultura tropical perene nas regiões cacaueiras.

Valores

Tecnologia de ponta;
Conservação produtiva;
Flexibilidade;
Eficiência;
Eficácia;
Integração com os agentes das cadeias produtivas.



Normas da UJ

- A Instituição, inicialmente foi denominada “Plano de Recuperação Econômico Rural da Lavoura Cacaueira e posteriormente Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira”, criada em 25 de fevereiro de 1957 por meio do Decreto nº. 40.987, vinculada ao Ministério da Fazenda, com missão meramente bancária e finalidade de recompor a dívida dos cacauicultores do Sul da Bahia, para o que foi utilizado recurso financeiro do “Fundo dos Ágios”, gerenciado pela CEPLAC.
- Criação do fundo do cacau e o Decreto nº 539, de 23 de janeiro de 1962, ensejaram a ampliação dos processos que vinham sendo desenvolvidos e garantiram recursos suficientes para execução do modelo CEPLAC. Permaneceu até 1963 no estágio acima citado. A partir de 1964 o regime político foi alterado substancialmente e a CEPLAC assumiu novas características, ampliando seu campo de ação para as áreas técnica e científica.
- Em 1967, passou a subordinar-se ao Ministério da Agricultura, com base nos artigos 19, 20 e 21 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, tendo sua autonomia administrativa e financeira assegurada pelo Decreto nº 73.960, de 18 de abril de 1974.
- A partir do ano de 1989, quando foi editada a Resolução nº 1661 do Banco Central do Brasil, a CEPLAC deixou de arrecadar recurso financeiro para manutenção da sua estrutura, em função da extinção da cota das alíquotas do imposto de exportação incidente sobre os produtos de que trata o item I da Resolução nº 900, de 04.04.84.
- O regimento Institucional validado inicialmente com a Portaria nº 38, de 01/02/1999, o Regimento publicado no DOU de 05/02/1999 e posteriormente com o Decreto nº 5.351, de 21/01/2005, sendo que o Decreto foi publicado no DO./U de 24/01/2005.
- Decreto Nº 7.127, de 04/03/2010 – Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e dá outras providências.
- A Lei n.º 12.823, de 05 de junho de 2013, alterou a redação da Lei n.º 8.691, de 28 de julho de 1993 e incluiu a CEPLAC no rol de órgãos públicos que compõe a Carreira de CIÊNCIA E TECNOLOGIA.
- Portaria MAPA nº 1.276, de 27 de dezembro de 2013, Aprova o Regimento Interno da CEPLAC;
- Decreto nº 8.492, de 13 de julho de 2015, institui nova estrutura do MAPA, contemplando a CEPLAC.

Outros documentos	Endereço para acesso
Mapa estratégico	www.ceplac.gov.br
Planejamento estratégico	
Indicadores de desempenho utilizados na gestão	
Organograma	
Macroprocessos finalísticos	
Regimento interno	



2.3 - Ambiente de atuação

2.3.1 – Ambiente de Atuação da Unidade

A CEPLAC atua em seis Estados e no Distrito Federal por meio das ações de:

1. Defesas sanitárias animal e vegetal;
2. Classificação de produtos agropecuários;
3. Fortalecimento do associativismo rural e cooperativismo;
4. Promoção de produtos destinados a novos mercados;
5. Fomento de produtos agroenergéticos e da heveicultura;
6. Análise de risco climático para fins de zoneamento agropecuário;
7. Pesquisa agropecuária e inovação;
8. Assistência técnica e extensão rural;
9. Política ambiental institucional;
10. Implementar, monitorar e avaliar a Estratégia Institucional; e
11. Gestão e interfaces institucionais com órgãos federais e demais organismos nacionais e internacionais para a execução de programas e ações de cooperação técnica, científica e financeira em benefício das regiões produtoras de cacau;
12. Interlocução com a Universidade Federal do Sul da Bahia, Univerisdade Estadual Santa Cruz, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano;
13. Lançamento da política de plataforma do conhecimento

O Programa Nacional de Plataformas do Conhecimento - PNPC, nasce e se encaixa perfeitamente com o Parque Tecnológico do Sul da Bahia - PCTSB, pois traz objetivos que se complementam como: I - realizar encomenda tecnológica destinada à solução de problema técnico específico ou à obtenção de produto ou processo inovador, de bens ou serviços, que envolva risco tecnológico; e II - estimular a parceria entre empresas e instituições de pesquisa científica e tecnológica. No caso do PCTSB, as discussões preliminares apontam para algumas possíveis áreas de concentração, tais como: a) Biotecnologia; b) Cadeias Produtivas Florestais; c) Alimentos; d) Engenharias Ferroviária e Portuária; e) Tecnologias de Informação e Comunicação. Dentro do programa nacional, a CEPLAC se propõe liderar a “Plataforma de Conhecimento de Cacau e Chocolate”. Considera-se plataforma do conhecimento a empresa, o consórcio ou a entidade privada sem fins lucrativos que reúna agentes públicos e privados que atuem em conjunto para obter resultados concretos para a solução de problema técnico específico ou obtenção de produto ou processo inovador de elevado risco tecnológico, com metas e prazos definidos. O PNPC é baseado em experiências internacionais para o desenvolvimento de pontos chaves de intercessão entre a produção do conhecimento e a competitividade econômica, como as plataformas tecnológicas européias e os innovation hubs, nova versão das políticas científicas dos Estados Unidos.

Cada plataforma irá reunir lideranças científicas para organizar recursos e desenvolver produtos com o apoio de empresas para lançá-los no mercado. O arcabouço das plataformas será definido em editais de fomento e financiamento, a fim de que pesquisadores e empresas candidatem-se para o desenvolvimento dos projetos. O financiamento será realizado pelo Conselho Nacional de



Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Finep. As instituições de apoio do programa serão a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel/Eletrobras), o Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello (Cenpes/Petrobras) e os institutos de inovação e de tecnologia do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Esse conjunto de empresas e centros de pesquisas públicos, junto com as demais instituições privadas que serão selecionadas, terão como meta, segundo a Finep, o objetivo de aumentar os investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) para a marca de 2% do PIB até 2020. O programa terá ainda medidas para atração de profissionais qualificados do exterior e acesso a equipamentos de ponta, por meio do regime especial de compra e contratação de pessoas.

14 Política de Preço Mínimos

A importação de cacau na Bahia fez com que os preços internos de cacau declinassem, deixando de existir um ágio no referido preço pago pelo mercado passando a verificar-se um deságio, ou seja, o mercado passou a pagar um preço inferior ao preço de bolsa, a ponto de não cobrir os custos de produção.

Posteriormente, por pressão das associações dos produtores através da Câmara Setorial Federal do Cacau a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, com o apoio da CEPLAC, foi elaborado o custo de produção do cacau para produção de uma arroba (1 @ = 15 Kg de cacau) e situou-se em R\$ 83,70 (oitenta e três reais e setenta centavos).

Na divulgação do Plano safra 2013/14 o preço mínimo designado para o cacau foi de R\$ 75,00/@, ou seja, abaixo do custo de produção. Posteriormente, o governo federal pelo segundo ano consecutivo incluiu o cacau cultivado (amêndoa) dentro da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). Para a safra 2014/15, o preço mínimo do produto será de R\$ 5,59 o quilo na região Nordeste e no Espírito Santo – alta de 11,8% sobre a safra passada praticamente corrigindo essa distorção, já que o preço equivalente em @ corresponde a R\$ 83,85 – e de R\$ 4,74/kg nas regiões Norte e Centro-Oeste, o que representa um crescimento de 1,1%. Porém, se o custo de produção for corrigido, este continuará maior que o preço mínimo pago pela CONAB. A compensação é que os preços pagos pelo mercado estão superiores aos custos de produção e ao preço mínimo. Em 2014 o preço médio foi de R\$ 104,00/@.

15. Política Ambiental na Bahia

As ações da CEPLAC na regularização ambiental, em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia, envolve a Lei Nº 12.377 de 28 de dezembro de 2011, que Altera a Lei nº 10.431, de 20 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade; a Lei nº 11.612, de 08 de outubro de 2009, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e a Lei nº 11.051, de 06 de junho de 2008, que Reestrutura o Grupo Ocupacional Fiscalização e Regulação. Em seguida, por ações da Superintendência da Bahia, foi incluído o "Art. 117-A - O cacau cabruca: sistema agroflorestal (agrossilvicultural) que proporciona benefícios ambientais, econômicos e sociais. Manejo, plantio, condução e interferências silviculturais nos elementos arbóreos, serão disciplinados em disposições regulamentares, ouvindo órgão Agrônomo responsável pela Política Cacaueira da Bahia, a CEPLAC. Por fim o trabalho de crédito rural desenvolvido, amparado no decreto Nº 15.180, de 02 de junho de 2014, que regulamenta a gestão das florestas e das demais formas de vegetação no Estado da Bahia, a conservação da vegetação nativa, o cadastro estadual florestal de imóveis rurais – CEFIR, e dispõe acerca do programa de regularização ambiental dos imóveis

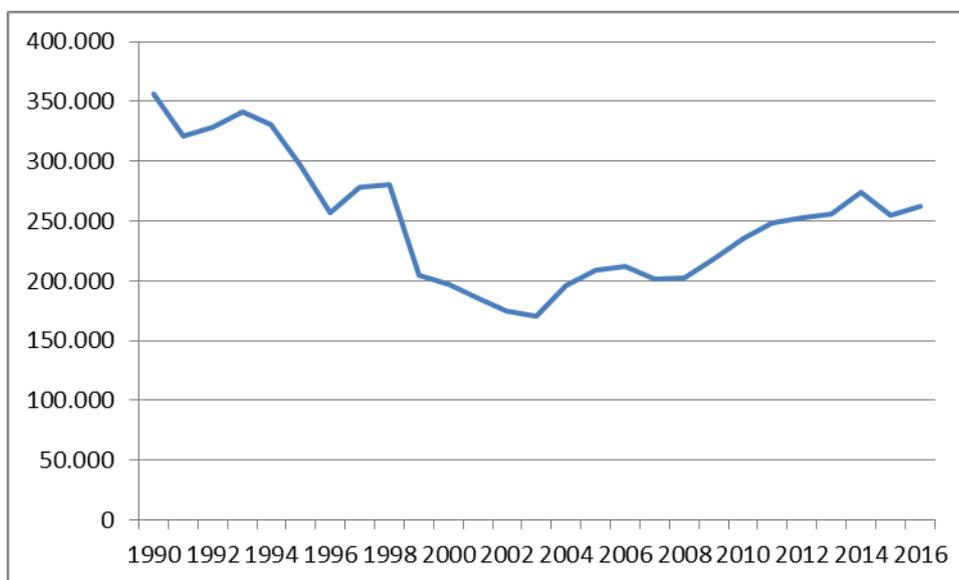


rurais do Estado da Bahia, pela lei N° 13.223 de 12 de janeiro de 2015, que institui a política estadual de pagamento por serviços ambientais e dá outras providências. Através desta última, foi instituída a Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA e o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais - PEPSA. A Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA e o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais - PEPSA aplicam-se às pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que voluntariamente atuem como provedores, pagadores ou mediadores de serviços ambientais ou serviços ecossistêmicos. A aplicação desta Lei deverá ser feita de forma coordenada com as leis federais que dispõem a respeito da Política Nacional do Meio Ambiente - PNMA, da Política Nacional sobre Mudança do Clima e do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, dentre outras normas aplicáveis. Espera-se a regulamentação da lei n° 13.223 relacionadas com as pesquisas e o desenvolvimento de ações relacionadas com a implantação, coordenação e execução da política estadual de pagamento por serviços ambientais, assim como, a assistência técnica, a capacitação e a educação ambiental para a promoção dos serviços ambientais e ecossistêmicos.

16. Safra recorde nos últimos 19 anos, com tendência de crescimento da exportação.

A produção brasileira de cacau em amêndoas teve uma safra recorde nos últimos 19 anos. Depois da queda da produção em 1995, que se encontrava em 296,7 mil t, foi parar no fundo do poço com 170 mil t em 2003, com recuperação no decorrer do período, fechando o ano de 2014 com 278 mil t de cacau. Dois fatores contribuíram fortemente para essa recuperação: a tecnologia gerada pela CEPLAC e a alta dos preços no mercado internacional de cacau. No ano de 2015 a produção teve uma ligeira queda para 255 mil t de cacau devido principalmente a fatores climáticos. Para 2016 a previsão é de 261 mil t de cacau.

Gráfico 1 - Produção brasileira de cacau no período 1995 a 2016



Fonte: IBGE / 2014 = previsão 2015 – Estimativa 2016 - Previsão

Mapa de risco

- ✓ Impossibilidade de atuar na forma, tempo, volume e qualidade requerida, em decorrência da constante perda de pessoas que fazem parte do quadro de servidores efetivos;



- ✓ Impeditivos na execução do planejamento, de forma a atender as demandas da comunidade onde a instituição atua, por força do Orçamento contingenciado e aquém das necessidades institucionais;
- ✓ Dificuldade de acesso ao crédito por parte dos agricultores;
- ✓ A enfermidade monilíase do cacaueteiro (*Moniliophthora roreri*), presente em países fronteiriços como Bolívia, Peru, Venezuela e Colômbia, em função da proximidade geográfica e expressividade do universo cacaueteiro amazônico, em particular a cacauicultura de Rondônia;
- ✓ Constante êxodo rural em busca de oportunidades de estudo e emprego, provocando déficit de mão de obra nas propriedades rurais, ocasionando a redução das áreas cultivadas com SAFs cacaueteiros e outros cultivos perenes.



2.3.2 - Ambiente de negócios das Superintendências e Gerências nas Regiões Cacaueiras

Superintendência de Desenv. da Região cacaueira no Estado da Bahia (SUEBA)
Descrição Geral
<p>A Superintendência do estado da Bahia promove a integração das atividades de geração, difusão e transferência de tecnologia para sustentação agroeconômica das regiões produtoras de cacau no âmbito da Bahia, mantendo articulações com órgãos e entidades públicas e privadas, assegurando a integração e cooperação para desenvolvimento da cacauicultura e de atividades agrossilvipastoris e agroindustriais de interesse regional. Realiza interação com os produtores, nos assuntos relacionados com geração, adaptação, validação, transferência e difusão de tecnologia de produção e serviço, mantendo processo contínuo de alimentação e retroalimentação de informações entre os agentes envolvidos. Coordena a edição e distribuição de trabalhos técnicos científicos para as comunidades científicas nacionais e internacionais e de comunicação rural para os agricultores da região produtora de cacau, além de promover e coordenar, em articulação com a Unidade Central, localizada em Brasília, e observadas as orientações dos órgãos setoriais dos Sistemas Federais Intervenientes, as atividades de: a) programação operacional, monitoramento, avaliação e revisão, bem como elaboração do respectivo plano gerencial; b) administração geral, gestão de pessoas, execução orçamentária e financeira, contabilidade e comunicação e divulgação, no âmbito regional; e c) operacionalização das atividades relacionadas à Tecnologia da Informação – TI. Apóia a identificação de tecnologias, bens e serviços passíveis de patenteamento e de comercialização, acompanhando e participando do processo de identificação de prioridades e da formulação de propostas, políticas e estratégias setoriais. Orienta as unidades administrativas integrantes da SUEBA/CEPLAC, quanto à aplicação de normas e regulamentos, emitindo parecer, elaborando e acompanhando a execução de contratos, convênios e demais termos de parcerias; e promove articulações com a Superintendência Federal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Bahia (SFABA/MAPA).</p>
Adversidades
<p>Contingenciamento de recursos, insuficiente número de pessoas para desenvolver as ações e projetos definidos no PE, além da necessidade de melhoria da infraestrutura.</p>
<p>Dificuldades no trâmite dos convênios, contratos e acordos de cooperação técnica.</p>
Riscos
<p>Comprometimento das ações, com conseqüente não cumprimento de metas</p>
<p>Impossibilidade de repasse do conhecimento entre pesquisadores por falta de contratação.</p>
<p>Possibilidade da doença Monilíase adentrar território brasileiro</p>
Estratégia de enfrentamento
<p>Parceria com órgãos regionais, Prefeituras, Governo do Estado, sindicatos e entidades afins, com a finalidade de providenciar meios a obter pessoas, recurso material e financeiro necessários ao andamento das atividades e, principalmente, atender a demanda dos agricultores cadastrados.</p>



Definição do Plano de Contenção da Monilíase
Maior agilidade no trâmite de convênios, contratos e acordos
Mudanças ocorridas
Maior participação da comunidade nas ações e decisões, com fins a atingir os objetivos estratégicos, dar continuidade ao conhecimento e promoção da qualidade de vida.

Superintendência de Desenv. na Região Cacaueira no Estado do Pará (SUEPA)

Descrição geral

A cacauicultura, no âmbito do Estado do Pará, encontra-se em franca expansão. Os dados e informações oficiais da SUEPA/CEPLAC, para o ano de 2015, não somente confirmam esta afirmativa, mas também demonstram que o Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Cacau vem apresentando bom desempenho, conforme demonstrado nos seus principais indicadores tecnológicos, socioeconômicos e agroambientais.

A CEPLAC, no Estado do Pará, atende a 21.000 produtores de cacau cadastrados, cujas atividades produtivas são desenvolvidas predominantemente em regime de economia familiar, em área de lavoura na ordem de 160.000 ha, em Sistemas Agroflorestais, sendo em torno de 120.000 ha de área em produção, assegurando uma produtividade média de 900 kg/ha, hoje, considerada a maior do mundo, comparativamente às demais regiões produtoras do Brasil e de outros países.

É importante destacar, neste contexto, a evolução substancial da produção de cacau nos seis territórios rurais assistidos pela CEPLAC, que, juntos, estão contribuindo para a consolidação de uma produção equivalente a 109.000 t, neste ano de 2015. Vale ressaltar que a taxa média de crescimento dos últimos 4 anos é de 14,8%, o que demonstra o bom desempenho das lavouras cacaueiras produtivas, com ganhos significativos de produtividade.

Por este prisma, pode-se afirmar que a dinâmica da cadeia produtiva do cacau no Estado do Pará tem gerado resultados interessantes e expressivos, contribuindo positivamente para a criação de impactos socioeconômicos nas zonas produtoras do Estado, materializados pela geração de 320 mil empregos, sendo 64 mil diretos e 256 mil indiretos. Contribui também para uma renda circulante de 595 milhões, injetada na economia estadual, e geração de ICMS progressiva na ordem de 80 milhões de reais. Além da incorporação anual (média dos últimos 4 anos) de aproximadamente 10 mil hectares de áreas degradadas ao sistema produtivo sustentável (cacau em SAFs).

De modo geral, pode-se inferir que os resultados finalísticos, dentro das disponibilidades de recursos matérias, humanos e orçamentários, enquadram-se dentro de níveis satisfatórios, posto que de forma preliminar pode-se registrar que aproximadamente **60% dos produtores** utilizam o pacote de tecnologia difundido pela CEPLAC, o que fica muito evidente na produtividade média regional das áreas safras, de 900 Kg/ha, na demanda e no suprimento de aproximadamente 15 milhões de sementes híbridas, permitindo a recomposição de florestas com implantação de mais de 10 mil hectares de novas áreas cacaueiras em sistemas agroflorestais, nos baixos índices de perdas com vassoura-de-bruxa menores de 20%. Ressaltando-se que a capacidade de articulação interinstitucional, seja na captação de recursos o no provimento de recursos humanos foram determinantes para atingir os relevantes resultados acima descritos.



Superintendência de Desenv. na Região Cacaueira no Estado do Pará (SUEPA)

Adversidades

A despeito dos relevantes resultados alcançados, o programa ainda apresenta expressiva vulnerabilidade, particularmente a necessidade de adequar-se a exigência de elevado nível de competitividade imposta pelo operado, em significativa parcela, por modelo mercantil oligopsônico. Como tal, impõe ao produtor, a necessidade contínua de manter-se em elevado e atualizado perfil tecnológico e gerencial. Portanto, ainda fundamentalmente de pendentes dos processos de geração e difusão de tecnologia, quase que exclusivamente providos pela CEPLAC, os quais, por sua vez carecem urgentemente de ações de gestão e políticas governamentais que permitam, não somente manter, ainda que por prazo esgotável em curto tempo, como também atender demandas que crescem de forma inversamente proporcional às condições apresentadas ao órgão para atendê-las.

Riscos

- A perda de produtividade e de acervo no campo da tecnologia são iminentes, diante do quadro de indefinição na contratação de profissionais de todos os níveis, visto que a redução do quadro decorrente de aposentadorias e natural perda de produtividade, gera elevado desgaste institucional e, até, demandas judiciais, por meio de agentes financeiros e produtores, por negligência institucional, principalmente na execução de supervisões de crédito rural.
- Irreversibilidade do processo de depreciação do patrimônio gerando significativas perdas ao erário público.
- Esgotamento de recursos para atividade fim devido o crescente custo de manutenção do patrimônio.
- Vulnerabilidade das parcerias a humores políticos e políticas de contenção de recursos, por decorrência suspensão de repasse de recursos e cessão de pessoal.

Estratégia de enfrentamento

A dinâmica de expansão da cacauicultura no âmbito do Estado do Pará tem estimulado a Superintendência Regional da CEPLAC, diante do quadro adverso, carência de recursos humanos e orçamentários a desencadear um processo de articulação interinstitucional, com a finalidade precípua de se estabelecer acordos de cooperação com parceiros potenciais -, voltados essencialmente para o desenvolvimento rural integrado e sustentável de territórios rurais, onde a cultura do cacau é desenvolvida, enquanto alternativa agro econômica. Esta iniciativa tem se configurado, inegavelmente, numa estratégia gerencial interessante para o soerguimento da cadeia produtiva do cacau nas principais zonas produtoras, tendo-se como “pano de fundo” a melhoria das condições de vida dos agricultores.

Conciliando os interesses de caráter bilateral ou até mesmo multi-institucional, o estabelecimento das referidas parcerias tem sido de fundamental importância para o enfrentamento das dificuldades operacionais identificadas nos territórios assistidos pelo Serviço de ATER e Pesquisa, notadamente pelas coordenações dos Escritórios Locais e nas Estações de Pesquisa, face aos desafios a serem superados pela organização, bem como os objetivos estratégicos que a CEPLAC se propõe alcançar, no horizonte temporal 2012-2022, porém, sempre com o estabelecimento de metas anualizadas.

No centro dos compromissos pactuados, o foco está direcionado à importância socioeconômica e agro ambiental da cacauicultura para o desenvolvimento local e territorial,



Superintendência de Desenv. na Região Cacaueira no Estado do Pará (SUEPA)

sobretudo, no que diz respeito aos impactos positivos dessa atividade produtiva no seio da pequena produção familiar na região Amazônica, especialmente no Estado do Pará, conforme pode ser observado na Tabela 2, que demonstra a evolução e o desempenho da cacauicultura paraense no período de 2005 a 2014.

Nesse sentido, o notório interesse dos produtores pelo cultivo do cacauieiro, sem sombra de dúvidas, pode ser considerado como um dos principais fatores explicativos da expressiva evolução desse setor da agricultura no Estado do Pará, criando possibilidades para a implementação de planos, programas e projetos - capazes de atender e internalizar as demandas oriundas dos territórios rurais, cada vez mais crescentes e desafiadoras -, prospectadas e sistematizadas pelo Serviço de Assistência Técnica e Pesquisa da CEPLAC/SUEPA.

Dessa forma, pode-se destacar, como os principais parceiros da CEPLAC, no âmbito estadual, regional, territorial e Local, nas áreas e zonas produtoras sob a coordenação deste SEREX, no ano de 2015: as Prefeituras Municipais (Secretarias Municipais de Agricultura); Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais; Sindicatos de Produtores Rurais; Cooperativas e Associações de Produtores Rurais; UFPA (Belém e Campus Universitário de Altamira); POEMA (Programa Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia); Banco da Amazônia; Banco do Brasil; INCRA; EMBRAPA (Empresa de Pesquisa Agropecuária/Centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia Oriental); EMATER/PA (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará); FVPP (Fundação Viver, Produzir e Preservar); FETAGRI (Federação dos Trabalhadores na Agricultura/Regional); GIZ (Serviço de Cooperação Técnica e Social da Alemanha); ARCAFAR (Associação Regional das Casas Familiares Rurais); CFR (Casas Familiares Rurais nos Municípios); FAEPA (Federação da Agricultura do Estado do Pará); SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural); IMAZON (Instituto do Homem e do Meio Ambiente na Amazônia); ADEPARA (Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará); TNC (TNC - THE NATURE CONSERVANCY); CARGILL (Fornecedora internacional de produtos e serviços nos setores agrícola e alimentício); CAPPRU (Cooperativa Alternativa de Pequenos Produtores Rurais e Urbanos de São Félix do Xingu); ADAFAX (Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Alto Xingu); NORTE ENERGIA (Empresa responsável pela construção da UHE de Belo Monte), CNEC (Empresa de Consultoria do Projeto de construção da UHE Belo Monte); CEDRS (Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável), DAS (Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário); DENACOOOP (Departamento Nacional de Cooperativismo); FUNCACAU (Fundo de Desenvolvimento da Cacauicultura do Estado do Pará) e SEDAP (Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Agricultura e da Pesca).

Mudanças ocorridas

No ambiente técnico e operacional é evidente que a evolução da tecnologia exige ajustes imediatos, particularmente no desenvolvimento de servidores de ambos os seguimentos. O primeiro no que se refere à necessidade de atualização tecnológica de forma a atender demandas que preconizam a necessidade de elevada eficiência produtiva (transição para agricultura de precisão e otimização de processos produtivos e gerenciais), também bem como é imperativo a implementação de sistematização dos procedimentos de geração e transferência de tecnologias, com fortalecimento e maior participação da estrutura de planejamento nos processos decisórios de forma a permitir que a gestão institucional pautar-se de forma mais aderente aos princípios de eficiência, eficácia e efetividade.



Superintendência de Desenv. na Região Cacaueira no Estado do Pará (SUEPA)

No campo operacional, da mesma forma é necessária a atualização de servidores no tocante a novos procedimentos, hoje em sua maioria executado em procedimentos informatizados, para os quais a grande maioria dos servidores não se encontra suficientemente habilitado.

Percepção de desmotivação de servidores, em virtude da prolongada indefinição na consecução real de ações de soluções para as questões institucionais.

Superintendência de Desenv. da Região Cacaueira no Estado de Rondônia (SUERO)

Descrição geral

O cultivo do cacau em Rondônia busca caminhos ambientalmente sustentáveis, que não degradem o meio ambiente, sejam economicamente viáveis e socialmente justos. Nessa ótica os plantios de sistemas agroflorestais com cacau, utilizando variedades clonais e/ou híbridas de alto rendimento e precocidade na produção conduzem para um caminho de desenvolvimento sustentável e com excelente referencial de uso da terra, contribuindo para a recomposição do passivo ambiental do estado.

Rondônia dispõe de uma das melhores estruturas agrárias do país, representada por mais de 110 mil propriedades rurais, das quais 95% abrigam pequenos produtores rurais praticantes da agricultura familiar. E o cultivo do cacau em sistemas agroflorestais é uma excelente opção socioeconômica para pequenos produtores rurais estabelecidos em projetos de colonização no estado.

O polo cacau de Rondônia é constituído de 15.977 mil hectares de variedades híbridas em intercultivos com outras espécies vegetais, que representa um patrimônio agrícola de valor significativo para a economia do estado. Sua produção anual, cerca de 5.708t de amêndoas secas, uma produtividade 444 kg/há. Envolve público de aproximadamente 4.561 participantes diretos, predominantemente pequenos produtores rurais que desenvolvem agricultura familiar.

A CEPLAC/SUERO priorizou para o exercício 2015 o desenvolvimento de suas ações vinculadas aos Objetivos Estratégicos: Incrementar a produção agropecuária com base na conservação produtiva, Articular a execução de políticas públicas e parcerias complementares à ação da CEPLAC e Garantir excelência em ATER e transferência de tecnologias.

O foco principal foi a sensibilização do produtor para a recuperação e expansão da lavoura cacau, que se encontrava com tratamentos culturais estagnados e com a não aplicação completa do pacote tecnológico recomendado, tendo em vista do preço baixo do cacau, o alto custo de produção aliado à mão de obra escassa.

Adversidades

O contingente técnico e administrativo desmotivado, não renovação dos recursos humanos, tecnologias de poda e manejo fitossanitário exigentes em mão de obra associada ao alto custo da mesma, escassez de sementes híbridas de cacau, principalmente no ano agrícola 2014/2015 e o avanço da pecuarização do Estado contribuíram para uma expansão de área aquém do programado.

Riscos

A grave enfermidade monilíase do cacau (*Moniliophthora roreri*), presente em países



Superintendência de Desenv. da Região Cacaueira no Estado de Rondônia (SUERO)

fronteiriços como Bolívia, Peru, Venezuela e Colômbia, representa risco iminente para este agronegócio pela maior proximidade geográfica e maior expressividade do universo cacaueiro amazônico, em particular a cacauicultura de Rondônia.

A constância do êxodo rural em busca de oportunidades de estudo e emprego, provoca o déficit de mão de obra nas propriedades rurais ocasionando a redução das áreas cultivadas com SAFs cacaueiros e outros cultivos perenes.

Estratégia de enfrentamento

A existência de Programa de Contingência da Monilíase do Cacaueiro, coordenado pela Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON, com a participação da CEPLAC/SUERO, EMATER-RO e a Superintendência Federal de Agricultura no Estado de Rondônia – SFA/RO, desenvolvem ações de monitoramento e prospecção fitossanitária amiúde.

Tornar o agronegócio cacau competitivo, através de introdução de materiais genéticos mais eficientes, manejo fitossanitários adequados, para estimular a recuperação e a expansão do cultivo do cacaueiro.

Realização de excursão técnica com representantes do Poder Legislativo e do Executivo, produtores de cacau e empresários rondonienses, ao Estado da Bahia, em visita às fazendas e/ou Projetos exitosos que utilizam ou utilizaram as novas tecnologias em cultivos de cacaueiros.

Mudanças ocorridas

- Sensibilização dos atores da cadeia produtiva do cacau, quanto à gravidade do surgimento da enfermidade “monilíase do cacaueiro” no Estado de Rondônia.
- Visibilidade da atuação da CEPLAC e o aumento da demanda de produtores em busca de material genético melhorado para recuperação e expansão da lavoura cacaueira no Estado.

Gerência de Desenv. da Região Cacaueira no Estado do Amazonas (GERAM)

Descrição geral

A CEPLAC, no Estado do Amazonas, é administrada pela Gerência do Desenvolvimento da Região Cacaueira no Estado do Amazonas – GERAM sediada em Manaus-AM, a qual jurisdiciona 16 municípios, por 12 Escritórios Municipais de Assistência Técnica e Extensão Rural. Tem como atividade finalística o Serviço de Pesquisa, que trata da geração, adaptação, seleção, apropriação, construção compartilhada de tecnologias em diversas áreas: Agroecologia, Fitopatologia, Entomologia, Genética, Fisiologia, Socioeconomia e Fitotecnia.

A unidade de pesquisa, Estação Experimental do Rio Negro, voltada à experimentação agrícola e à produção de sementes híbridas e de mudas de cacau, além de espécies fruteiras e florestais, também serve de base de capacitação e instalação de atividades de pesquisa que atendam as características regionais de interesse dos produtores assistidos, com instalação de três novas Unidades Experimentais, produção de 577.000 propágulos para distribuição entre os produtores regionais, manutenção do Centro de capacitação para o atendimento aos Técnicos e produtores envolvidos no programa de ATER. Atua em parceria com a Embrapa Amazônia Ocidental, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA, INCRA, IBGE, SEBRAE, BASA e CONAB



Gerência de Desenv. da Região Cacaueira no Estado do Amazonas (GERAM)

O Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, outro setor finalístico, através de seu trabalho específico executa a Difusão dessas Tecnologias, Gerencial e Socioambiental aos produtores rurais nas áreas de administração rural, crédito rural, associativismo, comercialização, manejo do cacau, diversificação de produção, diagnóstico rural participativo, tendo como premissa os conceitos principais e fundamentais de Agroecologia, contemplam no seu universo de atuação quatro mil, quinhentos e vinte e seis produtores, em sua maioria pertencente à agricultura familiar, em forma de Sistema Agro Florestal (SAF) além de fomentar o manejo de cacauzeiros nativos nas várzeas dos rios amazonenses, dispostos na forma de maciços florestais com cacauzeiros.

A execução das ações de ATER na GERAM é compartilhada com as prefeituras Municipais, que têm a função de prover as Unidades Locais com estrutura de equipe técnica, de logística operacional e de custeio para o serviço de atendimento ao produtor.

Apesar de todas as dificuldades, em se tratando de um trabalho desenvolvido na Amazônia, temos como fator representativo resultados importantes como: a) Atendimento a 4.526 produtores; b) Área assistida com cacau de 3.932 ha; c) Atendimento a 314 associações de produtores; d) Capacitação a 1.671 e) 577.000 propágulos, em geral, sendo 108,7 apenas de cacau e 145,5 de essências florestais distribuídas aos produtores (essa produção foi coletada na Estação Experimental Rio Negro).

Adversidades

Apesar da situação geográfica de um Estado como o Amazonas onde as limitações para o deslocamento de Técnicos, em função da distância, muito se tem feito na tentativa de cumprir os objetivos a que a UJ se propôs. Como adversidades têm: a) dimensão do Estado; b) dificuldade de transporte para vencer as grandes distâncias; c) número reduzido e nível médio da faixa etária em torno de 60 anos do pessoal Técnico, Apoio e Administrativo na UJ; d) recursos nem sempre suficientes para o desenvolvimento satisfatório das atividades; e) Carência de equipamentos para desenvolvimento de atividades de ATER e pesquisa e por fim e) recursos nem sempre suficientes para o desenvolvimento satisfatório das atividades.

Riscos

Em virtude das adversidades o programa corre riscos no que diz respeito ao cumprimento de metas comprometendo o atingimento de objetivos propostos. Registra-se ainda a questão das grandes enchentes ocorridas nos últimos três anos, o que dificulta as atividades agrícolas que são desenvolvidas ao longo das margens dos rios, capazes de destruir muitas áreas em implantação. E a redução do quadro de pessoal da CEPLAC por aposentadoria na eminência da UJ ficar sem a possibilidade de atender as atividades a que se propõe.

Estratégia de enfrentamento

Na tentativa de minimizar esses riscos, a UJ tem buscado parcerias com o Governo do Estado, das Prefeituras Municipais e de outras ONGs para: a) Pessoal Técnico e Administrativo para atender as Unidades Descentralizadas; b) Recursos suplementares para atender ATER e Pesquisa; c) Desenvolvimento de atividades em parceria, bem como buscando na própria CEPLAC reforços orçamentário e financeiro.

Mudanças ocorridas

Apesar de todas as questões relatadas, pode-se registrar: a) Mudança no perfil do produtor após os treinamentos e acompanhamento pela Extensão Rural para desenvolver as novas



Gerência de Desenv. da Região Cacaueira no Estado do Amazonas (GERAM)

tecnologias com vistas à conservação produtiva; b) Empoderamento dos produtores decorridos desta mudança; c) A inclusão social, agregação de valor, melhoria de vida, segurança alimentar, novo cenário da propriedade agrícola com a produção dos SAFs. Portanto, considera-se a ocorrência de mudanças significativas em um cenário onde pequenos e mini produtores, nem sempre tem atendidas as suas demandas.

Gerência de Desenv. da Região Cacaueira no Estado do Espírito Santo (GERES)

Descrição geral

A Gerência da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira(Ceplac) no Estado do Espírito Santo (Geres) criada pelo Decreto Nº 5.351/2005 publicado no DOU em 21 de janeiro de 2005 está ligada, administrativamente e financeiramente a unidade central da Ceplac em Brasília(Diret), sendo essa, por sua vez, juridicamente, um órgão singular do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

A Geres é responsável pelo desenvolvimento da região cacaueira do Espírito Santo, através da realização de Pesquisas voltadas a atender as demandas do cultivo do cacaueiro e pela prestação de Assistência Técnica e Extensão Rural, com abrangência atual de 46 (quarenta e seis) municípios, sendo o município de Linhares, no Norte do Estado o de maior representatividade para o cultivo com cerca de 90% da produção de cacau e, é também, o grande responsável pela maior faixa de preservação da Mata Atlântica, na bacia do Baixo rio Doce onde os plantios de cacaueiro são predominantemente no Sistema Agrosilvocultural, denominado Cabruca, o qual consiste do plantio sob as árvores nativas do bioma. Destaca-se, que o cultivo do cacaueiro contempla os 07 (sete) Territórios Rurais do Espírito Santo, a saber: Juparanã; Norte; Pólo Colatina; Caparaó, Das Montanhas e Águas; Sul Litorâneo e Sul Capixaba.

A Unidade Jurisdicionada conta com 01 (uma) Estação Experimental e 01(um) Escritório de Extensão Rural, ambos sediados em Linhares, onde também está localizada a sede da Gerência. Diante da nova geografia da cacauicultura capixaba, com a inclusão de mais 30 (trinta) municípios, com o cultivo do cacaueiro em Sistemas Agroflorestais (SAFs), em todos os quadrantes do estado, para melhor atender às demandas, há evidenciada a necessidade de expansão das atividades da Geres com a instalação de pelo menos 03 (três) escritórios regionais de extensão rural, 01 (uma) unidade de pesquisa, bem como a transferência da sede da gerência para a capital.

O Planejamento Estratégico da Geres, resultou na indicação de 19 (dezenove) contribuições distribuídas em 11 (quinze) eixos temáticos para os quais foram concebidos 20 (vinte) projetos, de acordo com a revisão realizada no ano de 2013, os quais foram parcialmente executados no ano de 2015.

Adversidades

Dentre as adversidades a que mais tem afligido a Geres é a diminuição de sua capacidade operativa em razão da redução de seu quadro de servidores em todos os níveis, notadamente o quadro técnico, que já tem diminuído significativamente ao longo dos últimos 06(seis) anos, em razão de aposentadorias e mortes de servidores. A composição do quadro de nível superior (Fiscais Federais Agropecuários) sofreu uma redução de 33,33%, com a aposentadoria do único especialista na área de irrigação, ocorrida em janeiro de 2015. Como não houve a realização da reposição de pessoal, quer pela realização de concurso público ou



Gerência de Desenv. da Região Cacaueira no Estado do Espírito Santo (GERES)

por remanejamentos internos, permanece a projeção de que o quadro de pessoal ficará restrito a apenas 02 técnicos nos próximos 02 (dois) anos, com as próximas aposentadorias.

Também há as adversidades peculiares à atividade cacaueira, quais sejam: Irregularidades climáticas; custo de produção elevado; baixo grau de agro industrialização; ocorrência da vassoura-de-bruxa; forte demanda de material botânico resistente à vassoura-de-bruxa; necessidade de expansão do cultivo para áreas não tradicionais; aumento significativo das demandas dos serviços, notadamente da assistência técnica e extensão rural.

A redução da capacidade operativa está na contramão da necessidade de pesquisas em diversas áreas, visando atender às demandas atualmente observadas, tais como: adaptação do cultivo em condições de chapadões e o aparecimento de novas pragas Cochonilha Rosada e as Lepidobrocas, além do risco eminente da Monilíase do Cacaueiro.

Riscos

A não reposição do quadro de servidores implicará no encerramento das atividades da Ceplac no Espírito Santo, pois a deficiência na capacidade de atendimento das demandas dos produtores de cacau cada vez mais agrava a perda de credibilidade da instituição e além de deixar vulnerável a prestação de serviços à cacauicultura no momento em que se tem em curso o Programa de Revitalização das Áreas Produtoras de Cacau do Espírito Santo – Cacau Sustentável em razão da vassoura-de-bruxa, cujas metas irão até 2022. Também, a permanecerem as restrições orçamentárias que conjunaram na redução dos contratos de prestação de serviços e fornecimento de materiais, diminuindo a capacidade operacional da Unidade Jurisdicionada, aumenta ainda mais o risco desse encerramento de atividades.

Estratégia de enfrentamento

Em relação à diminuição do quadro funcional, foi solicitado à administração superior intervir no sentido da obtenção de remanejamento de pessoal de outras unidades, bem como foi feita gestão no sentido da realização do concurso público. Efetivamente, com a implementação das ações do Programa Cacau Sustentável, tem-se buscado a disponibilização de técnicos do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural – Incaper e das Secretarias Municipais de Agricultura, para auxiliarem na prestação de assistência aos produtores de cacau, principalmente dos 30 (trinta) novos municípios que aderiram ao cultivo. Para tal finalidade tem sido celebrados Acordos de Cooperação Técnica com os entes municipais. Tais disponibilizações, porém tem ocorrido em quantidade insuficiente e com pouco preparo para a o cultivo do cacaueiro, apesar da realização de capacitação, através da realização de nivelamento técnico para 40 técnicos do Incaper e outros 10(dez) técnicos de Prefeituras conveniadas. Embora, tais medidas tenham sido mitigadoras às deficiências de pessoal técnico, as mesmas não substituem a necessidade de contratação de pessoal para recomposição do quadro próprio, quiçá até servem para o retardamento da solução definitiva que é a realização do concurso público.

Mudanças ocorridas

No tocante às medidas mitigadoras à baixa capacidade operativa com a agregação de técnicos do Incaper(40 escritórios envolvidos) e das prefeituras municipais(apenas 04 acordos celebrados), alguma mudança pode ser constatada, porém ainda muito incipiente, vez que, além dos motivos acima expostos, esses técnicos disponibilizados para as ações do programa Cacau Sustentável, também atendem as demandas de outros cultivos, com exceção da Prefeitura Municipal de Linhares que disponibilizou 04 (quatro) técnicos exclusivamente



Gerência de Desenv. da Região Cacaueira no Estado do Espírito Santo (GERES)

para o cacau, sendo 03(três) com atuação diretamente na Geres e 01 (um) com atuação na Associação dos Cacaucultores de Linhares – ACAL. Apesar de todos os esforços, a pouca efetividade na realização dos atendimentos das demandas e sobrecarga do remanescente do quadro técnico da Geres tem trazido insatisfações e frustrações pela incapacidade de atendimento aos produtores. Estes, por sua vez, sentem-se insatisfeitos, pela demora no atendimento de suas demandas, o que, conseqüentemente, os levam a procurar alternativas muitas vezes duvidosas, além de serem onerosas aos mesmos.

A expansão da lavoura no estado, notadamente no sul do estado tem produzido resultados positivos, inclusive com o surgimento de uma fábrica de chocolates artesanais, sediada em uma propriedade rural no município de Iconha. Também, no município de Linhares, dois produtores tradicionais de cacau implantaram a fabricação de chocolates com amêndoas de suas propriedades.

Gerência de Desenv. da Região Cacaueira no Estado do Mato Grosso (GEREM)

Descrição geral

No ano de 2015, a GEREM atendeu uma área incluindo 24 municípios, com 18 deles localizados em dois Territórios da Cidadania (Portal da Amazônia e Noroeste), ampliou a área de cacau em mais 10 ha, efetuou a distribuição gratuita de 12.500 sementes híbridas de 1.731.400 sementes produzidas, atendeu a 205 produtores, beneficiou 71 famílias com sua assistência técnica, atendeu a 3 cooperativas e/ou associações, realizou 11 eventos de extensão rural e mantém 10 projetos de pesquisas em andamento de Sistemas Agroflorestais.

Dentro destes 10 projetos estão 09 Unidades demonstrativas de cacau + seringueira + bananeira instaladas em 08 municípios. A GEREM mantém três Acordos de Cooperação Técnica, com as Prefeituras de Alta Floresta, Cotriguaçu e Aripuanã. Todos com o objetivo de fortalecer o quadro técnico para assistência de melhor qualidade naqueles municípios e um acordo de cooperação técnica EMPAER e EMBRAPA-MT.

Adversidades

A unidade da CEPLAC em Mato Grosso é a menor entre todas as outras 5 existentes, mas o Estado possui um grande potencial para o desenvolvimento de Sistemas Agroflorestais, incluindo o cacau e a seringueira. As demandas são crescentes, mas não podem ser atendidas pelo quadro diminuto de servidores. São apenas quatro técnicos (incluindo o Gerente) para o atendimento em 24 municípios, com grandes distâncias entre eles. Todos os polos cacauzeiros existentes no estado, com exceção de Alta Floresta, Carlinda e Paranaíta são espontâneos e surgiram independentemente da CEPLAC, formados por produtores e filhos de produtores oriundos de Rondônia, principalmente, e do Pará e Amazonas. Assim, quando a CEPLAC é demandada o cultivo já está adulto e com problemas de manejo e erros cometidos na implantação.

A pesquisa passa pela mesma situação, uma vez que só existe um pesquisador (o próprio Gerente), embora exista um campo propício para testar diversos modelos de SAF's de alta rentabilidade e especialmente aqueles apropriados para recuperar, APP's (Áreas de Preservação Permanente), um dos maiores problemas ambientais do Estado, para o qual nenhuma instituição apresentou uma solução com retorno do capital investido.

Entretanto, o problema mais grave e principal entrave é a inexistência de equipe



Gerência de Desenv. da Região Cacaueira no Estado do Mato Grosso (GEREM)

administrativa para execução financeira e orçamentária. Sem ela, a Unidade fica impedida de efetuar reformas em sua sede, na Estação Experimental, efetuar contratação de serviços do tipo vigilância ostensiva, coperagem, limpeza e manutenção, fornecimento de combustíveis e manutenção de veículos.

A ampliação do quadro técnico e administrativo permitiria a consolidação do Estado de Mato Grosso como um importante produtor nacional de cacau e gerador de tecnologias avançadas.

Riscos

O principal risco pelo qual passa a GEREM é a sua própria extinção. Embora a Unidade possua uma UG, não possui pessoal para operá-la plenamente. Não há equipe de compras e contratos. Como só possui apenas dois funcionários administrativos no quadro (o Gerente e um financeiro) a possível aposentadoria do Gerente no próximo ano (2016), sem uma imediata substituição, decretará o fechamento da GEREM por falta de pessoal.

Estratégia de enfrentamento

A estratégia para sanar os profundos problemas da GEREM fogem da alçada da Unidade. Contratação de pessoal é de âmbito dos Ministérios da Agricultura e Planejamento.

A possível mitigação dos problemas poderá ocorrer com a transferência das atividades de compras e contratos para a SUEPA ou SUERO, deixando para a GEREM o serviço de pesquisa, extensão rural e assistência técnica.

Mudanças ocorridas

No exercício de 2015 não ocorreu nenhuma mudança significativa.



3 - Planejamento organizacional e desempenho orçamentário e operacional

3.1- Resultados da gestão e dos objetivos estratégicos

3.1.1 - *Melhorar a qualidade de vida nas regiões produtoras de cacau por meio da geração de trabalho, emprego e renda em bases sustentáveis*

ii. Análise

ii.a- Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2015 em relação ao exercício de 2014.

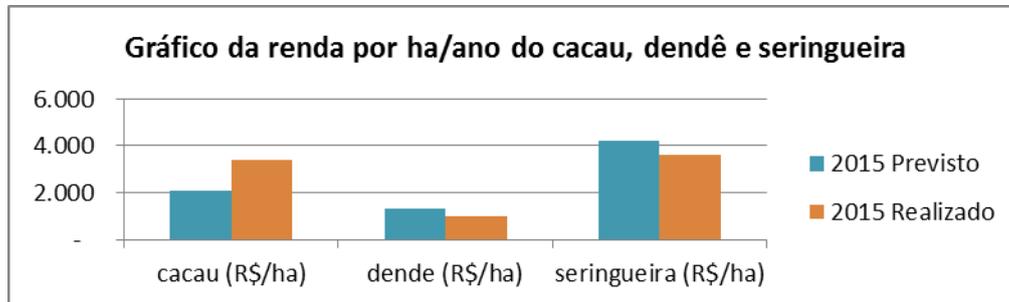
Dinamização das cadeias agropecuárias regionais por meio de ações integradas de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovações - PD&I e Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, alinhadas aos objetivos programáticos do PPA e políticas públicas afins. As atividades foram interiorizadas em seis estados, possibilitando interação sistêmica com o cidadão do campo e suas unidades produtivas em cada território rural. Essa peculiaridade possibilitou soluções tecnológicas e de organização socioprodutiva mais efetivas, alcançando de forma qualificada um maior número de beneficiários. O público alvo envolvido compõe todos os estratos de produtores rurais, destacando-se os agricultores tradicionais, familiares, assentados, quilombolas, e indígenas, contemplando 83% entre pequenos e mine, de um contingente de 70 mil produtores e 1200 organizações associativas rurais cadastradas, repercutindo na ocupação e renda num universo de influência superior a 150 mil famílias que cultivam sistemas agroflorestais correlatos à cacauicultura. Com foco definido em cultivos tropicais perenes priorizaram-se pesquisas avançadas em genética, biologia molecular, fitopatologia, fisiologia da produção, fertilidade e socioeconomia, com disponibilização de novos cultivares de cacau, dendê e seringueira e conseqüente incremento de produtividade e renda.

ii.b- Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico e os avanços alcançados no exercício de 2015.

A sensibilidade de indicadores focados apenas na agropecuária não responde por se só sobre mudanças gerais na qualidade de vida, registram-se como significativa a análise dos dados de valor bruto da produção dos cultivos priorizados: cacau nacional, de 1,78 para 2,12 bilhões de reais, seringueira na Bahia e Espírito Santo, de 82 para 120 milhões, considerando-se área total dos cultivos e, dendê na Bahia, de 52 para 53,13 milhões, variação 2014/2015, (IBGE, março/2016 e média de preço nas regiões, cálculo CEPLAC). A posição do Brasil entre os cinco maiores produtores de cacau do mundo, ainda com queda da safra registrada em 2015 por fatores climáticos, assegurou autossuficiência no suprimento de cacau para o parque processador nacional mitigando impactos de desemprego nas fábricas e redução nas importações. A manutenção da política de garantia de preços mínimos - PGPM, instituída pela portaria nº 700 de 14.08.2013, associada a outros fatores de mercado, contribuiu para elevação dos preços do cacau, auferindo média de R\$125,00 por arroba durante o exercício analisado, com satisfatória estabilização no mercado interno, condições que favoreceram incremento no VBP do cacau, mesmo com produção reduzida no exercício.



ii.c- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.



O gráfico acima retrata o comportamento da renda por hectare nas três cadeias priorizadas: mantidos os níveis de preços em alta no exercício o cacau obteve renda média de R\$3.413,00/ha, incremento de 22% sobre o programado. O dendê, quadro da Bahia, apesar de pequena elevação em relação a 2014 manteve-se abaixo da meta redefinida, situando-se em 76% do programado. Em relação à seringueira, dados da Bahia e espírito Santo, além do alto custo de manutenção, teve alcance de apenas 86% do programado, motivado principalmente por variações nos preços.

Tabela comparativa de indicadores em três exercícios

Melhoria da Qualidade de Vida					
Renda agropecuária hectare/ano	2014		2015		2016
	Prev.	Real.	Prev.	Real.	Meta
cacau (R\$/ha)	2.100	2.553	2.100	3.413	3.500
dendê (R\$/ha)	1.300	965	1.300	987	1.300
seringueira (R\$/ha)	4.200	3.311	4.200	3.615	4.200

O grau de desconformidade na renda do cacau motivado por baixa nos preços no ano de 2014 se supera, retornando o nível de conformidade em 2015, estimulado tanto pela recuperação da produtividade como dos níveis de preços praticados, alcançando média anual de 125 reais por arroba no mercado interno em 2015. Quanto aos níveis de renda dos cultivos de dendê e seringueira verifica-se um fator comum relativo ao não alcance dos níveis de produtividade desejável nos cultivos tradicionais de dendê da Bahia e da baixa produtividade da seringueira associada ao custo de manutenção dos cultivos, além de instabilidade nos preços da borracha no mercado internacional e reflexo nos preços ao produtor, condicionando estado de atenção na análise dos indicadores de renda em 2015, com alcance de 76% e 86%, respectivamente.

ii.d- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

“O solicitado neste item acima está descrito na análise elaborada referente ao conjunto dos POs, em relação aos objetivos contidos no Mapa Estratégico da CEPLC. Item 3.4.1.”

ii.e- Principais desafios para 2016.

Recuperação do parque produtivo da Bahia e do Espírito Santo, com potencial instalado de incremento rápido da produção física de amêndoa pela elevação da produtividade e qualidade dos produtos; expansão das áreas plantadas e colhidas para os estados do Norte, com



expectativa de incremento em até 10 mil hectares/ano até o final da década em curso; atingir as metas estratégicas estabelecidas pelo setor de elevação da produtividade média nacional para o patamar dos 525 kg/ha/ano e de alcance estimado das 380 mil toneladas/ano com os cultivos de cacau já instalados: dinamização das cadeias produtivas da seringueira em sistemas agroflorestais e do dendê para produção de agroenergéticos e, repactuação de dívidas dos produtores de cacau com abertura de crédito novo para o setor.

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado

Não obstante os esforços desenvolvidos serem parte dos fatores que provocam resultados na perspectiva da sociedade regional, o que se pode avaliar ainda de forma subjetiva é relacionar as mudanças na qualidade de vida das populações regionais, associadas à melhoria da renda e ocupação no campo como decorrência direta ou causal desse objetivo. Análises do setor de chocolate indicam demanda da ordem de um milhão de toneladas de cacau/ano para o próximo quinquênio, ratificada pelo incremento significativo no consumo de chocolate e de cacau no Brasil, bem como da sua inserção nos BRICS. Dados da ABICAB situa o Brasil como o 3º maior produtor e consumidor mundial de chocolate, aumentando o consumo chocolate, de 2,3 Kg para o patamar de 3,0Kg per capita, em 2015. Nesse contexto tem se verificado incremento na renda agropecuária regional, em particular na cadeia de valor do cacau, estimada em 12 bilhões de reais, bem como sinais de recuperação de postos de trabalho, com aumento dos empregos diretos e indiretos também nas demais cadeias.

iii.b- Ações para melhoria de desempenho

Equalização das dívidas do setor agropecuário nas regiões cacaueiras, ora superior a um bilhão de reais; abertura de novas linhas de financiamento agrícola e agroindustriais; fomento às iniciativas de agregação de valor e no plano institucional promover a recomposição das bases orçamentárias da CEPLAC e realização de concurso público, há 28 anos sem renovação do quadro.

3.1.2 - Ser promotora da sustentabilidade e competitividade do setor agrícola

i. Descrição

Descrição geral

A competitividade e sustentabilidade do setor agrícola das regiões produtoras de cacau do Brasil estão associadas ao recorte regional de atuação da Ceplac, onde se inserem os Biomas de Mata Atlântica e Floresta Amazônica, receptores dos agrossistemas cacau e cultivos integrados, bem como da matriz tecnológica e da base de organização da produção.

Responsável Hellinton José Rocha

ii. Análise

ii.a- Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2015 em relação ao exercício de 2014.

Integração com os agentes das cadeias produtivas, tecnologia de ponta e conservação produtiva são atributos essenciais. Os cultivos do cacaueiro em sistema agroflorestais estão estabelecidos nos biomas da Mata Atlântica e Floresta Amazônica, espaços de execução de políticas de organização dos territórios e das cadeias agropecuárias regionais. As entregas priorizaram a eficiência dos sistemas produtivos, tais como: incremento da produtividade dos fatores de produção nos Sistemas Agroflorestais – SAF com cacau e cultivos perenes;

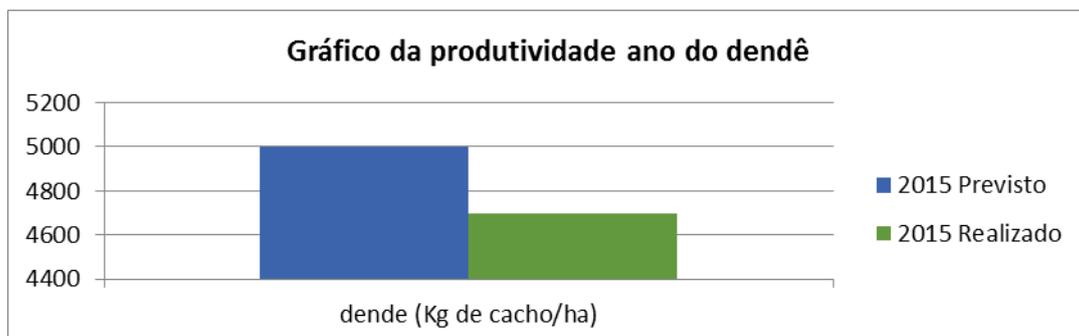
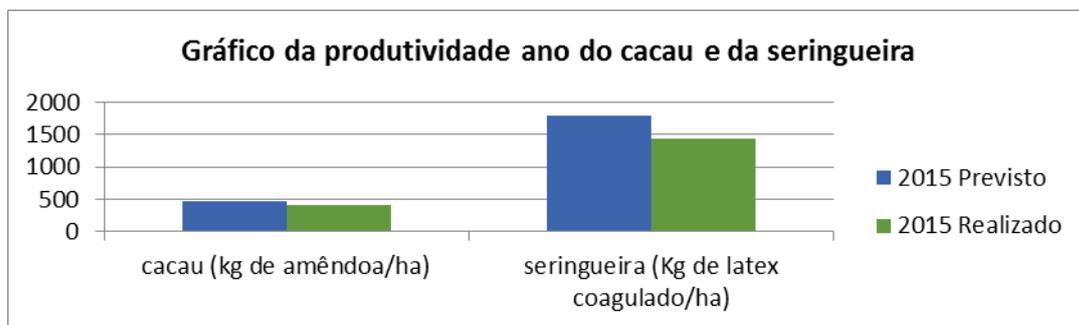


busca pela estabilidade ambiental, fitossanitária, trabalhista, fundiária, creditícia, na sucessão geracional e no fomento a mecanismos de organização socioprodutiva e distribuição de benefícios. Dentre as iniciativas se destaca o apoio à organização para o empreendedorismo, o cooperativismo e o associativismo, voltados a estratégias de empoderamento econômico e agregação de valores. Avançaram-se os processos de indicação geográfica e outros signos distintivos, a certificação orgânica e de “fair trade”, além da agroindustrialização.

ii.b- Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico e os avanços alcançados no exercício de 2015.

Como suporte aos desafios de incremento da produtividade, além das pesquisas avançadas em genética, biologia molecular, fisiologia da produção e outras associadas a desenvolvimento de cultivares e manejo de novos clones, consuma produção em escala, pela unidade de pesquisa da CEPLAC, de 17.000Kg do Biofungicida Tricovab, com disponibilização junto aos produtores rurais de 9.000Kg destinados ao controle biológico da doença vassoura de bruxa; integra parceria no desenvolvimento de pesquisa em mecanização para a ergonomia e produtividade do trabalho braçal nas lavouras de cacau e contribuiu com o novo marco regulatório que permitirá a volta do manejo de sombra do cacau cultivado em sistema agroflorestal – SAF em “cabruca”, fomentando novos investimentos para o setor. Nos estados do Norte está em curso a implantação dos Cadastros Ambientais Rurais e na Bahia, o Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais – CEFIR, com vistas à regularização fundiária e estabilidade jurídica, permitindo com isto o acesso a linhas de créditos e viabilidade dos sistemas de produção. Estes avanços conjugadas com outras políticas públicas fomentam a sucessão geracional nas regiões de atuação;

ii.c- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.



Não obstante ficar constatada evolução paulatina nas produtividades do cacau e da seringueira e estabilização do dendê, não contribuiu para atingir as metas programadas para o exercício,



com alcances de 86% no cacau, 97% no dendê e seringueira 80%. Dentre os estados o Pará tem mantido níveis elevados com 860 Kg/ha, no ano. A seringueira sofre um efeito inverso com queda progressiva da produtividade e enfrenta adversidades diante de posições baixistas dos preços da borracha no mercado interno.

Tabela comparativa de indicadores em três exercícios

Ser Promotora da Sustentabilidade e Competitividade do Setor Agrícola					
Produtividade	2014		2015		2016
	Prev.	Real.	Prev.	Real.	Meta
cacau (kg de amendoa/ha)	500,00	403	480	411	525
dende (Kg de cacho/ha)	5.000,00	4.700	5.000	4.700	6.000
seringueira (Kg de latex/ha)	1.800,00	1.341	1.800	1.439	1.800

A evolução na produtividade do cacau e da seringueira, ainda que paulatina, já se apresenta suficiente para reverter o estado de atenção em que se situa na presente análise e manter-se, diante de auspiciosa meta, já aproximando de patamares favoráveis. De outro lado, verificam-se níveis de conformidade nos dados apurados em todos os anos com o dendê, em razão de metas relativas, pois se trata de cultivos tradicionais. Os dados da seringueira revelam situação de atenção, com tendência de recuperação associados a fatores conjunturais e de mercado do setor.

ii.d- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

“O solicitado neste item acima está descrito na análise elaborada referente ao conjunto dos POs, em relação aos objetivos contidos no Mapa Estratégico da CEPLC. Item 3.4.1.”

ii.e- Principais desafios para 2016.

Fortalecer as câmaras setoriais do cacau, borracha e agroenergia; dar curso aos estudos de sequenciamento do genoma do patógeno *Moniliophthora perniciosa* e do hospedeiro *Theobroma cacao*, permitindo com isso uma nova estratégia de controle de pragas do cacau e sistemas associados; articular esforços conjuntos entre CEPLAC, MAPA e Secretarias de Defesa, nos estados da Bahia e Região Norte, para dinamização do plano de contingenciamento da Monilíase do cacau, visando proteger a cacaucultura nacional dos riscos de entrada, dispersão e estabelecimento dessa grave; fomentar parcerias público-privadas para produção em escala comercial do Biofungicida Tricovab, já desenvolvida pela CEPLAC e, articulação com o governo da Bahia na execução do Decreto 15.180, de 2 de julho de 2014, relativo ao manejo florestal, incluindo o cacau cabruca e normatização do cadastro estadual dos imóveis rurais

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado

Elevação dos níveis de produtividade nacional do cacau; iniciativas de agregação de valor com a adoção de signos distintivos, a exemplo de Indicação de Procedência concedida pelo INPI; os processos de indicações geográficas e marcas coletivas em curso nos Estados do Pará, Bahia e Amazonas; fomento a organização em pequenas plantas agroindustriais de chocolates e derivados, hoje em torno de 26 unidades e, da valorização já premiada pela política de preços mínimos da agricultura familiar e sociobiodiversidade liderada pelo MDA,



e por outros nichos de mercados do cacau silvestre produzido nas várzeas das bacias dos Rios Purus e Madeira, no Amazonas.

iii.b- Ações para melhoria de desempenho

Os requisitos de melhoria na execução do objetivo estão associados a intensificação das parcerias e cooperações técnicas com os estados e municípios de atuação, disponibilização de linhas de crédito, além das questões de ordem institucional como equalização das limitações orçamentárias, financeiras e de recomposição do quadro de pessoal. Urge promover a inserção competitiva do produtor de cacau no mercado, dando ênfase a qualidade, certificação e agregação de valor e atendimento de demandas: por sistemas sustentáveis de produção; por sistemas agroflorestais que aumentem a oferta de produtos e a receita por unidade de área; por sistemas de manejo intensivo com irrigação e por técnicas de mecanização no sistema de produção de cacau.

3.1.3- Ser agente de desenvolvimento territorial e inclusão social

i. Descrição

Descrição geral

Articular a base de representação dos segmentos públicos e sociedade civil junto aos colegiados de cada território e promover a organização da produção junto às famílias agricultoras, quilombolas, indígenas, ribeirinhos e pescadores artesanais assistidos nos 22 territórios cacaueiros situados nos Biomas de Mata atlântica e Floresta Amazônica.

Responsável Hellinton José Rocha

ii. Análise

ii.a- Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2015 em relação ao exercício de 2014.

Tendo como eixo a integração de políticas públicas de inclusão social e produtiva, alinhadas ao Programa “Brasil sem Miséria”, a estratégia de desenvolvimento territorial rural e do programa Territórios da Cidadania gestados pelo MDA e Casa Civil, concebeu-se a gestão articulada dessa política nos 22 territórios rurais de atuação. O esforço até então desenvolvido reside na adequação dos territórios como unidades de planejamento nas atividades de ATER e PD&I, processo em construção, com maior avanço no estado da Bahia, onde o governo deliberou também por esse desenho das suas unidades de planejamento. Diante dos grandes desafios dessa política, focadas no enfrentamento da pobreza e da exclusão social, da degradação ambiental, das desigualdades regionais, sociais e econômicas que ainda atingem o meio rural, os esforços empreendidos são de articulação de parcerias e políticas públicas focadas no desenvolvimento territorial e, fortalecimento dos colegiados territoriais na composição de grupos temáticos, bem como na elaboração dos planos de desenvolvimento territoriais rurais sustentáveis - PDTRS.

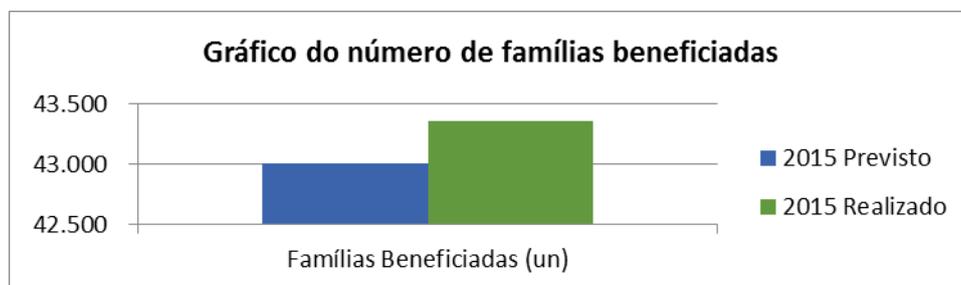
ii.b- Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico e os avanços alcançados no exercício de 2015.

As mudanças percebidas ainda são lentas na medida em que o objetivo não foi concebido de forma sistêmica por parte da direção nos seus diversos níveis nem pela maioria dos técnicos, agentes do enraizamento desse processo. Ainda que não institucionalizada, foram criadas em cada território da Bahia, a figura dos agentes de desenvolvimento territorial que, mesmo sem função na estrutura atuam como agentes de ATER e animadores desse processo junto aos territórios de jurisdição. A articulação de políticas públicas e programas integrados diversos



como ATER, PAA, PNAE, crédito rural, crédito fundiário e agroindústria constituem esforços compartilhados do objetivo em fortalecimento às famílias no campo. Um exemplo de dinamismo é o território do Médio Rio das Contas, na Bahia, que tem parcerias com o Consórcio dos Municípios e Polo de fruticultura, na realização de várias iniciativas. O 2º Seminário Territorial de Cacau e Chocolate – AGROCACAU, realizado em 2015 ampliou a motivação para verticalização da cadeia de fruticultura e fortalecimento da Câmara territorial do cacau e chocolate, já consolidada com dezenas de experiências de agroindustrialização de polpa de frutas, doces, geleias e arranjos diversos com chocolate e produtos lácteos. Nesse exercício, as parcerias da CEPLAC se ampliaram com órgãos do estado, universidades, IFBAIANO de Uruçuca – BA e Colegiado Territorial, na realização de cursos, oficinas e aulas práticas em cultivos e verticalização do cacau e demais frutas cultivadas no território, com ênfase no empreendedorismo, prospecção de mercados e na soberania alimenta.

ii.c - Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.



O gráfico acima afere e qualifica o público beneficiado pelo esforço do objetivo pela medição do número de famílias que acessam os programas de governo e se inserem em políticas públicas integradas ao desenvolvimento territorial rural. Consta-se no exercício apurado uma evolução deste público-alvo com extrapolação do programado para o exercício em 1%.

Tabela comparativa de indicadores em três exercícios

Ser Agente de Desenvolvimento Territorial e Inclusão Social					
Análise Indicadores	2014		2015		2016
	Prev.	Real.	Prev.	Real.	Meta
Famílias Beneficiadas (un)	41.000	36.339	43.000	43.359	45.000

Percebe-se na tabela acima, uma evolução dos níveis de atenção para o estado de conformidade, diante do incremento de 7 mil novas famílias incluídas em relação 2014. Este incremento no ano de 2015 sinaliza maior acesso desse público beneficiado às políticas públicas focadas no desenvolvimento territorial rural e questões agrárias.

ii.d- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

“O solicitado neste item acima está descrito na análise elaborada referente ao conjunto dos POs, em relação aos objetivos contidos no Mapa Estratégico da CEPLC. Item 3.4.1.”



ii.e- Principais desafios para 2016.

Articular as políticas públicas e programas transversais ao desenvolvimento territorial rural sustentável; Integrar os macroprocessos de ATER e PD&I às demais ações nos diversos níveis de governo; animar e assessorar o processo de organização das comunidades rurais frente à demanda de serviços públicos para o campo; fortalecer as parcerias institucionais na constituição e efetividade dos colegiados territoriais.

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado

O alcance de atendimento ao contingente de 43 mil famílias beneficiadas em atividades diversas e atenção à questão da sucessão rural nos territórios, com ações de fortalecimento do setor produtivo e do protagonismo juvenil e sucessão rural retrata que o desempenho nos resultados do objetivo ainda são pouco significativos, diante do tamanho das demandas e desafios das políticas públicas para o campo.

iii.b- Ações para melhoria de desempenho

Considerando-se que o esforço nesse objetivo é de coparticipação com outros entes de governo e de complementariedade aos programas voltados para o campo um plano de melhorias requer além de revisão da estratégia institucional, um esforço de internalização na gestão com formação de multiplicadores desse desafio e atração de novos atores e parcerias institucionais.

3.1.4 - Fortalecer a imagem institucional da CEPLAC

Descrição:

Promover, tanto no ambiente interno como externo, o fortalecimento da imagem institucional do órgão destacando o nível de excelência, das ações e políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável das regiões onde atua. Realçar a imagem da CEPLAC junto à sociedade em geral, visando acima de tudo, divulgar seu papel, o conhecimento científico e, resultados alcançados no fortalecimento do agronegócio nas regiões produtoras de cacau do Brasil.

ii. Análise

O vigoroso trabalho de pesquisa, educação profissionalizante, assistência técnica e extensão rural desenvolvido pela CEPLAC, há 05 décadas, nas regiões cacaueiras do Brasil, terminaram por consolidar a imagem de uma instituição identificada pela excelência, eficiência e comprometimento com a execução de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural sustentável, tendo como retaguarda a qualificada força de trabalho.

ii.a - Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2015 em relação ao exercício de 2014.

A despeito crescentes dificuldades experimentadas pelos órgãos públicos, em termos de redução de orçamentos, carência de pessoal, envelhecimento da infra-estrutura, que impactaram o vigor da instituição, a CEPLAC ainda hoje usufrui, junto à sociedade, de uma imagem, conquistada ao longo da sua trajetória, emoldurada pelo conhecimento científico e pelos resultados produzidos nas regiões cacaueiras do Brasil.



É compreensível que a atual performance da instituição não tenha relativamente o mesmo vigor daquela do passado, embora ao longo do tempo tenha sido construído um legado - a marca CEPLAC – ostentada com orgulho pelo ceplaqueano. É necessário que a imagem da CEPLAC deva ser permanentemente realçada, tanto no ambiente interno como externo, através de programas, ações, mecanismos eficientes de veiculação da informação e práticas que valorizem a sensação de pertencimento do servidor, divulgando a importância da sua missão.

ii.b - Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico e os avanços alcançados no exercício de 2015.

Na prática, a imagem institucional foi construída ao longo dos anos e é uma consequência do laborioso trabalho de décadas, não havendo uma orientação explícita nesse sentido. Prescinde-se de um trabalho de profissionais da área que estimulem a comunicação com o público externo e uma divulgação abrangendo todo o trabalho realizado pela Ceplac, a despeito das contribuições individuais de pesquisadores e extensionistas, realizadas através da divulgação dos seus respectivos trabalhos técnicos. Recentemente, o Centro de Pesquisas do Cacau - CEPEC vem resgatando os artigos científicos divulgados através de boletins técnicos, Revista Theobroma, diagnóstico da região cacaueira realizado em oito volumes nas mais diversas áreas: solos, vegetação, socioeconomia, etc. Porém, é necessária uma atuação mais incisiva, sob o comando de profissionais da área de comunicação, marketing e imagem. Os resultados da Revista Agrotrópica, Jornal do Cacau e organização de eventos como Congressos de Cacau e Apicultura, Dias de Campo realizados tem contribuído muito com a imagem da Ceplac, porém ainda são insuficientes.

ii.c - Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.

Analisando os indicadores no período compreendido entre 2012-2015 verificou-se um crescimento do número de artigos publicados na revista agrotrópica em 36%. Apesar de grande importância o número de “Jornal do Cacau” editado e distribuído reduziu-se em - 72,73%, devido principalmente a falta de recursos para compra do material para edição. Os dias de campo e o número de participantes aumentaram 46,47% e 101,44%, respectivamente.

ii.d - Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

“O solicitado neste item acima está descrito na análise elaborada referente ao conjunto dos POs, em relação aos objetivos contidos no Mapa Estratégico da CEPLC. Item 3.4.1.”

ii.e - Principais desafios para 2016.

Assegurar recursos para editoração da Revista Agrotrópica, Jornal do Cacau e execução de um plano de comunicação e marketing



iii. Conclusão

iii.a - Avaliação do resultado

É necessária uma atuação mais incisiva, sob o comando de técnicos da área de comunicação e marketing, com vistas à melhoria da imagem da organização, através da eficiente divulgação do trabalho realizado pela Ceplac e os seus impactos sociais, econômicos e ambientais.

iii.b - Ações para melhoria de desempenho

Elaborar um plano de comunicação e marketing;

Contratação de serviços de profissionais para promover a imagem institucional; Captar recursos para editoração da Revista Agrotrópica, Jornal do Cacau e execução do plano de comunicação e marketing

3.1.5 - Incrementar a produção agropecuária com base na conservação produtiva

i. Descrição

Descrição geral

Aumentar a renda média marginal das regiões produtoras de cacau do Brasil, por meio de aumento da produção e da produtividade com base na conservação produtiva. Para isso, a matriz operacional contempla uma concepção de conservação que incorpore ao planejamento da propriedade: elementos da paisagem (reservas legais, áreas de preservação permanente-APPs), formas de produção favoráveis à conectividade entre os fragmentos de biodiversidade, a exemplo dos sistemas agroflorestais-SAF's, produção integrada, alternativas de diversificação das unidades produtoras de cacau, sistemas de produção orgânica e de base agroecológica e reincorporação de áreas antropizadas ao processo produtivo.

Responsável Hellinton José Rocha

ii. Análise

ii.a- *Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2015 em relação ao exercício de 2014.*

Associa-se ao forte apelo ambiental da lavoura de cacau e dos cultivos correlatos, uma vez que os agroecossistemas cacaueiros integram uma diversidade de sistemas agroflorestais e arranjos produtivos que mantêm remanescentes florestais e faunísticos, tornando possível conciliarem produção e conservação dos recursos naturais. Dentre os sistemas de produção trabalhados tem relevância o sistema “cacau-cabruca” - um precursor dos sistemas agroflorestais-SAF's e praticado pelos pioneiros no cultivo do cacau na Bahia, há mais de 250 anos. Esse sistema inspirou o conceito, **conservação produtiva** - cunhado recentemente para tipificar a sustentabilidade da lavoura no seu sentido mais amplo. Priorizaram-se ações de ATER e pesquisas para o projeto “Barro Preto”, laboratório piloto de práticas conservacionistas, na regulamentação do manejo do agrossistema cabruca, com área de 300 mil hectares, na Bahia, bem como instalaram-se unidades demonstrativas com diferentes arranjos de espécies florestais e fruteiras, seringueira, cacau e cultivos temporários. As áreas de várzeas e terra-firme alteradas e/ou degradadas foram também trabalhadas na Amazônia, onde a agregação de valo se dá pela sua incorporação ao processo produtivo, utilizando o cacau silvestre em SAFs.

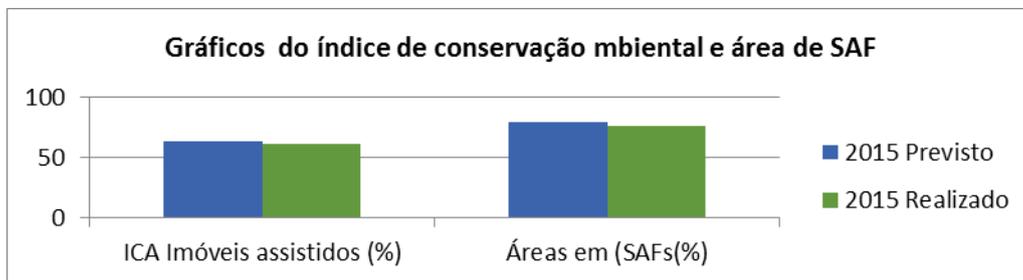
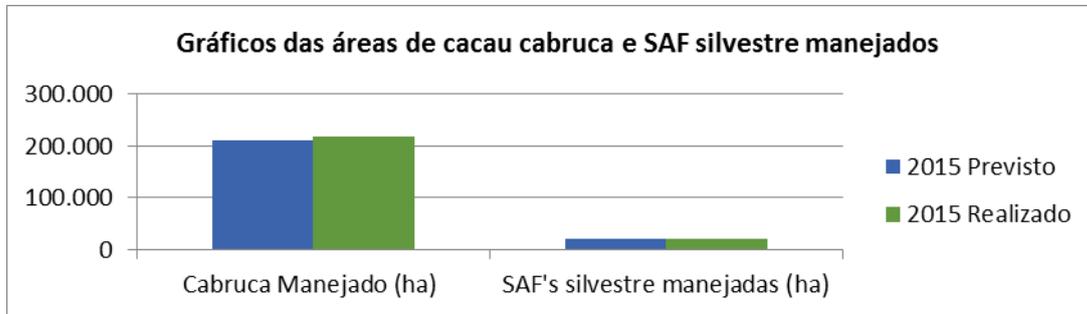
ii.b- *Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico e os avanços alcançados no exercício de 2015.*

Dentre os 742 mil hectares dos cultivos priorizados de cacau, seringueira e dendê assistida no exercício, estão contemplados os seguintes resultados do objetivo: 218 mil hectares de



cultivos em sistema cabruca; 21,2 mil hectares de várzea e cacau silvestre; manutenção de 76,38% das áreas de cultivos em sistemas agroflorestais, SAFs e manutenção do índice de conservação ambiental dos imóveis rurais em 61,5%. Acrescente-se a esse esforço, as mudanças relativas à adequação ambiental das propriedades rurais, com a sensibilização de agricultores para procederem o registro dos imóveis no CAR-Cadastro Ambiental Rural, Lei 12.651/12 – novo Código Florestal e o Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais – CEFIR, na Bahia. Foram testados modelos de SAF's de alta rentabilidade e específicos para recuperação de áreas antropizadas. Além do estímulo aos arranjos em SAFs, foram publicados artigos técnicos e a cartilha “Implantação do Cacaueiro em Sistemas Agroflorestais” específico para aplicação na Amazônia, como material didático do Programa de recuperação de áreas degradadas da Amazônia -PRADAM.

ii.c- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.



O gráfico acima retrata os principais indicadores de conservação produtiva: área de cacau-cabruca, área manejada de SAF's silvestre/várzeas, índice de conservação ambiental/imóveis assistidos e a % de áreas em sistemas agroflorestais (SAFs). A área em cabruca teve evolução de 10% assim como a área manejada em saf silvestre, com 6%. O ICA e o percentual de SAFs mantiveram-se respectivamente, em 65% e 76%, mesmos níveis do ano anterior, porem inferior as metas de 63 e 80%.

Tabela comparativa de indicadores em três exercícios

Incrementar a Produção Agropecuária com Base na Conservação Produtiva					
Análise Indicadores	2014		2015		2016
	Prev.	Real.	Prev.	Real.	Meta
Cacau Cabruca Manejado (ha)	210.000	213.000	210.000	218.000	220.000
Área de SAF's silvestre/varzeas manejadas (ha)	20.000	17.390	20.000	21.180	25.000
% Índice de conservação ambiental - ICA Imóveis assistidos	63	61,54	63	61,50	63
% de áreas em sistemas agroflorestais (SAFs)	80	76,51	80	76,38	80



Quanto ao grau de conformidade pode se constatar que todos os indicadores de conservação produtiva apurados em 2015 mantiveram-se em conformidade, tanto no comparativo com o apurado no ano anterior, como na análise em relação às metas programadas para o exercício.

ii.d- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

“O solicitado neste item acima está descrito na análise elaborada referente ao conjunto dos POs, em relação aos objetivos contidos no Mapa Estratégico da CEPLC. Item 3.4.1.”

ii.e- Principais desafios para 2016.

Regulamentar o pagamento por serviços ambientais; conciliar o incremento da produção para suprir a demanda interna e gerar excedentes para exportação com foco na conservação produtiva e no uso múltiplo da propriedade; recuperar áreas de cacauais decadentes; adequar o imóvel rural à legislação ambiental e trabalhista; implantar SAF's em espaços de cultivos monoculturais; conservar indivíduos e fragmentos remanescentes nos biomas onde a cacauicultura está inserida; proteger, recuperar e conservar o patrimônio florestal e os recursos naturais; desenvolver e utilizar tecnologias de baixo custo e de baixo impacto ambiental; estimular o cooperativismo de produção e agroindustrialização como forma de sustentação econômica para a consolidação da cacauicultura.

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado

Mesmo com as limitações impostas no exercício diante da redução dos limites orçamentários e redução de pessoal, pôde-se registrar avanços qualitativos para desenvolvimento das regiões: a) mudança no perfil do produtor quanto à utilização das tecnologias e manejo sustentável; b) empoderamento dos produtores; c) inclusão social; d) agregação de valor à matéria-prima; e) melhoria de vida e segurança alimentar; f) intensificação da produção em SAFs. No plano da normatização, registra-se a publicação da Portaria nº 10.225/2015, do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA, da Bahia, estabelece os critérios e procedimentos para a concessão da Autorização de Manejo da Cabruca - AMC. O corte de árvores nativas deverá ser definido por meio da análise técnica do órgão estadual competente, com base em Projeto Técnico de Manejo da Cabruca - PTMC apresentado pelo interessado, respeitados os limites estabelecidos na Seção IV do Decreto 15.180/2014 e de modo a não comprometer os produtos e serviços ambientais da cabruca. Nesse contexto coube exclusivamente a CEPLAC a elaboração do primeiro PTMC sob a égide da conservação produtiva, já protocolado no escritório regional do INEMA.

iii.b- Ações para melhoria de desempenho

Conclusão do processo de regulamentação do programa conservação produtiva, com vistas agilizar e operacionalizar o sistema com segurança jurídica e ambiental; aceleração dos estudos complementares e desenvolvimento de pesquisas em áreas-piloto com vistas à consolidação do programa. Ampliação e adequação orçamentária da CEPLAC e realização de concurso público.



3.1.6 - Ampliar a produção de agroenergéticos.

i. Descrição

Nome do objetivo	Ser Excelência em P D&I
Responsável	Hellinton José Rocha e Edmir Celestino Ferraz
Definição geral	

Desenvolvimento de estudos e ações de melhorias e otimização do agronegócio dendê, voltados para a consolidação da agricultura familiar e médias propriedades agrícolas, visando atingir níveis de viabilidade agroindustrial e econômica de produção e utilização de óleo, especialmente como matéria-prima para produção de biodiesel na região cacaueiras da Bahia. Contribuirá com a expansão de cultivos agroenergéticos e de fontes renováveis para as regiões produtoras de cacau, assim como para a matriz energética do Brasil.

ii. Análise

ii.a Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando evolução do estágio do objetivo estratégico ocorrida desde a implementação do plano estratégico.

Em 2015, último ano do ciclo do PPA 2012/2015, no contexto do Programa: 2014 – “Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização”, do Objetivo: 0750 - Ampliar, diversificar e monitorar a produção de biomassa agropecuária destinada ao suprimento energético, visando à consolidação da agroenergia como vetor de desenvolvimento rural e aumento da sua participação na matriz energética e da Iniciativa 02YO – Desenvolvimento das potencialidades agroenergéticas das regiões produtoras de cacau. A qual tem status de objetivo no Mapa Estratégico, Ampliar a produção de Agroenergéticos, ancorado financeiramente na Ação: 20ZY Desenvolvimento das regiões produtoras de cacau. Cujos projetos dessa área têm como desafio a geração de tecnologia que possibilitem o aperfeiçoamento dos processos empregados na cadeia produtiva do dendê. Visando aumentar a sua produtividade e produção em base sustentável, com foco na consolidação da agricultura familiar e médias propriedades agrícolas. E ainda, atingir níveis de viabilidade agroindustrial e econômica de produção e utilização de óleo, especialmente como matéria-prima para produção de biodiesel nas regiões cacaueiras da Bahia.

De 54.031 ha de área de dendê estimados no Sul da Bahia foram assistidos 4.407 ha correspondendo a 8,17% da área, abrangendo 261 pequenos e minis produtores de dendê subespontâneo com metodologias grupais. Implantou-se uma área como Unidade de Observação e demonstrativa de 3 hectares de dendê na sede regional da Ceplac com o propósito de desenvolver um sistema de produção de dendê em consórcio com a bovinocultura e incentivar os produtores a substituírem o dendê espontâneo pela variedade tenera, mais produtivo e rentável. Para estimular a agregação de valor e melhorar a qualidade do óleo foi instalado uma micro usina de processamento de dendê na Estação Experimental da Ceplac no Município de Una. E para expandir a dendeicultura no extremo sul da Bahia foi incentivada a implantação de 70 ha de dendê, variedade tenera, sendo 40 ha com sementes produzidas pela Ceplac e 30 ha com sementes produzidas pela Embrapa. Outro trabalho desenvolvido pela Ceplac foi motivar os produtores de óleo para melhoria dos roldões, visando elevar o nível de qualidade do produto, resultando na redução de acidez do óleo produzido da faixa de 15% para 5%. De 54.031 ha de área de dendê estimados no Sul da Bahia foram assistidos 4.407 ha correspondendo a 8,17% da área, abrangendo 261 pequenos e minis produtores de dendê subespontâneo com metodologias grupais. O projeto contemplou uma Unidade de observação e demonstração de 3 hectares de dendê na sede regional da



Ceplac com o propósito de desenvolver um sistema de produção de dendê em consórcio com a bovinocultura e incentivar os produtores a substituírem o dendê espontâneo pela variedade tenera, mais produtivo e rentável. E vislumbra estimular a agregação de valor e melhorar a qualidade do óleo via a instalação de uma usina de micro processamento de dendê na Estação Experimental da Ceplac no Município de Una. E neste período, visando a expansão da dendeicultura no extremo sul da Bahia foi incentivada a implantação de 70 ha de dendê, variedade tenera, sendo 40 ha com sementes produzidas pela Ceplac e 30 ha com sementes produzidas pela Embrapa. Outro trabalho desenvolvido pela Ceplac foi motivar os produtores de óleo para melhoria dos roldões, visando elevar o nível de qualidade do produto, resultando na redução de acidez do óleo produzido da faixa de 15% para 5%.

ii.b Análise das mudanças obtidas na situação diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico, destacando os avanços obtidos no último exercício.

Para mudar a situação socioeconômica diagnosticada, durante a elaboração do plano estratégico e estabelecer um novo cenário com um prognóstico descrito no objetivo do Mapa Estratégico, “Ampliar a produção de Agroenergéticos” até 2023. O plano redefiniu e vem executando com limitações um conjunto de projetos de PD&I e ATER na unidade da Federação da Bahia, no Bioma Mata Atlântica. Porém, apesar de algumas ações estarem sendo desenvolvidas com certo sucesso no campo da Assistência Técnica e Pesquisa, o esforço empreendido, não têm sido suficiente para gerar os reflexos positivos esperados para alcançar o objetivo. Com muito esforço e superação conseguiu manter os níveis médios de: área plantada, produtividade, produção e preços da cadeia do dendê ao longo deste ciclo. Porém, não houve como avançar por limitações **internas**, (aposentadoria do quadro técnico), sem capacidade de reposição do quadro. E por fatores **externos**, em função de (limitações creditícias e restrições legais) para produção de sementes selecionadas para distribuição aos agricultores familiares encontra-se paralisada por parte da unidade da Ceplac. Em razão de restrições contidas na MP nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, em conformidade com o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal do Brasil.

Esses entraves têm impactado negativamente e contribuído para anular e ou retardar os benefícios esperados de aumento dos níveis de produção e produtividade da cadeia do dendê com os trabalhos executados de Assistência Técnica e Pesquisa. No período trabalhado, não houve alteração na situação diagnosticada de dendê em virtude de restrições para execuções das principais ações contidas no projeto voltado para esse conjunto de agricultores. Como exemplo, a carência de recursos para operacionalização de crédito, especialmente aos agricultores familiares, assim como para concluir a instalação de uma mini usina de processamento de dendê. Outra barreira a ser rompida é a regularização do registro da Ceplac junto ao órgão de controle Renasem-Mapa, para produção de sementes melhoradas. E conseqüentemente, conduzir uma área experimental de dendê, instalada na Unidade da Estação Experimental Lemos Maia em Una – BA, objetivando viabilizar e dinamizar o processo de produção e distribuição de sementes melhoradas e sementes pré-germinadas aos produtores ou fazendas particulares e ou viveiristas credenciados e treinados. Em fim, buscar resultados que respaldem o projeto, desde a implantação de novas unidades de observação e demonstração na região, concluir a instalação das micro usinas de processamento e aquisição de equipamento para modernização das unidades de extração de óleo. Implementar uma campanha de renovação de dendezais decadentes e incentivar a expansão da dendeicultura para os tabuleiros costeiros da Bahia,, elaborar manual técnico simplificado (cartilha) sobre processamento de cachos de dendê em pequenas unidades de extração e do cultivo do dendezeiro na Bahia. Diante dos fatos evidenciados e dificuldades apontadas, constata-se que



o ritmo de execução desses projetos, requer atenção, quanto à proposta de revisão da meta física e financeira em apreço, salvo definição de nova estratégia governamental para o setor.

ii.c - Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento /entidade externa, com destaque para as superintendências e gerências estaduais.

Gráfico – Produção e Produtividade de dendê na Bahia

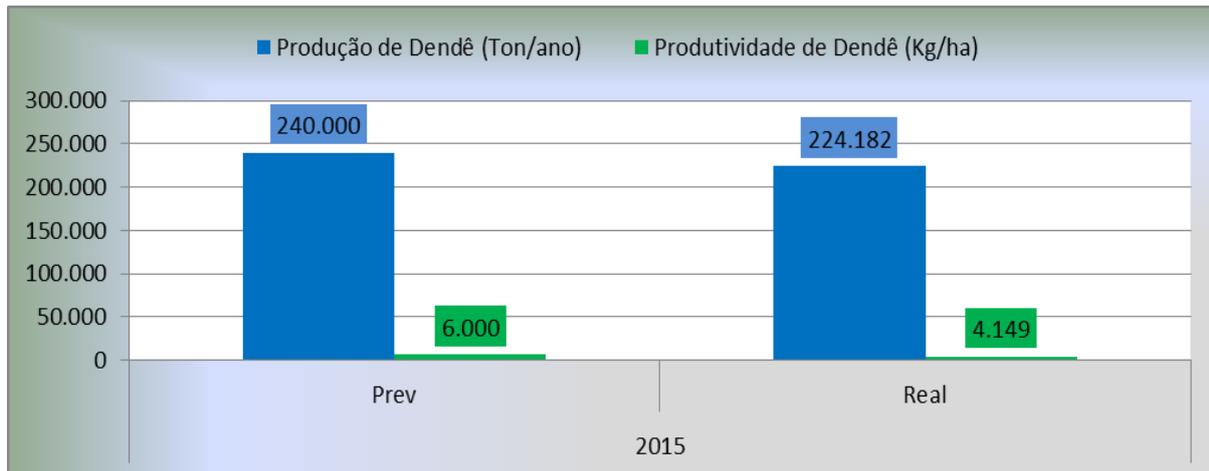
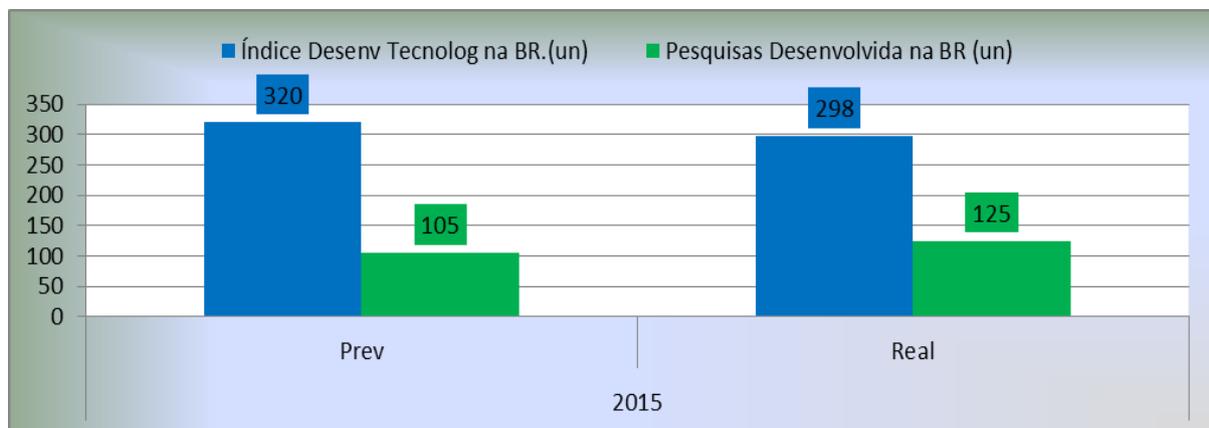


Gráfico – Índice de Desenvolvimento de Tecnologia e Pesquisas Desenvolvidas



Analisando o comportamento das variáveis, produção, produtividade e o índice de tecnologia do dendê na Bahia, verifica-se que o esforço de execução da meta física do objetivo estratégico “Ampliar a produção de Agroenergéticos”, contemplado no projeto da CEPLAC-R1.P1, no período 2012-2015, não atingiu os resultados esperados, em função da carência de mão de obra e limitações legais, porém manteve-se uma ligeira tendência de alta. Os números da tabela e gráfico acima demonstram os seguintes resultados: de produções anuais de dendê (Cacho de Coco) em amêndoas (segundo o IBGE), em 2012, 2013, 2014, e 2015* de 204.353, 203.979, 204.961 e 224.182 mil toneladas/ano, representando um decréscimo de menos (-) 0,18% de 2012 para 2013 e um acréscimo de 0,48% de 2013 para 2014 e uma estimativa de aumento de 9,38% de 2014 para 2015. Resultando em uma produtividade de 3.788, 3.793, 3.793 e 4.149 Kg por hectare ano, equivalente a um acréscimo de 0,13% de 2012 para 2013 e 0,00% de 2013 para 2014, e uma estimativa de aumento de 9,39% de 2014 para 2015. E o índice tecnológico evoluiu de 296 em 2012, 297 em 2013, 304 em 2014, para 298 em 2015.



ii.d Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico:

“O solicitado neste item acima está descrito na análise elaborada referente ao conjunto dos POs, em relação aos objetivos contidos no Mapa Estratégico da CEPLC. Item 3.1.11.”

ii.e Principais desafios:

Reequipar a estação de produção de mudas e sementes melhoradas Lemos Maia; b) Melhorar a produtividade dos dendezais subespontâneos substituindo-os por plantios tecnicamente formados com materiais melhorados; c) Contratar profissionais para suprir o quadro técnico (4) que gera tecnologia e presta assistência técnica ao projeto, pois praticamente todos se aposentaram.

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado

Os entres burocráticos e escassez de recursos, afetou os trabalhos de assistência técnica e pesquisa, portanto ações no período ainda não alcançaram os resultados esperados, mantendo-se com ligeira alta os níveis médios de produção, área e produtividade. Não houve alteração na situação diagnosticada de dendê em virtude das restrições impostas no tocante às execuções das principais ações contidas no projeto. Apesar de alguns avanços, o projeto vislumbrou a distribuição de cerca de 150.000 mil mudas oriundas de sementes melhoradas, correspondente a uma área de aproximadamente 1.000 ha, ainda faltam ser implantados outras metas contidas no projeto por limitação de recursos financeiros e humanos.

iii.b- Ações para melhoria de desempenho

- a) Simplificação das condições de acesso ao crédito para financiamento dos plantios;
- b) Contratação imediata de profissionais qualificados para cuidar das demandas fitossanitárias e nutricionais da cultura, ao longo do período, bem assim na análise de qualidade do óleo;
- c) Liberação dos recursos orçamentários e financeiros definido no projeto;
- d) Participação efetiva de empresas produtoras de biocombustíveis na consolidação da demanda para fins agroenergéticos;
- e) Aquisição imediata de equipamentos para facilitar, agilizar e oferecer segurança ao trabalhador, no processo de produção de sementes melhoradas de dendê, na estação experimental Lemos Maia.
- f) Articulação para o efetivo envolvimento de instituições interessadas no desenvolvimento da dendeicultura na Bahia;
- g) Regularização do registro de credenciamento da Ceplac como produtora de sementes e mudas; e
- h) Contratação de técnicos: pesquisadores e extensionistas e mão-de-obra terceirizada para manutenção das áreas e produção de sementes melhoradas.



3.1.7 - Fortalecer a agricultura familiar

i. Descrição

Descrição geral

Inclusão socioprodutiva da agricultura familiar, e desenvolvimento territorial rural por meio da ampliação e qualificação dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural junto às famílias agricultoras, quilombolas, indígenas, ribeirinhos e pescadores artesanais assistidos nos 22 territórios cacaueiros situados nos Biomas de Mata Atlântica e Floresta Amazônica

Responsável Hellinton José Rocha

ii. Análise

ii.a- Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2015 em relação ao exercício de 2014.

Integração dos macroprocessos de ATER e inovações tecnológicas priorizadas ao público alvo da agricultura familiar, considerando a sua participação, da ordem de 75% do contingente dos 70 mil produtores cadastrados nas regiões de atuação do objetivo. Diante do atual contexto desse segmento, influenciando demandas de modernização tecnológica, organização socioprodutiva e agregação de valor, as atividades estão focadas na produção primária, agroindústria e comercialização, bem como na ampliação do acesso aos programas e políticas públicas transversais ao desenvolvimento rural sustentável. As comunidades beneficiárias incluem famílias agricultoras, quilombolas, indígenas, ribeirinhos e pescadores artesanais em atividades de cultivos e criações diversificadas nos 22 territórios rurais de atuação. Em sintonia com estas demandas territoriais rurais o Objetivo em apreço dedica especial atenção à questão da sucessão rural, de modo a desestimular o movimento migratório dos jovens para os centros urbanos, a partir de ações que venham favorecer suas permanências na propriedade rural com trabalho, renda e cidadania, estimulando com isso a formação de empreendimentos produtivos por jovens rurais.

ii.b- Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico e os avanços alcançados no exercício de 2015.

Além de ampliação do contingente de famílias beneficiadas no ano, de 37 para 43,3 mil, ampliaram-se os participantes em capacitações tecnológicas, consumando 35,2 mil, frente aos 33,9 mil trabalhadores e agricultores em 2014, que participaram de cursos em cultivos, criações e processos diversos de aproveitamentos de produtos e gestão da propriedade rural. Por meio da emissão das declarações de aptidão ao PRONAF- DAPs garantiram-se acesso ao crédito rural qualificado, bem como ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, do Governo Federal em articulação com os conselhos de desenvolvimento rural sustentável nos municípios. A partir da constatação em estudos diversos da acentuada migração de jovens do campo comprometendo a sucessão rural geracional, a CEPLAC intensificou, nos dois últimos exercícios, um enfoque priorizado ao protagonismo juvenil no campo, pois até então o êxodo rural afetava predominantemente adultos entre 30 a 39 anos. Diante dos fatos, a formação de jovens empreendedores rurais mereceu atenção nesse exercício, tendo como resultado a formação já acumulada de 674 jovens rurais em 17 turmas, com incremento no ano de 59 jovens incluídos, num esforço recente de cooperação técnica com o MDA e Governo do Estado da Bahia. No eixo da organização socioprodutiva, entre as 1.206 organizações acompanhadas em 2015 destacam-se, na Bahia: 603 associações rurais, 113 assentamentos, 17 associações de apicultores, 10 cooperativas de produção, 26 comunidades indígenas e 19 associações de pescadores.



ii.c- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.



A medição da quantidade de declarações de aptidão ao PRONAF afere o esforço desenvolvido pelos agentes de assistência técnica no acesso às políticas públicas focadas no desenvolvimento rural sustentável, em especial o crédito rural, PAA e PNAE, tendo como beneficiários segmentos da Agricultura Familiar. Mesmo com evolução de DAPs emitidas, ficou aquém da meta, alcançando 82% do previsto e superação às 1.200 organizações associativas programadas. O crédito de PRONAF elaborado no exercício manteve-se retraído, com um volume de apenas 24,3 milhões de reais elaborados, alcance de apenas 41,0% diante do programado. As causas frequentes estão ligadas a inadimplência, irregularidades documentais e disponibilidade de crédito.

Tabela comparativa de indicadores em três exercícios

Fortalecer a Agricultura Familiar					
Análise Indicadores	2014		2015		2016
	Prev.	Real.	Prev.	Real.	Meta
DAP's emitidas (un)	10.000	8.013	10.000	8.225	10.000
Organiz. Acomp. (un)	1.200	1.206	1.200	1.206	1.200
Crédito Rural (R\$ 1.000)	100.000	41.174	100.000	30.864	100.000
PRONAF (R\$1.000)	60.000	31.241	60.000	24.312	60.000

Verificam-se desconformidades na viabilização dos indicadores de crédito rural e de Pronaf. Em relação às organizações acompanhadas ou manutenção da conformidade, ressaltando-se estado de atenção em relação ao indicador de DAPs emitidas. Quanto à elaboração de projetos de crédito geral, constata-se queda do estado de atenção para desconformidade no exercício, situação decorrente de fatores como regularização fundiária, disponibilidade de linhas de créditos e inadimplência.

ii.d- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

“O solicitado neste item acima está descrito na análise elaborada referente ao conjunto dos POs, em relação aos objetivos contidos no Mapa Estratégico da CEPLC. Item 3.4.1.”



ii.e- Principais desafios para 2016.

Alinhar aos esforços nacionais de consolidação do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - PNDRSS; fortalecer o acesso às diversas linhas de crédito do PRONAF; incrementar estratégias de organização, inclusão socioprodutiva e inserção competitiva nos mercados da produção familiar; consolidar mecanismos de promoção da sucessão geracional no campo; adotar métodos de pesquisa ação e pesquisas participativas; apropriar saberes e práticas das comunidades envolvidas e avançar na interação de políticas públicas nos eixos de ATER, desenvolvimento rural, políticas agrárias, ambientais e de cidadania.

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado

A ampliação do contingente de famílias rurais beneficiadas pelos serviços de ATER e inovações tecnológicas e gerenciais, assim como a inserção das organizações e produtores ao conjunto de políticas públicas transversais, caracteriza o resultado do atendimento, orientações e assessoria em nível dos escritórios regionais e locais, assim como na assistência técnica diretamente nas propriedades rurais e comunidades. Ressaltam-se, os esforços de adoção das metodologias participativas e realização de eventos coletivos como seminários, cursos, dias de campo e excursões técnicas, com vistas à qualificação profissional. Merece realce a formação de jovens empreendedores e diagnóstico do segmento da agricultura familiar em curso e parceria com cooperativa de agricultores familiares do Sul da Bahia – COOFASULBA, que opera o PAA na aquisição e distribuição da produção dos cerca de 450 associados e no PNAE com a entrega de 42 toneladas de achocolatado, processado em cooperação com a CEPLAC e destinados à merenda escolar em 20 municípios baianos.

iii.b- Ações para melhoria de desempenho

Adoção de metodologias de pesquisa ação com o objetivo de promover o desenvolvimento rural sustentável, a inclusão socioprodutiva, segurança alimentar e compartilhamento fundamentado na agroecologia; utilizar metodologias participativas a fim de compartilhar melhor as diversas fases dos projetos de pesquisa aplicada entre pesquisadores, extensionistas e agricultores. As melhorias associadas ao desempenho do objetivo estão condicionadas, no plano institucional, à recomposição do quadro de pessoal técnico, ampliação das parcerias institucionais e recuperação dos níveis orçamentários, com normalização do fluxo de liberação dos recursos financeiros.

3.1.8 - Promover a diversificação agropecuária regional

i. Descrição

Descrição geral

Apoio às cadeias produtivas complementares: fruticultura, palmiteiros, apicultura, seringueira e pecuária. Objetiva integrar e promover novos arranjos produtivos, com foco nos níveis de eficiência produtiva, qualidade dos produtos e verticalização da produção.

Responsável Hellinton José Rocha

ii. Análise

ii.a- Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2015 em relação ao exercício de 2014.

Mesmo tendo uma definição de foco estratégico nas cadeias produtivas do cacau, dendê e seringueira os esforços desse objetivo, ontemplam outros cultivos agrícolas e exploração

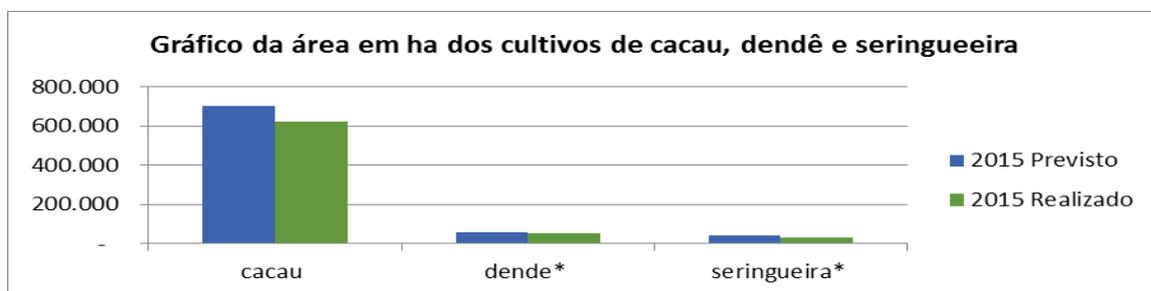


animal, conforme vocação dos agrossistemas nos territórios de atuação. Destacam-se, os arranjos produtivos em sistemas agroflorestais – SAFs e assistência técnica e pesquisas nos cultivos diversificados em fruticultura, palmiteiros (pupunha, açaí, juçara), apicultura, pecuária e cultivos alimentares. Na área da fruticultura merece destaque a criação do polo de fruticultura do Território Médio Rio das Contas, abrangendo 16 municípios da Bahia, contribuindo para a ampliação dos plantios de graviola, cajá, maracujá, banana, e utilização de outras já estabelecidas, para produção de polpas, de modo a atender as demandas das agroindústrias já instaladas na região. A apicultura, atividade em recente estabelecimento no sul da Bahia, atingiu crescimento rápido e adesão de grande parcela de produtores, principalmente da agricultura familiar. Na pecuária, os trabalhos de pesquisa desenvolvidos com foco na área de alimentação animal - pastagens geraram resultados importantes que podem ser observados na capacidade de suporte das áreas atualmente assistidas. Além do dendê, destacam-se outras palmáceas com foco na produção de palmitos, frutos e óleos.

ii.b- Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico e os avanços alcançados no exercício de 2015.

Território referência na diversificação da fruticultura e evolução no processamento local com duas indústrias médias e dezenas de pequenas processadoras de polpa de fruta o Médio Rio das Contas, na Bahia, é grande exportador de polpas de frutas para as principais capitais do nordeste, como resultado das ações articuladas entre Ceplac, Sebrae, consorcio municipal, colegiado territorial e outras instituições. Validação e recomendação de sistemas agroflorestais para os Biomas da Mata Atlântica e Floresta Amazônica com base cacau, em múltiplos arranjos e diferentes consortes como seringueira, palmáceas, fruteiras, café e essências florestais em espaços diferenciados da Mata Atlântica e Floresta amazônica. Evolução do programa de abelhas com marco de produção de mel, pólen desidratado e própolis atingindo as 489 toneladas até 2015, com envolvimento de 3.100 apicultores organizados em 26 associações e duas cooperativas de produção. Aumento da produtividade na pecuária bovina associado aos novos cultivares de gramíneas e leguminosas forrageiras e novas tecnologias de manejo das pastagens. Funcionamento da agroindustrial piloto de processamento de farinha de pupunha e da mini usina de beneficiamento de dendê, localizadas na estação experimental da Ceplac, no município de Una, Ba.

ii.c- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.



Mesmo registrado no portfólio do sistema de gerenciamento de ATER o cadastramento de mais de 20 cultivos e criações, detêm-se a apuração do indicador de área assistidas dos cultivos priorizados na estratégia institucional. Da área de cacau nacional alcançou-se 89%. No caso do dendê apurou-se a área total do cultivo na Bahia, enquanto para a seringueira trabalhou-se com a área assistida na Bahia e Espírito Santo.



Tabela comparativa de indicadores em três exercícios

Promover a Diversificação Agropecuária Regional					
Área de cultivo	2014		2015		2016
	Prev.	Real.	Prev.	Real.	Meta
cacau (ha)		697.937	700.000	621.827	700.000
dende (ha)		108.318	55.000	54.031	55.000
seringueira (ha)		32.640	40.000	33.521	40.000

Com alcance de 89% da área assistida com cacauzeiros, pode-se caracterizar no ano de 2015 uma aproximação do nível de conformidade. O dendê em razão da redefinição da meta na Bahia foi possível o alcance do nível de conformidade, já que há um processo de atualização do cadastro em construção, situação também aplicada ao cálculo da área de seringueira assistida na Bahia e Espírito Santo, que apresentou nível de atenção na apuração.

ii.d- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

“O solicitado neste item acima está descrito na análise elaborada referente ao conjunto dos POs, em relação aos objetivos contidos no Mapa Estratégico da CEPLC. Item 3.4.1.”

ii.e- Principais desafios para 2016.

Proceder avaliação das cadeias produtivas dinâmicas e demandantes de tecnologia e organização do seto; busca de aporte orçamentário e de pessoal técnico para a instituição no sentido de continuidade dos processos de pesquisas e extensão rural, no aprimoramento das tecnologias e sistemas de produção sustentável dos cultivos diversificados.

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado

Merece referência os resultados em Apicultura, com a premiação em 2015 do trabalho: “Projeto abelha, as aliadas da natureza”, dentro do Prêmio Nacional, do Ministério da Agricultura denominado “Gestão Sustentável na Agricultura” – 3ª edição 2014/2015. Os resultados pontuais apresentados, ainda que insuficientes para promover mudanças transformadoras no cenário socioeconômico das regiões produtoras de cacau, oferecem muitas janelas de oportunidades de ampliação da capacidade de renda e alternativas de saída da dependência da monocultura, diante da diversidade agropecuária vocacionada nesses agrossistemas e do seu potencial de agregação de valor. O nível de priorização do órgão nessas atividades finalísticas, diante das dificuldades de recursos e pessoal, não reflete o tamanho do esforço empreendido pelas unidades locais no atendimento dessas demandas.

iii.b- Ações para melhoria de desempenho

Um exemplo de atuação da Ceplac nessa atividade é a coordenação e realização de eventos estaduais e nacionais em parceria com outras organizações, a exemplo de fruticultura em cultivos diversos, seringueira, dendê e outras oleaginosas, pupunha, coco, pecuária, pequenos animais, piscicultura, apicultura e outros eventos temáticos. O plano de melhorias requer avaliação das reais demandas apresentadas diante da capacidade operativa e dos recursos disponibilizados para esta temática, que estão muito limitados.



3.1.9- Agregar valor à produção

i. Descrição

Descrição geral

A agregação de valor ao cacau continuará a ser prioridade através da difusão de tecnologia de processamento, com fomento a investimentos da iniciativa privada em fábricas de chocolate, bem como através de parcerias com os produtores rurais para garantir maior produtividade, produção e matéria-prima de qualidade. Consoante este esforço, a certificação orgânica e indicação de origem serão fomentadas, assim como a produção de cacau fino de qualidade Premium

Responsável Hellinton José Roicha

ii. Análise

ii.a- Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2015 em relação ao exercício de 2014.

Compreende no âmbito das cadeias produtivas regionais nas atividades de apoio ao desenvolvimento, fomento e transferência de tecnologias como estímulo às iniciativas de verticalização e certificação de sistemas de produção, de produtos e de processos, à exemplo das experiências de produção orgânica, indicação geografia, signos distintivos e de manejo de pós colheita para obtenção de qualidades diferenciadas com vistas a novos mercados. Em relação à dinâmica do parque processador nacional de cacau, o objetivo reuniu esforços na consolidação das estatísticas de moagem das grandes matrizes industriais do cacau instaladas nos polos de Ilhéus-Bahia, no Espírito Santo e em São Paulo, em alinhamento aos mecanismos de previsão de safras do setor. Aos produtores de cacau e organizações que se inserem na produção de chocolate e demais processos de agregação, são propiciadas suas participações nos diversos fóruns temáticos: seminários, cursos e festivais. Seus técnicos contribuem com os eventos na realização de palestras e divulgação dos produtos processados e na gestão da unidade agroindustrial da ceplac que funciona como piloto de incubação em parceria com cooperativas e associações. Na política de qualidade, além da classificação e certificação das amêndoas, desenvolvem-se pesquisas em análise sensorial dos produtos processados.

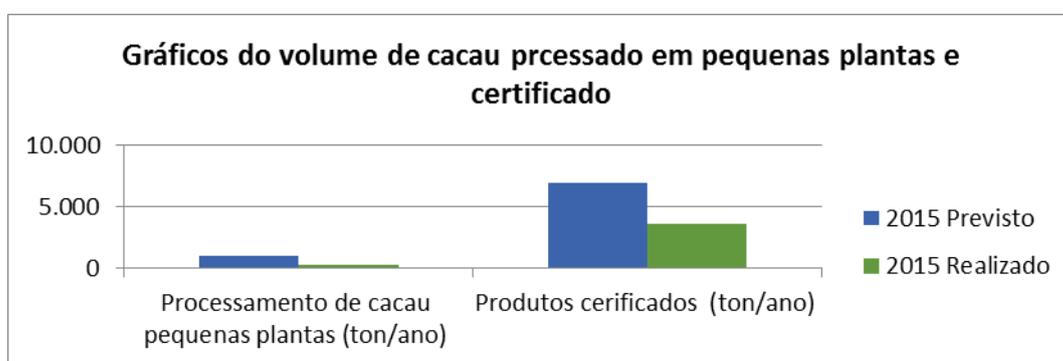
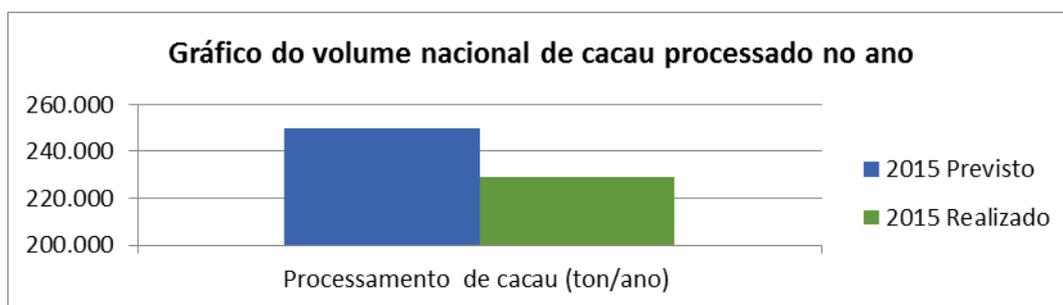
ii.b- Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico e os avanços alcançados no exercício de 2015.

Incremento de tecnologias de produtos e de processos já desenvolvidas pela CEPLAC; avanços na área de equipamentos em pequenas plantas agroindustriais com tecnologias já transferidas e replicadas em linhas de processamento com porte adequado para cooperativas de produtores rurais, oferecendo perspectivas de saída da condição de exportador de amêndoa para produtor de chocolates e derivados. O **desenvolvimento de formulações e equipamentos focados em** chocolate fino e pequenas plantas industriais têm contribuído para um novo salto tecnológico na agroindústria regional e na capacitação de produtores e mão-de-obra na verticalização da produção. Foram realizadas análises em polpa de cacau, amêndoas de cacau, líquido, chocolate, achocolatados, mel, polpa de frutas, alimentos infantis e água, num total de 10.317 análises sendo 7.476 físico-químicas e 2.841 microbiológicas. O volume de cacau processado nas 26 unidades de pequeno porte para chocolate e derivados de cacau,



instaladas nos estados da Bahia, Espírito Santo e Pará, alcançou no exercício a marca das 352 toneladas.

ii.c- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.



Estatística de moagem nacional com dados da Associação Brasileira das Indústrias Processadoras de Cacau – ABICAR, acrescido das informações sobre processamento em pequenas plantas afere déficit da ordem de 2,0% ante 2014 e de 8,0% diante do programado para 2015. Os indicadores de processamento em pequenas Agroindústrias e certificação de sistemas de produção e processos são estratégicos, sendo o primeiro concebido como indicador do Programa 2042, no PPA. Apesar do aparente baixo desempenho em relação ao programado no ano, 35,2% e 51,4%, respectivamente, verifica-se paulatina evolução dentro do ciclo do PPA.

Tabela comparativa de indicadores em três exercícios

Agregar valor a produção					
Análise Indicadores	2014		2015		2016
	Prev.	Real.	Prev.	Real.	Meta
Processamento nacional de cacau (ton/ano)	250.000	233.293	250.000	228.849	250.000
Processamento de cacau em pequenas plantas (ton/ano)	1.000	321	1.000	352	1.000
Produtos certificados em processos diversos (ton/ano)	7.000	3.461	7.000	3.620	7.000

Mesmo constatando déficit de 8,0% em relação ao programado no ano verifica-se conformidade nos níveis de moagem de cacau em todo o ciclo do PPA analisado. Quanto às pequenas agroindústrias e processos de certificação, denotam-se pontos de atenção e desconformidades originadas pela superestimação das metas na concepção da estratégia e dos referidos indicadores.



ii.d- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

“O solicitado neste item acima está descrito na análise elaborada referente ao conjunto dos POs, em relação aos objetivos contidos no Mapa Estratégico da CEPLC. Item 3.4.1.”

ii.e- Principais desafios para 2016.

Avançar na caracterização física, físico-química e química das amêndoas e da polpa de cacau das diferentes variedades clonais, assim como na caracterização e avaliação da qualidade do chocolate produzido a partir da diversidade clonal ora em produção. O mercado identificou ampla diversidade de sabores e aromas que só o Brasil, pelo seu largo espectro de variedades clonais, pode oferecer. O país passou nos últimos anos a ser reconhecido como produtor de amêndoa de cacau fino e está consolidando iniciativas nos processos de indicações geográficas e marcas coletivas e signos distintivos nos Estados do Amazonas, Bahia e Pará. Diante das atuais e promissoras janelas de oportunidades para o setor, os desafios residem em: intensificar ações e programas de apoio às estratégias de agregação de valor; fomentar por meio da secretaria de relações internacionais - SRI/MAPA a formação de política exportadora de produtos das cadeias de SAF, especialmente cacau **Premium**; ampliar as Redes de Franquias ora surgidas no mercado interno e planejar suas extensões a outros mercados, fomentando as iniciativas e empreendimentos de agregação de valor às cadeias produtivas regionais.

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado

A cadeia do cacau no Brasil possui valor estimado da ordem de doze bilhões de reais, com participação de dois bilhões do setor primário. Parcelas destes produtores rurais são hoje empreendedores no setor, processando e acessando nichos de mercado de chocolate Premium em vários países, com 35 marcas de chocolate fino já disponíveis também no mercado interno. O realce dos resultados desse esforço se expressa na dinâmica do setor com a realização de eventos estaduais, nacional e internacional: respectivamente a 7^a e 2^a edições do Festival do Chocolate na Bahia e no Pará, com participação de mais de cem empreendedores no setor de chocolate e derivados do cacau, com representação marcante de segmentos da agricultura familiar. Na busca de melhoria na qualidade para produção de cacau fino, viabilizou-se a participação de associações e produtores individuais nos Salões Internacionais de Chocolate a exemplo da 4^a edição em Paris, e dos concursos de cacau fino e de aroma 2015, nos eventos de Ilhéus, Belém, Gramado, S. Paulo e Paris.

iii.b- Ações para melhoria de desempenho

Necessidade de promover a inserção competitiva do produtor de cacau no mercado dando ênfase a qualidade, certificação e agregação de valor. As melhorias para o objetivo residem na superação de resistências do setor produtivo para avançarem na verticalização e formação de mercados; no estímulo e fortalecimento do capital social local como instrumento de desenvolvimento regional; na ampliação de domínio tecnológico dos processos; na melhoria da qualidade da matéria-prima e nas relações de mercado; além do fortalecimento institucional do órgão na sua estrutura orçamentária e de pessoal, com interregno de 28 anos sem realização de concurso público.



3.1.10- Ser excelência em P&D

i. Descrição

Nome do objetivo	Ser Excelência em P D&I
Responsável	Hellinton José Rocha e Edmir Celestino Ferraz
Definição geral	

A busca pela excelência em PD&I consiste no desafio de aumentar a eficiência técnica e produtiva nas regiões produtoras de cacau e tem como requisito na ação principal da Ceplac, gerar e desenvolver tecnologias sustentáveis para o desenvolvimento agrossilvopastoril nas regiões produtoras de cacau do Brasil.

ii. Análise - Projeto: Inovação Tecnológica nas pesquisas realizadas

ii.a Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando evolução do estágio do objetivo estratégico ocorrida desde a implementação do plano estratégico.

Em 2015, último ano do ciclo do PPA 2012/2015, no contexto do Programa: 2042 – “Inovações para a Agropecuária”, do Objetivo: 0845, equivalente ao objetivo do Mapa Estratégico, “Ser Excelência em PD&I”, está ancorado na Iniciativa 03GM e financeiramente na à Ação 20ZY, e em um conjunto de 111 projetos de PD&I, contemplando as diversas áreas de conhecimento. Está voltado para as regiões produtoras de cacau das seis unidades da Federação, Bahia e Espírito Santo no Bioma Mata Atlântica e Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia no Bioma Floresta Amazônica e têm como objetivos específicos, a geração de tecnologias de aperfeiçoamento dos processos empregados nas cadeias produtivas de cacau dendê, seringueira e cultivos tropicais perenes. Mais especificamente, visam aumentar a produtividade e produção em base sustentável, com foco na geração de emprego, renda, geração de excedentes exportáveis.

No exercício, os projetos executados de pesquisa contemplaram a grande maioria as demandas identificadas nos processos produtivos do cacau, borracha, dendê, palmiteiros e pastagens, utilizadas nos sistemas de produção de leite e carne. Desses projetos 81, se destinaram a atender as demandas da cadeia produtiva do cacau, correspondendo a 72,97% dos projetos trabalhados, no presente exercício. As pesquisas executadas se concentraram nas áreas de melhoramento genético, biotecnologia, biologia molecular, controle integrado de pragas, fisiologia e nutrição de plantas, fertilidade e conservação de solos, desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis. A ênfase priorizou os sistemas agroflorestais, melhoria das técnicas de manejo do cacau e outros cultivos tropicais perenes, melhoria da qualidade de produtos e aperfeiçoamento e expansão da agroindústria, além de estudos econômicos sobre mercados e custo de produção.

Destaca-se a ênfase dada nesses últimos três anos aos novos projetos de pesquisas visando ao melhoramento genético preventivo, relacionado à doença Monilíase do Cacaueiro, causada pelo fungo *Moniliophthora roreri*, uma ameaça iminente às plantações de cacau do Brasil. E que vem causando sérios prejuízos socioeconômicos aos produtores dos países onde essa doença se instalou. Desde o exercício de 2013 até o presente exercício estão sendo aprovados e implantados estudos e projetos de pesquisa nesse sentido envolvendo, inclusive, a cooperação dos países aonde já ocorre a doença, ampliando consideravelmente assim os trabalhos nessa área, abrindo perspectivas para o domínio da tecnologia necessária ao controle dessa doença, caso venha a se instalar no Brasil. Exemplificando, ha um acordo de cooperação técnica com o País da Costa Rica, onde essa doença já ocorre, o qual possibilitou



a importação de clones de cacaueiros resistentes à Monilíase, os quais após o período de quarentena serão avaliados, nas condições da região cacaueira do sul da Bahia.

Nesse contexto merece destaque a concentração de pesquisas nas áreas de Biotecnologia e Biologia Molecular, ferramentas que tem possibilitado a compreensão dos diversos mecanismos epidemiológicos e de resistência de plantas a doenças, possibilitando a realização de melhoramento genético monitorado, antecipando e dando mais segurança aos resultados alcançados. Outro fato que merece destaque são os avanços no campo da Genômica, com foco no mecanismo de desativação de genes de patógenos, pela técnica de silenciamento de genes.

Nos exercícios em análises, foi gerado, significativo, conhecimento sobre controle de pragas entomológicas do cacaueiro a exemplo da cochonilha rosada (*Maconellicoccus hirsutus*, Green), praga quarentenária diagnosticada na Bahia, em 2013. Em 2014 e 2015, se instalou ao norte e ao sul da região cacaueira induzindo o desenvolvimento de pesquisas sobre a biologia, dispersão e controle químico e biológico dessa praga, cujos resultados obtidos já estão sendo disponibilizados nestes dois últimos anos. Pesquisas importantes também foram desenvolvidas sobre o controle químico do ácaro da gema (*Aceria reyesi*, Nuzzaci), que ultimamente tem ocorrido na região.

Nesse ciclo do PPA, as tecnologias disponibilizadas possibilitaram o aperfeiçoamento de modelos sustentáveis de produção, com o uso de sistemas agroflorestais (SAFs), envolvendo cacau, seringueira e outros cultivos, com ampla receptividade e adesão pelos produtores da agricultura familiar, como também dos médios e grandes produtores. Os SAFs são efetivamente, uma alternativa mais competitiva que os modelos convencionais de produção, tanto pelas interações biológicas dos sistemas, como pelos resultados mais expressivos obtidos, sob todos os aspectos da sustentabilidade.

ii.b Análise das mudanças obtidas na situação diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico, destacando os avanços obtidos no último exercício.

Analisando a situação das demandas diagnosticadas durante a fase de elaboração do plano estratégico e os avanços obtidos no campo da pesquisa, no último exercício do ciclo do PPA 2012/2015, em conformidade com o novo cenário desenhado e vislumbrado no objetivo do Mapa Estratégico, “Ser Excelência em PD&I”. “Cujo Plano tem como horizonte de tempo o prognóstico para o final do ciclo de 2020/2023”. Neste contexto, o objetivo de PD&I e ATER ao longo de seis décadas vem contribuindo com o desenvolvimento regional e ainda hoje, mantém o status de perfis estruturantes e servem de suportes para o conjunto de 21 objetivos contidos no Mapa Estratégico. Tanto para objetivos de resultados voltados para o ambiente da sociedade, como aqueles direcionados ao ambiente do público alvo direto; assim como aos objetivos do ambiente dos processos internos, nas áreas de conhecimento, inovação, comunicação e instituição, e finalmente para o ambiente de aprendizado e crescimento, nas áreas de gestão de pessoas, organizacional, orçamento e gestão de TI.

Para reverter à situação diagnosticada anteriormente e alcançar o cenário almejo do objetivo, os Centros de Pesquisa da CEPLAC-CEPEC redefiniram suas estruturas programáticas e suas respectivas carteiras de projetos de PD&I, contemplando as seis Unidades da Federação, nas diversas áreas de conhecimento. Esta reestruturação visou acelerar a expansão das atividades socioeconômicas o conseqüente promover o desenvolvimento regional, mais especificamente direcionado ao público alvo dos trabalhadores e produtores rurais alinhados a cadeia do cacau, dendê seringueira e outros cultivos tropicais perenes, etc. Buscando priorizar entre outros fatores o melhor custo benefício dos fatores de produção, elevar os níveis de eficiência, eficácia, economicidade e efetividade no que tange as ações, atividades, iniciativas e projetos



voltados para o aumento de produtividade, produção, renda e geração de emprego das cadeias produtivas regionais de forma sustentável.

Os resultados do esforço estratégico de pesquisa têm sido influenciados ao longo do tempo, pelos preços de cacau, ressalta-se que, no período entre os anos 1987 a 2007, predominaram-se no mercado de cacau as baixas cotações internacionais na Bolsa de Nova York - EUA. Cujos patamares de preços, o mínimo caiu para US\$ 674,00, o preço médio manteve-se em torno de US\$ 1.334,68 e o preço máximo limitou-se a US\$ 2.420,00 a tonelada. Paralelo a esse quadro, em 1989 foi detectada a incidência da praga vassoura-de-bruxa que castigou de forma devastadora as lavouras e contribuiu para o empobrecimento de milhares de famílias de produtores tradicionais de cacau do Sul da Bahia. E como desfecho, os baixos preços aliados à referida praga impactou e colaborou na reversão da condição do Brasil de exportador para importador da amêndoa e ainda contribuiu também para rebaixar o status de segundo maior produtor de cacau do mundo para o quinto lugar em 2003. Porém, destaca-se que no período de Janeiro de 2008 a dezembro de 2015, passou a predominarem-se os bons preços pagos pelo mercado à commodity cacau na Bolsa de Nova York – EUA. Cujos patamares de preço, o mínimo manteve em US\$ 1.969,00, o preço médio girou em torno de US\$ 2.777,46 e o preço máximo atingiu o valor de US\$ 3.826,00 a tonelada. Segundo os dados obtidos e analisados dos links: <http://br.investing.com/commodities/us-cocoa-historical-data>.

A nova conjuntura dos bons preços, aliado a execução integrada dos objetivos de PD&I e ATER em parceria com as Secretarias de Governos Municipais, Estaduais e Entidades como Associações, Consórcios, Cooperativas de Produtores e Trabalhadores; e outras organizações sem fins lucrativos como: SEBRAE, EMBRAPA, UNIVERSIDADES e BIOFÁBRICA, unidade de produção de mudas em grande escala, têm gerado reflexos positivos, com mais ênfase para a cadeia do cacau e tem contribuído para criar um novo ambiente de trabalho e esperança para o agronegócio regional, com boas perspectivas de: Produção de cacau, suprimento de 100% da demanda do maior parque moageiro nacional; Retorno da possibilidade de geração de excedentes exportáveis de forma competitiva; Possibilidade de alavancar o ingresso de divisas externas no País; E elevação da participação do Brasil no mercado mundial de cacau. Na área social, vem criando novos postos de trabalho, com mais qualidade de vida, principal demanda dos produtores regionais.

O desenvolvimento dessas iniciativas e projetos conjuntamente com as diversas instituições tem facilitado e oportunizado o acesso às novas tecnologias e proporcionado um crescimento real de 10,17% na produção nacional de cacau, elevando a produção para 273.793 toneladas e produtividade média de 388,84Kg/ha em 2014. E segundo o IBGE, mesmo com a estimativa de queda de produção para 255.329 toneladas em 2015, representando uma redução de menos (-) 6,74% com relação ao ano anterior, ainda assim deverá haver um aumento estimado de 2,74%, tendo-se como referência a produção 248.524 toneladas produzidas no ano base de 2011, penúltimo PPA.

No contexto deste período, a área colhida nacional, estimada de 704.122 reduziu para 621.827 hectares, representando um decréscimo de menos (-) 11,69%, sendo que, a área estimada da Bahia reduziu de 547.422 para 458.763 hectares, representando um decréscimo de 88.659 hectares, gerando um impacto equivalente a menos (-) 16,20% na área do Estado. O que, provavelmente possa ter influenciado a queda de produção da última safra da Bahia e consequentemente do Brasil. Porém, segundo o IBGE neste mesmo período, a produtividade média nacional de cacau por hectare deverá crescer para 410,61 quilogramas, representando um crescimento de 12,43%, tendo-se como referência a produtividade média de 365,22Kg/ha apurados no ano base de referência de 2011, penúltimo PPA.



ii.c Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento /entidade externa, com destaque para as superintendências e gerências estaduais.

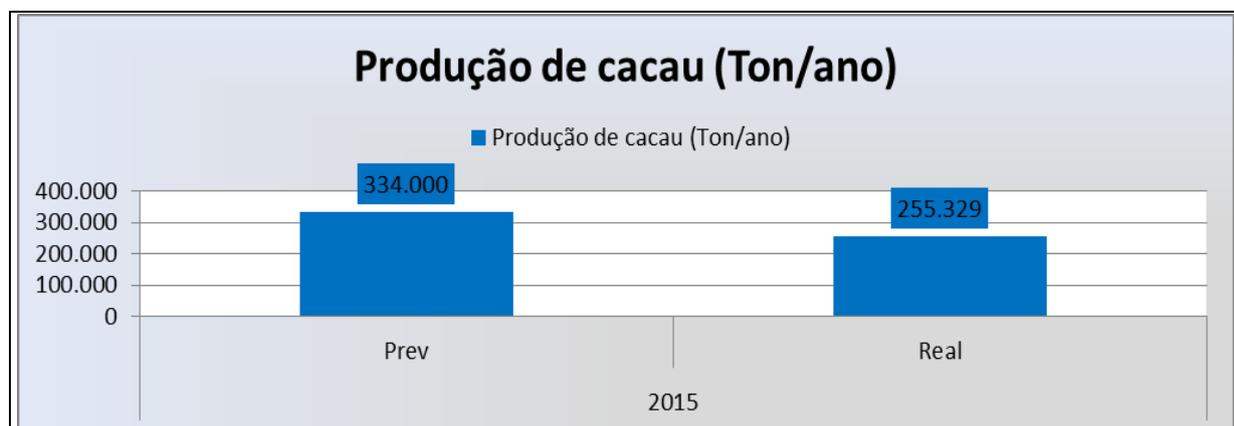
Para avaliar o desempenho desse objetivo, a Ceplac adotou quatro (4) indicadores, sendo dois de **macroprocessos**, utilizados para medir os níveis de execução, em percentual, do cronograma operacional, físico financeiro dos projetos de pesquisas. E o outro, para aferir o nível de contribuição de cada superintendência e gerência estaduais, cujo produto é “*tecnologia disponibilizada*”. É um produto resultado de um estudo ou pesquisa que tenha gerado um conhecimento novo a título de tecnologia disponibilizada, que possa ser incorporada e utilizada diretamente no processo produtivo ou que caracteriza um dado conclusivo de uma determinada fase da pesquisa. Esta tem uma estreita relação com o produto da lei “*pesquisa desenvolvida*”. E para analisar e aferir os benefícios e ou ganhos qualitativos gerados em prol do público alvo, em nível de contribuição de cada departamento e ou unidade, com destaque, para as superintendências e gerências estaduais, criou-se dois indicadores de **resultados**. “Incrementar a produção de cacau do Brasil” e **Incrementar a produtividade de cacau no Brasil**, todos previstos no PPA.

INDICADORES DE PROCESSO E RESULTADOS - OBJETIVO - SER EXCELÊNCIA EM PD&I									
Análise Indicadores	2012		2013		2014		2015		2016
	Prev	Real	Prev	Real	Prev	Real	Prev	Real	Meta
Produção de cacau (Ton/ano)	250.000	253211	295.000	256186	295.000	273793	334.000	255.329	334.000
Produtividade de cacau (Kg/ha)	400	370,01	450	371,67	450	388,84	480	410,61	480,00
Índice Desenv. Tecnol na BR.(un)	300	296	310	297	320	304	320	298	320
Pesquisas Desenvolvida na BR (un)	100	122	100	123	100	132	105	125	x
Desconforme = de 0 a 50%		Merece atenção de 51 a 89%				Conforme planejado = de 91 a + 100			

Fonte: IBGE/CEPLAC

O esforço da Ceplac de promover as inovações tecnológicas requeridas pelo objetivo de pesquisa “Aumentar a produção de cacau do Brasil” executada através projeto da “CEPLAC-R1.P1” como forma de alavancar a produção e exportação dessas commodities agrícolas, tem registrado uma crescente tendência ao aumento de produtividade e produção de cacau, principalmente na Bahia e no Pará nos últimos quinze anos, segundo dados da série histórica do IBGE.

INDICADORES DE PROCESSO E RESULTADOS - OBJETIVO - SER EXCELÊNCIA EM PD&I

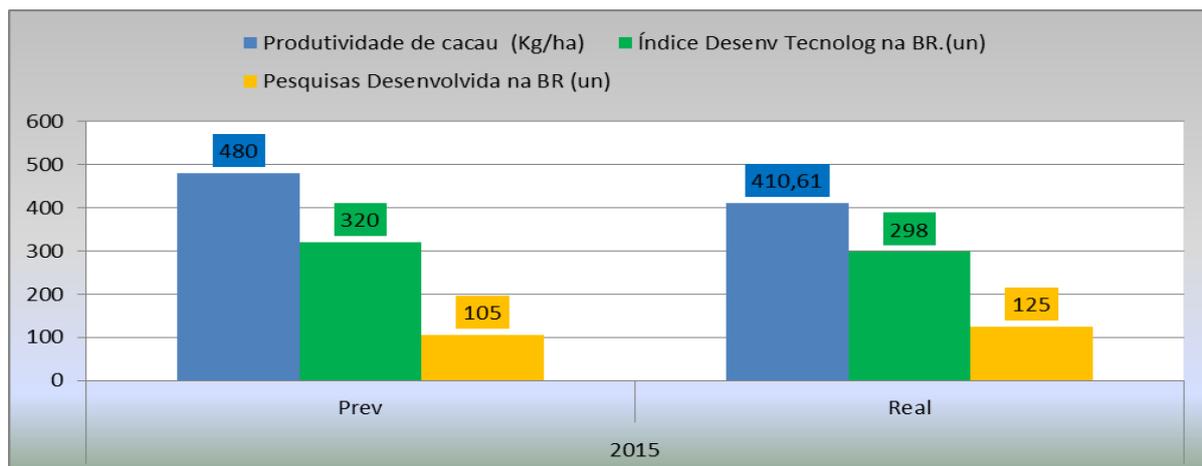




Salvo a ocorrência de alguns desvios de efeito climático, até este período, prevalece a tendência ao longo dos anos de recuperação da produtividade e produção. Essa tendência se observa também no último ciclo do PPA, onde se obteve respectivamente, produções anuais de cacau em amêndoas (segundo o IBGE), em 2012, 2013, 2014 e 2015 de 253.211, 256.186, 273.793, 255.329 mil toneladas, representando um crescimento nesse período consecutivamente de 1,17%, 6,87% e menos (-) 6,74%. E produtividade de 370,01, 371,67, 388,84 e 410,61 Kg por hectare ano, representando um crescimento nesse período consecutivamente de 0,45%, 4,62 e 5,60%.

Analisando os Indicadores de Macroprocessos constata-se que, em 2015, foram previstas 105 pesquisas e realizadas 125, representando 119,05% da meta prevista, sendo que, a meta prevista para tecnologia disponibilizada foi de 330 e realizou 298, representando 90,30%. Em 2014 a meta prevista foi de 100 pesquisas e realizou 132, representando 132,00% e a meta prevista para tecnologia disponibilizada foi de 320 e realizou 304, representando 95,00%. Em 2013 a meta prevista foi de 100 pesquisas e realizou 123, representando 123,00% e a meta prevista para tecnologia disponibilizada foi de 310 e realizou 297, representando 95,81%. em 2012 a meta prevista foi de 100 pesquisas e realizou 122, representando 122,00% e a meta prevista para tecnologia disponibilizada foi de 30 e realizou 296, representando 98,67%.

GRÁFICO DE INDICADORES DE RESULTADO - OBJETIVO - SER EXCELÊNCIA EM PD&I



Os resultados obtidos no exercício são, portanto classificados como conforme planejado (legenda de cor verde), pois as ações e boas práticas desenvolvidas possibilitaram ultrapassar a meta preestabelecida. O atendimento às demandas emergenciais, a exemplo do controle de pragas entomológicas do cacaueiro, e a liberação de resultados de pesquisas concentrados nesse último trimestre contribuíram para suplantar a meta prevista.

ii.d Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico:

“O solicitado neste item acima está descrito na análise elaborada referente ao conjunto dos POs, em relação aos objetivos contidos no Mapa Estratégico da CEPLC. Item 3.4.1.”

ii.e Principais desafios:

O principal desafio da Ceplac relacionado diretamente com esse objetivo estratégico é gerar tecnologias para o aumento da produtividade e produção do cacau em bases sustentáveis, e rentabilidade do cultivo. No entanto, são necessários ainda, novos avanços na modernização dos processos voltados a cacaucultura visando à redução de custos de produção, aumento de



produtividade e agregação de valor, o que tornará a atividade mais viável, sócio e economicamente. Nos sistemas de plantio em regime de cabruca - SAF urge a adoção do manejo do sombreamento, o que será possibilitada após a publicação de portaria do órgão regulador ambiental da Bahia, a qual define as regras para execução dessas práticas de manejo. Essa medida, aliada as demais técnicas de manejo recomendada pela Ceplac possibilitará um aumento significativo de produtividade e produção nesses sistemas de plantio.

A Monilíase do cacau é uma doença cuja entrada no Brasil é iminente. Encontra-se a 250 km das nossas fronteiras com os países onde essa doença já está instalada a exemplo do Peru, Equador, Costa Rica e Colômbia com características de disseminação de forma rápida e devastadora. Para tal, os Centros de Pesquisa do Cacau da Ceplac tem desenvolvido uma série estudos e pesquisas preventivas registrando avanços nas áreas de melhoramento genético relacionado à Monilíase. No entanto, esses trabalhos necessitam ser intensificados, principalmente com a realização de pesquisas colaborativas com os países onde essa doença já está instalada a exemplo do Peru, Equador, Costa Rica e Colômbia. Do ponto de vista institucional, a redefinição de um novo modelo institucional e a limitação de pessoal técnico e especializado para enfrentar esses desafios, constitui-se um grande problema. Sem realizar contratação de pessoal há 28 anos, a Ceplac se encontra com a sua capacidade operacional extremamente limitada, ao ponto de em algumas áreas de pesquisa já estarem em vias de desativação por absoluta falta de pesquisadores e condições de trabalho. Somem-se a isso as reduções orçamentárias que a instituição vem sofrendo ao longo dos anos. Observa-se, ao longo do tempo que, um volume crescente de demandas e, paradoxalmente a capacidade operacional do órgão para atendê-las, é cada vez mais decrescente, de forma até agora, consecutiva e inevitável a cada ano.

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado

Os resultados alcançados ultrapassaram a meta prevista para o indicador *tecnologia disponibilizada*. Deve-se considerar ainda que o esforço tem-se concentrado em demandas prioritárias para a solução dos grandes gargalos tecnológicos identificados nas cadeias produtivas trabalhadas. E, os resultados obtidos vêm contribuindo significativamente para a sua solução do problema e refletido em ganhos para os produtores, a exemplo do cacau que nesses últimos quinze anos têm apresentado produtividade e produção crescente, fato também observado para as três últimas safras.

Os avanços na inovação tecnológica dos processos de produção dos cultivos assistidos pela Ceplac vêm se acumulando ao longo dos anos de atuação da instituição, sempre atendendo as demandas, com vistas a melhorar e tornar mais eficientes esses processos. Pautando a disponibilização de tecnologias em relação à situação diagnosticada por ocasião da elaboração do plano estratégico, constatam-se avanços significativos no desenvolvimento de novas variedades de cacau, mais produtivas e resistentes às pragas e doenças e já incorporadas ao sistema de produção. Assim como nas técnicas de manejo da cultura, com ênfase no controle integrado de pragas, adubação e nutrição mineral do cacau, além de avanços na melhoria da qualidade do produto e no estímulo ao crescimento da agroindústria.

Conclui-se que, com base nos resultados parciais obtidos nos últimos quinze anos, consideram-se **satisfatórias e em conformidade com o planejado** e as metas previstas de 334.267 toneladas de produção de cacau e de 480,00 Kg/ha, para o final do PPA em 2015. Porém, as limitações impostas pelos fenômenos meteorológicos adversos, referentes à



ocorrência de períodos de estiagens nas regiões produtoras de cacau da Bahia, aliado às restrições de recursos diversos impostos em função da conjuntura social, política e econômica, contribuíram decisivamente para minimizar os impactos positivos com a execução desse objetivo estratégico.

iii.b- Ações para melhoria de desempenho

Embora os resultados tenham sido considerados satisfatórios, algumas ações podem ser implementadas visando à melhoria do desempenho nos próximos exercícios. Nesse sentido, a contratação de pessoal nos diferentes níveis, é uma necessidade premente desde o último concurso, em 1987, para garantir a continuidade dos projetos em execução, assim como para atender às crescentes desafios e demandas institucionais. Como se sabe, a tendência histórica das duas curvas é inversamente proporcional, enquanto a curva da força de trabalho é decrescente progressivamente, a curva de demanda por serviços é crescente progressivamente. O órgão Ceplac está vivenciando uma redução gradual do seu quadro de pessoal, culminando no cenário atual, preocupante, onde o seu contingente encontra-se reduzido a menos da metade daquele existente na década de 80.

No ano de 2015, a exemplo dos últimos três anos os recursos orçamentários destinados a custeio e investimento foram reduzidos, inviabilizando manutenção predial, impermeabilização da cobertura, recuperação de toda a instalação elétrica, hidráulica e esgotamento, recuperação dos laboratórios, casas de vegetação e suas estações experimentais, além da necessidade de substituição de equipamentos dos laboratórios dos três Centros de Pesquisa do Cacau da Ceplac nas unidades da Bahia, Pará e Rondônia. A maioria deles necessitam ser substituídos, pois estão obsoletos e os custos não justificam a sua recuperação. As ações voltadas para contornar e ou sanar esses problemas vão repercutir na melhoria do desempenho das pesquisas e conseqüentemente na inovação tecnológica necessária ao aperfeiçoamento dos processos produtivos das cadeias trabalhadas.

3.1.11 - Garantir excelência em ATER e transferência de tecnologia.

Descrição

Principal macroprocesso da CEPLAC, a ação extensionista rural desenvolvida nos territórios rurais das regiões cacaueiras do Brasil tem revelado forte inserção junto às comunidades rurais, em especial nos segmentos antes identificados como de pequena produção e que atualmente compõe espectro mais amplo denominado agricultura família.

Responsável Helinton José Rocha

ii. Análise

ii.a- Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2015 em relação ao exercício de 2014.

Alinhada às diretrizes da política nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER e Ação programática no PPA o objetivo em apreço representa o principal macroprocesso finalístico do órgão. As atividades de ATER nos territórios rurais incluem produtiva e socialmente famílias agricultoras com cerca de 70 mil produtores rurais cadastrados em sistema próprio de gerenciamento da extensão rural, e conjuga apoio gerencial e associativo a 1.200 organizações associativas rurais acompanhadas. Circunscrita ao recorte regional das regiões cacaueiras do Brasil o Objetivo contempla população superior a seis milhões de habitantes, distribuída em 17 territórios da cidadania, além de 5 territórios rurais de identidade nos 223 municípios dos seis estados produtores de cacau no Brasil. No contexto apreciado, a regulamentação da Lei nº 12.897/2013, que autorizou a instituição da Agencia Nacional de

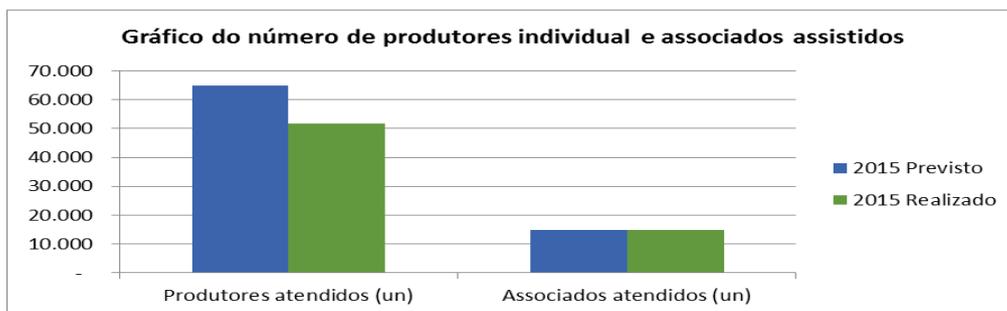


Assistência Técnica e Extensão Rural – ANATER consagra realce ao Objetivo diante do reconhecimento da CEPLAC e garantia da sua representação no Conselho Assessor da Agência, Decreto 8.252, de 26 de maio de 2014. Em sintonia com o atual cenário do campo dedicou-se especial atenção à questão da sucessão rural, de modo a desestimular o movimento migratório dos jovens para os centros urbanos, capacitando-os, a partir de ações que venham favorecer suas permanências na propriedade rural com trabalho, renda e cidadania.

ii.b- Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico e os avanços alcançados no exercício de 2015.

Dentre os resultados apurados no exercício destacam-se cobertura de ATER em 3,2 milhões de hectares em cultivos diversificados, com foco nos 742 mil hectares assistidos em cacau, seringueira e dendê; assistência direta a 51.719 produtores rurais em 2015, consumando 63.637 no ciclo do PPA e acompanhamento a 1.206 organizações associativas com 43 mil famílias beneficiadas e 35,2 mil trabalhadores e agricultores treinados em cultivos, criações e processos diversos de aproveitamentos de produtos e gestão da propriedade rural. Num esforço priorizado de qualificação dirigida para o protagonismo juvenil e sucessão rural já foram capacitados 674 jovens rurais em 17 turmas de 124 horas de conteúdo, sendo 59 destes qualificados nesse exercício em apreço, representando estímulo à iniciativas solidárias de verticalização e integração das cadeias produtivas regionais e permanência dos jovens no campo. Na Amazônia compartilham-se iniciativas de produção sustentável, no Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal – PPCDAM e no Projeto Xingu, coordenados pela secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Realçam-se, na sua consecução, as parcerias no âmbito dos estados, municípios, MDA, SENAR e segmentos organizativos privados.

ii.c- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.



Retratam o atendimento ao público-alvo da extensão rural por meio das atividades de assistência técnica ao produtor rural tanto de forma individualizada na unidade produtiva como na utilização de métodos coletivos e participativos nas comunidades, cooperativas e associações e constituem metas do Objetivo 0968, no PPA. Apurou-se atendimento a 80,0% dos produtores assistidos em relação aos 65 mil programados para 2015. Acumulado no ciclo do PPA, represente o esforço descentralizado de atendimento aos produtores rurais nos territórios e estados de atuação, conforme regionalização descrita a seguir: Amazonas – 6.130; Bahia – 23.940; Espírito Santo – 1.346; Mato Grosso – 1.570; Pará – 18.344 e Rondônia – 12.307, com o seguinte resultado consumado por região: 1.570 no Centro Oeste; 36.781 no Norte; 23.940 no Nordeste e 1.346 no Sudeste. Realça-se o atendimento destacado aos produtores organizados em associações, com alcance de 99% da meta prevista no exercício.



Tabela comparativa de indicadores em três exercícios

Garantir excelência em ATER e transferência de Tecnologia					
Análise Indicadores	2014		2015		2016
	Prev.	Real.	Prev.	Real.	Meta
Produtores atendidos (un)	60.000	55.284	65.000	51.719	70.000
Produtores associados atendidos (un)	15.000	13.970	15.000	14.923	15.000

Analisando-se no ciclo do PPA em curso e as revisões de metas, verifica-se alternância entre o estado de atenção para uma situação de conformidade e retorno ao nível de atenção. Quanto ao atendimento aos produtores associados, sai-se de uma situação de desconformidade nos dois primeiros anos, motivada por realizações além do programado, com adequação da conformidade em 2014, situação que se normaliza em 2015. O alcance no ano foi de 80 e 99% em relação produtores e produtores vinculadas à organizações associativas.

ii.d- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

“O solicitado neste item acima está descrito na análise elaborada referente ao conjunto dos POs, em relação aos objetivos contidos no Mapa Estratégico da CEPLC. Item 3.4.1.”

ii.e- Principais desafios para 2016.

Implementar a política nacional de ATER conforme modelagem definida pela ANATER; alinhar a estratégia de execução com as agendas das Câmaras Setoriais do Cacau, Borracha e Agroenergia; aprimorar e adequar metodologias frente ao novo cenário do campo; ampliar as parcerias institucionais que otimizem a utilização dos recursos públicos; consolidar a integração pesquisa e extensão rural; promover transversalidade nas políticas públicas federais, estaduais e municipais afins; estimular a organização dos produtores e das cadeias produtivas regionais; apropriar e adequar processos e saberes nas parcerias com os segmentos produtivos; avançar nas iniciativas de agregação de valor; estimular a formação de mercado interno e padrão de qualidade; ser agente ativo na sucessão rural e mobilidade social nas regiões produtoras de cacau.

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado

Em seu campo de governança a Ceplac passou a compor de forma sistêmica a busca por inovações tecnológicas, organizacionais e de instrumentos gerenciais e a disponibilizá-los aos serviços de assistência técnica e extensão rural que suprem os produtores assistidos e o público usuário do órgão. A consecução desse objetivo estratégico guarda relação direta com a execução do Objetivo 0968, Programa 2042 – Inovações para a Agropecuária do PPA, financiado dentro da Ação 20ZY – Desenvolvimento das Regiões Produtoras de Cacau pelo PO – 002 – Difusão e Transferência de Tecnologias. Resultados consolidados no exercício constata atendimento ao público alvo e as diversas formas de organização socioprodutiva e na qualificação profissional nos territórios rurais de atuação. Na transversalidade das ações integrou com as Secretarias do MAPA e órgãos descentralizados na execução de atividades de (Defesa Sanitária Vegetal, rede LANAGRO, apoio ao cooperativismo, crédito rural, PGPM, Agricultura de Baixa Emissão de Carbono) e de outros Ministérios (MMA, MDA, MCT,



MRE) na execução do PAA, PNAE, PRONAF, crédito fundiário, regularização ambiental – Cefir/Car, habitação rural e outros.

.iii.b- Ações para melhoria de desempenho

Promover encontros de produtores, pesquisadores e extensionistas para discutir as ações e resultados dos serviços de pesquisa e sistema de assistência técnica/extensão rural; criação de Comitê de ATER regional, com a participação de representantes das organizações de produtores rurais, Câmaras Setoriais e Coordenações Territoriais. Não obstante esforços na ampliação das parcerias institucionais para mitigação dos riscos de execução, diante das limitações orçamentárias e de pessoal técnico, um plano de melhorias do desempenho requer medidas decisivas na recomposição do orçamento e realização do concurso público. Os seis centros de extensão rural nos estados, com duas estações de fomento e 81 unidades de extensão carecem de recursos para manutenção e investimento tanto predial como na frota veicular e embarcações, sob-riscos de comprometimento das atividades e depreciação patrimonial de imóveis e equipamentos.

3.1.12 – Estimular o Crédito Rural.

i. Descrição

Nome do objetivo Ser Excelência em P D&I

Responsável Hellinton José Rocha e Edmir Celestino Ferraz

Definição geral

Fortalecer o acesso ao crédito como instrumento de inclusão produtiva sustentável nos territórios rurais circunscritos à regiões produtoras de cacau, de forma articulada com outras políticas de inclusão social e delineadas para a superação da extrema pobreza ainda presente no campo. As políticas de crédito devem estar associadas à busca de resultados para os produtores, bem como à oferta de bens e serviços para a melhoria da infraestrutura nos territórios rurais, abordagem estratégica para o desenvolvimento rural sustentável e promoção de políticas públicas integradas nos níveis federativo, setorial e escalar.

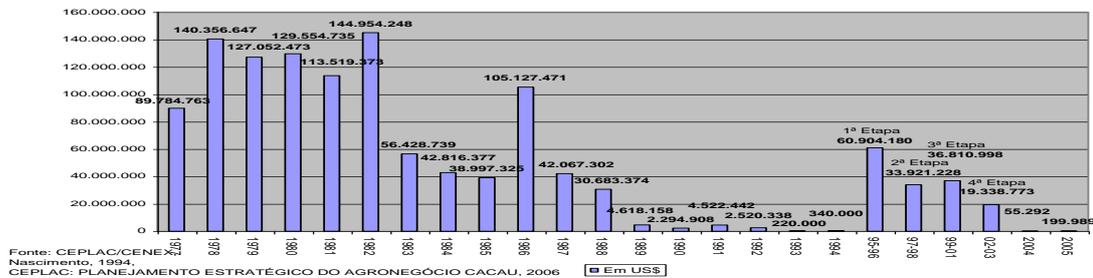
ii. Análise

ii.a Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando evolução do estágio do objetivo estratégico ocorrida desde a implementação do plano estratégico.

O Planejamento Estratégico da Ceplac foi elaborado e implantado convivendo com as consequências do aparecimento e expansão da “vassoura-de-bruxa” nos cacauais do Sul da Bahia, a partir de 1989, que vieram agravar a já combatida economia cacaueira, ameaçando seriamente a sua sobrevivência, bem como a estabilidade e a segurança da população regional. Os agricultores que já conviviam com reduções de ganho pelas condições climáticas desfavoráveis, perdas pela doença, baixos preços, impossibilidade de aquisição de insumos, que tiveram seus custos elevados, ou pela maior demanda de mão-de-obra para o controle da doença, ou pela incorporação de custos trabalhistas para as demissões que se fizeram necessárias, tiveram, ainda, que sobreviver a vários anos sem financiamento.



Gráfico X – Crédito Rural destinado a Cacaucultura (em US\$), 1977/2005



Reconhecendo o tamanho e a gravidade da crise econômica e social da Região, os Governos Federal e Estadual criaram, em 1995, o Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, para ser desenhado e implementado em 4 anos. O crédito se constituía o principal pilar do programa, que visava fundamentalmente o combate à vassoura de bruxa e foi modulado em etapas, sendo que na primeira e segunda etapa, as ações implementadas tiveram características emergenciais, focadas na eliminação das partes vegetativas dos cacaueiros atacados pela doença, além de outras práticas agrônômicas destinadas a conter ou amenizar o avanço da enfermidade. Estas duas etapas ficaram conhecidas como as do “Controle Fitossanitário”. Na terceira e quarta etapa buscava-se, além do controle da doença, a recomposição de “stand” para 1.100 plantas por hectare e a enxertia, visando obter maior produtividade e melhor capacidade de pagamento, denominadas de etapas do “controle integrado”.

Os entraves burocráticos e políticos entre os vários setores do governo e dos agentes financeiros resultaram no descumprimento dos princípios mais elementares que regem o crédito rural, como a oportunidade no tempo, a adequação técnica e a suficiência dos financiamentos concedidos, prejudicando em muito os resultados práticos que poderiam ter advindo dos financiamentos, se estes tivessem sido desembolsados dentro dos parâmetros previstos no Programa. Ainda assim, não conseguiu atingir uma quantidade significativa de produtores, além de não atender adequadamente suas reais necessidades.

Para resolver o problema a CEPLAC elaborou duas Notas Técnicas e concomitantemente um trabalho denominado “Análise da situação financeira dos produtores de cacau da Bahia em 2009”, onde atendendo aos interesses dos agentes públicos e privados, objetivou: analisar a viabilidade econômico-financeira do custeio e do investimento na produção de cacau na Bahia; analisar o impacto econômico gerado a partir da aplicação dos recursos em custeio e investimento; determinar a capacidade de pagamento do produtor da Bahia nas condições agro-econômicas (produtividade e preço) atuais; avaliar, por estudo de caso, a capacidade de pagamento dos mutuários do Banco do Brasil, enquadrados na Lei nº 11.775/2008. Os resultados do trabalho resultaram na elaboração de sete propostas para equalizar a dívida dos produtores, de forma diferenciada por estratos do saldo devedor, etapas e níveis de descontos (fixos e variáveis); e rebates lineares de 80%, 85% e 90%, aplicados sobre a dívida vencida em 31/03/2008.

Embora a proposta P2, com estratificação de faixas, e a de 90%, rebate linear, foram que apresentaram maiores níveis de inclusão dos produtores, e esta foi a sugerida no trabalho, o



Governo Estadual preferiu optar pela P4, pois esta beneficiaria mais mini e pequenos agricultores. O trabalho também foi apresentado na esfera federal inicialmente no Ministério da Agricultura que examinou a proposta e aprovou e posteriormente encaminhado ao Ministério do Planejamento e da Fazenda. Aí podemos verificar que os planejadores da modernização continuam tendo a mesma força verificada no passado, porque foram insensíveis as propostas apresentadas e somente este benefício chegou aos produtores de cacau através de projeto de lei encaminhado e aprovado no Senado Federal.

Ainda que, o projeto de renegociação tenha obtido êxito ficou grande parte dos produtores rurais, principalmente os médios e grandes produtores, que detém a maior parte da área plantada, aqueles que foram inseridos no Programa Especial de Saneamento Financeiro – PESA, sem obterem a referida renegociação. Por vista disso, os produtores de cacau não conseguem elevar a produção de cacau da Bahia, apesar de dispor de tecnologia recomendada pela Ceplac com altos níveis de produtividade, porque estão descapitalizados e também porque não conseguem novos financiamentos por estarem com hipoteca de 1º e 2º grau. Note-se abaixo, através dos indicadores desenvolvidos no plano estratégico para aferição do crédito rural, que apesar da área de crédito rural do Cenex/Ceplac elaborar grande quantidade de projetos, somente poucos são contratados.

ii.b Análise das mudanças obtidas na situação diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico, destacando os avanços obtidos no último exercício.

Na aplicação do plano estratégico, referente ao Crédito Rural, observamos a ocorrência de dificuldades e entraves, que vem contribuindo para o baixo desempenho dessas operações, principalmente quanto à elaboração e contratação dos projetos, conforme descrito abaixo:

Elaboração dos projetos do Pronaf B, encampados pelo Banco do Nordeste, através do programa Agroamigo; b. Ampliação do Agroamigo para projetos com valores até R\$ 15 mil reais (Pronaf Variável), a partir de 2013; c. Grande número de produtores rurais familiares que já foram contemplados com crédito rural ficou sem margem para novos financiamentos; d. Endividamentos dos produtores rurais, familiares, pequenos, médios e grandes, notadamente produtores de cacau; e. Insegurança jurídica em face de questões indígenas, movimentos sociais e unidades de conservação; f. Propriedades rurais sem regularização fundiária, limitando o crédito rural até R\$ 20 mil reais; g. Imóveis rurais sem a devida regularização ambiental; h. Redução do quadro de técnicos de ATER.

ii.c Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa, com destaque para as superintendências e gerências estaduais.

No período de execução do Planejamento Estratégico 2012-2015, o Centro de Extensão da CEPLAC/Bahia apesar dos esforços desenvolvidos na elaboração e contratação dos projetos teve um comportamento descendente na sua trajetória. Isto é, saindo de 1.505 projetos elaborados no valor de R\$ 32.603.068,00 em 2012 para 450 projetos elaborados no valor de R\$ 11.338.748,00 em 2015, representando um decréscimo de -70,10% e -65,22, respectivamente. E de 631 projetos contratados no valor de R\$ 10.038.658,00 em 2012 para 195 projetos contratados no valor de R\$ 1.752.912,00 em 2015, caracterizando um decréscimo de -69,10% e -82,54%, respectivamente.



Gráfico xx – Nº Projetos de crédito rural elaborados e Nº Projetos de crédito rural contratado na Bahia.

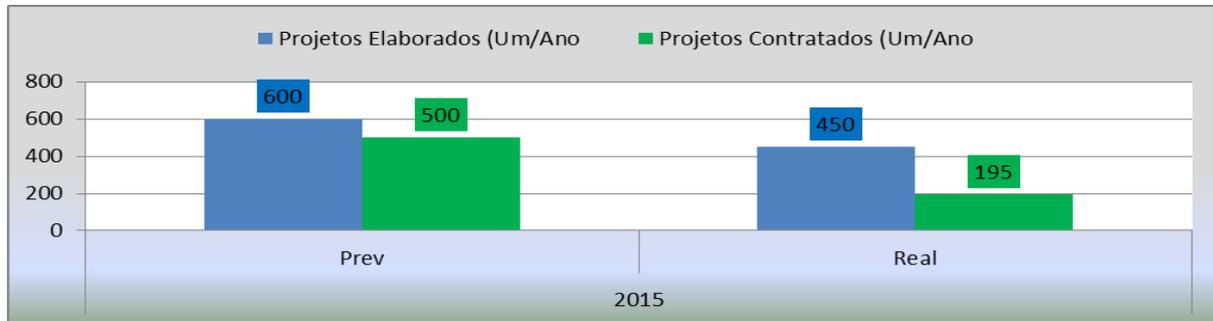


Gráfico xx – Valor em R\$ de Projetos de crédito rural elaborados e Valor em R\$ de Projetos de crédito rural contratados na Bahia.

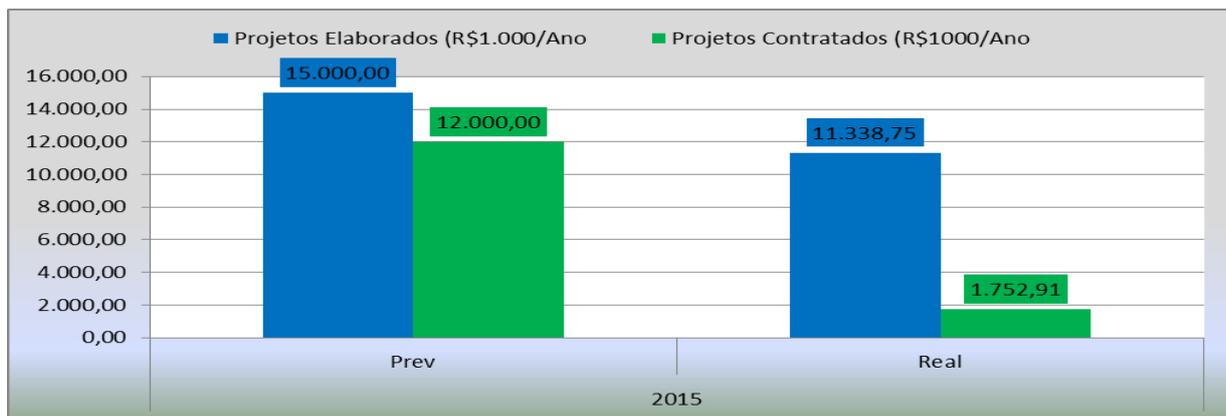


Tabela 12 – Projetos elaborados e contratados pela Ceplac na Bahia Ind. PPA – 2012/2015

INDICADORES DE PROCESSO E RESULTADOS - OBJETIVO - SER EXCELÊNCIA EM PD&I									
Análise Indicadores	2012		2013		2014		2015		2016 Meta
	Prev	Real	Prev	Real	Prev	Real	Prev	Real	
Projetos Elaborados (Um)	1.870	1.505	1.160	519	1000	407	600	450	500
Projetos Elaborados (R\$1.000)	40.500,00	32.603,06	38.500,00	17.281,12	21.500,00	8.739,09	15.000,00	11.338,75	12.000,00
Projetos Contratados (Um)	1.500	631	900	230	800	154	500	195	300
Projetos Contratados (R\$1000)	32.000,00	10.039,66	30.000,00	5.900,89	17.000,00	1.764,00	12.000,00	1.752,91	3.000,00
Desconforme = de 0 a 50%	Merece atenção de 51 a 89%					Conforme planejado = de 91 a + 100			

Fonte: Siscenex – CENEX/CEPLAC

ii.d Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico:

“O solicitado neste item acima está descrito na análise elaborada referente ao conjunto dos POs, em relação aos objetivos contidos no Mapa Estratégico da CEPLC. Item 3.4.1.”

ii.e Principais desafios:

Não equacionamento das dívidas dos produtores rurais; b. Ampliar a capacidade de pagamento; c. Beneficiário do crédito rural não dispor de documentação legal (pessoal e do imóvel rural) exigida pelos agentes financeiros; d. Insuficiência de garantias reais; e. Variação



negativa dos preços dos produtos agropecuários; f. Redução dos custos dos itens financiados (mão de obra; insumos); g. Variações nas condições do clima; h. Doenças e pragas não previstas; i. Continuidade da baixa rentabilidade da cacauicultura.

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado

Considerando os diversos fatores adversos ao Crédito Rural, existente no contexto atual na área de atuação da CEPLAC/CENEX/BA, avaliamos que o resultado poderia ser melhor, pois a não existência de um programa específico para a cacauicultura, que atenda as suas peculiaridades, assim como a questão do endividamento dos produtores rurais, não totalmente resolvida, e a falta de um incentivo a regularização fundiária e ambiental para os imóveis rurais, dificulta ainda mais atingirmos as metas traçadas para no quadriênio (2012 a 2015).

iii.b- Ações para melhoria de desempenho

Equacionamento das dívidas dos produtores rurais; b. Atualização do Zoneamento Agrícola para o Risco Climático; c. Regularização fundiária e ambiental dos imóveis rurais permitindo utilizar como garantias reais; d. Desenvolver pesquisa para aumentar a produtividade da cacauicultura e reduzir os custos com mão de obra de algumas práticas agrícolas; e. Diminuir a exigência na relação empréstimo/garantia por parte dos agentes financeiros.

3.1.13 - Aperfeiçoar a comunicação com o público externo

Descrição: O objetivo de desenvolver canais de comunicação com o público externo de interesse, nos dois sentidos, para fora e para dentro, visa captar as reais necessidades dos clientes, incrementar e divulgar os programas e ações executados pela Ceplac.

ii. Análise

É imperiosa a necessidade de inovar e aperfeiçoar o serviço de comunicação externa, como forma de conhecer e monitorar as necessidades do produtor e aferir a percepção do público no tocante ao conceito, o nível de aceitação e a imprescindibilidade da organização para o desenvolvimento das regiões cacaueiras do Brasil. A Ceplac tem veiculado as suas ações e eventos através do site próprio e do Jornal do Cacau, e os artigos técnico-científicos, são publicados em livros, documentos avulsos e na Revista Agrotrópica.

As matérias jornalísticas são produzidas por uma pequena equipe de comunicação centralizada no Estado da Bahia, sob a insuficiente coordenação da Direção Geral em Brasília, que juntos respondem pelo suprimento de informações para o site institucional e os jornais.

Os artigos técnico-científicos produzidos por pesquisadores e extensionistas, que são direcionados para um público específico, têm a chancela do Conselho de Editoração.

Apesar do empenho e da iniciativa dos colaboradores, prescinde-se do de uma política de comunicação e do trabalho de profissionais da área para a melhoria da comunicação com o público externo.

ii.a - Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2015 em relação ao exercício de 2014.

Não se pode contabilizar avanços nessa área em razão da precária equipe de comunicação. As atividades podem ser resumidas às matérias técnicas veiculadas no site, ao número de artigos publicados e à presença da CEPLAC em seminários e congressos e outras iniciativas já referidas no objetivo referente à melhoria da imagem.



ii.b - Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico e os avanços alcançados no exercício de 2015.

O planejamento estratégico indica a necessidade de elaboração de um plano de comunicação corporativo para a Ceplac, que possa integrar e veicular todas as ações e atividades das Superintendências e Gerências, incluindo a sede Brasília. Não se pode contabilizar avanços no exercício de 2015 porquanto há necessidade de conclusão do referido plano.

ii.c - Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.

Elaboração de indicadores para o ano de 2016.

ii.d - Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

“O solicitado neste item acima está descrito na análise elaborada referente ao conjunto dos POs, em relação aos objetivos contidos no Mapa Estratégico da CEPLC. Item 3.4.1.”

ii.e - Principais desafios para 2016.

Conclusão do Plano de Comunicação da Ceplac.

iii. Conclusão

iii.a - Avaliação do resultado

Reconhece-se como precária a comunicação da Ceplac com o público externo, apesar da dedicação e esforço dos colaboradores.

iii.b - Ações para melhoria de desempenho

Estabelecer uma Política de Comunicação Social que disponha sobre diretrizes, mecanismos de veiculação da informação, sistema centralizado de comunicação, padronização da informação e uniformização da linguagem, veiculação de assuntos de interesse estratégico e de matérias de ressonância nacional, dentre outros aspectos.

Implantar sistemas de vídeos conferências na DIRET, Superintendências e Gerências.

Adotar uma *Home Page* na Rede mundial de Internet – WEB – sistema hipertextual - www.ceplac.gov.br – para atender todas as instâncias da Ceplac.

Elaborar matérias direcionadas para rádio, TV, jornais, pequena e grande imprensa.

Criar no site da CEPLAC “pesquisa direcionada”. Criar um canal (link) de cada Unidade com pesquisa direcionada, para tirar dúvidas e reclamações.

3.1.14 Aprimorar processos de gestão

A) Análise

O aprimoramento dos processos de gestão e da governança corporativa não se concentra apenas em disciplinar as relações entre as diversas áreas de uma organização e o ambiente externo. A implementação das boas práticas de governança corporativa possibilita uma gestão profissionalizada e transparente, diminuindo a assimetria informacional, minorando problemas e procurando convergir os interesses de todas as áreas temáticas, para o rito da administração e criação de valor. O ajuste de processos organizacionais tem como foco os princípios de eficiência, eficácia, economicidade e efetividade, e buscam aperfeiçoar o fluxo



de informação e enfrentamento de desafios dentro e fora do órgão, para facilitar a tomada de decisão, em apoio ao alcance da estratégia.

B) Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2015 em relação ao exercício de 2014.

Implementado o plano estratégico procurou-se elaborar as iniciativas (projetos estratégicos) que davam suporte aos objetivos para o cumprimento da visão e missão da Ceplac. Buscou-se promover uma estrutura eficiente de mecanismos e processos (boas práticas) para a administração da instituição e maximizar a criação de valor da mesma. Assim, o Modelo de Gestão da estratégia a ser adotado pela Ceplac contemplou três fases: monitoramento das iniciativas estratégicas, monitoramento dos painéis de contribuição das UDs e monitoramento do BSC institucional.

Uma das mais importantes ações visando o fortalecimento dos controles internos administrativos foi a implantação de uma sistemática de autorizações para a execução de despesas de custeio e investimentos. A autorização prévia para a realização de despesas foi adotada como forma de manter controle dos atos praticados pelas unidades descentralizadas da CEPLAC. Inicialmente implantada em 2013, o sistema veio sendo reformulado visando garantir melhor capacidade de gestão da direção da CEPLAC. Em 2015, após a criação do Comitê Gestor do MAPA que interferiu diretamente no processo de gestão das unidades, a sistemática foi atualizada no mês de agosto com a edição da Portaria 220.

Paralelamente foi estabelecido um sistema provisório de informações sobre a gestão de contratos. Tal ação tornou-se necessária, tendo em vista que o sistema de controle informatizado de contratos do MAPA, a ser utilizado pela CEPLAC, teve atrasos no seu cronograma de implantação.

A utilização do sistema de controle de veículos automotores – SCVA foi incrementada com a contratação de sistema centralizado de gerenciamento do fornecimento de combustíveis, ação prevista desde 2013. O SCVA é um sistema proprietário do MAPA que permite o controle completo de todos os gastos com cada veículo automotor. O sistema serve de base para a formulação do plano anual de aquisição de veículos. Após um período de amadurecimento, onde o contrato em vigor revelou-se vantajoso para a Administração, iniciou-se um novo processo licitatório para a substituição do atual contrato, incluindo novas possibilidades de gestão e o fornecimento combustíveis de tipos não previstos nas licitações inicialmente realizadas. Para 2016, está estabelecida a meta de se licitar um sistema nacional de gestão de manutenção de veículos que se espera permitir um maior controle sobre os gastos com a frota.

A partir de 2013 a CEPLAC adotou como meta administrativa a centralização de contratos de aquisição de passagens e a implantação do Sistema de Controle de Diárias e Passagens. Em 2015, os contratos foram substituídos pela sistemática de utilização de cartões de crédito governamentais – proposta pelo Ministério do Planejamento – e aderiu a licitação MPOG para a contratação de empresas prestadora de serviços de viagens internacionais ou de serviços não cobertos pelas quatro principais empresas aéreas nacionais.

Um dos maiores obstáculos para a gestão da CEPLAC encontra-se no alto custo das comunicações entre os gestores, considerando a necessidade de deslocamentos entre as mais de cem instalações físicas onde a CEPLAC atua sendo que uma parte significativa delas nem mesmo dispõe de qualquer instalação telefônica. Em 2015 foi realizada uma licitação para a contratação de sistemas de telefonia móvel a ser disponibilizado aos gestores da CEPLAC. Tal contratação objetiva não apenas melhorar a qualidade das comunicações, mas, também,



reduzir seu custo, na medida em que as ligações entre o grupo da CEPLAC não terão custos além dos contratados. Foi adotado o critério de ressarcimento para a União nos casos em que qualquer gestor, sem justificativa aceita pela Direção, ultrapasse os limites mensais de uso dos telefones.

Em 2015 foi realizado um esforço no sentido de se atualizar e uniformizar os dados Patrimoniais, com a adoção do SISPATRI (sistema próprio da CEPLAC) em todas as unidades e sua equalização com o SIAFI. Foi incluído no sistema o ferramental de depreciação visando atender exigências legais e de controle. O sistema é limitado e deve ser substituído por outro mais moderno e adequado as atuais exigências de gestão dentro de um Plano Diretor de Tecnologia da Informação.

C) Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.

Foram escolhidos cinco resultados estratégicos para análise do desempenho do Plano de gestão da Ceplac. Naturalmente esses resultados estratégicos escolhidos estão contidos nos principais projetos estratégicos. Os resultados estratégicos foram derivados do alinhamento do PPA 2012-2015 e do Plano Estratégico em curso e explicita as entregas priorizadas pela estratégia organizacional. Os resultados escolhidos foram: CEPLAC.R1: produção de cacau aumentada e produtividade de cacau elevada. CEPLAC.R2: produção nacional do agroenergético dendê incrementada e produtividade nacional do agroenergético dendê elevada. CEPLAC.R3: Índice de conservação produtiva dos imóveis, áreas em sistemas agroflorestais (SAFs) ampliados e áreas em sistemas agrossilviculturais cacau-cabruca manejadas. CEPLAC.R4: processamento nacional de cacau aumentado, processamento de cacau em pequenas plantas industriais ampliado e toneladas de cacau certificado em processos diversos elevada CEPLAC.R5. Produtores atendidos, famílias assistidas e organizações associativas rurais. Todos esses indicadores já foram apresentados e interpretados nos seus respectivos projetos.

D) Conclusão

D1) Avaliação do resultado

Apesar de nem todos os orçamentos dos projetos terem sido incluídos nas ações da CEPLAC contidas no Plano Plurianual da União, houve um avanço nos indicadores escolhidos como resultados estratégicos do órgão.

A sistemática de controle de todas as despesas permitiu uma melhor gestão dos recursos orçamentários e financeiros que se revela na contínua redução dos valores despendidos pela Administração na manutenção das atividades das áreas meio e finalísticas da Ceplac

D2) Ações para melhoria de desempenho

Revisão dos objetivos estratégicos do Plano de gestão. Adequação dos projetos para dar suporte aos objetivos estratégicos dando-lhe o orçamento necessário para o seu desempenho.. Palestra no sentido de sensibilizar os gestores da organização quanto ao Plano de Gestão.

A associação dos dados de execução orçamentária dos gastos de funcionamento e de investimento às informações advindas do controle de aquisições e as da gestão de contratos implicará em melhoras definitivas na eficácia e eficiência administrativa, possibilitando ações de controle interno.



Executar licitação nacional para contratação de serviços de gestão de manutenção de veículos e centralizar todos os contratos com os Correios.

3.1.15 - Implementar modelo institucional adequado

i. Descrição:

O projeto prevê a reformulação da competência institucional, a adequação da estrutura organizacional e o resgate da autonomia compatível com suas atribuições e responsabilidades. Em termos programáticos, incorporam-se novas ações imprescindíveis ao alcance pleno da nova missão institucional. No aspecto operacional, avança para valorizar as ações compartilhadas, através de parcerias com outros organismos governamentais e do terceiro setor, cujas competências sejam demandadas para a consecução dos objetivos estabelecidos. Propõe-se conferir à nova CEPLAC personalidade jurídica de autarquia, na forma de um Instituto, com capacidade de auto administração sob controle do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

ii. Análise

A implementação de um modelo institucional adequado implica resgatar a autonomia administrativa-financeira, reformular a competência institucional, adequar a estrutura organizacional, dentre outros, requisitos estes que passam pelo enquadramento da CEPLAC com personalidade jurídica de autarquia, na forma de um Instituto.

Discute-se há muito tempo a situação da CEPLAC e a defesa da autarquia, acalentada há anos, tem sido objeto de inúmeros estudos. Os valiosos trabalhos produzidos no âmbito da instituição ou resultado de parcerias com outras entidades, não foram, entretanto, suficientes para reunir o processo decisório e a vontade política, em razão da posição de Governo de não aprovar a criação de novos entes com esta natureza jurídica.

Prevalece então, até hoje, a sua condição como órgão singular do MAPA, embora deva ser enfatizado que essa condição, se por um lado contribuiu para a relativa estabilidade da CEPLAC, por outro lado, lhe impôs limitações de natureza estrutural, administrativa e financeira, em decorrência da perda de autonomia.

Entretanto, mesmo em meio às dificuldades das finanças públicas nacional, a contundente erosão dos orçamentos e a aguda carência de pessoal, a Diretoria tem buscado um modelo funcional valorizado pelo rumo, foco, metas factíveis e exequíveis, prioridades, fluidez na gestão de processos, eficácia decisória e, especialmente, eficiência nos gastos públicos.

Nesse sentido, foi elaborado um Plano de Gestão e Inovação - um choque de gestão - diante da conjuntura econômica do Brasil e da incorporação/adequação de novas ações em termos programáticos.

ii.a - Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2015 em relação ao exercício de 2014.

A CEPLAC iniciou, no terceiro trimestre do ano, a elaboração de um Plano de Gestão e Inovação visando a sua reestruturação interna – um choque de gestão - que contempla medidas que perpassam pela revisão de programas e ações, adequação do seu tamanho físico, ajustes na estrutura organizacional, gestão de bens patrimoniais, bem como adoção de procedimentos que visam a melhoria da eficiência dos gastos públicos.



ii.b - Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico e os avanços alcançados no exercício de 2015.

O Plano revelará seus resultados com maior evidência nos próximos exercícios.

ii.c - Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.

Os indicadores utilizados para aferir a adequação do modelo institucional estão implícitos no conjunto de indicadores utilizados para medir a eficácia dos objetivos estratégicos.

ii.d - Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

“O solicitado neste item acima está descrito na análise elaborada referente ao conjunto dos POs, em relação aos objetivos contidos no Mapa Estratégico da CEPLAC. Item 3.4.1.”

ii.e - Principais desafios para 2016.

Diante das inevitáveis dificuldades de implantar modelo institucional adequado, através da institucionalização como autarquia, é necessário que a CEPLAC possa ter acesso a um conjunto de atributos e condições, de forma a fortalecer o seu papel de órgão articulador e promotor do desenvolvimento, especialmente quanto a:

1. autonomia financeira e administrativa;
2. competências claramente definidas, preservando sua identidade jurídico-institucional;
3. quadro próprio, composto de pessoal altamente profissionalizado e apto a desempenhar as competências definidas;
4. estrutura organizacional enxuta e recursos orçamentários e infra-estrutura compatível com suas atribuições.

iii. Conclusão

iii.a - Avaliação do resultado

Não foi cumprida a meta referente ao objetivo estratégico.

iii.b - Ações para melhoria de desempenho

É desejável aprofundar as análises e estudos da conveniência de ampliar a sua autonomia, mesmo na condição de órgão da Administração Direta, sob os auspícios do Art. 37, parágrafo 8º, introduzido pela EC 19/1998, dispondo que a *autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade.*

3.1.16 - Articular a execução de políticas públicas e parcerias complementares à ação da Ceplac

Descrição: Otimizar as ações transversais de governos, no âmbito Federal, Estadual, Municipal e entidades afins, visando a indução, formulação e promoção de políticas públicas junto ao MAPA e outros Ministérios, voltadas a fortalecer, projetar e dar maior visibilidade às ações diretas da Ceplac, bem como de entidades afins da iniciativa privada, que contemplem as especificidades do ambiente institucional e organizacional das regiões produtoras de cacau do Brasil.



ii. Análise

Conciliando interesses de caráter bilateral e multiinstitucional, a CEPLAC tem avançado na valorização de ações compartilhadas, através de parcerias com outros organismos governamentais e do terceiro setor, estimulando a transversalidade de ações, atividades e programas (reconhecidos na estrutura do Plano Plurianual) com as Secretarias do MAPA e órgãos descentralizados na execução de Políticas Públicas (Defesa Sanitária Vegetal, rede LANAGRO, Apoio ao Fortalecimento do Cooperativismo, Crédito Rural, PAA, PNAE, PGPM, Agricultura de Baixa Emissão de Carbono) e com outros Ministérios (MMA, MDA, MCT, MRE) na execução do PRONAF, Crédito Fundiário, Regularização Ambiental – Cefir/Car e Habitação Rural.

A reconhecida credibilidade técnica-científica tem lhe permitido prestar suporte técnico a projetos de cooperação do MRE/ABC e estabelecer parcerias no âmbito nacional (EMBRAPA, CNPq, ITAL, Universidades Federais e Estaduais, INCAPER) e internacional (USDA, CIRAD, Corpoica, ICT, Catie, INIAP), Governos Estaduais e Municipais, Entidades de Produtores (Federações, Sindicatos, Cooperativas) e empresas privadas.

Em outro flanco, se firma cada vez mais como Unidade Avançada de Apoio às Prefeituras Municipais, em termos de planejamento e execução de planos de desenvolvimento local e territorial, orientando e promovendo treinamento de servidores na execução de políticas públicas, com o objetivo de minimizar as dificuldades do distanciamento e suprir as carências desses entes sub-nacionais, visando um novo padrão de desenvolvimento das regiões onde atua.

A realização de audiências públicas tem sido também importante aliado para a CEPLAC, não só para expor o seu papel para o desenvolvimento rural integrado e sustentável de territórios rurais e especialmente a atração de Emendas Parlamentares. Esta iniciativa tem se configurado, inegavelmente, numa estratégia gerencial interessante para o soerguimento da cadeia produtiva do cacau nas principais zonas produtoras, tendo-se como "pano de fundo" a melhoria das condições de vida dos agricultores.

Destaca-se como os principais parceiros da CEPLAC, no âmbito privado, a TNC (THE NATURE CONSERVANCY), CARGILL (Fornecedora internacional de produtos e serviços nos setores agrícola e alimentício), CAPPRU (Cooperativa Alternativa de Pequenos Produtores Rurais e Urbanos de São Félix do Xingu), ADAFAX (Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Alto Xingu), NORTE ENERGIA (Empresa responsável pela construção da UHE de Belo Monte), CNEC (Empresa de Consultoria do Projeto de construção da UHE Belo Monte), M & MARS, Barry Callebaut, Instituto Biofábrica e a COOFASULBA.

Na integração com as universidades merece referência a integração com a Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC, na Bahia, que tem como principal objetivo o apoio aos cursos de pós-graduação nas áreas de Ciências Agrárias e Ambientais. O resultado se expressa no elevado número de teses ou dissertações conduzidas no âmbito dos laboratórios e campos experimentais da CEPLAC/Bahia, sob a orientação ou co-orientação de pesquisadores da CEPLAC, sobre temas de interesse para a cadeia produtiva do cacau e outros cultivos. Essa integração contribui para o treinamento e capacitação de novos pesquisadores e traz como contrapartida a atenuação da aguda deficiência de pessoal da Ceplac.

Com a recém-criada Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), a Ceplac tem acordo de cooperação em andamento onde se ressalta além da cessão de áreas para implantação de campi, a participação colaborativa da CEPLAC em cursos de pós-graduação, pesquisas



conjuntas e na instalação do Parque Tecnológico, na sede da Superintendência da Ceplac em Ilhéus, BA (SUEBA).

ii.a - Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2015 em relação ao exercício de 2014.

A criação do Parque Científico e Tecnológico do Sul da Bahia - PCTSB está sendo uma iniciativa do Comitê de Instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação constituído para esse fim por representantes da CEPLAC, UFSB, UESC, IFBA e IF-Baiano elaborado, como já mencionado, a partir da proposta pioneira da CEPLAC defendida em seminário aberto, na sede desta organização em 9 e 10 de abril de 2014. Atualmente já foi elaborado e aprovado o estatuto do parque tecnológico, já dispõe de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ e o Conselho de Administração está composto pela Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC, Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB, Secretaria de Ciência e Tecnologia – SECTI, Universidade Estadual Santa Cruz – UESC, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBahia e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – IFBaiano, Associação dos Municípios da Bahia – AMURC, Associação Cacau Sul Bahia, Instituto Arapiaú, Associação Baiana de Empresas de Base Florestal e o Sindicato de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos, Computadores, Informática e Similares de Ilhéus e Itabuna – SINEC.

A CEPLAC já disponibilizou 50 hectares para a instalação do Parque Tecnológico.

ii.b - Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico e os avanços alcançados no exercício de 2015.

O projeto Renorbio/Renorbruxa envolve a execução de diversas metas físicas: Desenvolvimento de variedades de cacau com adequada resistência a vassoura-de-bruxa e boas características gerais; Identificação, isolamento, mapeamento e elaboração de marcadores de genes de resistência a vassoura-de-bruxa e monitoramento da evolução do fitopatógeno; Silenciamento gênico e controle do fitopatógeno *Moniliophthora perniciosa* por RNAi; Indução de resistência a vassoura-de-bruxa do cacauzeiro por meio de elicitores químicos e Controle de *M. perniciosa* por meio fragmentos protéicos de *T. cacao*.

O Comitê de Avaliação instituído pelas organizações reconhecem que os indicadores de execução alcançaram 91,4 %, no quinto ano de execução do projeto.

A CEPLAC mantém em vigência cerca de 30 acordos de cooperação, em sua maioria relacionada à pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica.

Sob a orientação de pesquisadores da Ceplac, foram atendidos 16 estudantes de mestrados, 12 de doutorado e 3 de pós-doutorado, totalizando 31 estudantes, nas áreas de biologia molecular, genômica, fitopatologia, solos e meio ambiente.

A CEPLAC tem ampliado sua participação direta nos programas de iniciação científica, envolvendo estudantes da UESC e de outras Instituições de Ensino, e conta hoje com 35 bolsistas do CNPq e FAPESB que exercem atividades nos laboratórios e campos experimentais. Também recebe considerável número de estudantes para estágios curriculares de diversas universidades no âmbito regional e nacional.



ii.c - Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.

Instituir indicadores para o relatório gestor de 2016.

ii.d - Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

“O solicitado neste item acima está descrito na análise elaborada referente ao conjunto dos POs, em relação aos objetivos contidos no Mapa Estratégico da CEPLC. Item 3.4.1.”

ii.e - Principais desafios para 2016.

A reconhecida expertise, a credibilidade institucional, a capilaridade organizacional e a transversalidade de suas ações nos segmentos produtivo e agroindustrial, colocam a CEPLAC numa condição privilegiada para a captação de outras fontes de recursos (doações, auxílios e subvenções de entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, parcerias, convênios de cooperação técnica-financeira), reduzindo a dependência dos recursos do Tesouro.

A despeito disso, não há um núcleo estruturado para identificar, estimular e gerir essas parcerias, ficando a articulação e a condução das negociações sob a responsabilidade de Unidades Locais e por vezes de pesquisadores. É desejável que se estruture um Núcleo com a finalidade precípua de ordenar e organizar essas demandas.

iii. Conclusão

iii.a - Avaliação do resultado

Os resultados, embora considerados razoáveis frente às atuais condições de pessoal da Ceplac, estão muito aquém do potencial de articulação e de captação de recursos. Necessário profissionalizar e instrumentalizar a cadeia de articulações.

iii.b - Ações para melhoria de desempenho

Desenvolver um plano de gestão do conhecimento na Ceplac;

Ampliar e intensificar a capacidade de captação de recursos externos

Consolidar o Parque Tecnológico do Sul da Bahia

Estruturar uma Unidade de Captação de Recursos

3.2- Informações sobre a gestão

3.2.1 - Promover a readequação do quadro funcional

Descrição:

O objetivo de renovação e readequação do quadro funcional nos diversos níveis de conhecimento técnico da CEPLAC que está sem concurso desde 1988 visa em caráter de urgência e no curtíssimo e médio prazo, a realização de concurso público e promoção da integração dos novos servidores com os atuais e, conseqüentemente, preservar, assegurar e manter a transferência do conhecimento acumulado, há mais de meio século, sobre a economia do cacau no Brasil.

ii. Análise

A intensa, progressiva e inevitável redução na força de trabalho da CEPLAC tem restringido a sua capacidade de responder aos produtores rurais e aos apelos das regiões cacaueiras do



Brasil e essa erosão do quadro de servidores não tem sido acompanhada pela devida reposição de pessoal, via concurso público.

Fortalecer o seu aparato humano significa ampliar os esforços com a pesquisa, o fomento e a assistência técnica da produção agrossilvipastoril, contribuindo para a geração de emprego e renda e a segurança alimentar. Acresça-se a isso o fato de que a CEPLAC, devidamente estruturada, pode atenuar a carência da maioria dos municípios das regiões por onde atua, em termos de elaboração de planos de desenvolvimento local e territorial, a partir da sua expertise e qualificação técnica.

A perda da força de trabalho é um dos graves problemas enfrentados pela CEPLAC e implica reduzir o potencial de resposta aos requerimentos das regiões cacaueiras do Brasil. O último concurso para admissão de servidores foi realizado em 1987, contemplando apenas 233 servidores.

Desde então, não se faz reposição de pessoal e isso vem provocando sequelas irreparáveis nas suas atividades, em razão da existência, atualmente, de apenas **1.764 servidores ativos**, em contraste com os 4.383 em exercício no período de 1980 a 1985. Desse total, 221 estão enquadrados no nível superior, categoria esta que responde pelas atividades finalísticas da organização, 1033 no nível intermediário e 515 no nível auxiliar.

A absurda erosão da força de trabalho - reduzida a menos da metade - é o reflexo de aposentadorias, desligamento espontâneo e adesão aos planos oficiais de demissão voluntária. Esse problema atinge níveis preocupantes porque 65 % dos 1.764 servidores ativos, ou seja, **1.149 servidores encontram-se em abono permanência**, prontos para a aposentadoria, sendo que 62,99% correspondem ao nível superior e são eles da atividade finalística e respondem pela pesquisa e a assistência técnica aos produtores rurais, principais eixos de atuação da CEPLAC. A perspectiva de aposentadoria implicará reduzir substancialmente os programas e os projetos de interesse estratégicos e as sequelas às atividades de assistência técnica e geração de tecnologias já se mostram irreparáveis.

ii.a - Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2015 em relação ao exercício de 2014.

Não se registrou nenhum avanço nesse objetivo, em razão das limitações impostas pelo Governo Federal. Várias foram as tentativas de resolução desse problema que se arrasta há anos.

ii.b - Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico e os avanços alcançados no exercício de 2015.

Não pode se contabilizar nenhum resultado em relação à situação antes diagnosticada, apesar do intenso esforço da Diretoria da CEPLAC junto às instâncias do Governo, para obter a autorização para concurso público. Embora preocupante, essa condição decorre da atual situação do País que desaconselha novas contratações até que sejam restabelecidos os indicadores de uma economia estável.

ii.c - Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.

1. Curva decrescente de pessoal

A CEPLAC tem a missão de ser reconhecida pela excelência no desenvolvimento de modelos competitivos e sustentáveis de produção para a agricultura tropical perene nas



regiões cacaueiras nos Estados da Bahia, Pará, Rondônia, Espírito Santo, Amazonas e Mato Grosso, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida através do trabalho, emprego e renda. Entretanto, o crescente esvaziamento dos seus quadros conspira contra a nobre missão e por extensão o pacto estabelecido no seu **Plano Estratégico**, com uma perspectiva temporal de 10 anos (2016 a 2026).

2. Demandas de pessoal

Essa cuidadosa tarefa de ajustar-se e alinhar-se aos novos paradigmas tem sido acompanhada também de exercícios de redimensionamento do tamanho da sua força de trabalho. Considerando que nos próximos a CEPLAC o esvaziamento de intensificará, é justa a reposição dessas perdas, na proporção das sucessivas e inevitáveis aposentadorias, considerando ainda que a contratação de pessoal inclui-se entre as medidas de fortalecimento institucional da CEPLAC, bem defendida pelo Plano Estratégico.

A CEPLAC, protagonista do desenvolvimento sustentável das regiões cacaueiras do Brasil, precisa responder à sociedade com projetos, ações e práticas consagradas em Planos de Desenvolvimento e Recuperação de Lavouras, direcionando os seus esforços para a geração e difusão de tecnologias que visem incrementar a produção e produtividade do cacaueteiro, estimular a indispensável diversificação agropecuária como forma de atenuar a excessiva dependência à monocultura do cacau, animar a porção social de uma agricultura sustentável, resgatar os níveis de empregabilidade nas regiões produtoras e valorizar as questões ambientais.

As reivindicações encaminhadas ao Governo Federal indicam a necessidade de contratação de 514 servidores que, se materializada, oferecerão as condições para cumprir com os compromissos e obrigações com as regiões cacaueiras do Brasil.

ii.d - Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

“O solicitado neste item acima está descrito na análise elaborada referente ao conjunto dos POs, em relação aos objetivos contidos no Mapa Estratégico da CEPLC. Item 3.4.1.”

ii.e - Principais desafios para 2016.

Embora remoto, o principal desafio é obter do Governo a autorização para realização de concurso público.

iii. Conclusão

iii.a - Avaliação do resultado

Depreende-se que, a permanecer a atual situação de esvaziamento do quadro funcional da CEPLAC, poder-se-á experimentar sérios danos aos projetos de pesquisa estratégicos para a cacauicultura, a exemplo do melhoramento de plantas e desenvolvimento de variedades com atributos de qualidade, produtividade e resistência a doenças, enfraquecimento dos serviços de assistência técnica aos produtores, falta de compromissos assumidos no Plano Plurianual e desmobilização da estratégia de execução de políticas públicas de interesse do Governo Federal.

iii.b - Ações para melhoria de desempenho

A despeito das crescentes demandas das regiões cacaueiras do Brasil e das políticas públicas do Governo Federal que terminam por colocar a CEPLAC no epicentro da execução dos



programas governamentais, a redução da força de trabalho vem ampliando as desigualdades e as dificuldades operacionais.

A CEPLAC reage a essa situação com a reavaliação de atividades essenciais e programas de grande vulto, adequando ações e projetos e adotando medidas de racionalização, à luz dos limites impostos, sem perder de vista a eficiência técnica e administrativa. Em contraponto, os prejuízos são visíveis e a violenta supressão da força de trabalho é o prenúncio de danos que ganham contornos de irreversibilidade com a redução da assistência técnica dispensada aos produtores rurais e a desaceleração do ritmo de desenvolvimento das pesquisas.

Para atenuar o problema, a CEPLAC vem intensificando as parcerias com as Prefeituras Municipais no sentido de disponibilização de pessoal e/ou capacitação dos seus próprios servidores para desenvolvimento das atividades locais de assistência técnica e extensão rural.

A contratação de empregados terceirizados, mesmo que em caráter provisório, mereceu maior atenção.

Avalia-se também a possibilidade de remoção de servidores para Unidades com vistas a atender demandas de serviços essenciais.

Incentiva-se o Programa de Inclusão de Bolsistas e Estagiários nos programas de pesquisa.

Estimula-se também a parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e a ENAGRO (Escola Nacional de Agricultura) para capacitação de seus próprios servidores em áreas estratégicas e deficitárias.

3.2.2 Desenvolver e reter competências

A) Análise

Promover a adequação e renovação do quadro funcional nos diversos níveis de conhecimento técnico, de forma a preservar, assegurar e manter a transferência do conhecimento acumulado há mais de meio século, sobre a economia do cacau no Brasil.

Na avaliação do programa do Centro de Pesquisas do Cacau foi realizada uma apresentação com o título “A gestão do conhecimento para a Ceplac”. Mas, não teve um prosseguimento seja por sensibilização da gestão ou por falta de recursos para desenvolvimento de um software que envolvesse toda a gestão do conhecimento da Ceplac.

B) Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2015 em relação ao exercício de 2014.

Apesar deste objetivo estar no planejamento estratégico o programa de capacitação de pesquisadores, extensionistas e administradores não teve um desdobramento em cursos de especialização, mestrado ou doutorado. Também, a não ser por iniciativa pessoal por alguns servidores a gestão do conhecimento nunca teve um programa específico para o compartilhamento das informações.

Nos últimos exercícios, os esforços da CEPLAC no sentido de promover o desenvolvimento de pessoas, mesmo aqueles efetuados com recursos próprios, ateu-se a orientação, acompanhamento e homologação da Secretaria Executiva, através da Coordenação Geral de Desenvolvimento de Pessoas do Departamento de Gestão Interna do MAPA.



C) Conclusão

C1) Avaliação do resultado

Falta de contratação de pesquisadores e extensionistas com mestrado e doutorado;
Paralisação dos programas de capacitação para especialização, mestrado e doutorado;
Os esforços para a realização da gestão do conhecimento ficam por conta de iniciativas de servidores da Ceplac, em função da centralização da gestão no MAPA e pouca oferta de vagas para servidores da Ceplac.

C2) Ações para melhoria de desempenho

Promover programa de capacitação envolvendo especialização, mestrado e doutorado;
Concluir os softwares: Sissueba e Sisdiret

Elaborar e implantar programa de gestão do conhecimento para a Ceplac.

3.2.3 Garantir Ambiente Organizacional Adequado

A) Análise

Um ambiente organizacional adequado, além de requerer estrutura compatível com as mudanças e demandas inerentes ao aperfeiçoamento dos processos de gestão alinhados com a estratégia, requer no plano da administração de pessoas, atributos relativos à motivação, transversalidade comunicação interna, além de desenvolvimento intenso dos processos de endomarketing.

B) Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2015 em relação ao exercício de 2014.

No que tange as atividades planejadas e executadas nos anos de 2012, 2013, 2014 e 2015 quanto as propostas de desenvolvimento de pessoas objetivou-se ações de promoção e qualidade de vida, que incentivasse o servidor a cuidar de sua saúde física e psicológica. Realizaram-se também ações com o objetivo de integrar a instituição e comunidade, realizando eventos de instituições externas, com diversos segmentos da sociedade, visando acolher e interagir com a comunidade regional.

As atividades de desenvolvimento de pessoas, realizadas no período de 2012, 2013, 2014 e 2015 tiveram como meta os objetivos propostos no planejamento estratégico 2012/2015.

Durante o período de 2012, época da elaboração do planejamento, todas as ações estavam sendo realizadas de acordo com o planejamento já existente na instituição Ceplac. A partir de 2013, com o planejamento estratégico já implantado, todas as ações tiveram como base os programas definidos no citado planejamento. O período de 2014 e 2015 foram realkizadas ações voltadas para o planejamento, no qual envolvia toda a instituição, fazendo uma interação entre os Centros (Extensão, Pesquisa e Administração).

No ano de 2012, as ações de desenvolvimento de pessoas, foram focadas em eventos com a participação de instituições externas e promoção de saúde com acompanhamento psicológico dos servidores e seus dependentes. Diferente da educação continuada, que não tivemos eventos realizados no mesmo período, o diferencial se deve, ao fato de que os eventos e ações desenvolvidas não necessitem de recursos, acontece com a participação dos colaboradores (agentes administrativos, educadores, psicóloga e analista de sistema). As ações fazem parte do planejamento estratégico (2012/2015).

Em 2015, foram realizados cursos dentro do Programa de Valorização do Servidor da Ceplac, no eixo temático: Motivação, como eventos de qualidade de vida/holísticos (como



acompanhamento psicológico, atividade laboral, caminhada ecológica, cursos informativos; ações de responsabilidade social (educação e saúde); dias alusivos (dia da mulher, dia das mães, dos pais dentre outras) e evento de integração com a comunidade.

Capacitações externas foram realizadas em gestão de pessoas, assim como avaliação de desempenho, com a participação de servidores da Ceplac.

C) Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.

O percentual utilizado como parâmetro dos eventos (internos) foi 10 % do número de servidores na ativa (1500 servidores). O quantitativo do número de servidores para participar em eventos externos foi baseado no referencial do planejamento estratégico 2012/2015. O número de servidores participando de eventos externos é baixo por não termos recursos para pagar diárias e inscrições em eventos fora da Ceplac. A diminuição no indicador acompanhamento ao servidor decorre de termos poucos eventos de educação em saúde e poucas demandas tanto espontâneas, quanto programadas e encaminhadas para acompanhamento. O número de participantes de integração com a comunidade varia de acordo com as demandas de solicitações externas da comunidade.

D) Conclusão

D1) Avaliação do resultado

Quanto ao 1º Indicador pode-se verificar que houve aumento crescente das participações dos servidores na ativa, o que não significa que seja o ideal, portanto um de nossos desafios para o próximo ano (2016) será aumentar a participação e ofertas de eventos/cursos,

Quanto ao 2º Indicador precisamos de mais parcerias e/ou recursos para aumentar as ações que envolvam educação em saúde (para enfatizar as ações que envolvam qualidade de vida)

Quanto ao 3º Indicador necessitamos de apoio do MAPA para termos mais vagas em cursos ofertados pelo PAEC, e que sejamos informados em tempo hábil, para que possamos encaminhar pedidos para preenchimento de vagas em cursos na ENAP, ENAGRO ou Congressos, Encontros, Simpósios, etc.,

Quanto ao 4º Indicador, devemos ter mais espaço físico para aumentar a oferta de salas onde possamos fazer a integração comunidade/instituição CEPLAC, pois é uma forma de fortalecer o marketing institucional.

D2) Ações para melhoria de desempenho

Melhoria da infraestrutura para treinamento

Aumento de parceria CEPLAC e outros segmentos da sociedade sejam instituições educacionais, associações ou cooperativas, principalmente com a ENAP e a ENAGRO.

3.2.4 Garantir Recursos orçamentários para execução da estratégia

A) Análise

Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2015 em relação ao exercício de 2014.

O orçamento público é um instrumento de planejamento governamental em que constam as despesas da administração pública para um ano, em equilíbrio com a arrecadação das receitas previstas. É o documento onde o governo reúne todas as receitas arrecadadas e programa o que de fato vai ser feito com esses recursos. É onde foram alocados os recursos destinados à



Ceplac. É no orçamento onde estão previstos todos os recursos arrecadados e onde esses recursos serão destinados.

Os resultados da execução física e financeira do exercício, conforme Ações e POs na tabela acima representam esforços de gestão orçamentária e de compartilhamento na execução do conjunto dos objetivos estratégicos, na medida em que não há dotação orçamentária específica para o Plano de Gestão Estratégica e sim para a estrutura programática do PPA, na LOA. Na Ação 20ZY – Desenvolvimento das regiões produtoras de cacau, os POs 001, 002 e 004, financiam os macroprocessos finalísticos de PD&I e ATER, contemplando o conjunto de objetivos estratégicos finalísticos situados na perspectiva da sociedade, do público alvo e dos processos internos, em particular nos eixos de desenvolvimento rural e inovações tecnológicas, mapa estratégico, abaixo. O PO 003, da mesma ação é específico para os processos de gestão, financiando de forma compartilhada todos os objetivos voltados para a área meio, especialmente os situados na perspectiva de aprendizado e crescimento, conforme mapa. Na Ação 20ZS – Desenvolvimento da agroenergia, o PO 005 tem uma especificidade para as iniciativas de agroenergia mais compartilha a execução de objetivos focados no fortalecimento da agricultura familiar, agregação de valor e desenvolvimento territorial. O PO 003 da Ação 20ZW – Promoção da defesa agropecuária financia atividades focadas no controle da doença vassoura de bruxa e compartilhamento com os objetivos de Excelência em PD&I e ATER, dentro do eixo de inovações tecnológicas. Na atual estrutura de gestão, não foi possível o financiamento destacado por iniciativa – projeto, dificultando a mensuração de gastos por objetivo estratégico. Neste relatório gestor foi utilizada às ações e POs já descritas neste âmbito conforme metodologia utilizada no Plano Pluri Anual 2012 – 2015.

A partir do próximo ano estará em vigor o Plano Plurianual 2016 – 2019. Para cumprir os 21 objetivos estratégicos do Mapa Estratégico contidos no Plano de Gestão o governo federal através do Ministério da Agricultura, Pecuárias e Abastecimento destacou dois programas dentro do novo Plano Pluri Anual: o Programa 2042 – Pesquisa e Inovação para a Agropecuária e o Programa 2028 – Defesa Agropecuária. Dentro do programa Pesquisa e Inovação para a Agropecuária está contida a ação 20ZY– Desenvolvimento das Regiões produtoras de Cacau onde estão seis planos orçamentários - PO: 0001 – Reforma e adequação dos centros de pesquisa e extensão e das unidades de apoio administrativo da Ceplac; 0002 – Difusão e transferências de tecnologias para a sustentabilidade dos cultivos perenes das regiões produtoras de cacau; 0003 – Sistematização e gerenciamento do desenvolvimento das regiões produtoras de cacau; 0004 – Geração e Adaptação de Tecnologias para a sustentabilidade dos cultivos perenes das regiões produtoras de cacau; 0005 – Aquisição, Suporte e desenvolvimento de soluções de tecnologia da informação – TI e 007 – Execução de serviços de assistência técnica e extensão rural - ATER e PD&I para a sustentabilidade da palmácea. Já dentro do Programa 2028 – Defesa Agropecuária está contida uma ação 214W – Implementação da Defesa Agropecuária onde contém apenas um Plano Orçamentário – PO - 000E – Controle da Vassoura de Bruxa.

O orçamento da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC vem encolhendo a cada ano. Isto tem provocado descontinuidade nas pesquisas realizadas pelo Centros de Pesquisas do Cacau de grande relevância para a lavoura cacaueira, assim como, na transferência do conhecimento realizados pelo Centros de Extensão. No ano de 2011 o orçamento da instituição foi de R\$ 25.418.595,00, já no ano de 2016 o governo acena no seu orçamento federal com somente 18.229.752,00, uma redução de 28,28%. Mais preocupante ainda se verificarmos que o recurso liquidado frente o orçado na LOA foi em 2011 63,76% e em 2015 somente 57,58%, em decorrência da imposição de limites de movimentação e empenho.



Comportamento do orçamento da CEPLAC no período de 2008 e 2016.

Ano	CEPLAC		
	LOA	Liquidado	Liquidado/LOA
2.008	18.667.419,00	18.396.393,59	98,55
2.009	23.681.150,00	18.048.156,79	76,21
2.010	24.241.185,00	18.350.875,57	75,70
2.011	25.418.595,00	16.206.090,77	63,76
2.012	25.193.530,00	18.642.196,86	74,00
2.013	22.605.000,00	12.230.420,42	54,10
2.014	25.237.434,00	16.515.811,85	65,44
2.015	27.658.508,00	15.925.269,44	57,58
2.016	18.229.752,00		

PO/PI 2015	Orçamento Ceplac/LOA	Disponibilizado	%	Empenhadas	%	Liquidadas	%
20ZY/PO 001/Racpec	2.000.000	-	-	-	-	-	-
20ZY/PO 002/Difutec	6.950.843	3.847.672	55	3.844.590	99,9	2.847.622	74
20ZY/PO 003/Coorcacau	9.722.390	8.275.963	85	8.152.023	98,5	7.598.228	95
20ZY/PO 004/Geracacau	5.831.582	4.424.410	76	4.388.437	99,4	3.620.923	83
20ZS/PO 005/Desenagro	770.045	104.756	14	104.756	100,0	93.545	89
20ZW/PO 003/Vassoura	2.383.648	2.101.172	88	2.099.599	99,9	1.764.951	84
	27.658.508	18.753.973	67	18.589.405	99,2	15.925.269	86

A CEPLAC demonstra uma boa capacidade de execução dos recursos disponibilizados. As diferenças observadas entre os valores liquidados e empenhados devem-se à repetida prática da Administração em liberar grande percentual de recursos nos últimos dias do exercício.

B) Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.

Analisando-se o orçamento da Ceplac no período referente ao PPA 2012–2015 verifica-se que o orçamento contido na Lei Orçamentária Anual – LOA teve um crescimento de 9,78%, porém se analisarmos com relação ao orçamento disponibilizado para a Ceplac, verificamos que houve um decréscimo de -14,58%. Os percentuais do orçamento disponibilizados em relação a LOA perfazem 74%, 54,55%, 65,44% e 57,58%, nos anos de 2012, 2013, 2014, e 2015, respectivamente.

D) Conclusão

D1) Avaliação do resultado

Analisando os recursos orçados na Lei Orçamentaria Anual para as ações da Ceplac, verifica-se que o disponibilizado vem se reduzindo a cada ano, chegando em 2015 a ser disponibilizados somente 57,58%. Apesar disso, através dos esforços dos seus técnicos e das parcerias realizadas pela Ceplac tem-se conseguido cumprir com os objetivos estratégicos.



D2) Ações para melhoria de desempenho

Alocar recursos no Plano Plurianual para a Ceplac de acordo com os objetivos estratégicos contidos no Mapa Estratégico do Plano de Gestão, facilitando a implementação dos projetos que dão sustentação ao referido objetivo e avaliação de desempenho.

Disponibilizar recursos necessários para o cumprimento dos projetos de pesquisa, extensão e de infraestrutura contidos nos objetivos estratégicos.

Não contingenciar o orçamento da Ceplac.

3.2.5 Garantir Sistemas de Informação adequados à execução da estratégia

Descrição geral	
Garantir sistemas de informação adequados à execução da estratégia. Incrementar o desenvolvimento de sistemas de TI, alinhados à gestão da estratégia e às necessidades dos processos críticos nos níveis estratégico, tático e operacional.	
Responsável:	Antônio Siqueira Assreuy

A) Análise

Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando evolução do estágio do objetivo estratégico ocorrida desde a implementação do plano estratégico.

Projeto: Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI.

No Projeto Ba-41 do Planejamento estratégico da CEPLAC, enfatizou-se a necessidade de se elaborar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI/CEPLAC. No referido projeto fez-se as devidas justificativas e a necessidade de contratação de uma consultoria especializada para a execução de um diagnóstico da situação atual da gestão de TI e a elaboração do PDTI/ CEPLAC. Através deste trabalho será possível propor um planejamento das ações a serem desenvolvidas. O trabalho deverá ser desenvolvido em função da nossa realidade e do conhecimento da arte atual da Tecnologia da Informação (TI), orientados aos objetivos do planejamento estratégico da CEPLAC, definindo as ações baseadas nas disciplinas do COBIT/ITIL.

No que diz respeito aos aspectos internos da função TI, foram desenvolvidas ações no que diz respeito a infraestrutura, ao desenvolvimento e manutenção de sistemas/aplicações e no atendimento e suporte aos usuários, como se segue:

Infraestrutura: melhoria do parque de TI com a instalação de computadores e periféricos; manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos de TI; ampliação da rede de computadores com a instalação de redes cabeadas e sem fio; manutenção com ampliação das contas de e-mails para os usuários da CEPLAC; manutenção com atualização nos procedimentos de segurança das informações nos computadores servidores da rede, como backup, firewall e antivírus;

Desenvolvimento e manutenção de sistemas/aplicações (rede local e rede web): manutenção da página web da CEPLAC com atualização constante das informações;

Manutenção/atualização dos sistemas/aplicações existentes; desenvolvimento de sistemas/aplicações;



Atendimento e suporte aos usuários: orientação para a melhor utilização dos recursos de TI; disponibilização dos recursos de TI; treinamentos específicos aos usuários; apoio a apresentações em eventos na CEPLAC.

B) Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2015 em relação ao exercício de 2014.

Com a elaboração do Projeto Ba-41 e apresentado no Planejamento Estratégico da CEPLAC a visibilidade proporcionou uma discussão ampla sobre a necessidade de contratação de consultoria para elaboração do diagnóstico da situação atual da CEPLAC com uma proposta de melhoria e ampliação da área de atuação de TI na CEPLAC. Elaborou-se um termo de referência para a referida contratação. Ainda em 2014 foi feito o edital para o pregão que foi cancelado em função de divergências entre o edital e o termo de referência. Um novo pregão será feito em 2015.

Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa, com destaque para as superintendências e gerências estaduais.

C) Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.

ANÁLISE DE INDICADORES	2012		2013		2014		2015		META
	PR	RE	PR	RE	PR	RE	PR	RE	
Sist. e/ou aplicações (WEB)	5	10	10	6	10	10	10	6	10
Sist. e/ou aplicações (Fora WEB)	2	2	2	1	2	3	2	2	2
Atendimento (fale conosco)	5.000	7.706	6.000	8.630	7.000	8.014	8.000	8.150	8.000
Acesso à página da Ceplac	300.000	564.688	400.000	559.184	500.000	518.859	600.000	558.793	600.000
PR = Programado RE = Realizado									

Análise dos principais indicadores:

De acordo com o Projeto Ba-41, no que diz respeito a melhoria do parque de TI, foram instalados 217 novos computadores e ainda 58 novas impressoras/scanners, adquiridos no exercício anterior.

Na tabela de sistemas e/ou aplicações desenvolvidas e implantadas, observou-se que em 2014, houve em ambiente web um acréscimo de 66% e um acréscimo de 200% em fora ambiente web.

De acordo com o Projeto Ba-41, no que diz respeito a sistemas e/ou aplicações desenvolvidas e implantadas, desenvolveu-se/implantou-se 05 (cinco) sistemas e/ou aplicações em ambiente web. Desenvolveu-se/implantou-se 04 (quatro) sistemas e/ou aplicações em fora ambiente web.

Na tabela suporte/atendimento aos usuários, observou-se que em 2014, houve um decréscimo de 7,3% na quantidade de atendimento e de um decréscimo de 7,2% no acesso a página CEPLAC.

De acordo com o Projeto Ba-41, no que diz respeito a suporte/atendimento aos usuários, houve um decréscimo de atendimento em função da redução da mão de obra para atendimento aos usuários de TI, bem como a instalação de novos equipamentos de TI, proporcionou-se assim menor manutenção nos equipamentos.



Quanto ao acesso a página CEPLAC, houve uma redução de 40.325 acessos ano. Devido a 2014 ter tido menos dias úteis, diminuiu-se os acessos ao webmail (base de e-mails). Houve uma menor quantidade de matérias postadas. Diminuíram-se os acessos ao fale conosco. Assim como neste ano de 2014 houve quantidade menor de eventos (congressos, seminários, etc.) correlacionado pela página web CEPLAC. Em contra partida devido a grande quantidade de informações técnicas/científicas, jornais/revistas, álbum multimídia etc. disponíveis na página CEPLAC, apresentou-se ainda acima da média de 40.000 acessos mês.

Tabela comparativa de indicadores em três exercícios

Análise indicadores	2013		2014		2015
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
Computadores Instalados	-	871	-	1.084	1.176
Impressoras / scanners	-	310	-	366	398
Ambiente WEB	-	6	-	10	10
Fora ambiente WEB	-	1	-	3	2
Quantidade atendimento	-	8.630	-	8.014	8.230
Acesso a Página CEPLAC	-	559.184	-	518.859	568.700

D) Conclusão

D1) Avaliação do resultado

As dificuldades estruturais e de definições de atribuições e responsabilidades, as ações foram realizadas de acordo a normalidade.

D2) Ações para melhoria de desempenho

Regularizar do suprimento de energia elétrica; Realizar treinamentos, participação em seminários e congressos de TI para atualização da equipe; Manter a contratação da mão-de-obra dos estagiários; Melhorar as nossas instalações físicas; Criar um comitê gestor de TI para definição e acompanhamento das ações de TI; Rever a definição das atividades, atribuições e responsabilidades de TI no Regimento interno; Liberar recursos para a realização das ações de TI (infraestrutura, desenvolvimento/contratação de softwares, etc.).

3.3- Estágio de implementação do planejamento estratégico

3.3.1- Estágio de desenvolvimento

A gestão da estratégia institucional em curso é um processo de longo prazo que se iniciou no ano de 2013 e registra avanços e entraves diante das dificuldades estruturais enfrentadas pelo órgão. A finalização do Mapa Estratégico e definição dos objetivos estratégicos à luz das metodologias do *Balance Scorecard* - BSC, ainda no plano corporativo, permitiu formular as grandes iniciativas estratégicas – projetos, em número de 28 no plano nacional, correlacionadas aos objetivos definidos. Com participação das unidades descentralizadas em oficinas nacionais e regionais, construíram-se os Planos Diretores das Unidades – PDU onde os painéis de contribuições de cada superintendência são executados por meio dos projetos assumidos em cada estado, em compartilhamento com as iniciativas corporativas. Considerando-se as condições estruturais para tocar o plano de ação constata-se que o esforço de coerência e sustentação das premissas relacionadas à missão, à visão e aos valores



apregoados e já afirmados encontrou dificuldades na sua execução, monitoramento e avaliação.

3.3.2- Metodologia de formulação, de avaliação e de revisão dos objetivos estratégicos

A execução das iniciativas estratégicas tanto no plano corporativo como nos PDUs nos estados estão condizentes à metodologia de monitoramento dos painéis no BSC, residindo as dificuldades, na falta de um sistema informatizado para gestão do processo. O esforço de compartilhamento com a AGE/MAPA e MPOG, iniciados em 2014, na perspectiva de utilização de um *Software* público, o GEPLANES, já desenvolvido pelo governo e em uso pela previdência não se consumou. Avaliações por meio de reunião de análise da estratégia – RAE permitiram dois eventos focados nos resultados estratégicos em 2013, com prejuízos de continuidade até 2015 diante das limitações de recursos impostas. A apuração dos indicadores está sendo feita por captação das informações trimestralmente em planilhas adaptadas aos requerimentos do Plano Estratégico e do PPA. A necessidade de avaliação e revisão do plano é premente, diante do estado experimental de sua implantação aliada às mudanças no ambiente de gestão.

3.3.3- Alinhamento ao PPA e à Lei Orçamentária Anual

A estratégia tem alinhamento programático com o PPA, entretanto há incompatibilidade quanto ao financiamento desses objetivos pela LOA. Não há dotação específica para objetivo estratégico e sim para a Ação e POs conforme Programas em que se insere a CEPLAC: Prog. 2042 - (Ação 20ZY - Desenvolvimento das Regiões Produtoras de Cacau: POs 01- Reforma dos Centros de Pesquisas, 02- Difusão de tecnologias, 03 - Gestão e 04 – Geração de tecnologias); Prog. 2028 - (Ação 20ZW – Promoção da defesa agropecuária: PO 03 – Controle da vassoura-de-bruxa) e Programa 2014 - (Ação 20ZS - Desenvolvimento da agroenergia: PO 05 – Potencialidades agroenergéticas).

3.3.4- Indicadores de desempenho relacionados à gestão estratégica

Diante da dificuldade de implementação de um sistema corporativo para o modelo de gestão proposto tornou-se impossível definir indicadores consistentes de desempenho relacionados à gestão e análise da estratégia. Em razão da precariedade na captação das informações, ora em planilhas e relatórios, o status de obtenção dos resultados ainda é merecedor de atenção e ajustes em todas as unidades.

3.3.5- Revisões ocorridas no planejamento estratégico, sua descrição e periodicidade

Até 2015 não houve nenhuma revisão do Plano, apesar das constatações tanto no ambiente interno como externo. Alinhada à recente discussão sobre as cadeias de valor da agropecuária brasileira, patrocinada dentro dos processos de revisão da estratégia do MAPA, assim como nos desafios do PPA 2016/2019, evidenciou-se a premência de atualizações nos macroprocessos internos do órgão, sobretudo na integração ATER e PD&I com foco no desenvolvimento territorial rural sustentável e inclusão social produtiva.

3.3.6- Envolvimento da alta direção (Diretor e Coordenadores Gerais)

Durante o processo de elaboração do plano foi possível um nível razoável de envolvimento da alta direção, coordenações e chefias intermediárias, entretanto na fase de execução e principalmente na fase de monitoramento e avaliação não se verificou o devido envolvimento das coordenações e superintendências na gestão compartilhada do plano, destinando-a apenas à coordenação de gestão estratégica.



3.3.7- Alinhamento das unidades ao planejamento estratégico

Ressalvadas as dificuldades as análises parciais da estratégia foram resultados do esforço compartilhado de todas as unidades gerenciais por meio de aferição dos painéis de contribuições acompanhados nos estados do AM, BA, ES, MT, PA e RO.

Diretoria	
Diretoria	
Coordenações	
Administração	
Gestão Estratégica	
Técnico Científica	
Superintendências	
Superintendência de Desenvolvimento Regional da Bahia (SUEBA)	
Superintendência de Desenvolvimento Regional do Pará (SUEPA)	
Superintendência de Desenvolvimento Regional de Rondônia (SUERO)	
Gerências	
Gerência de Desenvolvimento Regional do Amazonas (GERAM)	
Gerência de Desenvolvimento Regional do Espírito Santo (GERES)	
Gerência de Desenvolvimento Regional do Mato Grosso (GEREM)	
Legenda	As cores são meramente exemplificativas
■ Conforme planejado	
■ Merece atenção	
■ Desconforme	

3.3.8- Principais dificuldades e mudanças previstas

Os avanços esperados no monitoramento e avaliação esbarram em dificuldades como: internalização do modelo frente a uma cultura linear de gestão, inexistência de um sistema de gerenciamento da estratégia, limitações orçamentárias e financeiras no alinhamento com o PPA e da drástica redução do quadro de pessoal, com 68% em abono de permanência e agravamento nesse último exercício, já que há 29 anos não se realiza concurso público para o órgão.

3.3.9 - Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

Análise Orçamentária Ação/PO	Orçamento Previsto (Loa + Adicionais)		Orçamento Realizado (empenho liquidado)		Físico Previsto		Físico Realizado		Unidade de Medida
	Exercício	RAP	Exercício	RAP	PROG	RP	REAL	RP	
20ZY/PO 001	2.000.000	0	0	0	3	0	0	0	UN
20ZY/PO 002	6.950.843	99.045	2.847.623	88.931	60.000	0	51.719	0	UN
20ZY/PO 003	9.722.390	540.009	7.837.344	538.126	7	0	7	0	UN
20ZY/PO 004	5.831.582	221.628	3.581.806	221.056	100	0	125	0	UN
20ZS/PO 005	770.045	0	93.545	0	13.000	0	4.407	0	ha
20ZW/PO 003	2.383.648	1.957	1.764.951	973	550.000	0	550.000	0	ha

Fonte: CGAF/CGEST/CEPLAC

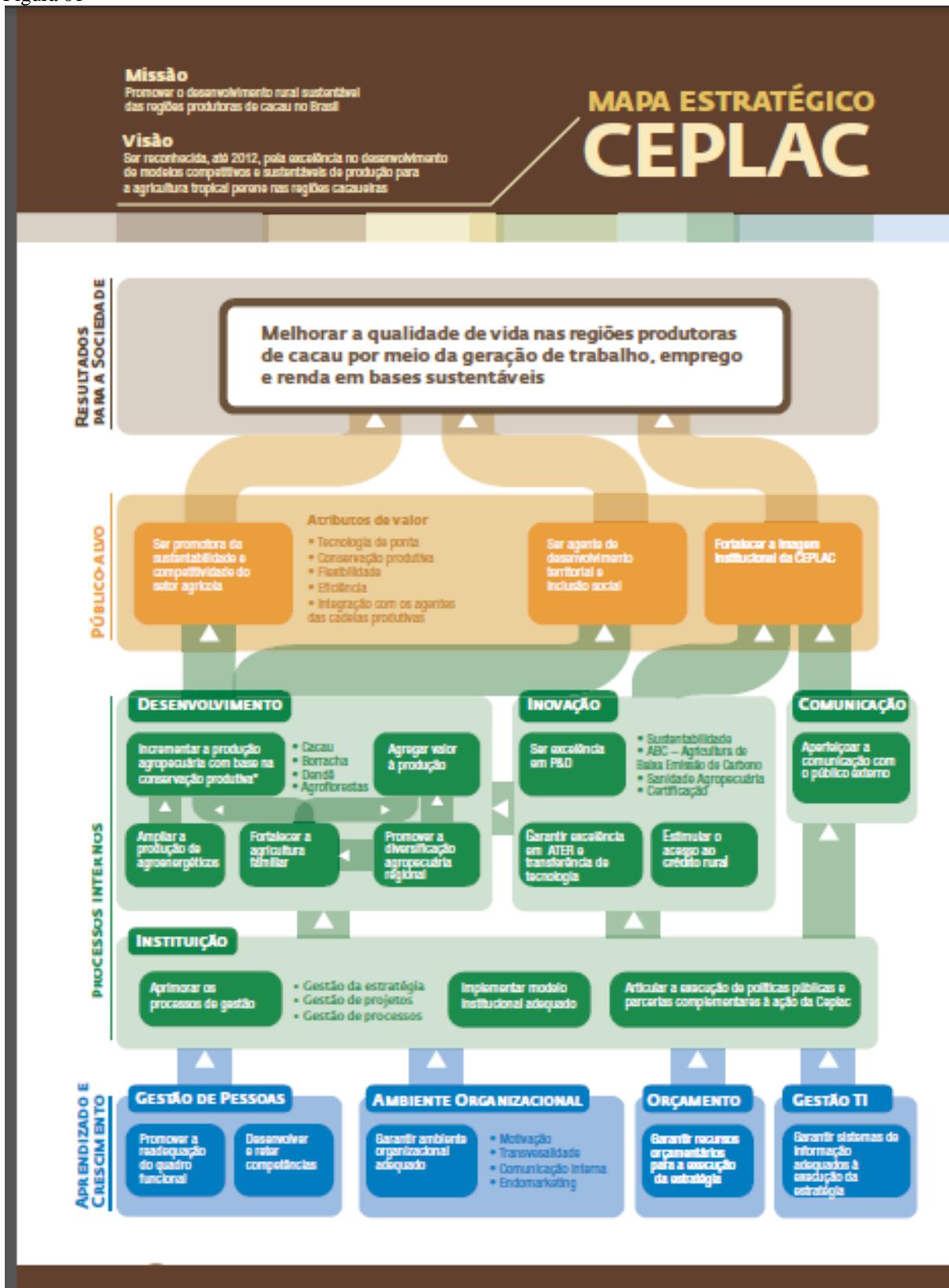
A análise dos resultados físicos e financeiros do exercício, conforme Ações e POs na tabela acima representam os esforços de gestão orçamentária e de compartilhamento na execução do



conjunto dos objetivos estratégicos, na medida em que não há dotação orçamentária específica para o Plano de Gestão Estratégica e sim para a estrutura programática do PPA, na LOA. Na Ação 20ZY – Desenvolvimento das regiões produtoras de cacau, os POs 001, 002 e 004, financiam os macroprocessos finalísticos de PD&I e ATER, contemplando o conjunto de objetivos estratégicos finalísticos situados na perspectiva da sociedade, do público alvo e dos processos internos, em particular nos eixos de desenvolvimento rural e inovações tecnológicas, mapa estratégico, abaixo. O PO 003, da mesma ação é específico para os processos de gestão, financiando de forma compartilhada todos os objetivos voltados para a área meio, especialmente os situados na perspectiva de aprendizado e crescimento, conforme mapa. Na Ação 20ZS – Desenvolvimento da agroenergia, o PO 005 tem uma especificidade para as iniciativas de agroenergia mais compartilha a execução de objetivos focados no fortalecimento da agricultura familiar, agregação de valor e desenvolvimento territorial. O PO 003 da Ação 20ZW – Promoção da defesa agropecuária financia atividades focadas no controle da doença vassoura de bruxa e compartilhamento com os objetivos de Excelência em PD&I e ATER, dentro do eixo de inovações tecnológicas. Na atual estrutura de gestão, não foi possível o financiamento destacado por iniciativa – projeto, dificultando a mensuração de gastos por objetivo estratégico. Os resultados físicos alcançados: 51.719 produtores rurais assistidos; 7 unidades administrativas gerenciadas; 125 pesquisas desenvolvidas; 4.407 hectares de cultivos agroenergéticos e 550 mil hectares de cultivos de cacau monitorados de pragas e doenças representam metas dos Planos Orçamentários alcançadas dentro de cada Ação no PPA.



Figura 01





3.4 – Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

Análise Orçamentária Ação/PO	Orçamento Previsto (Loa + Adicionais)		Orçamento Realizado (empenho liquidado)		Físico Previsto		Físico Realizado		Unidade de Medida
	Exercício	RAP	Exercício	RAP	PROG	RP	REAL	RP	
20ZY/PO 001	2.000.000	0	0	0	3	0	0	0	UN
20ZY/PO 002	6.950.843	99.045	2.847.623	88.931	60.000	0	51.719	0	UN
20ZY/PO 003	9.722.390	540.009	7.837.344	538.126	7	0	7	0	UN
20ZY/PO 004	5.831.582	221.628	3.581.806	221.056	100	0	125	0	UN
20ZS/PO 005	770.045	0	93.545	0	13.000	0	4.407	0	ha
20ZW/PO 003	2.383.648	1.957	1.764.951	973	550.000	0	550.000	0	ha

Fonte: CGAF/CGEST/CEPLAC

3.4.1 – Análise dos POs

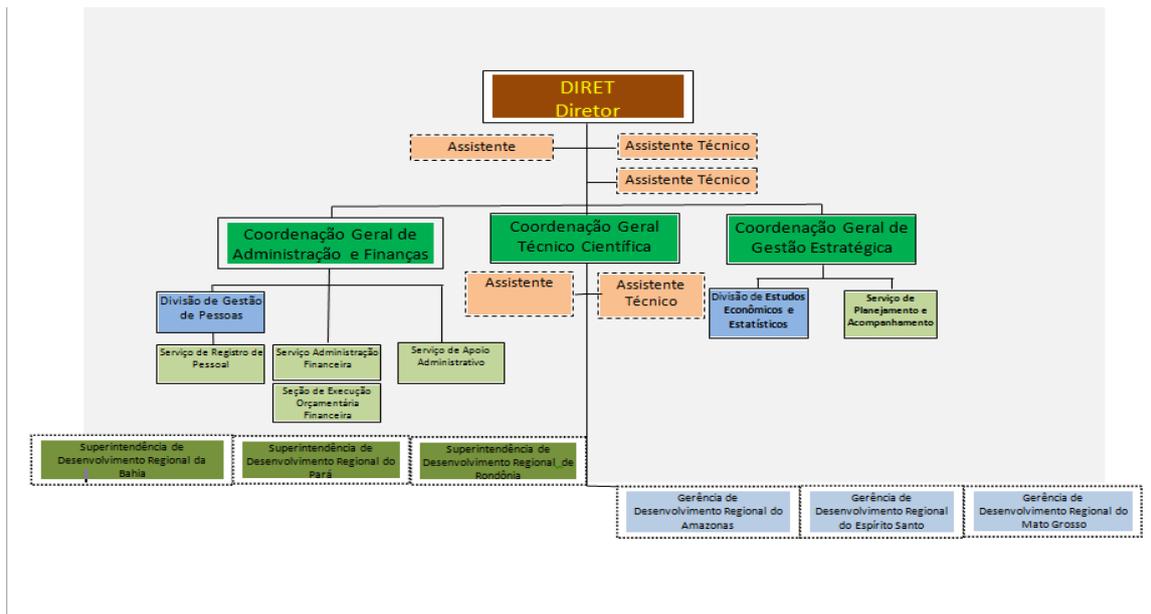
A análise dos resultados físicos e financeiros do exercício, conforme Ações e POs na tabela acima representam os esforços de gestão orçamentária e de compartilhamento na execução do conjunto dos objetivos estratégicos, na medida em que não há dotação orçamentária específica para o Plano de Gestão Estratégica e sim para a estrutura programática do PPA, na LOA. Na Ação 20ZY – Desenvolvimento das regiões produtoras de cacau, os POs 001, 002 e 004, financiam os macroprocessos finalísticos de PD&I e ATER, contemplando o conjunto de objetivos estratégicos finalísticos situados na perspectiva da sociedade, do público alvo e dos processos internos, em particular nos eixos de desenvolvimento rural e inovações tecnológicas, mapa estratégico, abaixo. O PO 003, da mesma ação é específico para os processos de gestão, financiando de forma compartilhada todos os objetivos voltados para a área meio, especialmente os situados na perspectiva de aprendizado e crescimento, conforme mapa. Na Ação 20ZS – Desenvolvimento da agroenergia, o PO 005 tem uma especificidade para as iniciativas de agroenergia mais compartilha a execução de objetivos focados no fortalecimento da agricultura familiar, agregação de valor e desenvolvimento territorial. O PO 003 da Ação 20ZW – Promoção da defesa agropecuária financia atividades focadas no controle da doença vassoura de bruxa e compartilhamento com os objetivos de Excelência em PD&I e ATER, dentro do eixo de inovações tecnológicas. Na atual estrutura de gestão, não foi possível o financiamento destacado por iniciativa – projeto, dificultando a mensuração de gastos por objetivo estratégico. Os resultados físicos alcançados: 51.719 produtores rurais assistidos; 7 unidades administrativas gerenciadas; 125 pesquisas desenvolvidas; 4.407 hectares de cultivos agroenergéticos e 550 mil hectares de cultivos de cacau monitorados de pragas e doenças representam metas dos Planos Orçamentários alcançadas dentro de cada Ação no PPA.



4- Governança

4.1- Descrição das Estruturas de governança

A CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, é um órgão específico singular, diretamente subordinado ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com estrutura interna aprovada por Portaria Ministerial, com competência e atribuições definidas em Regimento Interno.





4.2- Gestão de riscos e controles internos

4.2.1- Avaliação da qualidade e da suficiência dos controles internos

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	
Ambiente de Controle	
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento. Sim, embora não exista equipe especificamente alocada para o desempenho da atribuição.	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade. Sim, em sua maioria	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente. Adequada mas não eficiente. A área de comunicação deverá desenvolver projeto específico para a melhora da comunicação interna.	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta. Sim, adota-se o código de ética do Servidor Público e as normas internas do MAPA.	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais. São formalizados, embora careçam de padronização.	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta. Não	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades. Sim	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ. Sim, embora não seja possível garanti-la por falta de pessoal capacitado para exercer todas as funções.	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ. Sim	
Avaliação de Risco	
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados. Apenas os das áreas finalísticas, incluindo aí a sua gestão. As atividades de suporte - RH, TI, Administrativa e Financeira - dispõe de metas globais, sem indicadores de gestão.	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade. Os processos finalísticos são claramente identificados e monitorados.	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los. Não.	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão. Não	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo. As vezes	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão. Eventualmente	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade. Não. Alguns casos foram detectados e estão sendo tratados.	



ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS
Ambiente de Controle
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos. Sim
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade. Sim
Procedimentos de Controle
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas. Sim
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo. Em parte.
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação. Em desenvolvimento
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle. Em parte
Informação e Comunicação
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas. Sim, na maioria.
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas. Nem sempre
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível. Não
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz. Não
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura. Não
Monitoramento
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo. Não
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas. Não
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho. Eventualmente.

4.2.2- Avaliação dos controles internos pelo chefe da Auditoria Interna

A auditoria é praticada pela CGU – Controladoria Geral da União, a quem cabe a avaliação.

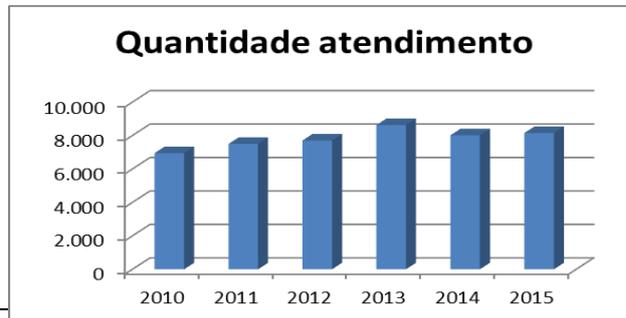


5- Relacionamento com a sociedade

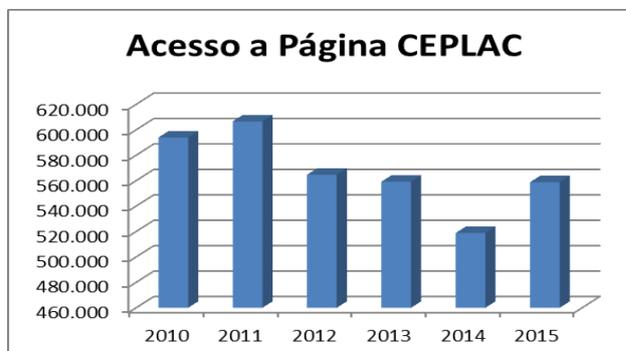
5.1- Canais de acesso do cidadão

Canais de Acesso do Cidadão	Relatório	Periodicidade de Atualização
http://www.ceplac.gov.br/paginas/planejamentoestrategico/PEC-MapaEstrategico.pdf	Mapa Estratégico	Ocorrência
http://www.ceplac.gov.br/paginas/planejamento_estrategico/planejamento.asp	Planejamento Estratégico	Ocorrência
http://www.ceplac.gov.br/paginas/planejamento_estrategico/atualidadesdopec.asp	Rel. Evol. dos Obj. Estratégicos	Ocorrência
http://www.ceplac.gov.br/paginas/planejamentoestrategico/PEC-Cartilha.pdf	Ind. de Des. utilizados na Gestão	Ocorrência
http://www.ceplac.gov.br/paginas/relatorios/relatorios.asp	Balanços Fin. e Orçamentários	Ocorrência
http://www.ceplac.gov.br/paginas/relatorios/relatorios.asp	Relatórios de Gestão	Ocorrência
http://www.ceplac.gov.br/paginas/relatorios/relatorios.asp	Relatório de Auditoria de Gestão	Ocorrência
http://www.ceplac.gov.br/paginas/estrutura/estrutura.asp	Estrutura Organizacional	Ocorrência
http://www.ceplac.gov.br/paginas/regimento/regimento.asp	Regimentos Internos	Ocorrência

Quantidade atendimento					
2010	2011	2012	2013	2014	2015
6.950	7.498	7.706	8.630	8.014	8.150



Acesso a Página CEPLAC					
2010	2011	2012	2013	2014	2015
593.982	606.653	564.688	559.184	518.859	558.793



Por meio da ouvidoria do MAPA a instituição foi instada a prestar atendimentos a 46 demandas. Também via SIC – Sistema de informação ao cidadão, foram abertos e concluídas 12 demandas da sociedade.



5.2- Carta de serviço ao cidadão

<i>Documento</i>	Carta de serviços ao cidadão	CEPLAC-MAPA
<i>Endereço para acesso</i>	http://www.ceplac.gov.br/paginas/carta_de_servico/cartadeservico.asp e http://www.agricultura.gov.br/carta-de-servico-ao-cidadao	
<i>Periodicidade de atualização</i>	Sem data limite	

O Decreto Nº 6.932 de 11 de agosto de 2009, conhecido como **Decreto Cidadão**, dispõe sobre a simplificação do atendimento público prestado ao cidadão, ratifica a dispensa do reconhecimento de firma em documentos produzidos no Brasil e institui a “Carta de Serviços ao Cidadão”. Esta tem por objetivo “*informar o cidadão dos serviços prestados pelo órgão ou entidade, das formas de acesso a esses serviços e dos respectivos compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público.*” É uma ferramenta de gestão que integra o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização – GESPÚBLICA do governo federal. Neste contexto institucional, a comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC que atua nas áreas do Bioma Mata Atlântica, nos estados da Bahia e no Espírito Santo, situados nas Regiões Sudeste e Nordeste do País. E no Bioma Floresta Amazônica nos Estados do Mato Grosso Amazonas, Pará e Rondônia nas regiões do Centro Oeste e Norte do Brasil, com sede no Distrito Federal, é um órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Ao elaborar e publicar sua Carta de Serviços ao Cidadão no site corporativo da Ceplac e no Portal do Mapa ratifica o compromisso de garantir um atendimento cada vez mais acessível e de qualidade no que tange aos seus serviços de pesquisa, inovação, assistência técnica e extensão rural com o público alvo.

No caso específico da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, a Carta de Serviços informa aos cidadãos a descrição do rol dos serviços prestados pela **pesquisa e extensão rural**, a finalidade, os meios de acesso aos serviços e procedimentos a ser prestados ao público direto e indireto. Os serviços estão agrupados por Macroprocessos de acordo com o fluxo da Cadeia de Valor dos produtos e serviços oferecidos à sociedade pelas diversas áreas da Ceplac. A Carta de Serviços ao Cidadão contempla em resumo, os processos de negócio que perpassam toda a estrutura programática e organizacional da CEPLAC. E estão disponíveis ao público alvo direto e indireto de forma presencial, na rede de escritórios locais e regionais de atendimento, instalados nos diversos municípios dos seis estados produtores de cacau do Brasil. Informa ainda o compromisso com os padrões estabelecidos pelo órgão para atendimento de cada tipo de serviço ao público alvo, e está organizada por áreas de atuação a exemplo de: **Análise Laboratorial; Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater); Clínica de Fitossanidade; Fomento à Produção e Pesquisa e Inovação Tecnológica.**

Ressalta-se que, para atender os requisitos previstos no Decreto e a Instrução Normativa nº 1, de 6 de janeiro de 2010 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que instituiu e atribuiu outras providências a Carta de Serviço. E ainda, elevar o padrão de atendimento e facilitar o acesso aos serviços públicos ao cidadão, o Mapa instituiu um Comitê Técnico da Carta de Serviços ao Cidadão, formado por representantes de suas diferentes áreas inclusive, a Ceplac. Este comitê tem como atribuição avaliar a qualidade dos serviços prestados e aferir o cumprimento da Carta de Serviços ao Cidadão. Graças a esse esforço, o portal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento disponibilizou no dia 31 de agosto de 2015 a Pesquisa de Satisfação da Carta de Serviços ao Cidadão. O objetivo é identificar, por meio digital, o nível de satisfação da sociedade em relação aos serviços prestados e é destinado ao



cidadão que, por meio presencial, eletrônico ou telefônico, tenha solicitado serviço ou produto em qualquer órgão ou unidade da CEPLAC - MAPA.

Até o final do terceiro quadrimestre do exercício em análise, não havia um sistema eletrônico, sistematizado, de pesquisa de satisfação do cliente, cuja indisponibilidade limitou consideravelmente a análise e avaliação da qualidade dos produtos e serviços prestados a sociedade no exercício de 2015. Porém, na última reunião do Comitê Técnico da Carta de Serviços ao Cidadão – CTCS, realizada em 02 de dezembro último, foi divulgado que, com a publicação deste instrumento de aferição no **Portal** do Mapa, registraram-se as primeiras avaliações externas no sistema. As quais, em data oportuna seriam repassadas as respectivas unidades competentes por parte da CGTI-MAPA para tomar conhecimento e efetivar as medidas cabíveis no que se referem às análises e avaliações quantitativas e qualitativas dos serviços prestados. Nesta mesma reunião deliberou-se que, entre outras ações, a ferramenta de gestão a “Carta de Serviço” vem requerendo pequenos ajustes e revisões em sua nova reedição, a qual será efetivada logo após a recomposição do novo CTCS. Estas ações se fazem necessárias tendo em vista a nova reestruturação programática do Planejamento Estratégico do MAPA, em atendimento ao Decreto de Nº 8.492 de 13/07/2015. No caso específico da CEPLAC, além destas ações, requer ainda uma recomposição e requalificação do quadro de servidores, visando readequá-los aos requerimentos das demandas dos objetivos na perspectiva da Sociedade, do Público Alvo, Processos Internos e Aprendizado e Crescimento.

Documento	Endereço para acesso
Carta de serviços ao cidadão	www.ceplac.gov.br

5.3- Mecanismos de transparência sobre a atuação da unidade

Acesso às informações da Ceplac

Endereço eletrônico	Relatório	Atualização
http://www.ceplac.gov.br/paginas/planejamentoestrategico/PEC-MapaEstrategico.pdf	Mapa Estratégico	Ocorrência
http://www.ceplac.gov.br/paginas/planejamento_estrategico/planejamento.asp	Planejamento Estratégico	Ocorrência
http://www.ceplac.gov.br/paginas/planejamento_estrategico/atualidadesdopec.asp	Rel. Evol. dos Obj. Estratégicos	Ocorrência
http://www.ceplac.gov.br/paginas/planejamentoestrategico/PEC-Cartilha.pdf	Ind. de Des. utilizados na Gestão	Ocorrência
http://www.ceplac.gov.br/paginas/relatorios/relatorios.asp	Balanços Fin. e Orçamentários	Ocorrência
http://www.ceplac.gov.br/paginas/relatorios/relatorios.asp	Relatórios de Gestão	Ocorrência
http://www.ceplac.gov.br/paginas/relatorios/relatorios.asp	Relatório de Auditoria de Gestão	Ocorrência
http://www.ceplac.gov.br/paginas/estrutura/estrutura.asp	Estrutura Organizacional	Ocorrência
http://www.ceplac.gov.br/paginas/regimento/regimento.asp	Regimentos Internos	Ocorrência

5.4- Avaliação dos produtos e serviços pelos cidadãos-usuários

A avaliação dos produtos é objeto de aferição por parte das partes interessadas, por meio das Câmaras Setoriais, mecanismos de “fale conosco” por meio do site institucional e ouvidoria do MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

No exercício de 2015 não foi aplicada pesquisa de satisfação para avaliar os seus usuários, nem internos nem externos.

Uma nova ferramenta produzida pelo MAPA está em início de uso, com perspectiva de disponibilização para uso da CEPLAC no presente exercício.



6- Desempenho financeiro e informações contábeis

6.1- Desempenho financeiro do exercício

6.1.1 - Demonstração das receitas

Arrecadação da CEPLAC em 2015

Fontes de Recursos e Receitas	
Fonte 0150.013.060 - Rendas da CEPLAC	
Taxa de Ocupação de Terrenos	21.882,44
Taxa de Ocupação de Outros Imóveis	61.952,60
Produção Vegetal	421.091,00
Produção Animal e Derivados	104.900,73
Serviços Administrativos	8.503,15
Serv. Consult., Assist. Téc. e Anál. Proj.	9.097,90
Alienação de Animais Reprod. e Matrizes	70.820,00
Serviços de Estudos e Pesquisas	70.283,00
Total Fonte 150	768.530,82

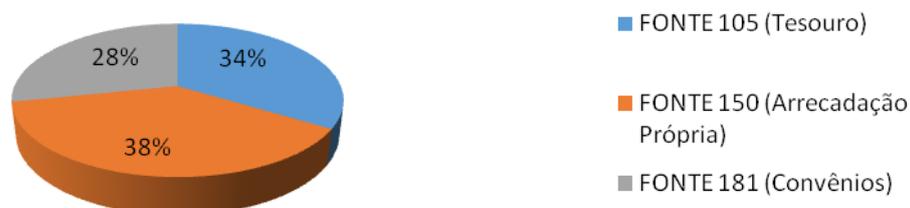
Receita de Convênios	
Total Fonte 0181.221.010	759.863,00

TOTAL DE ARRECADAÇÃO	1.528.393,82
-----------------------------	---------------------

Fonte: MAPA - Valores em Real

Receitas	2014	2015	2016
	LOA	LOA	PLOA
FONTE 105 (Tesouro)	21.752.545,00	24.407.249,00	18.216.329,00
FONTE 150 (Arrecadação Própria)	1.019.930,00	830.184,00	883.671,00
FONTE 181 (Convênios)	2.464.959,00	2.421.075,00	700.000,00
Total	25.237.434,00	27.658.508,00	19.800.000,00

Principais Receitas - LOA 2015

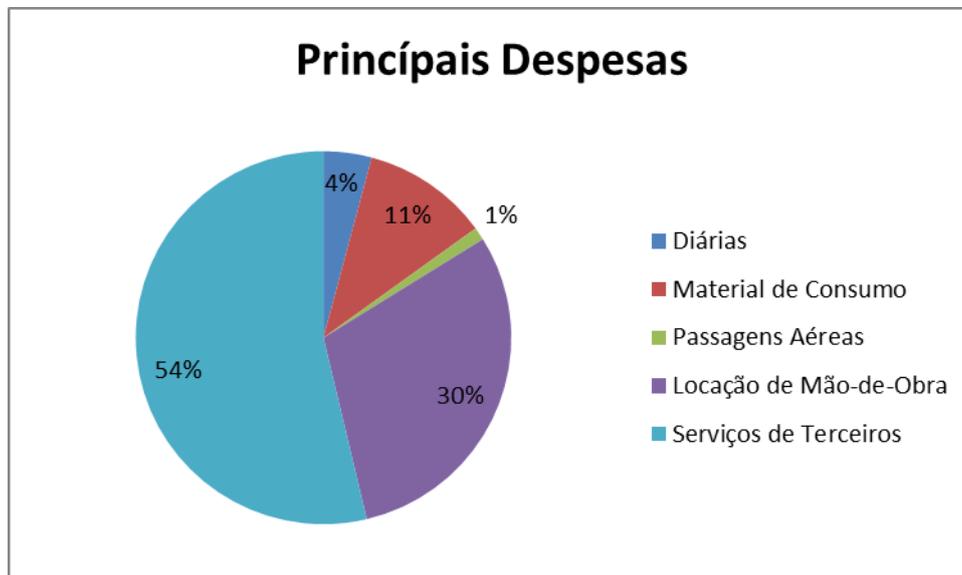




6.1.2 - Demonstração da execução das despesas

Receitas	2014	2015
	EXECUTADO	EXECUTADO
FONTE 105 (Tesouro)	19.436.699,15	18.023.626,51
FONTE 150 (Arrecadação Própria)	859.363,22	11.467,03
FONTE 181 (Convênios)	104.142,41	805.227,73
Total	20.400.204,78	18.840.321,27

Despesas	2014	2015	2016
Diárias	989.429	641.581	1.000.000
Material de Consumo	1.895.231	1.688.554	2.500.000
Passagens Aéreas	319.040	171.368	400.000
Locação de Mão-de-Obra	4.786.032	4.673.393	6.000.000
Serviços de Terceiros	7.871.434	8.322.958	10.000.000
Total	15.861.166,30	15.497.854,10	19.900.000,00





AVALIÇÃO

Foram executados em 2014 cerca de 80% da LOA. Em 2015 esta relação cai para 68%. Este indicador revela o impacto da política de imposição de limites de movimentação e empenho sobre a capacidade do órgão de realizar as metas pretendidas pelo planejamento estratégico. Considerando que a LOA de 2015 cresceu cerca de 9,5% em relação a de 2014 e que em 2016 a PLOA prevê uma redução para 71% dos recursos da LOA de 2015, estima-se que não deverá ocorrer nenhuma limitação para a execução em 2016, sob pena de se atingir uma situação de completa inviabilidade administrativa, considerando que já existe uma redução real de mais de 22% no custeio em relação a 2014.

Em que pese a limitação orçamentária e financeira, a CEPLAC conseguiu manter-se em funcionamento durante o exercício de 2015, mesmo considerando não ter reposto equipamentos e veículos, recuperado instalações e nem ter podido desenvolver e implantar um Plano Diretor de Tecnologia da Informação.

6.2- Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

Em 2015 foi realizado um esforço no sentido de se atualizar e uniformizar os dados Patrimoniais, com a adoção do SISPATRI (sistema próprio da CEPLAC) em todas as unidades e sua equalização com o SIAFI. Foi incluído no sistema o ferramental de depreciação visando atender exigências legais e de controle. O sistema é limitado e deve ser substituído por outro mais moderno e adequado as atuais exigências de gestão dentro de um Plano Diretor de Tecnologia da Informação.

6.3- Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

- i. Identificação da estrutura orgânica da unidade jurisdicionada responsável pelo gerenciamento de custos (subunidade, setor etc.), bem como da setorial de custos a que se vincula, se for o caso.

Atribuição é de responsabilidade da CGAF – Coordenação Geral de Administração e Finanças/DIRET - Diretoria Geral da CEPLAC.

- ii. Identificação das subunidades administrativas da unidade jurisdicionada das quais os custos são apurados

As ações são desenvolvidas nas unidades descentralizadas, em nível de Superintendência e Gerência, por meio das UG – Unidades Gestoras.

- iii. Descrição sucinta do sistema informatizado de apuração dos custos

Existe um sistema informatizado de apuração de custos que está em fase de implantação pelo MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que será incorporado pela CEPLAC.

- iv. Práticas de tratamento e alocação utilizadas no âmbito das subunidades ou unidades administrativas para geração de informações de custos

A ser iniciada após implantação do sistema acima descrito.

- v. Impactos observados na atuação da unidade jurisdicionada, bem como no processo de tomada de decisões, que podem ser atribuídos à instituição do gerenciamento de custos;

Não se aplica em função dos itens iii e iv.

- vi. Relatórios utilizados pela unidade jurisdicionada para análise de custos e tomada de decisão.

Em novembro de 2014, a CEPLAC foi incluída no programa de CENTRO DE CUSTOS DO GOVERNO FEDERAL, em implantação no Ministério da Agricultura, coordenado pelo GRUPO EXECUTIVO DE CUSTOS DO MAPA, no entanto, servidores ainda não foram



contemplados com treinamento necessário, embora tenha sido informados que as UG's da CEPLAC já constam no rol de unidades acompanhadas pelo MAPA.

6.4- Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

As demonstrações estão inseridas de forma global no Relatório de Gestão do MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Os quadros a seguir demonstram a situação contábil em que se encontram as contas da instituição (por UG – Unidade Gestora), frente à legislação específica.

As não conformidades apresentadas nas declarações das UGs 130.129 e 130.133 são decorrentes da implantação do SISPATRI, com as devidas atualizações contábeis legais, que serão solucionadas no decorrer do exercício.

A não conformidade apresentada na declaração da UG 130.010 é decorrente de repasse feito pela instituição à Fundação Pau Brasil para aquisição de equipamentos, por conta do Projeto Rede de Cacao do Renorbio – Vassoura de Bruxa, no convênio FINEP/FUNPAB/CEPLAC/UESC, dentro do convênio nº 01.10.0736-1, ainda em execução.

DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
COMISSAO EXECUTIVA DO PLANO DA LAV CACAUEIRA – CEPLAC/DF			130010
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2015, refletem adequadamente a situação orçamentaria, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a: a) – Saldo Contábil bens moveis não confere com RMB. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília	Data	31/12/2015
Contador Responsável	ALBERTO JERONIMO PEREIRA	CRC nº	006624/T-8



DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
COMISSÃO EXEC DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA/PA			130031
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2015, refletem adequada e integralmente a situação orçamentaria, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	BRASILIA	Data	31/12/2015
Contador Responsável	ALBERTO JERONIMO PEREIRA	CRC nº	006624/T-8

DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
COMISSÃO EXEC DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA/BA			130122
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2015, refletem adequada e integralmente a situação orçamentaria, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	BRASILIA	Data	31/12/2015
Contador Responsável	ALBERTO JERONIMO PEREIRA	CRC nº	006624/T-8



DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
COMISSÃO EXEC DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA/ES			130125
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2015, refletem adequada e integralmente a situação orçamentaria, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	BRASILIA	Data	31/12/2015
Contador Responsável	ALBERTO JERONIMO PEREIRA	CRC nº	006624/T-8

DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
COMISSÃO EXEC DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA/PA			130126
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2015, refletem adequada e integralmente a situação orçamentaria, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	BRASILIA	Data	31/12/2015
Contador Responsável	ALBERTO JERONIMO PEREIRA	CRC nº	006624/T-8

DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
COMISSÃO EXEC DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA/AM			130127
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2015, refletem adequada e integralmente a situação orçamentaria, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	BRASILIA	Data	31/12/2015
Contador Responsável	ALBERTO JERONIMO PEREIRA	CRC nº	006624/T-8



DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
COMISSÃO EXEC DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA/RO			130128
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2015, refletem adequada e integralmente a situação orçamentaria, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	BRASILIA	Data	31/12/2015
Contador Responsável	ALBERTO JERONIMO PEREIRA	CRC nº	006624/T-8

DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
COMISSAO EXEC. DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA – CEPLAC/MT			130129
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2015, refletem adequadamente a situação orçamentaria, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a: a) - Falta/Evolução Incompatível Dep. At. Imobilizado. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília	Data	31/12/2015
Contador Responsável	ALBERTO JERONIMO PEREIRA	CRC nº	006624/T-8



DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
COMISSÃO EXEC DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA/BA			130132
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2015, refletem adequada e integralmente a situação orçamentaria, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	BRASILIA	Data	31/12/2015
Contador Responsável	ALBERTO JERONIMO PEREIRA	CRC nº	006624/T-8

DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
COMISSAO EXEC. DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA – CEPLAC/BA			130133
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2015, refletem adequadamente a situação orçamentaria, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a: a) - Falta/Evolução Incompatível Dep. At. Imobilizado. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília	Data	31/12/2015
Contador Responsável	ALBERTO JERONIMO PEREIRA	CRC nº	006624/T-8



DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
COMISSÃO EXEC DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA/PA			130134
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2015, refletem adequada e integralmente a situação orçamentaria, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	BRASILIA	Data	31/12/2015
Contador Responsável	ALBERTO JERONIMO PEREIRA	CRC nº	006624/T-8

DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
COMISSÃO EXEC DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA/PA			130135
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2015, refletem adequada e integralmente a situação orçamentaria, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	BRASILIA	Data	31/12/2015
Contador Responsável	ALBERTO JERONIMO PEREIRA	CRC nº	006624/T-8

DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
COMISSÃO EXEC DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA/PA			130135
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2015, refletem adequada e integralmente a situação orçamentaria, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	BRASILIA	Data	31/12/2015
Contador Responsável	ALBERTO JERONIMO PEREIRA	CRC nº	006624/T-8



DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
COMISSÃO EXEC DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA/PA			130136
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2015, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	BRASILIA	Data	31/12/2015
Contador Responsável	ALBERTO JERONIMO PEREIRA	CRC nº	006624/T-8

DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
FUNDO GERAL DO CACAU – FUNGECAU/DF			137003
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2015, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	BRASILIA	Data	31/12/2015
Contador Responsável	ALBERTO JERONIMO PEREIRA	CRC nº	006624/T-8

DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
COMISSÃO EXEC DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA/PA			137043
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2015, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	BRASILIA	Data	31/12/2015
Contador Responsável	ALBERTO JERONIMO PEREIRA	CRC nº	006624/T-8



6.5 - Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/1976 e notas explicativas

- ✓ A demonstração requerida acima trata de Sociedades Anônimas, portanto não se aplica à CEPLAC.

6.6 - Demonstrações contábeis e notas explicativas elaboradas de acordo com legislação específica

- ✓ Requisito de responsabilidade da setorial contábil que fica localizada no MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.



7 - Áreas especiais da gestão

7.1- Gestão ambiental e sustentabilidade

O Quadro a seguir está organizado de forma a se obter um panorama geral sobre a adesão da unidade a práticas que convergem para a sustentabilidade ambiental, principalmente no que diz respeito a licitações sustentáveis. Este questionário deverá ser preenchido por unidades integrantes da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional e empresas estatais dependentes.

	Aspectos sobre a gestão ambiental e licitações sustentáveis	Avaliação	
		SIM	NÃO
1	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		X
2	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?		X
3	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
4	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.		X
5	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?		X
6	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		X
7	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)? <i>Caso positivo, indicar o endereço: www.endereço</i>		X
8	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)? <i>Caso positivo, indicar o endereço: www.endereço</i>		X

Considerações gerais

Dentro do Projeto Esplanada Sustentável – PES foram desenvolvidas ações para racionalizar custos com serviços, em especial o controle no uso de água, energia elétrica, telefonia fixa, móvel e contratos de prestação de serviços. Neste caso houve redução significativa em contratos de apoio técnico operacional.

Foi dada continuidade no projeto de substituição de lâmpadas incandescentes por eletrônicas ou de led, equipamentos elétricos por outros, com certificação de baixo consumo e instalação de paredes de vidro, fez com que o gasto com energia apresentasse menor consumo no período.

A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental nas licitações, a exemplo das embalagens biodegradáveis adquiridas para o fungicida microbiológico a base de *Trichoderma stromaticum*, assim como procura adquirir inseticidas e fungicidas de menor impacto ambiental, quando há registros destes para o cacau e disponibilidade no mercado.

Na análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são de menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável. Isso é sempre feito quando há disponibilidade de oferta no mercado.



A aquisição de produtos pela unidade é feita dando preferência a fabricados por fonte não poluidora e de menor consumo de energia, a exemplo de aparelhos de condicionador de ar, geladeiras, veículos e embalagens para biofungicidas.

Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos. Isso especificamente na aquisição de equipamentos de laboratórios, onde a durabilidade e qualidade são fundamentais para a obtenção de resultados precisos e confiáveis.



8 - Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle

8.1- Tratamento de deliberações do TCU

Assuntos que envolvem Acórdãos do TCU têm sido encaminhados para a Divisão de Gestão de Pessoas, acerca da análise dos Processos de Aposentadorias que julgados legais ou não.

Quando legal o processo é anexado ao dossiê do servidor e arquivado.

Quando o processo é ilegal a diligência é atendida com resposta direta ao TCU.

Conforme previsto nos artigos 19 e 20 da Lei nº 10.180/2001 e na Instrução Normativa TCU nº 055/2007, a Controladoria-Geral da União realizou, no período de 06 a 31/07/2015, auditoria nos atos de pessoal – admissões e concessões.

Foram examinados 334 (trezentos e trinta e quatro) atos de aposentadoria, cujo resultado está demonstrado a seguir:

SITUAÇÃO APÓS ANÁLISE DOS PROCESSOS DE APOSENTADORIA PERÍODO DE 06 A 31/07/2015					
Legal	Legal com Ressalva	Diligência	Ilegal	Total	A+B/E (%)
(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	A+B/E (%)
317	09	07	01	334	97,60

Foram examinados também 130 (cento e trinta) atos de concessão de pensão, cujo resultado está demonstrado a seguir:

SITUAÇÃO APÓS ANÁLISE DOS PROCESSOS DE PENSÃO PERÍODO DE 06 A 31/07/2015				
Legal	Ilegal	Diligência	Total	A/D (%)
(A)	(B)	(C)	(F)	
127	-	03	130	97,69

8.2 - Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Esse item deve conter a descrição sucinta das deliberações do órgão de controle interno (CGU), bem como as providências adotadas / ações implementadas pelo gestor para o do atendimento dessas deliberações.

Abaixo, encontram-se as principais razões que motivaram a emissão de Diligências e Ilegalidade nos processos analisados, bem como a quantidade de atos cujas diligências foram atendidas pela CEPLAC no corrente ano:

ATOS DILIGENCIADOS		
Situação constatada	Quantidade de atos	Quantidade de atos atendidos pela CEPLAC em 2015
Ausência de documento necessário à concessão	06	02
Preenchimento incorreto da ficha Sisac	-	
Utilização incorreta de fundamentação legal	-	
Não preenchimento de requisito legal	-	
Não cadastramento do ato no Sisac	-	
Pagamento incorreto de vantagens	01	01
TOTAL TOTAL	07	03



ATOS COM PARECER PELA ILEGALIDADE	
Situação constatada	Quantidade de atos
Ausência de documento necessário à concessão	-
Preenchimento incorreto da ficha Sisac	-
Utilização incorreta de fundamentação legal	-
Não preenchimento de requisito legal	01
Não cadastramento do ato no Sisac	-
Pagamento incorreto de vantagens	-
TOTAL	01

Principais razões que motivaram a emissão de Diligências nos processos analisados, bem como a quantidade de atos cujas diligências foram atendidas pela CEPLAC no corrente ano.

ATOS DILIGENCIADOS		
Situação constatada	Quantidade de atos	Quantidade de atos atendidos pela CEPLAC em 2015
Ausência de documento necessário à concessão	01	
Preenchimento incorreto da ficha Sisac	-	
Utilização incorreta de fundamentação legal	-	
Não preenchimento de requisito legal	-	
Não cadastramento do ato no Sisac	-	
Pagamento incorreto de benefícios	02	01
TOTAL	03	01

Utilizando o Sistema de Trilhas de Auditoria de Pessoal, em ambiente Web, o Gestor/Servidor operacional registra inconsistência porventura existentes em folhas de pagamento da CEPLAC, para que os auditores da CGU tomem conhecimento e emitam Análises sobre as informações.

8.3- Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

Atividade de responsabilidade e execução de MAPA.

9 - Anexos e apêndices

9.1- Quadros, tabelas e figuras complementares



RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2015

CEPLAC

COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA

APRESENTAÇÃO



1 - Apresentação

O presente instrumento está estruturado com base na Portarias - TCU 19-2015, 321-2015 e DN-TCU 146-2015. Relata as atividades executadas pela Ceplac, por meio das Unidades Descentralizadas, com sede em seis Estados e no Distrito Federal, onde atua com ênfase na Pesquisa e Extensão Rural.

Destaca o esforço empreendido no sentido de concretizar as metas sob sua responsabilidade, demandadas dos programas e ações de governabilidade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e parceiros nacional e internacional.

Constitui-se meio de controle institucional e social, fornece informações de caráter econômico, financeiro, técnico e social referentes ao desenvolvimento das atividades agro econômicas nas áreas de atuação da Ceplac.

Na consecução das atividades de sua responsabilidade foram registradas situações que inibiram ou prejudicaram os resultados alcançados, seja de ordem legal ou imprevisibilidade, com significativo impacto no produto esperado pela sociedade onde atua.

Principais entraves:

1. Inexistência de estrutura organizacional e remuneratória condizente com a complexidade da instituição, fato registrado e que se repete em versões anteriores de Relatórios de Gestão;
2. Recursos financeiros e orçamentários atrelados a decisões governamentais e liberações do MAPA – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (contingenciamento);
3. Abismo criado pelo continuado egresso de pessoas do quadro de servidores, sem nenhuma recomposição, notadamente de profissionais das áreas de pesquisa e extensão, na sua maioria mestres e doutores, que além de desfalcarem o contingente levam consigo o conhecimento acumulado, haja vista que não há pessoas e tempo suficiente para transferência do conhecimento acumulado e, em sua maioria, financiado pelo Estado.

No decorrer do exercício 2015 ocorreram afastamentos diversos, aposentadoria e/ou morte de servidores. Este fato deixou a Ceplac com um universo efetivo de 1764 servidores em 31/12/2015. Considerando a possibilidade do uso do direito adquirido de aposentar-se, a instituição corre o risco de dispor de apenas 39% dos servidores ativos para conduzir os projetos e ações constantes no Planejamento Estratégico em 2016, fato que inviabilizará as atividades por falta de pessoas.

4. Inexistência de ferramental de gestão adequada à sistemática de governança descentralizada adotada pela Ceplac, que trás diversas dificuldades no que diz respeito à possibilidade de mitigar riscos e garantir conformidade com normas e instrumentos legais.

Para financiamento das ações institucionais foram previstos de R\$ 27.658.508,00 (vinte e sete milhões, seiscentos e cinquenta e oito mil, quinhentos e oito reais) e desses foram repassados apenas R\$ 18.753.973,00 (dezoito milhões, setecentos e cinquenta e três mil, novecentos e setenta



e três reais).

Apesar do quadro acima descrito, sustentada pelo esforço empreendido por toda a equipe, a meta prevista para as atividades carro chefe institucional (pesquisa, difusão e combate à vassoura de bruxa) foi atingida em 125%, 86% e 100%, respectivamente.

Registre-se que o desempenho alcançado na área de extensão rural (meta difusão) está intimamente ligado às intempetividade e limitações interpostas pelo aporte de recursos orçamentário-financeiros, instrumental de trabalho, quadro de pessoal, política creditícia pública, preço aviltado para produtos/matérias-primas e precária gestão do negócio agropecuário.



RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2015

CEPLAC

COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA

VISÃO GERAL DA UNIDADE



2- Visão geral da unidade prestadora de contas

2.1- Identificação da unidade

Ceplac - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira

Poder e Órgão de Vinculação					
Poder: Executivo					
Órgão de Vinculação ou Supervisão: PRESIDÊNCIA DA REPUBLICA - PR					Código SIORG: 26
Órgão de Vinculação ou Supervisão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento					Código SIORG: 14
IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA CONSOLIDADORA E AGREGADORA					
Código SIORG: 18	Código na LOA: 22101.20			Código SIAFI: 130010	
Natureza Jurídica: Administração Direta					
Principal Atividade: 84.11-6/00 – Administração Pública em Geral – Administração Pública, Pesquisa, Extensão Rural				Código CNAE: 72.10-0/74.90-1/85.42-2	
Contatos					
Telefones/Fax de contato:		(61) 3966 3250	(61) 3966 3256/3287	(61) 3966 3282	
E-mail: diret@ceplac.gov.br			Página na Internet: http://www.ceplac.gov.br		
Endereço Postal: Rua G, Setor Sudoeste, Campus do INMET / MAPA – CEP 70.680-900 - Cruzeiro – Brasília – DF.					
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas					
Nome	Código SIAFI	CNPJ	Situação		Código SIORG
			Ativa	Movimentada	
CEPLAC/DIRET	130.010	00396895/0088-86	Sim	Sim	18
CEPLAC/FUNGECAU	137.003	00396895/0090-09	Sim	Sim	18
CEPLAC/BRAG/PA	130.031	00396895/0091-81	Sim	Sim	72125
CEPLAC/ADM/BA	130.122	00396895/0082-90	Sim	Sim	3754
CEPLAC/GERÊNCIA/ES	130.125	00396895/0078-04	Sim	Sim	81293
CAPLAC/ADM/PA	130.126	00396895/0079-95	Sim	Sim	3756
CEPLAC/GERENCIA/AM	130.127	00396895/0085-33	Sim	Sim	81305
CEPLAC/ADM/RO	130.128	00396895/0089-67	Sim	Sim	3755
CEPLAC/GERENCIA/MT	130.129	00396895/0086-14	Sim	Sim	81305
CEPLAC/CENEX/BA	130.132	00396895/0081-00	Sim	Sim	72194
CEPLAC/CEPEC/BA	130.133	00396895/0080-29	Sim	Sim	72248
CEPLAC/ALTAMIRA/PA	130.134	00396895/0076-42	Sim	Não	81208
CEPLAC/SANTAREM/PA	130.135	00396895/0084-52	Sim	Sim	81310
CEPLAC/SEREX/PA	130.136	00396895/0087-36	Sim	Não	81317
CEPLAC/ARIQUEMES/RO	137.043	00396895/0077-23	Sim	Sim	81304

Identificação das Unidades Jurisdicionadas Agregadas e UGs					
Nome	Código SIAFI	CNPJ	Situação		Código SIORG
			Ativa	Movimento	
CEPLAC/FUNGECAU	137.003	00396895/0090-09	Sim	Sim	18



Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas					
Código SIAFI		Nome			
00001		Tesouro			
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas					
Código SIAFI		Nome			
13903		Fundo Geral do Cacau - FUNGECAU			
100		Tesouro			
150		Recurso Próprio			
181		Convênio			
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões					
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	Fonte		
137.003		00001	150	100	181
130.010					
130.122					
130.125					
130.126					
130.127					
130.128					
130.129					
130.031					
130.132					
130.133					
130.134					
130.135					
130.136					
137.043					

2.2- Finalidade e competências institucionais

Missão

Promover o desenvolvimento rural sustentável das regiões produtoras de cacau no Brasil

Visão de Futuro

Ser reconhecida, até 2022, pela excelência no desenvolvimento de modelos competitivos e sustentáveis de produção para a agricultura tropical perene nas regiões cacaueiras.

Valores

Tecnologia de ponta;
Conservação produtiva;
Flexibilidade;
Eficiência;
Eficácia;
Integração com os agentes das cadeias produtivas.



Normas da UJ

- A Instituição, inicialmente foi denominada “Plano de Recuperação Econômico Rural da Lavoura Cacaueira e posteriormente Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira”, criada em 25 de fevereiro de 1957 por meio do Decreto nº. 40.987, vinculada ao Ministério da Fazenda, com missão meramente bancária e finalidade de recompor a dívida dos cacauicultores do Sul da Bahia, para o que foi utilizado recurso financeiro do “Fundo dos Ágios”, gerenciado pela CEPLAC.
- Criação do fundo do cacau e o Decreto nº 539, de 23 de janeiro de 1962, ensejaram a ampliação dos processos que vinham sendo desenvolvidos e garantiram recursos suficientes para execução do modelo CEPLAC. Permaneceu até 1963 no estágio acima citado. A partir de 1964 o regime político foi alterado substancialmente e a CEPLAC assumiu novas características, ampliando seu campo de ação para as áreas técnica e científica.
- Em 1967, passou a subordinar-se ao Ministério da Agricultura, com base nos artigos 19, 20 e 21 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, tendo sua autonomia administrativa e financeira assegurada pelo Decreto nº 73.960, de 18 de abril de 1974.
- A partir do ano de 1989, quando foi editada a Resolução nº 1661 do Banco Central do Brasil, a CEPLAC deixou de arrecadar recurso financeiro para manutenção da sua estrutura, em função da extinção da cota das alíquotas do imposto de exportação incidente sobre os produtos de que trata o item I da Resolução nº 900, de 04.04.84.
- O regimento Institucional validado inicialmente com a Portaria nº 38, de 01/02/1999, o Regimento publicado no DOU de 05/02/1999 e posteriormente com o Decreto nº 5.351, de 21/01/2005, sendo que o Decreto foi publicado no DO./U de 24/01/2005.
- Decreto Nº 7.127, de 04/03/2010 – Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e dá outras providências.
- A Lei n.º 12.823, de 05 de junho de 2013, alterou a redação da Lei n.º 8.691, de 28 de julho de 1993 e incluiu a CEPLAC no rol de órgãos públicos que compõe a Carreira de CIÊNCIA E TECNOLOGIA.
- Portaria MAPA nº 1.276, de 27 de dezembro de 2013, Aprova o Regimento Interno da CEPLAC;
- Decreto nº 8.492, de 13 de julho de 2015, institui nova estrutura do MAPA, contemplando a CEPLAC.

Outros documentos	Endereço para acesso
Mapa estratégico	www.ceplac.gov.br
Planejamento estratégico	
Indicadores de desempenho utilizados na gestão	
Organograma	
Macroprocessos finalísticos	
Regimento interno	



2.3 - Ambiente de atuação

2.3.1 – Ambiente de Atuação da Unidade

A CEPLAC atua em seis Estados e no Distrito Federal por meio das ações de:

1. Defesas sanitárias animal e vegetal;
2. Classificação de produtos agropecuários;
3. Fortalecimento do associativismo rural e cooperativismo;
4. Promoção de produtos destinados a novos mercados;
5. Fomento de produtos agroenergéticos e da heveicultura;
6. Análise de risco climático para fins de zoneamento agropecuário;
7. Pesquisa agropecuária e inovação;
8. Assistência técnica e extensão rural;
9. Política ambiental institucional;
10. Implementar, monitorar e avaliar a Estratégia Institucional; e
11. Gestão e interfaces institucionais com órgãos federais e demais organismos nacionais e internacionais para a execução de programas e ações de cooperação técnica, científica e financeira em benefício das regiões produtoras de cacau;
12. Interlocução com a Universidade Federal do Sul da Bahia, Univerisdade Estadual Santa Cruz, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano;
13. Lançamento da política de plataforma do conhecimento

O Programa Nacional de Plataformas do Conhecimento - PNPC, nasce e se encaixa perfeitamente com o Parque Tecnológico do Sul da Bahia - PCTSB, pois traz objetivos que se complementam como: I - realizar encomenda tecnológica destinada à solução de problema técnico específico ou à obtenção de produto ou processo inovador, de bens ou serviços, que envolva risco tecnológico; e II - estimular a parceria entre empresas e instituições de pesquisa científica e tecnológica. No caso do PCTSB, as discussões preliminares apontam para algumas possíveis áreas de concentração, tais como: a) Biotecnologia; b) Cadeias Produtivas Florestais; c) Alimentos; d) Engenharias Ferroviária e Portuária; e) Tecnologias de Informação e Comunicação. Dentro do programa nacional, a CEPLAC se propõe liderar a “Plataforma de Conhecimento de Cacau e Chocolate”. Considera-se plataforma do conhecimento a empresa, o consórcio ou a entidade privada sem fins lucrativos que reúna agentes públicos e privados que atuem em conjunto para obter resultados concretos para a solução de problema técnico específico ou obtenção de produto ou processo inovador de elevado risco tecnológico, com metas e prazos definidos. O PNPC é baseado em experiências internacionais para o desenvolvimento de pontos chaves de intercessão entre a produção do conhecimento e a competitividade econômica, como as plataformas tecnológicas européias e os innovation hubs, nova versão das políticas científicas dos Estados Unidos.

Cada plataforma irá reunir lideranças científicas para organizar recursos e desenvolver produtos com o apoio de empresas para lançá-los no mercado. O arcabouço das plataformas será definido em editais de fomento e financiamento, a fim de que pesquisadores e empresas candidatem-se para o desenvolvimento dos projetos. O financiamento será realizado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal



de Nível Superior (Capes), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Finep. As instituições de apoio do programa serão a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel/Eletrobras), o Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello (Cenpes/Petrobras) e os institutos de inovação e de tecnologia do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Esse conjunto de empresas e centros de pesquisas públicos, junto com as demais instituições privadas que serão selecionadas, terão como meta, segundo a Finep, o objetivo de aumentar os investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) para a marca de 2% do PIB até 2020. O programa terá ainda medidas para atração de profissionais qualificados do exterior e acesso a equipamentos de ponta, por meio do regime especial de compra e contratação de pessoas.

14 Política de Preço Mínimos

A importação de cacau na Bahia fez com que os preços internos de cacau declinassem, deixando de existir um ágio no referido preço pago pelo mercado passando a verificar-se um deságio, ou seja, o mercado passou a pagar um preço inferior ao preço de bolsa, a ponto de não cobrir os custos de produção.

Posteriormente, por pressão das associações dos produtores através da Câmara Setorial Federal do Cacau a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, com o apoio da CEPLAC, foi elaborado o custo de produção do cacau para produção de uma arroba (1 @ = 15 Kg de cacau) e situou-se em R\$ 83,70 (oitenta e três reais e setenta centavos).

Na divulgação do Plano safra 2013/14 o preço mínimo designado para o cacau foi de R\$ 75,00/@, ou seja, abaixo do custo de produção. Posteriormente, o governo federal pelo segundo ano consecutivo incluiu o cacau cultivado (amêndoa) dentro da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). Para a safra 2014/15, o preço mínimo do produto será de R\$ 5,59 o quilo na região Nordeste e no Espírito Santo – alta de 11,8% sobre a safra passada praticamente corrigindo essa distorção, já que o preço equivalente em @ corresponde a R\$ 83,85 – e de R\$ 4,74/kg nas regiões Norte e Centro-Oeste, o que representa um crescimento de 1,1%. Porém, se o custo de produção for corrigido, este continuará maior que o preço mínimo pago pela CONAB. A compensação é que os preços pagos pelo mercado estão superiores aos custos de produção e ao preço mínimo. Em 2014 o preço médio foi de R\$ 104,00/@.

15. Política Ambiental na Bahia

As ações da CEPLAC na regularização ambiental, em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente do Estado da Bahia, envolve a Lei Nº 12.377 de 28 de dezembro de 2011, que Altera a Lei nº 10.431, de 20 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade; a Lei nº 11.612, de 08 de outubro de 2009, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e a Lei nº 11.051, de 06 de junho de 2008, que Reestrutura o Grupo Ocupacional Fiscalização e Regulação. Em seguida, por ações da Superintendência da Bahia, foi incluído o "Art. 117-A - O cacau cabruca: sistema agroflorestal (agrossilvicultural) que proporciona benefícios ambientais, econômicos e sociais. Manejo, plantio, condução e interferências silviculturais nos elementos arbóreos, serão disciplinados em disposições regulamentares, ouvindo órgão Agrônomo responsável pela Política Cacaueira da Bahia, a CEPLAC. Por fim o trabalho de crédito rural desenvolvido, amparado no decreto Nº 15.180, de 02 de junho de 2014, que regulamenta a gestão das florestas e das demais formas de vegetação no Estado da Bahia, a conservação da vegetação nativa, o cadastro estadual florestal de imóveis rurais – CEFIR, e dispõe acerca do programa de regularização ambiental dos imóveis rurais do Estado da Bahia, pela lei Nº 13.223 de 12 de janeiro de 2015, que institui a política estadual de pagamento por serviços ambientais e dá outras providências. Através desta última, foi

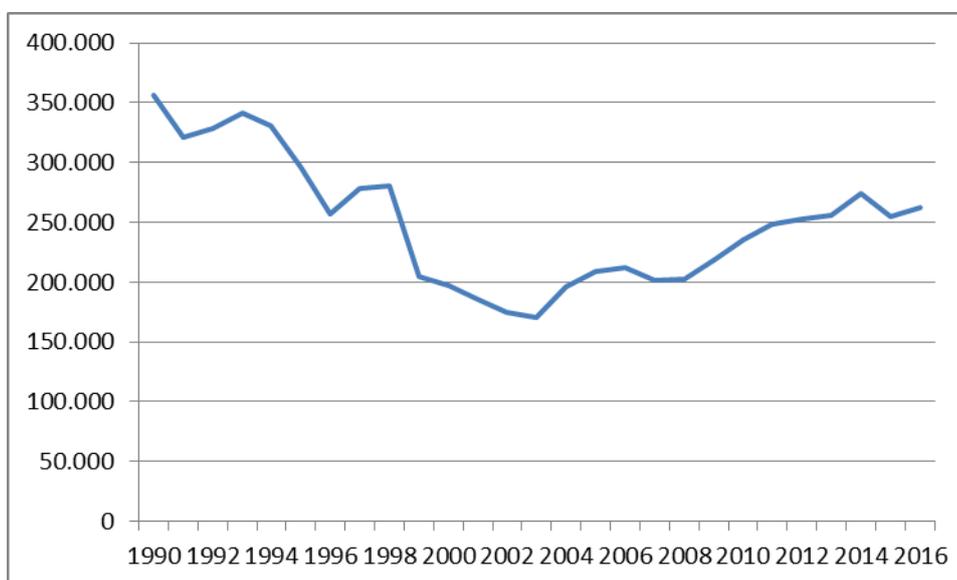


instituída a Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA e o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais - PEPSA. A Política Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais - PSA e o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais - PEPSA aplicam-se às pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que voluntariamente atuem como provedores, pagadores ou mediadores de serviços ambientais ou serviços ecossistêmicos. A aplicação desta Lei deverá ser feita de forma coordenada com as leis federais que dispõem a respeito da Política Nacional do Meio Ambiente - PNMA, da Política Nacional sobre Mudança do Clima e do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, dentre outras normas aplicáveis. Espera-se a regulamentação da lei nº 13.223 relacionadas com as pesquisas e o desenvolvimento de ações relacionadas com a implantação, coordenação e execução da política estadual de pagamento por serviços ambientais, assim como, a assistência técnica, a capacitação e a educação ambiental para a promoção dos serviços ambientais e ecossistêmicos.

16. Safra recorde nos últimos 19 anos, com tendência de crescimento da exportação.

A produção brasileira de cacau em amêndoas teve uma safra recorde nos últimos 19 anos. Depois da queda da produção em 1995, que se encontrava em 296,7 mil t, foi parar no fundo do poço com 170 mil t em 2003, com recuperação no decorrer do período, fechando o ano de 2014 com 278 mil t de cacau. Dois fatores contribuíram fortemente para essa recuperação: a tecnologia gerada pela CEPLAC e a alta dos preços no mercado internacional de cacau. No ano de 2015 a produção teve uma ligeira queda para 255 mil t de cacau devido principalmente a fatores climáticos. Para 2016 a previsão é de 261 mil t de cacau.

Gráfico 1 - Produção brasileira de cacau no período 1995 a 2016



Fonte: IBGE / 2014 = previsão 2015 – Estimativa 2016 - Previsão

Mapa de risco

- ✓ Impossibilidade de atuar na forma, tempo, volume e qualidade requerida, em decorrência da constante perda de pessoas que fazem parte do quadro de servidores efetivos;
- ✓ Impeditivos na execução do planejamento, de forma a atender as demandas da comunidade onde a instituição atua, por força do Orçamento contingenciado e aquém das necessidades



institucionais;

- ✓ Dificuldade de acesso ao crédito por parte dos agricultores;
- ✓ A enfermidade monilíase do cacaueteiro (*Moniliophthora roreri*), presente em países fronteiriços como Bolívia, Peru, Venezuela e Colômbia, em função da proximidade geográfica e expressividade do universo cacaueteiro amazônico, em particular a cacauicultura de Rondônia;
- ✓ Constante êxodo rural em busca de oportunidades de estudo e emprego, provocando déficit de mão de obra nas propriedades rurais, ocasionando a redução das áreas cultivadas com SAFs cacaueteiros e outros cultivos perenes.



2.3.2 - Ambiente de negócios das Superintendências e Gerências nas Regiões Cacaueiras

Superintendência de Desenv. da Região cacaueira no Estado da Bahia (SUEBA)
Descrição Geral
<p>A Superintendência do estado da Bahia promove a integração das atividades de geração, difusão e transferência de tecnologia para sustentação agroeconômica das regiões produtoras de cacau no âmbito da Bahia, mantendo articulações com órgãos e entidades públicas e privadas, assegurando a integração e cooperação para desenvolvimento da cacauicultura e de atividades agrossilvipastoris e agroindustriais de interesse regional. Realiza interação com os produtores, nos assuntos relacionados com geração, adaptação, validação, transferência e difusão de tecnologia de produção e serviço, mantendo processo contínuo de alimentação e retroalimentação de informações entre os agentes envolvidos. Coordena a edição e distribuição de trabalhos técnicos científicos para as comunidades científicas nacionais e internacionais e de comunicação rural para os agricultores da região produtora de cacau, além de promover e coordenar, em articulação com a Unidade Central, localizada em Brasília, e observadas as orientações dos órgãos setoriais dos Sistemas Federais Intervenientes, as atividades de: a) programação operacional, monitoramento, avaliação e revisão, bem como elaboração do respectivo plano gerencial; b) administração geral, gestão de pessoas, execução orçamentária e financeira, contabilidade e comunicação e divulgação, no âmbito regional; e c) operacionalização das atividades relacionadas à Tecnologia da Informação – TI. Apóia a identificação de tecnologias, bens e serviços passíveis de patenteamento e de comercialização, acompanhando e participando do processo de identificação de prioridades e da formulação de propostas, políticas e estratégias setoriais. Orienta as unidades administrativas integrantes da SUEBA/CEPLAC, quanto à aplicação de normas e regulamentos, emitindo parecer, elaborando e acompanhando a execução de contratos, convênios e demais termos de parcerias; e promove articulações com a Superintendência Federal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado da Bahia (SFABA/MAPA).</p>
Adversidades
<p>Contingenciamento de recursos, insuficiente número de pessoas para desenvolver as ações e projetos definidos no PE, além da necessidade de melhoria da infraestrutura.</p>
<p>Dificuldades no trâmite dos convênios, contratos e acordos de cooperação técnica.</p>
Riscos
<p>Comprometimento das ações, com conseqüente não cumprimento de metas</p>
<p>Impossibilidade de repasse do conhecimento entre pesquisadores por falta de contratação.</p>
<p>Possibilidade da doença Monilíase adentrar território brasileiro</p>
Estratégia de enfrentamento
<p>Parceria com órgãos regionais, Prefeituras, Governo do Estado, sindicatos e entidades afins, com a finalidade de providenciar meios a obter pessoas, recurso material e financeiro necessários ao andamento das atividades e, principalmente, atender a demanda dos agricultores cadastrados.</p>



Definição do Plano de Contenção da Monilíase
Maior agilidade no trâmite de convênios, contratos e acordos
Mudanças ocorridas
Maior participação da comunidade nas ações e decisões, com fins a atingir os objetivos estratégicos, dar continuidade ao conhecimento e promoção da qualidade de vida.

Superintendência de Desenv. na Região Cacaueira no Estado do Pará (SUEPA)

Descrição geral

A cacauicultura, no âmbito do Estado do Pará, encontra-se em franca expansão. Os dados e informações oficiais da SUEPA/CEPLAC, para o ano de 2015, não somente confirmam esta afirmativa, mas também demonstram que o Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Cacau vem apresentando bom desempenho, conforme demonstrado nos seus principais indicadores tecnológicos, socioeconômicos e agroambientais.

A CEPLAC, no Estado do Pará, atende a 21.000 produtores de cacau cadastrados, cujas atividades produtivas são desenvolvidas predominantemente em regime de economia familiar, em área de lavoura na ordem de 160.000 ha, em Sistemas Agroflorestais, sendo em torno de 120.000 ha de área em produção, assegurando uma produtividade média de 900 kg/ha, hoje, considerada a maior do mundo, comparativamente às demais regiões produtoras do Brasil e de outros países.

É importante destacar, neste contexto, a evolução substancial da produção de cacau nos seis territórios rurais assistidos pela CEPLAC, que, juntos, estão contribuindo para a consolidação de uma produção equivalente a 109.000 t, neste ano de 2015. Vale ressaltar que a taxa média de crescimento dos últimos 4 anos é de 14,8%, o que demonstra o bom desempenho das lavouras cacaueiras produtivas, com ganhos significativos de produtividade.

Por este prisma, pode-se afirmar que a dinâmica da cadeia produtiva do cacau no Estado do Pará tem gerado resultados interessantes e expressivos, contribuindo positivamente para a criação de impactos socioeconômicos nas zonas produtoras do Estado, materializados pela geração de 320 mil empregos, sendo 64 mil diretos e 256 mil indiretos. Contribui também para uma renda circulante de 595 milhões, injetada na economia estadual, e geração de ICMS progressiva na ordem de 80 milhões de reais. Além da incorporação anual (média dos últimos 4 anos) de aproximadamente 10 mil hectares de áreas degradadas ao sistema produtivo sustentável (cacau em SAFs).

De modo geral, pode-se inferir que os resultados finalísticos, dentro das disponibilidades de recursos matérias, humanos e orçamentários, enquadram-se dentro de níveis satisfatórios, posto que de forma preliminar pode-se registrar que aproximadamente **60% dos produtores** utilizam o pacote de tecnologia difundido pela CEPLAC, o que fica muito evidente na produtividade média regional das áreas safreiras, de 900 Kg/ha, na demanda e no suprimento de aproximadamente 15 milhões de sementes híbridas, permitindo a recomposição de florestas com implantação de mais de 10 mil hectares de novas áreas cacaueiras em sistemas agroflorestais, nos baixos índices de perdas com vassoura-de-bruxa menores de 20%. Ressaltando-se que a capacidade de articulação interinstitucional, seja na captação de recursos o no provimento de recursos humanos foram determinantes para atingir os relevantes resultados acima descritos.



Superintendência de Desenv. na Região Cacaueira no Estado do Pará (SUEPA)

Adversidades

A despeito dos relevantes resultados alcançados, o programa ainda apresenta expressiva vulnerabilidade, particularmente a necessidade de adequar-se a exigência de elevado nível de competitividade imposta pelo operado, em significativa parcela, por modelo mercantil oligopsônico. Como tal, impõe ao produtor, a necessidade contínua de manter-se em elevado e atualizado perfil tecnológico e gerencial. Portanto, ainda fundamentalmente de pendentes dos processos de geração e difusão de tecnologia, quase que exclusivamente providos pela CEPLAC, os quais, por sua vez carecem urgentemente de ações de gestão e políticas governamentais que permitam, não somente manter, ainda que por prazo esgotável em curto tempo, como também atender demandas que crescem de forma inversamente proporcional às condições apresentadas ao órgão para atendê-las.

Riscos

- A perda de produtividade e de acervo no campo da tecnologia são iminentes, diante do quadro de indefinição na contratação de profissionais de todos os níveis, visto que a redução do quadro decorrente de aposentadorias e natural perda de produtividade, gera elevado desgaste institucional e, até, demandas judiciais, por meio de agentes financeiros e produtores, por negligência institucional, principalmente na execução de supervisões de crédito rural.
- Irreversibilidade do processo de depreciação do patrimônio gerando significativas perdas ao erário público.
- Esgotamento de recursos para atividade fim devido o crescente custo de manutenção do patrimônio.
- Vulnerabilidade das parcerias a humores políticos e políticas de contenção de recursos, por decorrência suspensão de repasse de recursos e cessão de pessoal.

Estratégia de enfrentamento



Superintendência de Desenv. na Região Cacaueira no Estado do Pará (SUEPA)

A dinâmica de expansão da cacauicultura no âmbito do Estado do Pará tem sido impulsionada pela Superintendência Regional da CEPLAC, diante do quadro adverso, em termos de recursos humanos e orçamentários a desencadear um processo de articulação intersetorial com a finalidade precípua de se estabelecer acordos de cooperação com parceiros voltados essencialmente para o desenvolvimento rural integrado e sustentável nas zonas rurais, onde a cultura do cacau é desenvolvida, enquanto alternativa a ser adotada. A iniciativa tem se configurado, inegavelmente, numa estratégia gerencial inovadora, visando ao melhoramento da cadeia produtiva do cacau nas principais zonas produtoras do Estado, visando ao "pano de fundo" a melhoria das condições de vida dos agricultores.

Conciliando os interesses de caráter bilateral ou até mesmo multilateral, o estabelecimento das referidas parcerias tem sido de fundamental importância para o enfrentamento das dificuldades operacionais identificadas nos territórios rurais. O Serviço de ATER e Pesquisa, notadamente pelas coordenações dos Escritórios Regionais e Estações de Pesquisa, face aos desafios a serem superados pela organização, tem alcançado objetivos estratégicos que a CEPLAC se propõe alcançar, no horizonte temporal, porém, sempre com o estabelecimento de metas anualizadas.

No centro dos compromissos pactuados, o foco está direcionado para o desenvolvimento socioeconômico e agro ambiental da cacauicultura para o desenvolvimento sustentável. Sobretudo, no que diz respeito aos impactos positivos dessa atividade produtiva, a pequena produção familiar na região Amazônica, especialmente no Estado do Pará, pode ser observado na Tabela 2, que demonstra a evolução e o desempenho da cacauicultura paraense no período de 2005 a 2014.

Nesse sentido, o notório interesse dos produtores pelo cultivo do cacau, apesar das dúvidas, pode ser considerado como um dos principais fatores explicativos da evolução desse setor da agricultura no Estado do Pará, criando possibilidades para a implementação de planos, programas e projetos - capazes de atender às demandas oriundas dos territórios rurais, cada vez mais crescentes e prospectadas e sistematizadas pelo Serviço de Assistência Técnica do Estado - CEPLAC/SUEPA.

Dessa forma, pode-se destacar, como os principais parceiros da CEPLAC, em nível estadual, regional, territorial e Local, nas áreas e zonas produtoras sob a coordenação do SEREX, no ano de 2015: as Prefeituras Municipais (Secretarias Municipais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento); Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais; Sindicatos de Produtores Rurais; Cooperativas e Associações de Produtores Rurais; UFPA (Belém e Campus de Altamira); POEMA (Programa Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia); Banco do Brasil; INCRA; EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária/Centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia Oriental); IUPERJ (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará); IPEL (Viver, Produzir e Preservar); FETAGRI (Federação dos Trabalhadores da Agricultura/Regional); GIZ (Serviço de Cooperação Técnica e Social); ARCAFAR (Associação Regional das Casas Familiares Rurais); CFR (Comitê de Produtores Rurais nos Municípios); FAEPA (Federação da Agricultura do Estado do Pará); SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural); IMAZON (Instituto do Homem e Meio Ambiente na Amazônia); ADEPARA (Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará); TNC (TNC - THE NATURE CONSERVANCY); CARGILL (Fornecedora de produtos e serviços nos setores agrícola e alimentício); CAPPRU (Cooperativa de Pequenos Produtores Rurais e Urbanos de São Félix do Xingu); ADAFAX (Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Alto Xingu); CEPLAC (responsável pela construção da UHE de Belo Monte); CNEC (Empresa de Engenharia de Projeto de construção da UHE Belo Monte); CEDRS (Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável); DAS (Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Social); DENACOOP (Departamento Nacional de Cooperativismo); FUNCAO



Superintendência de Desenv. na Região Cacaueira no Estado do Pará (S

Mudanças ocorridas

No ambiente técnico e operacional é evidente que a evolução da tecnologia é imediata, particularmente no desenvolvimento de servidores de ambos os níveis, primeiro no que se refere à necessidade de atualização tecnológica para atender às demandas que preconizam a necessidade de elevada eficiência produtiva na agricultura de precisão e otimização de processos produtivos e gerenciais. Assim como é imperativo a implementação de sistematização dos procedimentos de transferência de tecnologias, com fortalecimento e maior participação dos servidores no planejamento nos processos decisórios de forma a permitir que a gestão institucional seja realizada de forma mais aderente aos princípios de eficiência, eficácia e efetividade.

No campo operacional, da mesma forma é necessária a atualização de servidores para novos procedimentos, hoje em sua maioria executado em procedimentos informais, nos quais a grande maioria dos servidores não se encontra suficientemente habilitada.

Percepção de desmotivação de servidores, em virtude da prolongada ausência de consecução real de ações de soluções para as questões institucionais.

Superintendência de Desenv. da Região Cacaueira no Estado de Rondônia (SUERO)

Descrição geral



Superintendência de Desenv. da Região Cacaueira no Estado de Rondônia (SUERO)

O cultivo do cacaueiro em Rondônia busca caminhos ambientalmente sustentáveis, que não degradem o meio ambiente, sejam economicamente viáveis e socialmente justos. Nessa ótica os plantios de sistemas agroflorestais com cacaueiros, utilizando variedades clonais e/ou híbridas de alto rendimento e precocidade na produção conduzem para um caminho de desenvolvimento sustentável e com excelente referencial de uso da terra, contribuindo para a recomposição do passivo ambiental do estado.

Rondônia dispõe de uma das melhores estruturas agrárias do país, representada por mais de 110 mil propriedades rurais, das quais 95% abrigam pequenos produtores rurais praticantes da agricultura familiar. E o cultivo do cacaueiro em sistemas agroflorestais é uma excelente opção socioeconômica para pequenos produtores rurais estabelecidos em projetos de colonização no estado.

O polo cacaueiro de Rondônia é constituído de 15.977 mil hectares de variedades híbridas em intercultivos com outras espécies vegetais, que representa um patrimônio agrícola de valor significativo para a economia do estado. Sua produção anual, cerca de 5.708t de amêndoas secas, uma produtividade 444 kg/há. Envolve público de aproximadamente 4.561 participantes diretos, predominantemente pequenos produtores rurais que desenvolvem agricultura familiar.

A CEPLAC/SUERO priorizou para o exercício 2015 o desenvolvimento de suas ações vinculadas aos Objetivos Estratégicos: Incrementar a produção agropecuária com base na conservação produtiva, Articular a execução de políticas públicas e parcerias complementares à ação da CEPLAC e Garantir excelência em ATER e transferência de tecnologias.

O foco principal foi a sensibilização do produtor para a recuperação e expansão da lavoura cacaueira, que se encontrava com tratos culturais estagnados e com a não aplicação completa pacote tecnológico recomendado, tendo em vista do preço baixo do cacau, o alto custo de produção aliado à mão de obra escassa.

Adversidades

O contingente técnico e administrativo desmotivado, não renovação dos recursos humanos, tecnologias de poda e manejo fitossanitário exigentes em mão de obra associada ao alto custo da mesma, escassez de sementes híbridas de cacau, principalmente no ano agrícola 2014/2015 e o avanço da pecuarização do Estado contribuíram para uma expansão de área aquém do programado.

Riscos

A grave enfermidade monilíase do cacaueiro (*Moniliophthora roreri*), presente em países fronteiriços como Bolívia, Peru, Venezuela e Colômbia, representa risco iminente para este agronegócio pela maior proximidade geográfica e maior expressividade do universo cacaueiro amazônico, em particular a cacauicultura de Rondônia.

A constância do êxodo rural em busca de oportunidades de estudo e emprego, provoca o déficit de mão de obra nas propriedades rurais ocasionando a redução das áreas cultivadas com SAFs cacaueiros e outros cultivos perenes.

Estratégia de enfrentamento



Superintendência de Desenv. da Região Cacaueira no Estado de Rondônia (SUERO)

A existência de Programa de Contingência da Monilíase do Cacaueiro, coordenado pela Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON, com a participação da CEPLAC/SUERO, EMATER-RO e a Superintendência Federal de Agricultura no Estado de Rondônia – SFA/RO, desenvolvem ações de monitoramento e prospecção fitossanitária amiúde.

Tornar o agronegócio cacau competitivo, através de introdução de materiais genéticos mais eficientes, manejo fitossanitários adequados, para estimular a recuperação e a expansão do cultivo do cacaueiro.

Realização de excursão técnica com representantes do Poder Legislativo e do Executivo, produtores de cacau e empresários rondonienses, ao Estado da Bahia, em visita às fazendas e/ou Projetos exitosos que utilizam ou utilizaram as novas tecnologias em cultivos de cacaueiros.

Mudanças ocorridas

- Sensibilização dos atores da cadeia produtiva do cacau, quanto à gravidade do surgimento da enfermidade “monilíase do cacaueiro” no Estado de Rondônia.
- Visibilidade da atuação da CEPLAC e o aumento da demanda de produtores em busca de material genético melhorado para recuperação e expansão da lavoura cacaueira no Estado.

Gerência de Desenv. da Região Cacaueira no Estado do Amazonas (GERAM)

Descrição geral



Gerência de Desenv. da Região Cacaueira no Estado do Amazonas (GERAM)

A CEPLAC, no Estado do Amazonas, é administrada pela Gerência do Desenvolvimento da Região Cacaueira no Estado do Amazonas – GERAM sediada em Manaus-AM, a qual jurisdiciona 16 municípios, por 12 Escritórios Municipais de Assistência Técnica e Extensão Rural. Tem como atividade finalística o Serviço de Pesquisa, que trata da geração, adaptação, seleção, apropriação, construção compartilhada de tecnologias em diversas áreas: Agroecologia, Fitopatologia, Entomologia, Genética, Fisiologia, Socioeconomia e Fitotecnia.

A unidade de pesquisa, Estação Experimental do Rio Negro, voltada à experimentação agrícola e à produção de sementes híbridas e de mudas de cacau, além de espécies fruteiras e florestais, também serve de base de capacitação e instalação de atividades de pesquisa que atendam as características regionais de interesse dos produtores assistidos, com instalação de três novas Unidades Experimentais, produção de 577.000 propágulos para distribuição entre os produtores regionais, manutenção do Centro de capacitação para o atendimento aos Técnicos e produtores envolvidos no programa de ATER. Atua em parceria com a Embrapa Amazônia Ocidental, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA, INCRA, IBGE, SEBRAE, BASA e CONAB

O Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, outro setor finalístico, através de seu trabalho específico executa a Difusão dessas Tecnologias, Gerencial e Socioambiental aos produtores rurais nas áreas de administração rural, crédito rural, associativismo, comercialização, manejo do cacaueiro, diversificação de produção, diagnóstico rural participativo, tendo como premissa os conceitos principais e fundamentais de Agroecologia, contemplam no seu universo de atuação quatro mil, quinhentos e vinte e seis produtores, em sua maioria pertencente à agricultura familiar, em forma de Sistema Agro Florestal (SAF) além de fomentar o manejo de cacaueiros nativos nas várzeas dos rios amazonenses, dispostos na forma de maciços florestais com cacaueiros.

A execução das ações de ATER na GERAM é compartilhada com as prefeituras Municipais, que têm a função de prover as Unidades Locais com estrutura de equipe técnica, de logística operacional e de custeio para o serviço de atendimento ao produtor.

Apesar de todas as dificuldades, em se tratando de um trabalho desenvolvido na Amazônia, temos como fator representativo resultados importantes como: a) Atendimento a 4.526 produtores; b) Área assistida com cacau de 3.932 ha; c) Atendimento a 314 associações de produtores; d) Capacitação a 1.671 e) 577.000 propágulos, em geral, sendo 108,7 apenas de cacau e 145,5 de essências florestais distribuídas aos produtores (essa produção foi coletada na Estação Experimental Rio Negro).

Adversidades

Apesar da situação geográfica de um Estado como o Amazonas onde as limitações para o deslocamento de Técnicos, em função da distância, muito se tem feito na tentativa de cumprir os objetivos a que a UJ se propôs. Como adversidades têm: a) dimensão do Estado; b) dificuldade de transporte para vencer as grandes distâncias; c) número reduzido e nível médio da faixa etária em torno de 60 anos do pessoal Técnico, Apoio e Administrativo na UJ; d) recursos nem sempre suficientes para o desenvolvimento satisfatório das atividades; e) Carência de equipamentos para desenvolvimento de atividades de ATER e pesquisa e por fim e) recursos nem sempre suficientes para o desenvolvimento satisfatório das atividades.

Riscos



Gerência de Desenv. da Região Cacaueira no Estado do Amazonas (GERAM)

Em virtude das adversidades o programa corre riscos no que diz respeito ao cumprimento de metas comprometendo o atingimento de objetivos propostos. Registra-se ainda a questão das grandes enchentes ocorridas nos últimos três anos, o que dificulta as atividades agrícolas que são desenvolvidas ao longo das margens dos rios, capazes de destruir muitas áreas em implantação. E a redução do quadro de pessoal da CEPLAC por aposentadoria na eminência da UJ ficar sem a possibilidade de atender as atividades a que se propõe.

Estratégia de enfrentamento

Na tentativa de minimizar esses riscos, a UJ tem buscado parcerias com o Governo do Estado, das Prefeituras Municipais e de outras ONGs para: a) Pessoal Técnico e Administrativo para atender as Unidades Descentralizadas; b) Recursos suplementares para atender ATER e Pesquisa; c) Desenvolvimento de atividades em parceria, bem como buscando na própria CEPLAC reforços orçamentário e financeiro.

Mudanças ocorridas

Apesar de todas as questões relatadas, pode-se registrar: a) Mudança no perfil do produtor após os treinamentos e acompanhamento pela Extensão Rural para desenvolver as novas tecnologias com vistas à conservação produtiva; b) Empoderamento dos produtores decorridos desta mudança; c) A inclusão social, agregação de valor, melhoria de vida, segurança alimentar, novo cenário da propriedade agrícola com a produção dos SAFs. Portanto, considera-se a ocorrência de mudanças significativas em um cenário onde pequenos e mini produtores, nem sempre tem atendidas as suas demandas.

Gerência de Desenv. da Região Cacaueira no Estado do Espírito Santo (GERES)



Gerência de Desenv. da Região Cacaueira no Estado do Espírito Santo (GERES)

Descrição geral

A Gerência da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) no Estado do Espírito Santo (Geres) criada pelo Decreto Nº 5.351/2005 publicado no DOU em 21 de janeiro de 2005 está ligada, administrativamente e financeiramente a unidade central da Ceplac em Brasília (Diret), sendo essa, por sua vez, juridicamente, um órgão singular do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

A Geres é responsável pelo desenvolvimento da região cacaueira do Espírito Santo, através da realização de Pesquisas voltadas a atender as demandas do cultivo do cacau e pela prestação de Assistência Técnica e Extensão Rural, com abrangência atual de 46 (quarenta e seis) municípios, sendo o município de Linhares, no Norte do Estado o de maior representatividade para o cultivo com cerca de 90% da produção de cacau e, é também, o grande responsável pela maior faixa de preservação da Mata Atlântica, na bacia do Baixo rio Doce onde os plantios de cacau são predominantemente no Sistema Agrosilvocultural, denominado Cabruca, o qual consiste do plantio sob as árvores nativas do bioma. Destaca-se, que o cultivo do cacau contempla os 07 (sete) Territórios Rurais do Espírito Santo, a saber: Juparanã; Norte; Pólo Colatina; Caparaó, Das Montanhas e Águas; Sul Litorâneo e Sul Capixaba.

A Unidade Jurisdicionada conta com 01 (uma) Estação Experimental e 01 (um) Escritório de Extensão Rural, ambos sediados em Linhares, onde também está localizada a sede da Gerência. Diante da nova geografia da cacaucultura capixaba, com a inclusão de mais 30 (trinta) municípios, com o cultivo do cacau em Sistemas Agroflorestais (SAFs), em todos os quadrantes do estado, para melhor atender às demandas, há evidenciada a necessidade de expansão das atividades da Geres com a instalação de pelo menos 03 (três) escritórios regionais de extensão rural, 01 (uma) unidade de pesquisa, bem como a transferência da sede da gerência para a capital.

O Planejamento Estratégico da Geres, resultou na indicação de 19 (dezenove) contribuições distribuídas em 11 (quinze) eixos temáticos para os quais foram concebidos 20 (vinte) projetos, de acordo com a revisão realizada no ano de 2013, os quais foram parcialmente executados no ano de 2015.



Gerência de Desenv. da Região Cacaueira no Estado do Espírito Santo (GERES)

Adversidades

Dentre as adversidades a que mais tem afligido a Geres é a diminuição de sua capacidade operativa em razão da redução de seu quadro de servidores em todos os níveis, notadamente o quadro técnico, que já tem diminuído significativamente ao longo dos últimos 06(seis) anos, em razão de aposentadorias e mortes de servidores. A composição do quadro de nível superior (Fiscais Federais Agropecuários) sofreu uma redução de 33,33%, com a aposentadoria do único especialista na área de irrigação, ocorrida em janeiro de 2015. Como não houve a realização da reposição de pessoal, quer pela realização de concurso público ou por remanejamentos internos, permanece a projeção de que o quadro de pessoal ficará restrito a apenas 02 técnicos nos próximos 02 (dois) anos, com as próximas aposentadorias.

Também há as adversidades peculiares à atividade cacaueira, quais sejam: Irregularidades climáticas; custo de produção elevado; baixo grau de agro industrialização; ocorrência da vassoura-de-bruxa; forte demanda de material botânico resistente à vassoura-de-bruxa; necessidade de expansão do cultivo para áreas não tradicionais; aumento significativo das demandas dos serviços, notadamente da assistência técnica e extensão rural.

A redução da capacidade operativa está na contramão da necessidade de pesquisas em diversas áreas, visando atender às demandas atualmente observadas, tais como: adaptação do cultivo em condições de chapadões e o aparecimento de novas pragas Cochonilha Rosada e as Lepidobrocas, além do risco eminente da Monilíase do Cacaueiro.

Riscos

A não reposição do quadro de servidores implicará no encerramento das atividades da Ceplac no Espírito Santo, pois a deficiência na capacidade de atendimento das demandas dos produtores de cacau cada vez mais agrava a perda de credibilidade da instituição e além de deixar vulnerável a prestação de serviços à cacauicultura no momento em que se tem em curso o Programa de Revitalização das Áreas Produtoras de Cacau do Espírito Santo – Cacau Sustentável em razão da vassoura-de-bruxa, cujas metas irão até 2022. Também, a permanecerem as restrições orçamentárias que conjunaram na redução dos contratos de prestação de serviços e fornecimento de materiais, diminuindo a capacidade operacional da Unidade Jurisdicionada, aumenta ainda mais o risco desse encerramento de atividades.

Estratégia de enfrentamento

Em relação à diminuição do quadro funcional, foi solicitado à administração superior intervir no sentido da obtenção de remanejamento de pessoal de outras unidades, bem como foi feita gestão no sentido da realização do concurso público. Efetivamente, com a implementação das ações do Programa Cacau Sustentável, tem-se buscado a disponibilização de técnicos do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural – Incaper e das Secretarias Municipais de Agricultura, para auxiliarem na prestação de assistência aos produtores de cacau, principalmente dos 30 (trinta) novos municípios que aderiram ao cultivo. Para tal finalidade tem sido celebrados Acordos de Cooperação Técnica com os entes municipais. Tais disponibilizações, porém tem ocorrido em quantidade insuficiente e com pouco preparo para a o cultivo do cacaueiro, apesar da realização de capacitação, através da realização de nivelamento técnico para 40 técnicos do Incaper e outros 10(dez) técnicos de Prefeituras conveniadas. Embora, tais medidas tenham sido mitigadoras às deficiências de pessoal técnico, as mesmas não substituem a necessidade de contratação de pessoal para recomposição do quadro próprio, quiçá até servem para o retardamento da solução definitiva que é a realização do concurso público.



Gerência de Desenv. da Região Cacaueira no Estado do Espírito Santo (GERES)

Mudanças ocorridas

No tocante às medidas mitigadoras à baixa capacidade operativa com a agregação de técnicos do Incaper(40 escritórios envolvidos) e das prefeituras municipais(apenas 04 acordos celebrados), alguma mudança pode ser constatada, porém ainda muito incipiente, vez que, além dos motivos acima expostos, esses técnicos disponibilizados para as ações do programa Cacau Sustentável, também atendem as demandas de outros cultivos, com exceção da Prefeitura Municipal de Linhares que disponibilizou 04 (quatro) técnicos exclusivamente para o cacau, sendo 03(três) com atuação diretamente na Geres e 01 (um) com atuação na Associação dos Cacaucultores de Linhares – ACAL. Apesar de todos os esforços, a pouca efetividade na realização dos atendimentos das demandas e sobrecarga do remanescente do quadro técnico da Geres tem trazido insatisfações e frustrações pela incapacidade de atendimento aos produtores. Estes, por sua vez, sentem-se insatisfeitos, pela demora no atendimento de suas demandas, o que, conseqüentemente, os levam a procurar alternativas muitas vezes duvidosas, além de serem onerosas aos mesmos.

A expansão da lavoura no estado, notadamente no sul do estado tem produzido resultados positivos, inclusive com o surgimento de uma fábrica de chocolates artesanais, sediada em uma propriedade rural no município de Iconha. Também, no município de Linhares, dois produtores tradicionais de cacau implantaram a fabricação de chocolates com amêndoas de suas propriedades.

Gerência de Desenv. da Região Cacaueira no Estado do Mato Grosso (GEREM)

Descrição geral

No ano de 2015, a GEREM atendeu uma área incluindo 24 municípios, com 18 deles localizados em dois Territórios da Cidadania (Portal da Amazônia e Noroeste), ampliou a área de cacau em mais 10 ha, efetuou a distribuição gratuita de 12.500 sementes híbridas de 1.731.400 sementes produzidas, atendeu a 205 produtores, beneficiou 71 famílias com sua assistência técnica, atendeu a 3 cooperativas e/ou associações, realizou 11 eventos de extensão rural e mantém 10 projetos de pesquisas em andamento de Sistemas Agroflorestais.

Dentro destes 10 projetos estão 09 Unidades demonstrativas de cacaueiro + seringueira + bananeira instaladas em 08 municípios. A GEREM mantém três Acordos de Cooperação Técnica, com as Prefeituras de Alta Floresta, Cotriguaçu e Aripuanã. Todos com o objetivo de fortalecer o quadro técnico para assistência de melhor qualidade naqueles municípios e um acordo de cooperação técnica EMPAER e EMBRAPA-MT.

Adversidades



Gerência de Desenv. da Região Cacaueira no Estado do Mato Grosso (GEREM)

A unidade da CEPLAC em Mato Grosso é a menor entre todas as outras 5 existentes, mas o Estado possui um grande potencial para o desenvolvimento de Sistemas Agroflorestais, incluindo o cacau e a seringueira. As demandas são crescentes, mas não podem ser atendidas pelo quadro diminuto de servidores. São apenas quatro técnicos (incluindo o Gerente) para o atendimento em 24 municípios, com grandes distâncias entre eles. Todos os polos cacaueiros existentes no estado, com exceção de Alta Floresta, Carlinda e Paranaíta são espontâneos e surgiram independentemente da CEPLAC, formados por produtores e filhos de produtores oriundos de Rondônia, principalmente, e do Pará e Amazonas. Assim, quando a CEPLAC é demandada o cultivo já está adulto e com problemas de manejo e erros cometidos na implantação.

A pesquisa passa pela mesma situação, uma vez que só existe um pesquisador (o próprio Gerente), embora exista um campo propício para testar diversos modelos de SAF's de alta rentabilidade e especialmente aqueles apropriados para recuperar, APP's (Áreas de Preservação Permanente), um dos maiores problemas ambientais do Estado, para o qual nenhuma instituição apresentou uma solução com retorno do capital investido.

Entretanto, o problema mais grave e principal entrave é a inexistência de equipe administrativa para execução financeira e orçamentária. Sem ela, a Unidade fica impedida de efetuar reformas em sua sede, na Estação Experimental, efetuar contratação de serviços do tipo vigilância ostensiva, coperagem, limpeza e manutenção, fornecimento de combustíveis e manutenção de veículos.

A ampliação do quadro técnico e administrativo permitiria a consolidação do Estado de Mato Grosso como um importante produtor nacional de cacau e gerador de tecnologias avançadas.

Riscos

O principal risco pelo qual passa a GEREM é a sua própria extinção. Embora a Unidade possua uma UG, não possui pessoal para operá-la plenamente. Não há equipe de compras e contratos. Como só possui apenas dois funcionários administrativos no quadro (o Gerente e um financeiro) a possível aposentadoria do Gerente no próximo ano (2016), sem uma imediata substituição, decretará o fechamento da GEREM por falta de pessoal.

Estratégia de enfrentamento

A estratégia para sanar os profundos problemas da GEREM fogem da alçada da Unidade. Contratação de pessoal é de âmbito dos Ministérios da Agricultura e Planejamento.

A possível mitigação dos problemas poderá ocorrer com a transferência das atividades de compras e contratos para a SUEPA ou SUERO, deixando para a GEREM o serviço de pesquisa, extensão rural e assistência técnica.

Mudanças ocorridas

No exercício de 2015 não ocorreu nenhuma mudança significativa.



RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2015

CEPLAC

COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA

Planejamento organizacional e
desempenho orçamentário e operacional



3 - Planejamento organizacional e desempenho orçamentário e operacional

3.1- Resultados da gestão e dos objetivos estratégicos

3.1.1 - *Melhorar a qualidade de vida nas regiões produtoras de cacau por meio da geração de trabalho, emprego e renda em bases sustentáveis*

ii. Análise

ii.a- Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2015 em relação ao exercício de 2014.

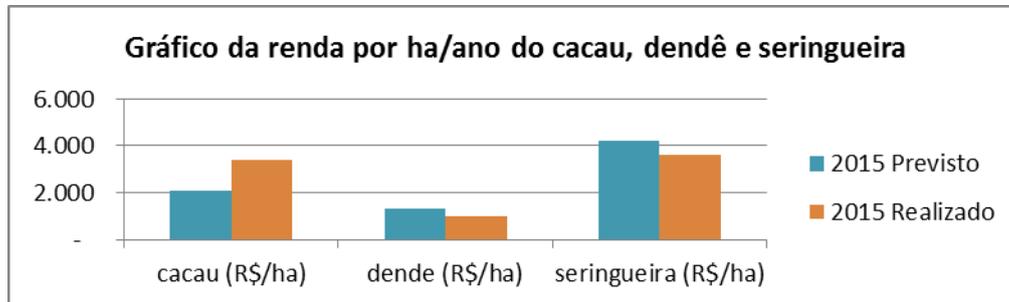
Dinamização das cadeias agropecuárias regionais por meio de ações integradas de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovações - PD&I e Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, alinhadas aos objetivos programáticos do PPA e políticas públicas afins. As atividades foram interiorizadas em seis estados, possibilitando interação sistêmica com o cidadão do campo e suas unidades produtivas em cada território rural. Essa peculiaridade possibilitou soluções tecnológicas e de organização socioprodutiva mais efetivas, alcançando de forma qualificada um maior número de beneficiários. O público alvo envolvido compõe todos os estratos de produtores rurais, destacando-se os agricultores tradicionais, familiares, assentados, quilombolas, e indígenas, contemplando 83% entre pequenos e mine, de um contingente de 70 mil produtores e 1200 organizações associativas rurais cadastradas, repercutindo na ocupação e renda num universo de influência superior a 150 mil famílias que cultivam sistemas agroflorestais correlatos à cacauicultura. Com foco definido em cultivos tropicais perenes priorizaram-se pesquisas avançadas em genética, biologia molecular, fitopatologia, fisiologia da produção, fertilidade e socioeconomia, com disponibilização de novos cultivares de cacau, dendê e seringueira e conseqüente incremento de produtividade e renda.

ii.b- Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico e os avanços alcançados no exercício de 2015.

A sensibilidade de indicadores focados apenas na agropecuária não responde por se só sobre mudanças gerais na qualidade de vida, registram-se como significativa a análise dos dados de valor bruto da produção dos cultivos priorizados: cacau nacional, de 1,78 para 2,12 bilhões de reais, seringueira na Bahia e Espírito Santo, de 82 para 120 milhões, considerando-se área total dos cultivos e, dendê na Bahia, de 52 para 53,13 milhões, variação 2014/2015, (IBGE, março/2016 e média de preço nas regiões, cálculo CEPLAC). A posição do Brasil entre os cinco maiores produtores de cacau do mundo, ainda com queda da safra registrada em 2015 por fatores climáticos, assegurou autossuficiência no suprimento de cacau para o parque processador nacional mitigando impactos de desemprego nas fábricas e redução nas importações. A manutenção da política de garantia de preços mínimos - PGPM, instituída pela portaria nº 700 de 14.08.2013, associada a outros fatores de mercado, contribuiu para elevação dos preços do cacau, auferindo média de R\$125,00 por arroba durante o exercício analisado, com satisfatória estabilização no mercado interno, condições que favoreceram incremento no VBP do cacau, mesmo com produção reduzida no exercício.



ii.c- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.



O gráfico acima retrata o comportamento da renda por hectare nas três cadeias priorizadas: mantidos os níveis de preços em alta no exercício o cacau obteve renda média de R\$3.413,00/ha, incremento de 22% sobre o programado. O dendê, quadro da Bahia, apesar de pequena elevação em relação a 2014 manteve-se abaixo da meta redefinida, situando-se em 76% do programado. Em relação à seringueira, dados da Bahia e espírito Santo, além do alto custo de manutenção, teve alcance de apenas 86% do programado, motivado principalmente por variações nos preços.

Tabela comparativa de indicadores em três exercícios

Melhoria da Qualidade de Vida					
Renda agropecuária hectare/ano	2014		2015		2016
	Prev.	Real.	Prev.	Real.	Meta
cacau (R\$/ha)	2.100	2.553	2.100	3.413	3.500
dendê (R\$/ha)	1.300	965	1.300	987	1.300
seringueira (R\$/ha)	4.200	3.311	4.200	3.615	4.200

O grau de desconformidade na renda do cacau motivado por baixa nos preços no ano de 2014 se supera, retornando o nível de conformidade em 2015, estimulado tanto pela recuperação da produtividade como dos níveis de preços praticados, alcançando média anual de 125 reais por arroba no mercado interno em 2015. Quanto aos níveis de renda dos cultivos de dendê e seringueira verifica-se um fator comum relativo ao não alcance dos níveis de produtividade desejável nos cultivos tradicionais de dendê da Bahia e da baixa produtividade da seringueira associada ao custo de manutenção dos cultivos, além de instabilidade nos preços da borracha no mercado internacional e reflexo nos preços ao produtor, condicionando estado de atenção na análise dos indicadores de renda em 2015, com alcance de 76% e 86%, respectivamente.

ii.d- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

“O solicitado neste item acima está descrito na análise elaborada referente ao conjunto dos POs, em relação aos objetivos contidos no Mapa Estratégico da CEPLC. Item 3.4.1.”

ii.e- Principais desafios para 2016.

Recuperação do parque produtivo da Bahia e do Espírito Santo, com potencial instalado de incremento rápido da produção física de amêndoa pela elevação da produtividade e qualidade dos produtos; expansão das áreas plantadas e colhidas para os estados do Norte, com



expectativa de incremento em até 10 mil hectares/ano até o final da década em curso; atingir as metas estratégicas estabelecidas pelo setor de elevação da produtividade média nacional para o patamar dos 525 kg/ha/ano e de alcance estimado das 380 mil toneladas/ano com os cultivos de cacau já instalados: dinamização das cadeias produtivas da seringueira em sistemas agroflorestais e do dendê para produção de agroenergéticos e, repactuação de dívidas dos produtores de cacau com abertura de crédito novo para o setor.

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado

Não obstante os esforços desenvolvidos serem parte dos fatores que provocam resultados na perspectiva da sociedade regional, o que se pode avaliar ainda de forma subjetiva é relacionar as mudanças na qualidade de vida das populações regionais, associadas à melhoria da renda e ocupação no campo como decorrência direta ou causal desse objetivo. Análises do setor de chocolate indicam demanda da ordem de um milhão de toneladas de cacau/ano para o próximo quinquênio, ratificada pelo incremento significativo no consumo de chocolate e de cacau no Brasil, bem como da sua inserção nos BRICS. Dados da ABICAB situa o Brasil como o 3º maior produtor e consumidor mundial de chocolate, aumentando o consumo chocolate, de 2,3 Kg para o patamar de 3,0Kg per capita, em 2015. Nesse contexto tem se verificado incremento na renda agropecuária regional, em particular na cadeia de valor do cacau, estimada em 12 bilhões de reais, bem como sinais de recuperação de postos de trabalho, com aumento dos empregos diretos e indiretos também nas demais cadeias.

iii.b- Ações para melhoria de desempenho

Equalização das dívidas do setor agropecuário nas regiões cacaueiras, ora superior a um bilhão de reais; abertura de novas linhas de financiamento agrícola e agroindustriais; fomento às iniciativas de agregação de valor e no plano institucional promover a recomposição das bases orçamentárias da CEPLAC e realização de concurso público, há 28 anos sem renovação do quadro.

3.1.2 - Ser promotora da sustentabilidade e competitividade do setor agrícola

i. Descrição

Descrição geral

A competitividade e sustentabilidade do setor agrícola das regiões produtoras de cacau do Brasil estão associadas ao recorte regional de atuação da Ceplac, onde se inserem os Biomas de Mata Atlântica e Floresta Amazônica, receptores dos agrossistemas cacau e cultivos integrados, bem como da matriz tecnológica e da base de organização da produção.

Responsável Hellinton José Rocha

ii. Análise

ii.a- Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2015 em relação ao exercício de 2014.

Integração com os agentes das cadeias produtivas, tecnologia de ponta e conservação produtiva são atributos essenciais. Os cultivos do cacaueiro em sistema agroflorestais estão estabelecidos nos biomas da Mata Atlântica e Floresta Amazônica, espaços de execução de políticas de organização dos territórios e das cadeias agropecuárias regionais. As entregas priorizaram a efficientização dos sistemas produtivos, tais como: incremento da produtividade dos fatores de produção nos Sistemas Agroflorestais – SAF com cacau e cultivos perenes;

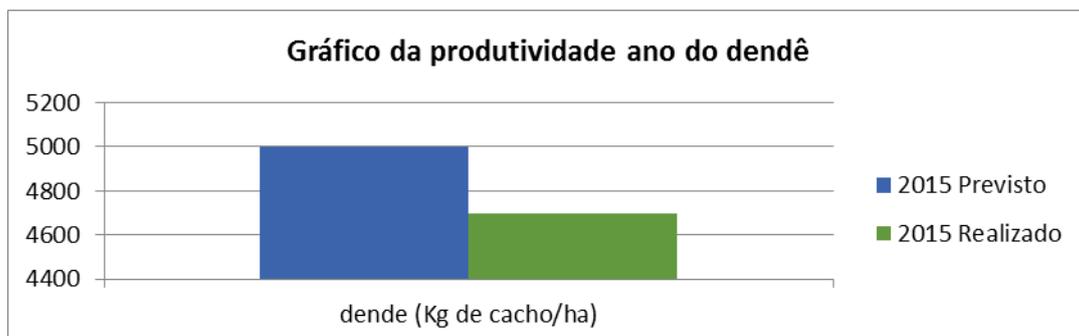
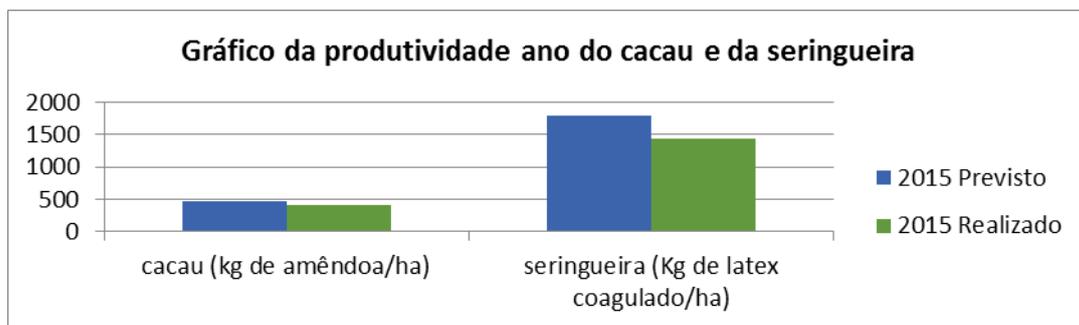


busca pela estabilidade ambiental, fitossanitária, trabalhista, fundiária, creditícia, na sucessão geracional e no fomento a mecanismos de organização socioprodutiva e distribuição de benefícios. Dentre as iniciativas se destaca o apoio à organização para o empreendedorismo, o cooperativismo e o associativismo, voltados a estratégias de empoderamento econômico e agregação de valores. Avançaram-se os processos de indicação geográfica e outros signos distintivos, a certificação orgânica e de “fair trade”, além da agroindustrialização.

ii.b- Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico e os avanços alcançados no exercício de 2015.

Como suporte aos desafios de incremento da produtividade, além das pesquisas avançadas em genética, biologia molecular, fisiologia da produção e outras associadas a desenvolvimento de cultivares e manejo de novos clones, consuma produção em escala, pela unidade de pesquisa da CEPLAC, de 17.000Kg do Biofungicida Tricovab, com disponibilização junto aos produtores rurais de 9.000Kg destinados ao controle biológico da doença vassoura de bruxa; integra parceria no desenvolvimento de pesquisa em mecanização para a ergonomia e produtividade do trabalho braçal nas lavouras de cacau e contribuiu com o novo marco regulatório que permitirá a volta do manejo de sombra do cacau cultivado em sistema agroflorestal – SAF em “cabruca”, fomentando novos investimentos para o setor. Nos estados do Norte está em curso a implantação dos Cadastros Ambientais Rurais e na Bahia, o Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais – CEFIR, com vistas à regularização fundiária e estabilidade jurídica, permitindo com isto o acesso a linhas de créditos e viabilidade dos sistemas de produção. Estes avanços conjugadas com outras políticas públicas fomentam a sucessão geracional nas regiões de atuação;

ii.c- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.



Não obstante ficar constatada evolução paulatina nas produtividades do cacau e da seringueira e estabilização do dendê, não contribuiu para atingir as metas programadas para o exercício,



com alcances de 86% no cacau, 97% no dendê e seringueira 80%. Dentre os estados o Pará tem mantido níveis elevados com 860 Kg/ha, no ano. A seringueira sofre um efeito inverso com queda progressiva da produtividade e enfrenta adversidades diante de posições baixistas dos preços da borracha no mercado interno.

Tabela comparativa de indicadores em três exercícios

Ser Promotora da Sustentabilidade e Competitividade do Setor Agrícola					
Produtividade	2014		2015		2016
	Prev.	Real.	Prev.	Real.	Meta
cacau (kg de amendoa/ha)	500,00	403	480	411	525
dende (Kg de cacho/ha)	5.000,00	4.700	5.000	4.700	6.000
seringueira (Kg de latex/ha)	1.800,00	1.341	1.800	1.439	1.800

A evolução na produtividade do cacau e da seringueira, ainda que paulatina, já se apresenta suficiente para reverter o estado de atenção em que se situa na presente análise e manter-se, diante de auspiciosa meta, já aproximando de patamares favoráveis. De outro lado, verificam-se níveis de conformidade nos dados apurados em todos os anos com o dendê, em razão de metas relativas, pois se trata de cultivos tradicionais. Os dados da seringueira revelam situação de atenção, com tendência de recuperação associados a fatores conjunturais e de mercado do setor.

ii.d- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

“O solicitado neste item acima está descrito na análise elaborada referente ao conjunto dos POs, em relação aos objetivos contidos no Mapa Estratégico da CEPLC. Item 3.4.1.”

ii.e- Principais desafios para 2016.

Fortalecer as câmaras setoriais do cacau, borracha e agroenergia; dar curso aos estudos de sequenciamento do genoma do patógeno *Moniliophthora perniciosa* e do hospedeiro *Theobroma cacao*, permitindo com isso uma nova estratégia de controle de pragas do cacau e sistemas associados; articular esforços conjuntos entre CEPLAC, MAPA e Secretarias de Defesa, nos estados da Bahia e Região Norte, para dinamização do plano de contingenciamento da Monilíase do cacau, visando proteger a cacauicultura nacional dos riscos de entrada, dispersão e estabelecimento dessa grave; fomentar parcerias público-privadas para produção em escala comercial do Biofungicida Tricovab, já desenvolvida pela CEPLAC e, articulação com o governo da Bahia na execução do Decreto 15.180, de 2 de julho de 2014, relativo ao manejo florestal, incluindo o cacau cabruca e normatização do cadastro estadual dos imóveis rurais

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado

Elevação dos níveis de produtividade nacional do cacau; iniciativas de agregação de valor com a adoção de signos distintivos, a exemplo de Indicação de Procedência concedida pelo INPI; os processos de indicações geográficas e marcas coletivas em curso nos Estados do Pará, Bahia e Amazonas; fomento a organização em pequenas plantas agroindustriais de chocolates e derivados, hoje em torno de 26 unidades e, da valorização já premiada pela política de preços mínimos da agricultura familiar e sociobiodiversidade liderada pelo MDA, e por outros nichos de mercados do cacau silvestre produzido nas várzeas das bacias dos Rios



Purus e Madeira, no Amazonas.

iii.b- Ações para melhoria de desempenho

Os requisitos de melhoria na execução do objetivo estão associados a intensificação das parcerias e cooperações técnicas com os estados e municípios de atuação, disponibilização de linhas de crédito, além das questões de ordem institucional como equalização das limitações orçamentárias, financeiras e de recomposição do quadro de pessoal. Urge promover a inserção competitiva do produtor de cacau no mercado, dando ênfase a qualidade, certificação e agregação de valor e atendimento de demandas: por sistemas sustentáveis de produção; por sistemas agroflorestais que aumentem a oferta de produtos e a receita por unidade de área; por sistemas de manejo intensivo com irrigação e por técnicas de mecanização no sistema de produção de cacau.

3.1.3- Ser agente de desenvolvimento territorial e inclusão social

i. Descrição

Descrição geral

Articular a base de representação dos segmentos públicos e sociedade civil junto aos colegiados de cada território e promover a organização da produção junto às famílias agricultoras, quilombolas, indígenas, ribeirinhos e pescadores artesanais assistidos nos 22 territórios cacaueiros situados nos Biomas de Mata atlântica e Floresta Amazônica.

Responsável Hellinton José Rocha

ii. Análise

ii.a- Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2015 em relação ao exercício de 2014.

Tendo como eixo a integração de políticas públicas de inclusão social e produtiva, alinhadas ao Programa “Brasil sem Miséria”, a estratégia de desenvolvimento territorial rural e do programa Territórios da Cidadania gestados pelo MDA e Casa Civil, concebeu-se a gestão articulada dessa política nos 22 territórios rurais de atuação. O esforço até então desenvolvido reside na adequação dos territórios como unidades de planejamento nas atividades de ATER e PD&I, processo em construção, com maior avanço no estado da Bahia, onde o governo deliberou também por esse desenho das suas unidades de planejamento. Diante dos grandes desafios dessa política, focadas no enfrentamento da pobreza e da exclusão social, da degradação ambiental, das desigualdades regionais, sociais e econômicas que ainda atingem o meio rural, os esforços empreendidos são de articulação de parcerias e políticas públicas focadas no desenvolvimento territorial e, fortalecimento dos colegiados territoriais na composição de grupos temáticos, bem como na elaboração dos planos de desenvolvimento territoriais rurais sustentáveis - PDTRS.

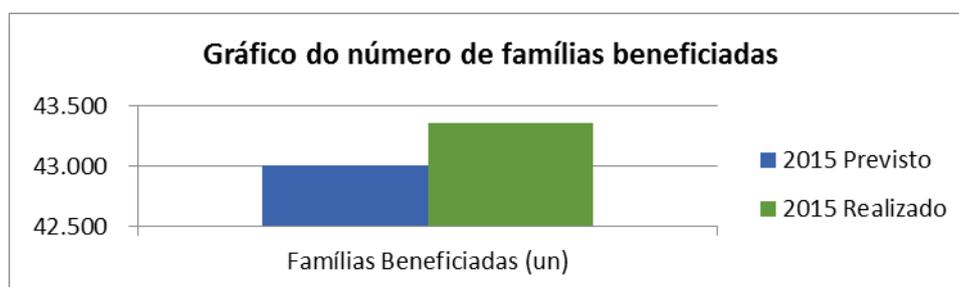
ii.b- Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico e os avanços alcançados no exercício de 2015.

As mudanças percebidas ainda são lentas na medida em que o objetivo não foi concebido de forma sistêmica por parte da direção nos seus diversos níveis nem pela maioria dos técnicos, agentes do enraizamento desse processo. Ainda que não institucionalizada, foram criadas em cada território da Bahia, a figura dos agentes de desenvolvimento territorial que, mesmo sem função na estrutura atuam como agentes de ATER e animadores desse processo junto aos territórios de jurisdição. A articulação de políticas públicas e programas integrados diversos como ATER, PAA, PNAE, crédito rural,



crédito fundiário e agroindústria constituem esforços compartilhados do objetivo em fortalecimento às famílias no campo. Um exemplo de dinamismo é o território do Médio Rio das Contas, na Bahia, que tem parcerias com o Consórcio dos Municípios e Polo de fruticultura, na realização de várias iniciativas. O 2º Seminário Territorial de Cacau e Chocolate – AGROCACAU, realizado em 2015 ampliou a motivação para verticalização da cadeia de fruticultura e fortalecimento da Câmara territorial do cacau e chocolate, já consolidada com dezenas de experiências de agroidustrialização de polpa de frutas, doces, geleias e arranjos diversos com chocolate e produtos lácteos. Nesse exercício, as parcerias da CEPLAC se ampliaram com órgãos do estado, universidades, IFBAIANO de Uruçuca – BA e Colegiado Territorial, na realização de cursos, oficinas e aulas práticas em cultivos e verticalização do cacau e demais frutas cultivadas no território, com ênfase no empreendedorismo, prospecção de mercados e na soberania alimenta.

ii.c - Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.



O gráfico acima afere e qualifica o público beneficiado pelo esforço do objetivo pela medição do número de famílias que acessam os programas de governo e se inserem em políticas públicas integradas ao desenvolvimento territorial rural. Constata-se no exercício apurado uma evolução deste público-alvo com extrapolação do programado para o exercício em 1%.

Tabela comparativa de indicadores em três exercícios

Ser Agente de Desenvolvimento Territorial e Inclusão Social					
Análise Indicadores	2014		2015		2016
	Prev.	Real.	Prev.	Real.	Meta
Famílias Beneficiadas (un)	41.000	36.339	43.000	43.359	45.000

Percebe-se na tabela acima, uma evolução dos níveis de atenção para o estado de conformidade, diante do incremento de 7 mil novas famílias incluídas em relação 2014. Este incremento no ano de 2015 sinaliza maior acesso desse público beneficiado às políticas públicas focadas no desenvolvimento territorial rural e questões agrárias.

ii.d- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

“O solicitado neste item acima está descrito na análise elaborada referente ao conjunto dos POs, em relação aos objetivos contidos no Mapa Estratégico da CEPLC. Item 3.4.1.”

ii.e- Principais desafios para 2016.

Articular as políticas públicas e programas transversais ao desenvolvimento territorial rural



sustentável; Integrar os macroprocessos de ATER e PD&I às demais ações nos diversos níveis de governo; animar e assessorar o processo de organização das comunidades rurais frente à demanda de serviços públicos para o campo; fortalecer as parcerias institucionais na constituição e efetividade dos colegiados territoriais.

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado

O alcance de atendimento ao contingente de 43 mil famílias beneficiadas em atividades diversas e atenção à questão da sucessão rural nos territórios, com ações de fortalecimento do setor produtivo e do protagonismo juvenil e sucessão rural retrata que o desempenho nos resultados do objetivo ainda são pouco significativos, diante do tamanho das demandas e desafios das políticas públicas para o campo.

iii.b- Ações para melhoria de desempenho

Considerando-se que o esforço nesse objetivo é de coparticipação com outros entes de governo e de complementariedade aos programas voltados para o campo um plano de melhorias requer além de revisão da estratégia institucional, um esforço de internalização na gestão com formação de multiplicadores desse desafio e atração de novos atores e parcerias institucionais.

3.1.4 - Fortalecer a imagem institucional da CEPLAC

Descrição:

Promover, tanto no ambiente interno como externo, o fortalecimento da imagem institucional do órgão destacando o nível de excelência, das ações e políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável das regiões onde atua. Realçar a imagem da CEPLAC junto à sociedade em geral, visando acima de tudo, divulgar seu papel, o conhecimento científico e, resultados alcançados no fortalecimento do agronegócio nas regiões produtoras de cacau do Brasil.

ii. Análise

O vigoroso trabalho de pesquisa, educação profissionalizante, assistência técnica e extensão rural desenvolvido pela CEPLAC, há 05 décadas, nas regiões cacaueiras do Brasil, terminaram por consolidar a imagem de uma instituição identificada pela excelência, eficiência e comprometimento com a execução de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural sustentável, tendo como retaguarda a qualificada força de trabalho.

ii.a - Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2015 em relação ao exercício de 2014.

A despeito crescentes dificuldades experimentadas pelos órgãos públicos, em termos de redução de orçamentos, carência de pessoal, envelhecimento da infra-estrutura, que impactaram o vigor da instituição, a CEPLAC ainda hoje usufrui, junto à sociedade, de uma imagem, conquistada ao longo da sua trajetória, emoldurada pelo conhecimento científico e pelos resultados produzidos nas regiões cacaueiras do Brasil.

É compreensível que a atual performance da instituição não tenha relativamente o mesmo vigor daquela do passado, embora ao longo do tempo tenha sido construído um legado - a marca CEPLAC – ostentada com orgulho pelo ceplaqueano. É necessário que a imagem da
CEPLAC deva ser permanentemente



realçada, tanto no ambiente interno como externo, através de programas, ações, mecanismos eficientes de veiculação da informação e práticas que valorizem a sensação de pertencimento do servidor, divulgando a importância da sua missão.

ii.b - Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico e os avanços alcançados no exercício de 2015.

Na prática, a imagem institucional foi construída ao longo dos anos e é uma consequência do laborioso trabalho de décadas, não havendo uma orientação explícita nesse sentido. Prescinde-se de um trabalho de profissionais da área que estimulem a comunicação com o público externo e uma divulgação abrangendo todo o trabalho realizado pela Ceplac, a despeito das contribuições individuais de pesquisadores e extensionistas, realizadas através da divulgação dos seus respectivos trabalhos técnicos. Recentemente, o Centro de Pesquisas do Cacau - CEPEC vem resgatando os artigos científicos divulgados através de boletins técnicos, Revista Theobroma, diagnóstico da região cacaueira realizado em oito volumes nas mais diversas áreas: solos, vegetação, socioeconomia, etc. Porém, é necessária uma atuação mais incisiva, sob o comando de profissionais da área de comunicação, marketing e imagem. Os resultados da Revista Agrotrópica, Jornal do Cacau e organização de eventos como Congressos de Cacau e Apicultura, Dias de Campo realizados tem contribuído muito com a imagem da Ceplac, porém ainda são insuficientes.

ii.c - Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.

Analisando os indicadores no período compreendido entre 2012-2015 verificou-se um crescimento do número de artigos publicados na revista agrotrópica em 36%. Apesar de grande importância o número de "Jornal do Cacau" editado e distribuído reduziu-se em - 72,73%, devido principalmente a falta de recursos para compra do material para edição. Os dias de campo e o número de participantes aumentaram 46,47% e 101,44%, respectivamente.

ii.d - Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

“O solicitado neste item acima está descrito na análise elaborada referente ao conjunto dos POs, em relação aos objetivos contidos no Mapa Estratégico da CEPLC. Item 3.4.1.”

ii.e - Principais desafios para 2016.

Assegurar recursos para editoração da Revista Agrotrópica, Jornal do Cacau e execução de um plano de comunicação e marketing

iii. Conclusão

iii.a - Avaliação do resultado

É necessária uma atuação mais incisiva, sob o comando de técnicos da área de comunicação e marketing, com vistas à melhoria da imagem da organização, através da eficiente divulgação do trabalho realizado pela Ceplac e os seus impactos sociais, econômicos e ambientais.

iii.b - Ações para melhoria de desempenho

Elaborar um plano de comunicação e marketing;



Contratação de serviços de profissionais para promover a imagem institucional; Captar recursos para editoração da Revista Agrotrópica, Jornal do Cacau e execução do plano de comunicação e marketing

3.1.5 - Incrementar a produção agropecuária com base na conservação produtiva

i. Descrição

Descrição geral

Aumentar a renda média marginal das regiões produtoras de cacau do Brasil, por meio de aumento da produção e da produtividade com base na conservação produtiva. Para isso, a matriz operacional contempla uma concepção de conservação que incorpore ao planejamento da propriedade: elementos da paisagem (reservas legais, áreas de preservação permanente-APPs), formas de produção favoráveis à conectividade entre os fragmentos de biodiversidade, a exemplo dos sistemas agroflorestais-SAF's, produção integrada, alternativas de diversificação das unidades produtoras de cacau, sistemas de produção orgânica e de base agroecológica e reincorporação de áreas antropizadas ao processo produtivo.

Responsável Hellinton José Rocha

ii. Análise

ii.a- Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2015 em relação ao exercício de 2014.

Associa-se ao forte apelo ambiental da lavoura de cacau e dos cultivos correlatos, uma vez que os agroecossistemas cacaueiros integram uma diversidade de sistemas agroflorestais e arranjos produtivos que mantêm remanescentes florestais e faunísticos, tornando possível conciliarem produção e conservação dos recursos naturais. Dentre os sistemas de produção trabalhados tem relevância o sistema “cacau-cabruca” - um precursor dos sistemas agroflorestais-SAF's e praticado pelos pioneiros no cultivo do cacau na Bahia, há mais de 250 anos. Esse sistema inspirou o conceito, **conservação produtiva** - cunhado recentemente para tipificar a sustentabilidade da lavoura no seu sentido mais amplo. Priorizaram-se ações de ATER e pesquisas para o projeto “Barro Preto”, laboratório piloto de práticas conservacionistas, na regulamentação do manejo do agrossistema cabruca, com área de 300 mil hectares, na Bahia, bem como instalaram-se unidades demonstrativas com diferentes arranjos de espécies florestais e fruteiras, seringueira, cacau e cultivos temporários. As áreas de várzeas e terra-firme alteradas e/ou degradadas foram também trabalhadas na Amazônia, onde a agregação de valor se dá pela sua incorporação ao processo produtivo, utilizando o cacau silvestre em SAFs.

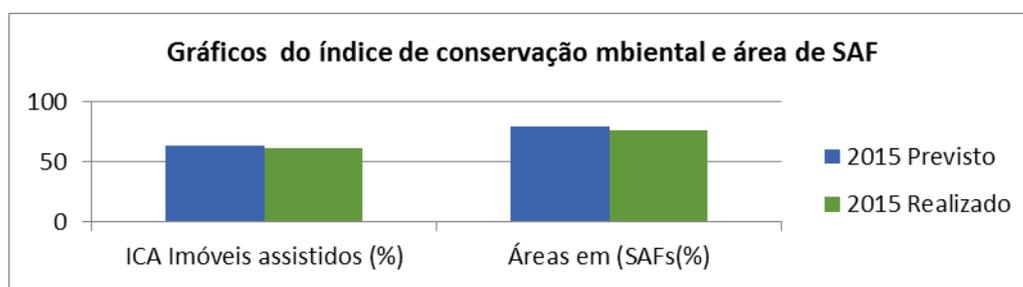
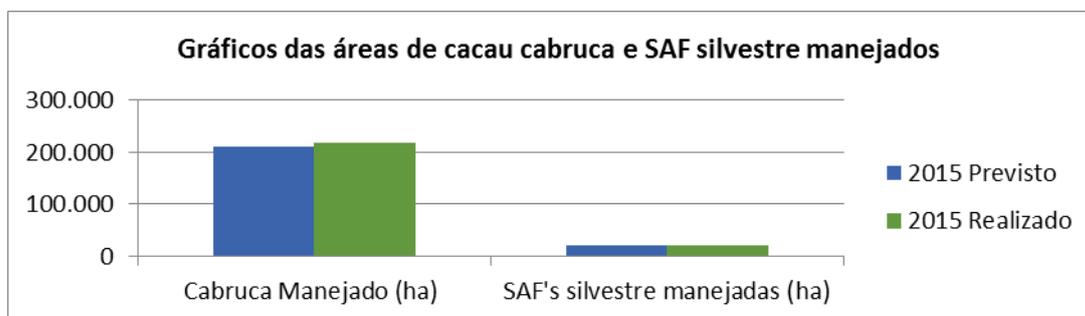
ii.b- Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico e os avanços alcançados no exercício de 2015.

Dentre os 742 mil hectares dos cultivos priorizados de cacau, seringueira e dendê assistida no exercício, estão contemplados os seguintes resultados do objetivo: 218 mil hectares de cultivos em sistema cabruca; 21,2 mil hectares de várzea e cacau silvestre; manutenção de 76,38% das áreas de cultivos em sistemas agroflorestais, SAFs e manutenção do índice de conservação ambiental dos imóveis rurais em 61,5%. Acrescente-se a esse esforço, as mudanças relativas à adequação ambiental das propriedades rurais, com a sensibilização de agricultores para procederem o registro dos imóveis no CAR-Cadastro Ambiental Rural, Lei 12.651/12 – novo Código Florestal e o Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais – CEFIR, na Bahia. Foram testados modelos de SAF's de alta rentabilidade e específicos para recuperação de áreas antropizadas. Além do estímulo aos arranjos em SAFs, foram publicados



artigos técnicos e a cartilha “Implantação do Cacaueiro em Sistemas Agroflorestais” específico para aplicação na Amazônia, como material didático do Programa de recuperação de áreas degradadas da Amazônia -PRADAM.

ii.c- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.



O gráfico acima retrata os principais indicadores de conservação produtiva: área de cacau-cabruca, área manejada de SAF's silvestre/várzeas, índice de conservação ambiental/imóveis assistidos e a % de áreas em sistemas agroflorestais (SAFs). A área em cabruca teve evolução de 10% assim como a área manejada em saf silvestre, com 6%. O ICA e o percentual de SAFs mantiveram-se respectivamente, em 65% e 76%, mesmos níveis do ano anterior, porem inferior as metas de 63 e 80%.

Tabela comparativa de indicadores em três exercícios

Incrementar a Produção Agropecuária com Base na Conservação Produtiva					
Análise Indicadores	2014		2015		2016
	Prev.	Real.	Prev.	Real.	Meta
Cacau Cabruca Manejado (ha)	210.000	213.000	210.000	218.000	220.000
Área de SAF's silvestre/varzeas manejadas (ha)	20.000	17.390	20.000	21.180	25.000
% Índice de conservação ambiental - ICA Imóveis assistidos	63	61,54	63	61,50	63
% de áreas em sistemas agroflorestais (SAFs)	80	76,51	80	76,38	80

Quanto ao grau de conformidade pode se constatar que todos os indicadores de conservação produtiva apurados em 2015 mantiveram-se em conformidade, tanto no comparativo com o apurado no ano anterior, como na análise em relação às metas programadas para o exercício.



ii.d- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

“O solicitado neste item acima está descrito na análise elaborada referente ao conjunto dos POs, em relação aos objetivos contidos no Mapa Estratégico da CEPLAC. Item 3.4.1.”

ii.e- Principais desafios para 2016.

Regulamentar o pagamento por serviços ambientais; conciliar o incremento da produção para suprir a demanda interna e gerar excedentes para exportação com foco na conservação produtiva e no uso múltiplo da propriedade; recuperar áreas de cacauais decadentes; adequar o imóvel rural à legislação ambiental e trabalhista; implantar SAF's em espaços de cultivos monoculturais; conservar indivíduos e fragmentos remanescentes nos biomas onde a cacauicultura está inserida; proteger, recuperar e conservar o patrimônio florestal e os recursos naturais; desenvolver e utilizar tecnologias de baixo custo e de baixo impacto ambiental; estimular o cooperativismo de produção e agroindustrialização como forma de sustentação econômica para a consolidação da cacauicultura.

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado

Mesmo com as limitações impostas no exercício diante da redução dos limites orçamentários e redução de pessoal, pôde-se registrar avanços qualitativos para desenvolvimento das regiões: a) mudança no perfil do produtor quanto à utilização das tecnologias e manejo sustentável; b) empoderamento dos produtores; c) inclusão social; d) agregação de valor à matéria-prima; e) melhoria de vida e segurança alimentar; f) intensificação da produção em SAFs. No plano da normatização, registra-se a publicação da Portaria nº 10.225/2015, do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA, da Bahia, estabelece os critérios e procedimentos para a concessão da Autorização de Manejo da Cabruca - AMC. O corte de árvores nativas deverá ser definido por meio da análise técnica do órgão estadual competente, com base em Projeto Técnico de Manejo da Cabruca - PTMC apresentado pelo interessado, respeitados os limites estabelecidos na Seção IV do Decreto 15.180/2014 e de modo a não comprometer os produtos e serviços ambientais da cabruca. Nesse contexto coube exclusivamente a CEPLAC a elaboração do primeiro PTMC sob a égide da conservação produtiva, já protocolado no escritório regional do INEMA.

iii.b- Ações para melhoria de desempenho

Conclusão do processo de regulamentação do programa conservação produtiva, com vistas agilizar e operacionalizar o sistema com segurança jurídica e ambiental; aceleração dos estudos complementares e desenvolvimento de pesquisas em áreas-piloto com vistas à consolidação do programa. Ampliação e adequação orçamentária da CEPLAC e realização de concurso público.

3.1.6 - Ampliar a produção de agroenergéticos.

i. Descrição

Nome do objetivo	Ser Excelência em P D&I
Responsável	Hellinton José Rocha e Edmir Celestino Ferraz
Definição geral	



Desenvolvimento de estudos e ações de melhorias e otimização do agronegócio dendê, voltados para a consolidação da agricultura familiar e médias propriedades agrícolas, visando atingir níveis de viabilidade agroindustrial e econômica de produção e utilização de óleo, especialmente como matéria-prima para produção de biodiesel na região cacaueiras da Bahia. Contribuirá com a expansão de cultivos agronegócios e de fontes renováveis para as regiões produtoras de cacau, assim como para a matriz energética do Brasil.

ii. Análise

ii.a Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando evolução do estágio do objetivo estratégico ocorrida desde a implementação do plano estratégico.

Em 2015, último ano do ciclo do PPA 2012/2015, no contexto do Programa: 2014 – “Agropecuária Sustentável, Abastecimento e Comercialização”, do Objetivo: 0750 - Ampliar, diversificar e monitorar a produção de biomassa agropecuária destinada ao suprimento energético, visando à consolidação da agroenergia como vetor de desenvolvimento rural e aumento da sua participação na matriz energética e da Iniciativa 02YO – Desenvolvimento das potencialidades agroenergéticas das regiões produtoras de cacau. A qual tem status de objetivo no Mapa Estratégico, Ampliar a produção de Agroenergéticos, ancorado financeiramente na Ação: 20ZY Desenvolvimento das regiões produtoras de cacau. Cujos projetos dessa área têm como desafio a geração de tecnologia que possibilitem o aperfeiçoamento dos processos empregados na cadeia produtiva do dendê. Visando aumentar a sua produtividade e produção em base sustentável, com foco na consolidação da agricultura familiar e médias propriedades agrícolas. E ainda, atingir níveis de viabilidade agroindustrial e econômica de produção e utilização de óleo, especialmente como matéria-prima para produção de biodiesel nas regiões cacaueiras da Bahia.

De 54.031 ha de área de dendê estimados no Sul da Bahia foram assistidos 4.407 ha correspondendo a 8,17% da área, abrangendo 261 pequenos e minis produtores de dendê subespontâneo com metodologias grupais. Implantou-se uma área como Unidade de Observação e demonstrativa de 3 hectares de dendê na sede regional da Ceplac com o propósito de desenvolver um sistema de produção de dendê em consórcio com a bovinocultura e incentivar os produtores a substituírem o dendê espontâneo pela variedade tenera, mais produtivo e rentável. Para estimular a agregação de valor e melhorar a qualidade do óleo foi instalado uma micro usina de processamento de dendê na Estação Experimental da Ceplac no Município de Una. E para expandir a dendeicultura no extremo sul da Bahia foi incentivada a implantação de 70 ha de dendê, variedade tenera, sendo 40 ha com sementes produzidas pela Ceplac e 30 ha com sementes produzidas pela Embrapa. Outro trabalho desenvolvido pela Ceplac foi motivar os produtores de óleo para melhoria dos roldões, visando elevar o nível de qualidade do produto, resultando na redução de acidez do óleo produzido da faixa de 15% para 5%. De 54.031 ha de área de dendê estimados no Sul da Bahia foram assistidos 4.407 ha correspondendo a 8,17% da área, abrangendo 261 pequenos e minis produtores de dendê subespontâneo com metodologias grupais. O projeto contemplou uma Unidade de observação e demonstração de 3 hectares de dendê na sede regional da Ceplac com o propósito de desenvolver um sistema de produção de dendê em consórcio com a bovinocultura e incentivar os produtores a substituírem o dendê espontâneo pela variedade tenera, mais produtivo e rentável. E vislumbra estimular a agregação de valor e melhorar a qualidade do óleo via a instalação de uma usina de micro processamento de dendê na Estação Experimental da Ceplac no Município de Una. E neste período, visando a expansão da dendeicultura no extremo sul da Bahia foi incentivada a implantação de 70 ha de dendê,



variedade tenera, sendo 40 ha com sementes produzidas pela Ceplac e 30 ha com sementes produzidas pela Embrapa. Outro trabalho desenvolvido pela Ceplac foi motivar os produtores de óleo para melhoria dos roldões, visando elevar o nível de qualidade do produto, resultando na redução de acidez do óleo produzido da faixa de 15% para 5%.

ii.b Análise das mudanças obtidas na situação diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico, destacando os avanços obtidos no último exercício.

Para mudar a situação socioeconômica diagnosticada, durante a elaboração do plano estratégico e estabelecer um novo cenário com um prognóstico descrito no objetivo do Mapa Estratégico, “Ampliar a produção de Agroenergéticos” até 2023. O plano redefiniu e vem executando com limitações um conjunto de projetos de PD&I e ATER na unidade da Federação da Bahia, no Bioma Mata Atlântica. Porém, apesar de algumas ações estarem sendo desenvolvidas com certo sucesso no campo da Assistência Técnica e Pesquisa, o esforço empreendido, não têm sido suficiente para gerar os reflexos positivos esperados para alcançar o objetivo. Com muito esforço e superação conseguiu manter os níveis médios de: área plantada, produtividade, produção e preços da cadeia do dendê ao longo deste ciclo. Porém, não houve como avançar por limitações **internas**, (aposentadoria do quadro técnico), sem capacidade de reposição do quadro. E por fatores **externos**, em função de (limitações creditícias e restrições legais) para produção de sementes selecionadas para distribuição aos agricultores familiares encontra-se paralisada por parte da unidade da Ceplac. Em razão de restrições contidas na MP nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, em conformidade com o inciso II do § 1o e o § 4o do art. 225 da Constituição Federal do Brasil.

Esses entraves têm impactado negativamente e contribuído para anular e ou retardar os benefícios esperados de aumento dos níveis de produção e produtividade da cadeia do dendê com os trabalhos executados de Assistência Técnica e Pesquisa. No período trabalhado, não houve alteração na situação diagnosticada de dendê em virtude de restrições para execuções das principais ações contidas no projeto voltado para esse conjunto de agricultores. Como exemplo, a carência de recursos para operacionalização de crédito, especialmente aos agricultores familiares, assim como para concluir a instalação de uma mini usina de processamento de dendê. Outra barreira a ser rompida é a regularização do registro da Ceplac junto ao órgão de controle Renasem-Mapa, para produção de sementes melhoradas. E conseqüentemente, conduzir uma área experimental de dendê, instalada na Unidade da Estação Experimental Lemos Maia em Una – BA, objetivando viabilizar e dinamizar o processo de produção e distribuição de sementes melhoradas e sementes pré-germinadas aos produtores ou fazendas particulares e ou viveiristas credenciados e treinados. Em fim, buscar resultados que respaldem o projeto, desde a implantação de novas unidades de observação e demonstração na região, concluir a instalação das micro usinas de processamento e aquisição de equipamento para modernização das unidades de extração de óleo. Implementar uma campanha de renovação de dendezaís decadentes e incentivar a expansão da dendeicultura para os tabuleiros costeiros da Bahia,, elaborar manual técnico simplificado (cartilha) sobre processamento de cachos de dendê em pequenas unidades de extração e do cultivo do dendezeiro na Bahia. Diante dos fatos evidenciados e dificuldades apontadas, constata-se que o ritmo de execução desses projetos, requer atenção, quanto à proposta de revisão da meta física e financeira em apreço, salvo definição de nova estratégia governamental para o setor.

ii.c - Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento /entidade externa, com destaque para as superintendências e gerencias estaduais.

Gráfico – Produção e Produtividade de dendê na Bahia

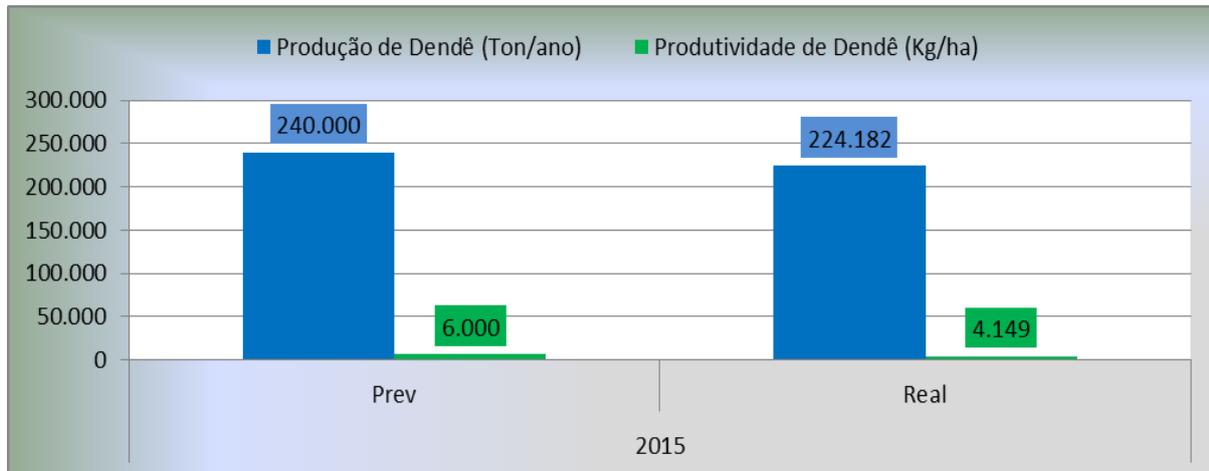
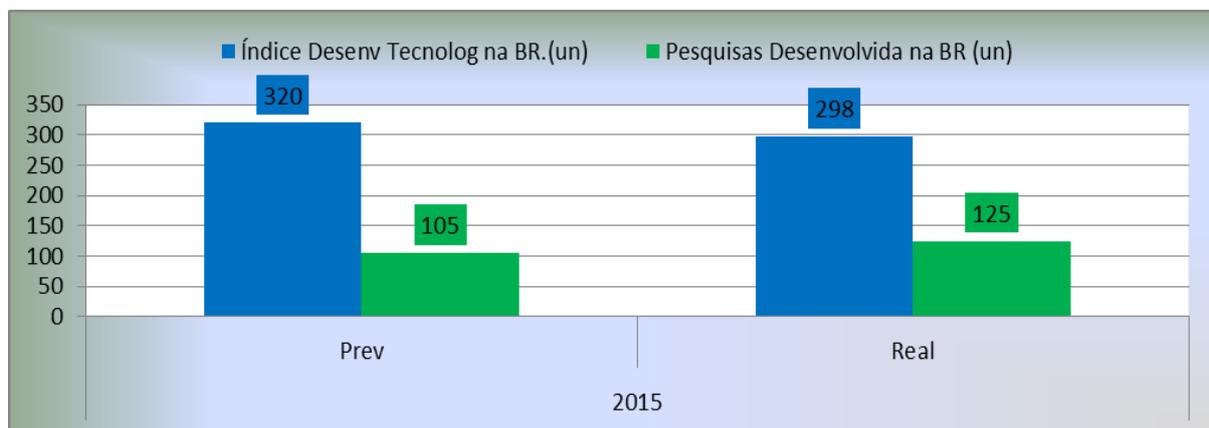


Gráfico – Índice de Desenvolvimento de Tecnologia e Pesquisas Desenvolvidas



Analisando o comportamento das variáveis, produção, produtividade e o índice de tecnologia do dendê na Bahia, verifica-se que o esforço de execução da meta física do objetivo estratégico “Ampliar a produção de Agroenergéticos”, contemplado no projeto da CEPLAC-R1.P1, no período 2012-2015, não atingiu os resultados esperados, em função da carência de mão de obra e limitações legais, porém manteve-se uma ligeira tendência de alta. Os números da tabela e gráfico acima demonstram os seguintes resultados: de produções anuais de dendê (Cacho de Coco) em amêndoas (segundo o IBGE), em 2012, 2013, 2014, e 2015* de 204.353, 203.979, 204.961 e 224.182 mil toneladas/ano, representando um decréscimo de menos (-) 0,18% de 2012 para 2013 e um acréscimo de 0,48% de 2013 para 2014 e uma estimativa de aumento de 9,38% de 2014 para 2015. Resultando em uma produtividade de 3.788, 3.793, 3.793 e 4.149 Kg por hectare ano, equivalente a um acréscimo de 0,13% de 2012 para 2013 e 0,00% de 2013 para 2014, e uma estimativa de aumento de 9,39% de 2014 para 2015. E o índice tecnológico evoluiu de 296 em 2012, 297 em 2013, 304 em 2014, para 298 em 2015.

ii.d Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico:

“O solicitado neste item acima está descrito na análise elaborada referente ao conjunto dos POs, em relação aos objetivos contidos no Mapa Estratégico da CEPLC. Item 3.1.11.”

ii.e Principais desafios:

Reequipar a estação de produção de mudas e sementes melhoradas Lemos Maia; b) Melhorar



a produtividade dos dendezaes subespontâneos substituindo-os por plantios tecnicamente formados com materiais melhorados; c) Contratar profissionais para suprir o quadro técnico (4) que gera tecnologia e presta assistência técnica ao projeto, pois praticamente todos se aposentaram.

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado

Os entres burocráticos e escassez de recursos, afetou os trabalhos de assistência técnica e pesquisa, portanto ações no período ainda não alcançaram os resultados esperados, mantendo-se com ligeira alta os níveis médios de produção, área e produtividade. Não houve alteração na situação diagnosticada de dendê em virtude das restrições impostas no tocante às execuções das principais ações contidas no projeto. Apesar de alguns avanços, o projeto vislumbrou a distribuição de cerca de 150.000 mil mudas oriundas de sementes melhoradas, correspondente a uma área de aproximadamente 1.000 ha, ainda faltam ser implantados outras metas contidas no projeto por limitação de recursos financeiros e humanos.

iii.b- Ações para melhoria de desempenho

- a) Simplificação das condições de acesso ao crédito para financiamento dos plantios;
- b) Contratação imediata de profissionais qualificados para cuidar das demandas fitossanitárias e nutricionais da cultura, ao longo do período, bem assim na análise de qualidade do óleo;
- c) Liberação dos recursos orçamentários e financeiros definido no projeto;
- d) Participação efetiva de empresas produtoras de biocombustíveis na consolidação da demanda para fins agroenergéticos;
- e) Aquisição imediata de equipamentos para facilitar, agilizar e oferecer segurança ao trabalhador, no processo de produção de sementes melhoradas de dendê, na estação experimental Lemos Maia.
- f) Articulação para o efetivo envolvimento de instituições interessadas no desenvolvimento da dendeicultura na Bahia;
- g) Regularização do registro de credenciamento da Ceplac como produtora de sementes e mudas; e
- h) Contratação de técnicos: pesquisadores e extensionistas e mão-de-obra terceirizada para manutenção das áreas e produção de sementes melhoradas.

3.1.7 - Fortalecer a agricultura familiar

i. Descrição

Descrição geral

Inclusão socioprodutiva da agricultura familiar, e desenvolvimento territorial rural por meio da ampliação e qualificação dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural junto às famílias agricultoras, quilombolas, indígenas, ribeirinhos e pescadores artesanais assistidos nos 22 territórios cacaueiros situados nos Biomas de Mata Atlântica e Floresta Amazônica

Responsável Hellinton José Rocha



ii. Análise

ii.a- Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2015 em relação ao exercício de 2014.

Integração dos macroprocessos de ATER e inovações tecnológicas priorizadas ao público alvo da agricultura familiar, considerando a sua participação, da ordem de 75% do contingente dos 70 mil produtores cadastrados nas regiões de atuação do objetivo. Diante do atual contexto desse segmento, influenciando demandas de modernização tecnológica, organização socioprodutiva e agregação de valor, as atividades estão focadas na produção primária, agroindústria e comercialização, bem como na ampliação do acesso aos programas e políticas públicas transversais ao desenvolvimento rural sustentável. As comunidades beneficiárias incluem famílias agricultoras, quilombolas, indígenas, ribeirinhos e pescadores artesanais em atividades de cultivos e criações diversificadas nos 22 territórios rurais de atuação. Em sintonia com estas demandas territoriais rurais o Objetivo em apreço dedica especial atenção à questão da sucessão rural, de modo a desestimular o movimento migratório dos jovens para os centros urbanos, a partir de ações que venham favorecer suas permanências na propriedade rural com trabalho, renda e cidadania, estimulando com isso a formação de empreendimentos produtivos por jovens rurais.

ii.b- Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico e os avanços alcançados no exercício de 2015.

Além de ampliação do contingente de famílias beneficiadas no ano, de 37 para 43,3 mil, ampliaram-se os participantes em capacitações tecnológicas, consumando 35,2 mil, frente aos 33,9 mil trabalhadores e agricultores em 2014, que participaram de cursos em cultivos, criações e processos diversos de aproveitamentos de produtos e gestão da propriedade rural. Por meio da emissão das declarações de aptidão ao PRONAF- DAPs garantiram-se acesso ao crédito rural qualificado, bem como ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, do Governo Federal em articulação com os conselhos de desenvolvimento rural sustentável nos municípios. A partir da constatação em estudos diversos da acentuada migração de jovens do campo comprometendo a sucessão rural geracional, a CEPLAC intensificou, nos dois últimos exercícios, um enfoque priorizado ao protagonismo juvenil no campo, pois até então o êxodo rural afetava predominantemente adultos entre 30 a 39 anos. Diante dos fatos, a formação de jovens empreendedores rurais mereceu atenção nesse exercício, tendo como resultado a formação já acumulada de 674 jovens rurais em 17 turmas, com incremento no ano de 59 jovens incluídos, num esforço recente de cooperação técnica com o MDA e Governo do Estado da Bahia. No eixo da organização socioprodutiva, entre as 1.206 organizações acompanhadas em 2015 destacam-se, na Bahia: 603 associações rurais, 113 assentamentos, 17 associações de apicultores, 10 cooperativas de produção, 26 comunidades indígenas e 19 associações de pescadores.

ii.c- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.





A medição da quantidade de declarações de aptidão ao PRONAF afere o esforço desenvolvido pelos agentes de assistência técnica no acesso às políticas públicas focadas no desenvolvimento rural sustentável, em especial o crédito rural, PAA e PNAE, tendo como beneficiários segmentos da Agricultura Familiar. Mesmo com evolução de DAPs emitidas, ficou aquém da meta, alcançando 82% do previsto e superação às 1.200 organizações associativas programadas. O crédito de PRONAF elaborado no exercício manteve-se retraído, com um volume de apenas 24,3 milhões de reais elaborados, alcance de apenas 41,0% diante do programado. As causas frequentes estão ligadas a inadimplência, irregularidades documentais e disponibilidade de crédito.

Tabela comparativa de indicadores em três exercícios

Fortalecer a Agricultura Familiar					
Análise Indicadores	2014		2015		2016
	Prev.	Real.	Prev.	Real.	Meta
DAP's emitidas (un)	10.000	8.013	10.000	8.225	10.000
Organiz. Acomp. (un)	1.200	1.206	1.200	1.206	1.200
Crédito Rural (R\$ 1.000)	100.000	41.174	100.000	30.864	100.000
PRONAF (R\$1.000)	60.000	31.241	60.000	24.312	60.000

Verificam-se desconformidades na viabilização dos indicadores de crédito rural e de Pronaf. Em relação às organizações acompanhadas ou manutenção da conformidade, ressaltando-se estado de atenção em relação ao indicador de DAPs emitidas. Quanto à elaboração de projetos de crédito geral, constata-se queda do estado de atenção para desconformidade no exercício, situação decorrente de fatores como regularização fundiária, disponibilidade de linhas de créditos e inadimplência.

ii.d- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

“O solicitado neste item acima está descrito na análise elaborada referente ao conjunto dos POs, em relação aos objetivos contidos no Mapa Estratégico da CEPLC. Item 3.4.1.”

ii.e- Principais desafios para 2016.

Alinhar aos esforços nacionais de consolidação do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - PNDRSS; fortalecer o acesso às diversas linhas de crédito do PRONAF; incrementar estratégias de organização, inclusão socioprodutiva e inserção competitiva nos mercados da produção familiar; consolidar mecanismos de promoção da sucessão geracional no campo; adotar métodos de pesquisa ação e pesquisas participativas; apropriar saberes e práticas das comunidades envolvidas e avançar na interação de políticas públicas nos eixos de ATER, desenvolvimento rural, políticas agrárias, ambientais e de cidadania.



iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado

A ampliação do contingente de famílias rurais beneficiadas pelos serviços de ATER e inovações tecnológicas e gerenciais, assim como a inserção das organizações e produtores ao conjunto de políticas públicas transversais, caracteriza o resultado do atendimento, orientações e assessoria em nível dos escritórios regionais e locais, assim como na assistência técnica diretamente nas propriedades rurais e comunidades. Ressaltam-se, os esforços de adoção das metodologias participativas e realização de eventos coletivos como seminários, cursos, dias de campo e excursões técnicas, com vistas à qualificação profissional. Merece realce a formação de jovens empreendedores e diagnóstico do segmento da agricultura familiar em curso e parceria com cooperativa de agricultores familiares do Sul da Bahia – COOFASULBA, que opera o PAA na aquisição e distribuição da produção dos cerca de 450 associados e no PNAE com a entrega de 42 toneladas de achocolatado, processado em cooperação com a CEPLAC e destinados à merenda escolar em 20 municípios baianos.

iii.b- Ações para melhoria de desempenho

Adoção de metodologias de pesquisa ação com o objetivo de promover o desenvolvimento rural sustentável, a inclusão socioprodutiva, segurança alimentar e compartilhamento fundamentado na agroecologia; utilizar metodologias participativas a fim de compartilhar melhor as diversas fases dos projetos de pesquisa aplicada entre pesquisadores, extensionistas e agricultores. As melhorias associadas ao desempenho do objetivo estão condicionadas, no plano institucional, à recomposição do quadro de pessoal técnico, ampliação das parcerias institucionais e recuperação dos níveis orçamentários, com normalização do fluxo de liberação dos recursos financeiros.

3.1.8 - Promover a diversificação agropecuária regional

i. Descrição

Descrição geral

Apoio às cadeias produtivas complementares: fruticultura, palmitos, apicultura, seringueira e pecuária. Objetiva integrar e promover novos arranjos produtivos, com foco nos níveis de eficiência produtiva, qualidade dos produtos e verticalização da produção.

Responsável Hellinton José Rocha

ii. Análise

ii.a- Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2015 em relação ao exercício de 2014.

Mesmo tendo uma definição de foco estratégico nas cadeias produtivas do cacau, dendê e seringueira os esforços desse objetivo, contemplam outros cultivos agrícolas e exploração animal, conforme vocação dos agrossistemas nos territórios de atuação. Destacam-se, os arranjos produtivos em sistemas agroflorestais – SAFs e assistência técnica e pesquisas nos cultivos diversificados em fruticultura, palmitos (pupunha, açaí, juçara), apicultura, pecuária e cultivos alimentares. Na área da fruticultura merece destaque a criação do polo de fruticultura do Território Médio Rio das Contas, abrangendo 16 municípios da Bahia, contribuindo para a ampliação dos plantios de graviola, cajá, maracujá, banana, e utilização de outras já estabelecidas, para produção de polpas, de modo a atender as demandas das agroindústrias já instaladas na região. A apicultura, atividade em recente estabelecimento no sul da Bahia, atingiu crescimento rápido e adesão de grande parcela de produtores, principalmente da agricultura familiar. Na pecuária, os trabalhos de pesquisa desenvolvidos

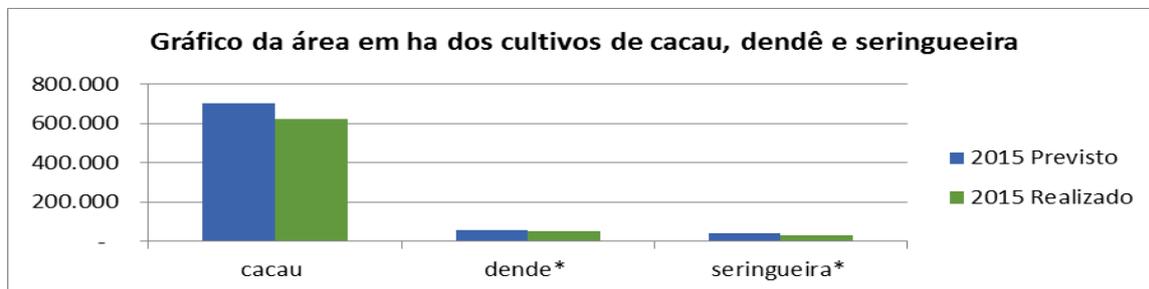


com foco na área de alimentação animal - pastagens geraram resultados importantes que podem ser observados na capacidade de suporte das áreas atualmente assistidas. Além do dendê, destacam-se outras palmáceas com foco na produção de palmitos, frutos e óleos.

ii.b- Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico e os avanços alcançados no exercício de 2015.

Território referência na diversificação da fruticultura e evolução no processamento local com duas indústrias médias e dezenas de pequenas processadoras de polpa de fruta o Médio Rio das Contas, na Bahia, é grande exportador de polpas de frutas para as principais capitais do nordeste, como resultado das ações articuladas entre Ceplac, Sebrae, consórcio municipal, colegiado territorial e outras instituições. Validação e recomendação de sistemas agroflorestais para os Biomas da Mata Atlântica e Floresta Amazônica com base cacau, em múltiplos arranjos e diferentes consórcios como seringueira, palmáceas, fruteiras, café e essências florestais em espaços diferenciados da Mata Atlântica e Floresta amazônica. Evolução do programa de abelhas com marco de produção de mel, pólen desidratado e própolis atingindo as 489 toneladas até 2015, com envolvimento de 3.100 apicultores organizados em 26 associações e duas cooperativas de produção. Aumento da produtividade na pecuária bovina associado aos novos cultivares de gramíneas e leguminosas forrageiras e novas tecnologias de manejo das pastagens. Funcionamento da agroindustrial piloto de processamento de farinha de pupunha e da mini usina de beneficiamento de dendê, localizadas na estação experimental da Ceplac, no município de Una, Ba.

ii.c- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.



Mesmo registrado no portfólio do sistema de gerenciamento de ATER o cadastramento de mais de 20 cultivos e criações, detêm-se a apuração do indicador de área assistidas dos cultivos priorizados na estratégia institucional. Da área de cacau nacional alcançou-se 89%. No caso do dendê apurou-se a área total do cultivo na Bahia, enquanto para a seringueira trabalhou-se com a área assistida na Bahia e Espírito Santo.



Tabela comparativa de indicadores em três exercícios

Promover a Diversificação Agropecuária Regional					
Área de cultivo	2014		2015		2016
	Prev.	Real.	Prev.	Real.	Meta
cacau (ha)		697.937	700.000	621.827	700.000
dende (ha)		108.318	55.000	54.031	55.000
seringueira (ha)		32.640	40.000	33.521	40.000

Com alcance de 89% da área assistida com cacauzeiros, pode-se caracterizar no ano de 2015 uma aproximação do nível de conformidade. O dendê em razão da redefinição da meta na Bahia foi possível o alcance do nível de conformidade, já que há um processo de atualização do cadastro em construção, situação também aplicada ao cálculo da área de seringueira assistida na Bahia e Espírito Santo, que apresentou nível de atenção na apuração.

ii.d- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

“O solicitado neste item acima está descrito na análise elaborada referente ao conjunto dos POs, em relação aos objetivos contidos no Mapa Estratégico da CEPLC. Item 3.4.1.”

ii.e- Principais desafios para 2016.

Proceder avaliação das cadeias produtivas dinâmicas e demandantes de tecnologia e organização do setor; busca de aporte orçamentário e de pessoal técnico para a instituição no sentido de continuidade dos processos de pesquisas e extensão rural, no aprimoramento das tecnologias e sistemas de produção sustentável dos cultivos diversificados.

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado

Merece referência os resultados em Apicultura, com a premiação em 2015 do trabalho: “Projeto abelha, as aliadas da natureza”, dentro do Prêmio Nacional, do Ministério da Agricultura denominado “Gestão Sustentável na Agricultura” – 3ª edição 2014/2015. Os resultados pontuais apresentados, ainda que insuficientes para promover mudanças transformadoras no cenário socioeconômico das regiões produtoras de cacau, oferecem muitas janelas de oportunidades de ampliação da capacidade de renda e alternativas de saída da dependência da monocultura, diante da diversidade agropecuária vocacionada nesses agrossistemas e do seu potencial de agregação de valor. O nível de priorização do órgão nessas atividades finalísticas, diante das dificuldades de recursos e pessoal, não reflete o tamanho do esforço empreendido pelas unidades locais no atendimento dessas demandas.

iii.b- Ações para melhoria de desempenho

Um exemplo de atuação da Ceplac nessa atividade é a coordenação e realização de eventos estaduais e nacionais em parceria com outras organizações, a exemplo de fruticultura em cultivos diversos, seringueira, dendê e outras oleaginosas, pupunha, coco, pecuária, pequenos animais, piscicultura, apicultura e outros eventos temáticos. O plano de melhorias requer avaliação das reais demandas apresentadas diante da capacidade operativa e dos recursos disponibilizados para esta temática, que estão muito limitados.



3.1.9- Agregar valor à produção

i. Descrição

Descrição geral

A agregação de valor ao cacau continuará a ser prioridade através da difusão de tecnologia de processamento, com fomento a investimentos da iniciativa privada em fábricas de chocolate, bem como através de parcerias com os produtores rurais para garantir maior produtividade, produção e matéria-prima de qualidade. Consoante este esforço, a certificação orgânica e indicação de origem serão fomentadas, assim como a produção de cacau fino de qualidade Premium

Responsável Hellinton José Roicha

ii. Análise

ii.a- Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2015 em relação ao exercício de 2014.

Compreende no âmbito das cadeias produtivas regionais nas atividades de apoio ao desenvolvimento, fomento e transferência de tecnologias como estímulo às iniciativas de verticalização e certificação de sistemas de produção, de produtos e de processos, à exemplo das experiências de produção orgânica, indicação geografia, signos distintivos e de manejo de pós colheita para obtenção de qualidades diferenciadas com vistas a novos mercados. Em relação à dinâmica do parque processador nacional de cacau, o objetivo reuniu esforços na consolidação das estatísticas de moagem das grandes matrizes industriais do cacau instaladas nos polos de Ilhéus-Bahia, no Espírito Santo e em São Paulo, em alinhamento aos mecanismos de previsão de safras do setor. Aos produtores de cacau e organizações que se inserem na produção de chocolate e demais processos de agregação, são propiciadas suas participações nos diversos fóruns temáticos: seminários, cursos e festivais. Seus técnicos contribuem com os eventos na realização de palestras e divulgação dos produtos processados e na gestão da unidade agroindustrial da ceplac que funciona como piloto de incubação em parceria com cooperativas e associações. Na política de qualidade, além da classificação e certificação das amêndoas, desenvolvem-se pesquisas em análise sensorial dos produtos processados.

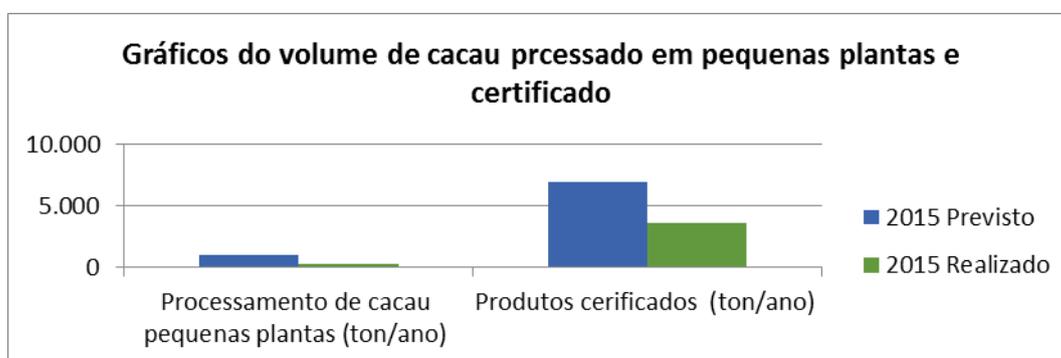
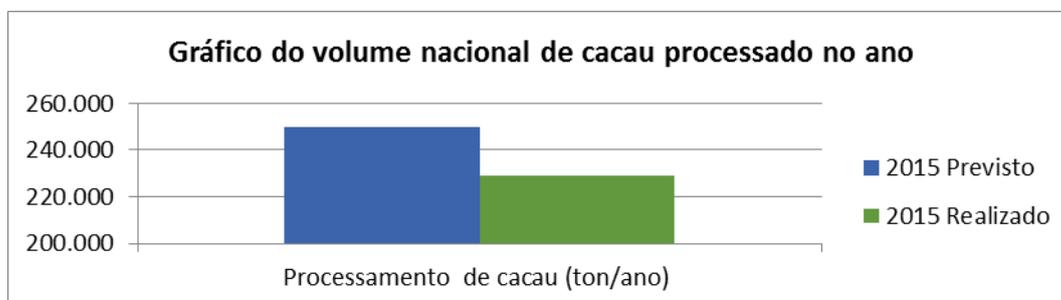
ii.b- Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico e os avanços alcançados no exercício de 2015.

Incremento de tecnologias de produtos e de processos já desenvolvidas pela CEPLAC; avanços na área de equipamentos em pequenas plantas agroindustriais com tecnologias já transferidas e replicadas em linhas de processamento com porte adequado para cooperativas de produtores rurais, oferecendo perspectivas de saída da condição de exportador de amêndoa para produtor de chocolates e derivados. O **desenvolvimento de formulações e equipamentos focados em** chocolate fino e pequenas plantas industriais têm contribuído para um novo salto tecnológico na agroindústria regional e na capacitação de produtores e mão-de-obra na verticalização da produção. Foram realizadas análises em polpa de cacau, amêndoas de cacau, líquido, chocolate, achocolatados, mel, polpa de frutas, alimentos infantis e água, num total de 10.317 análises sendo 7.476 físico-químicas e 2.841 microbiológicas. O volume de cacau processado nas 26 unidades de pequeno porte para chocolate e derivados de cacau, instaladas nos estados da Bahia, Espírito Santo e Pará, alcançou no exercício a marca das 352



toneladas.

ii.c- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.



Estatística de moagem nacional com dados da Associação Brasileira das Indústrias Processadoras de Cacau – ABICAR, acrescido das informações sobre processamento em pequenas plantas afere déficit da ordem de 2,0% ante 2014 e de 8,0% diante do programado para 2015. Os indicadores de processamento em pequenas Agroindústrias e certificação de sistemas de produção e processos são estratégicos, sendo o primeiro concebido como indicador do Programa 2042, no PPA. Apesar do aparente baixo desempenho em relação ao programado no ano, 35,2% e 51,4%, respectivamente, verifica-se paulatina evolução dentro do ciclo do PPA.

Tabela comparativa de indicadores em três exercícios

Agregar valor a produção					
Análise Indicadores	2014		2015		2016
	Prev.	Real.	Prev.	Real.	Meta
Processamento nacional de cacau (ton/ano)	250.000	233.293	250.000	228.849	250.000
Processamento de cacau em pequenas plantas (ton/ano)	1.000	321	1.000	352	1.000
Produtos certificados em processos diversos (ton/ano)	7.000	3.461	7.000	3.620	7.000

Mesmo constatando déficit de 8,0% em relação ao programado no ano verifica-se conformidade nos níveis de moagem de cacau em todo o ciclo do PPA analisado. Quanto às pequenas agroindústrias e processos de certificação, denotam-se pontos de atenção e desconformidades originadas pela superestimação das metas na concepção da estratégia e dos referidos indicadores.



ii.d- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

“O solicitado neste item acima está descrito na análise elaborada referente ao conjunto dos POs, em relação aos objetivos contidos no Mapa Estratégico da CEPLC. Item 3.4.1.”

ii.e- Principais desafios para 2016.

Avançar na caracterização física, físico-química e química das amêndoas e da polpa de cacau das diferentes variedades clonais, assim como na caracterização e avaliação da qualidade do chocolate produzido a partir da diversidade clonal ora em produção. O mercado identificou ampla diversidade de sabores e aromas que só o Brasil, pelo seu largo espectro de variedades clonais, pode oferecer. O país passou nos últimos anos a ser reconhecido como produtor de amêndoa de cacau fino e está consolidando iniciativas nos processos de indicações geográficas e marcas coletivas e signos distintivos nos Estados do Amazonas, Bahia e Pará. Diante das atuais e promissoras janelas de oportunidades para o setor, os desafios residem em: intensificar ações e programas de apoio às estratégias de agregação de valor; fomentar por meio da secretaria de relações internacionais - SRI/MAPA a formação de política exportadora de produtos das cadeias de SAF, especialmente cacau **Premium**; ampliar as Redes de Franquias ora surgidas no mercado interno e planejar suas extensões a outros mercados, fomentando as iniciativas e empreendimentos de agregação de valor às cadeias produtivas regionais.

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado

A cadeia do cacau no Brasil possui valor estimado da ordem de doze bilhões de reais, com participação de dois bilhões do setor primário. Parcelas destes produtores rurais são hoje empreendedores no setor, processando e acessando nichos de mercado de chocolate Premium em vários países, com 35 marcas de chocolate fino já disponíveis também no mercado interno. O realce dos resultados desse esforço se expressa na dinâmica do setor com a realização de eventos estaduais, nacional e internacional: respectivamente a 7^a e 2^a edições do Festival do Chocolate na Bahia e no Pará, com participação de mais de cem empreendedores no setor de chocolate e derivados do cacau, com representação marcante de segmentos da agricultura familiar. Na busca de melhoria na qualidade para produção de cacau fino, viabilizou-se a participação de associações e produtores individuais nos Salões Internacionais de Chocolate a exemplo da 4^a edição em Paris, e dos concursos de cacau fino e de aroma 2015, nos eventos de Ilhéus, Belém, Gramado, S. Paulo e Paris.

iii.b- Ações para melhoria de desempenho

Necessidade de promover a inserção competitiva do produtor de cacau no mercado dando ênfase a qualidade, certificação e agregação de valor. As melhorias para o objetivo residem na superação de resistências do setor produtivo para avançarem na verticalização e formação de mercados; no estímulo e fortalecimento do capital social local como instrumento de desenvolvimento regional; na ampliação de domínio tecnológico dos processos; na melhoria da qualidade da matéria-prima e nas relações de mercado; além do fortalecimento institucional do órgão na sua estrutura orçamentária e de pessoal, com interregno de 28 anos sem realização de concurso público.



3.1.10- Ser excelência em P&D

i. Descrição

Nome do objetivo	Ser Excelência em P D&I
Responsável	Hellinton José Rocha e Edmir Celestino Ferraz
Definição geral	

A busca pela excelência em PD&I consiste no desafio de aumentar a eficiência técnica e produtiva nas regiões produtoras de cacau e tem como requisito na ação principal da Ceplac, gerar e desenvolver tecnologias sustentáveis para o desenvolvimento agrossilvopastoril nas regiões produtoras de cacau do Brasil.

ii. Análise - Projeto: Inovação Tecnológica nas pesquisas realizadas

ii.a Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando evolução do estágio do objetivo estratégico ocorrida desde a implementação do plano estratégico.

Em 2015, último ano do ciclo do PPA 2012/2015, no contexto do Programa: 2042 – “Inovações para a Agropecuária”, do Objetivo: 0845, equivalente ao objetivo do Mapa Estratégico, “Ser Excelência em PD&I”, está ancorado na Iniciativa 03GM e financeiramente na à Ação 20ZY, e em um conjunto de 111 projetos de PD&I, contemplando as diversas áreas de conhecimento. Está voltado para as regiões produtoras de cacau das seis unidades da Federação, Bahia e Espírito Santo no Bioma Mata Atlântica e Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia no Bioma Floresta Amazônica e têm como objetivos específicos, a geração de tecnologias de aperfeiçoamento dos processos empregados nas cadeias produtivas de cacau dendê, seringueira e cultivos tropicais perenes. Mais especificamente, visam aumentar a produtividade e produção em base sustentável, com foco na geração de emprego, renda, geração de excedentes exportáveis.

No exercício, os projetos executados de pesquisa contemplaram a grande maioria as demandas identificadas nos processos produtivos do cacau, borracha, dendê, palmiteiros e pastagens, utilizadas nos sistemas de produção de leite e carne. Desses projetos 81, se destinaram a atender as demandas da cadeia produtiva do cacau, correspondendo a 72,97% dos projetos trabalhados, no presente exercício. As pesquisas executadas se concentraram nas áreas de melhoramento genético, biotecnologia, biologia molecular, controle integrado de pragas, fisiologia e nutrição de plantas, fertilidade e conservação de solos, desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis. A ênfase priorizou os sistemas agroflorestais, melhoria das técnicas de manejo do cacau e outros cultivos tropicais perenes, melhoria da qualidade de produtos e aperfeiçoamento e expansão da agroindústria, além de estudos econômicos sobre mercados e custo de produção.

Destaca-se a ênfase dada nesses últimos três anos aos novos projetos de pesquisas visando ao melhoramento genético preventivo, relacionado à doença Monilíase do Cacaueiro, causada pelo fungo *Moniliophthora roreri*, uma ameaça iminente às plantações de cacau do Brasil. E que vem causando sérios prejuízos socioeconômicos aos produtores dos países onde essa doença se instalou. Desde o exercício de 2013 até o presente exercício estão sendo aprovados e implantados estudos e projetos de pesquisa nesse sentido envolvendo, inclusive, a cooperação dos países aonde já ocorre a doença, ampliando consideravelmente assim os trabalhos nessa área, abrindo perspectivas para o domínio da tecnologia necessária ao controle dessa doença, caso venha a se instalar no Brasil. Exemplificando, ha um acordo de cooperação técnica com o País da Costa Rica, onde essa doença já ocorre, o qual possibilitou a importação de clones de cacaueiros resistentes à Monilíase, os quais após o período de



quarentena serão avaliados, nas condições da região cacauzeira do sul da Bahia.

Nesse contexto merece destaque a concentração de pesquisas nas áreas de Biotecnologia e Biologia Molecular, ferramentas que tem possibilitado a compreensão dos diversos mecanismos epidemiológicos e de resistência de plantas a doenças, possibilitando a realização de melhoramento genético monitorado, antecipando e dando mais segurança aos resultados alcançados. Outro fato que merece destaque são os avanços no campo da Genômica, com foco no mecanismo de desativação de genes de patógenos, pela técnica de silenciamento de genes.

Nos exercícios em análises, foi gerado, significativo, conhecimento sobre controle de pragas entomológicas do cacauzeiro a exemplo da cochonilha rosada (*Maconellicoccus hirsutus*, Green), praga quarentenária diagnosticada na Bahia, em 2013. Em 2014 e 2015, se instalou ao norte e ao sul da região cacauzeira induzindo o desenvolvimento de pesquisas sobre a biologia, dispersão e controle químico e biológico dessa praga, cujos resultados obtidos já estão sendo disponibilizados nestes dois últimos anos. Pesquisas importantes também foram desenvolvidas sobre o controle químico do ácaro da gema (*Aceria reyesi*, Nuzzaci), que ultimamente tem ocorrido na região.

Nesse ciclo do PPA, as tecnologias disponibilizadas possibilitaram o aperfeiçoamento de modelos sustentáveis de produção, com o uso de sistemas agroflorestais (SAFs), envolvendo cacau, seringueira e outros cultivos, com ampla receptividade e adesão pelos produtores da agricultura familiar, como também dos médios e grandes produtores. Os SAFs são efetivamente, uma alternativa mais competitiva que os modelos convencionais de produção, tanto pelas interações biológicas dos sistemas, como pelos resultados mais expressivos obtidos, sob todos os aspectos da sustentabilidade.

ii.b Análise das mudanças obtidas na situação diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico, destacando os avanços obtidos no último exercício.

Analisando a situação das demandas diagnosticadas durante a fase de elaboração do plano estratégico e os avanços obtidos no campo da pesquisa, no último exercício do ciclo do PPA 2012/2015, em conformidade com o novo cenário desenhado e vislumbrado no objetivo do Mapa Estratégico, “Ser Excelência em PD&I”. “Cujo Plano tem como horizonte de tempo o prognóstico para o final do ciclo de 2020/2023”. Neste contexto, o objetivo de PD&I e ATER ao longo de seis décadas vem contribuindo com o desenvolvimento regional e ainda hoje, mantém o status de perfis estruturantes e servem de suportes para o conjunto de 21 objetivos contidos no Mapa Estratégico. Tanto para objetivos de resultados voltados para o ambiente da sociedade, como aqueles direcionados ao ambiente do público alvo direto; assim como aos objetivos do ambiente dos processos internos, nas áreas de conhecimento, inovação, comunicação e instituição, e finalmente para o ambiente de aprendizado e crescimento, nas áreas de gestão de pessoas, organizacional, orçamento e gestão de TI.

Para reverter à situação diagnosticada anteriormente e alcançar o cenário almejo do objetivo, os Centros de Pesquisa da CEPLAC-CEPEC redefiniram suas estruturas programáticas e suas respectivas carteiras de projetos de PD&I, contemplando as seis Unidades da Federação, nas diversas áreas de conhecimento. Esta reestruturação visou acelerar a expansão das atividades socioeconômicas o conseqüente promover o desenvolvimento regional, mais especificamente direcionado ao público alvo dos trabalhadores e produtores rurais alinhados a cadeia do cacau, dendê seringueira e outros cultivos tropicais perenes, etc. Buscando priorizar entre outros fatores o melhor custo benefício dos fatores de produção, elevar os níveis de eficiência, eficácia, economicidade e efetividade no que tange as ações, atividades, iniciativas e projetos voltados para o aumento de produtividade, produção, renda e geração de emprego das cadeias



produtivas regionais de forma sustentável.

Os resultados do esforço estratégico de pesquisa têm sido influenciados ao longo do tempo, pelos preços de cacau, ressalta-se que, no período entre os anos 1987 a 2007, predominaram-se no mercado de cacau as baixas cotações internacionais na Bolsa de Nova York - EUA. Cujos patamares de preços, o mínimo caiu para US\$ 674,00, o preço médio manteve-se em torno de US\$ 1.334,68 e o preço máximo limitou-se a US\$ 2.420,00 a tonelada. Paralelo a esse quadro, em 1989 foi detectada à incidência da praga vassoura-de-bruxa que castigou de forma devastadora as lavouras e contribuiu para o empobrecimento de milhares de famílias de produtores tradicionais de cacau do Sul da Bahia. E como desfecho, os baixos preços aliados à referida praga impactou e colaborou na reversão da condição do Brasil de exportador para importador da amêndoa e ainda contribuiu também para rebaixar o status de segundo maior produtor de cacau do mundo para o quinto lugar em 2003. Porém, destaca-se que no período de Janeiro de 2008 a dezembro de 2015, passou a predominarem-se os bons preços pagos pelo mercado à commodity cacau na Bolsa de Nova York – EUA. Cujos patamares de preço, o mínimo manteve em US\$ 1.969,00, o preço médio girou em torno de US\$ 2.777,46 e o preço máximo atingiu o valor de US\$ 3.826,00 a tonelada. Segundo os dados obtidos e analisados dos links: <http://br.investing.com/commodities/us-cocoa-historical-data>.

A nova conjuntura dos bons preços, aliado a execução integrada dos objetivos de PD&I e ATER em parceria com as Secretarias de Governos Municipais, Estaduais e Entidades como Associações, Consórcios, Cooperativas de Produtores e Trabalhadores; e outras organizações sem fins lucrativos como: SEBRAE, EMBRAPA, UNIVERSIDADES e BIOFÁBRICA, unidade de produção de mudas em grande escala, têm gerado reflexos positivos, com mais ênfase para a cadeia do cacau e tem contribuído para criar um novo ambiente de trabalho e esperança para o agronegócio regional, com boas perspectivas de: Produção de cacau, suprimento de 100% da demanda do maior parque moageiro nacional; Retorno da possibilidade de geração de excedentes exportáveis de forma competitiva; Possibilidade de alavancar o ingresso de divisas externas no País; E elevação da participação do Brasil no mercado mundial de cacau. Na área social, vem criando novos postos de trabalho, com mais qualidade de vida, principal demanda dos produtores regionais.

O desenvolvimento dessas iniciativas e projetos conjuntamente com as diversas instituições tem facilitado e oportunizado o acesso às novas tecnologias e proporcionado um crescimento real de 10,17% na produção nacional de cacau, elevando a produção para 273.793 toneladas e produtividade média de 388,84Kg/ha em 2014. E segundo o IBGE, mesmo com a estimativa de queda de produção para 255.329 toneladas em 2015, representando uma redução de menos (-) 6,74% com relação ao ano anterior, ainda assim deverá haver um aumento estimado de 2,74%, tendo-se como referência a produção 248.524 toneladas produzidas no ano base de 2011, penúltimo PPA.

No contexto deste período, a área colhida nacional, estimada de 704.122 reduziu para 621.827 hectares, representando um decréscimo de menos (-) 11,69%, sendo que, a área estimada da Bahia reduziu de 547.422 para 458.763 hectares, representando um decréscimo de 88.659 hectares, gerando um impacto equivalente a menos (-) 16,20% na área do Estado. O que, provavelmente possa ter influenciado a queda de produção da última safra da Bahia e consequentemente do Brasil. Porém, segundo o IBGE neste mesmo período, a produtividade média nacional de cacau por hectare deverá crescer para 410,61 quilogramas, representando um crescimento de 12,43%, tendo-se como referência a produtividade média de 365,22Kg/ha apurados no ano base de referência de 2011, penúltimo PPA.



ii.c Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento /entidade externa, com destaque para as superintendências e gerências estaduais.

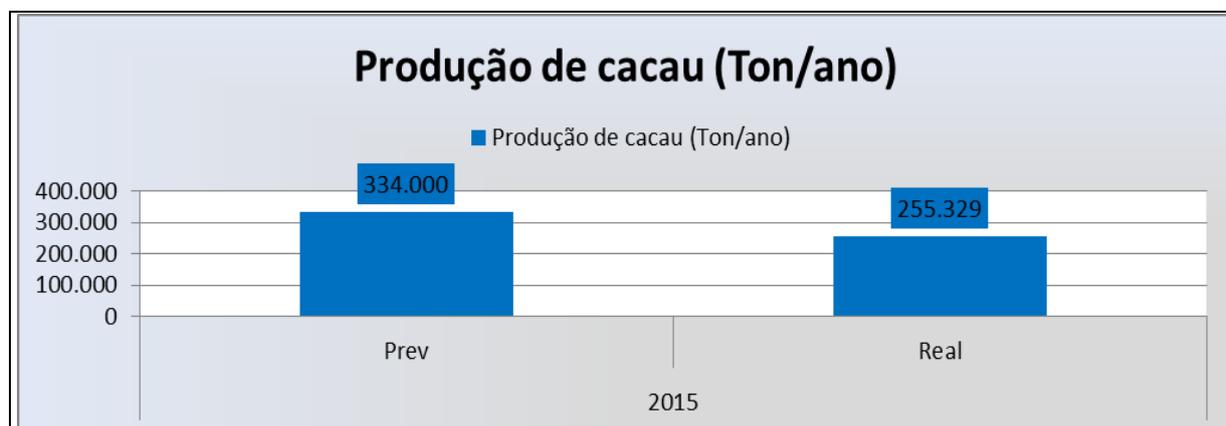
Para avaliar o desempenho desse objetivo, a Ceplac adotou quatro (4) indicadores, sendo dois de **macroprocessos**, utilizados para medir os níveis de execução, em percentual, do cronograma operacional, físico financeiro dos projetos de pesquisas. E o outro, para aferir o nível de contribuição de cada superintendência e gerência estaduais, cujo produto é *“tecnologia disponibilizada”*. É um produto resultado de um estudo ou pesquisa que tenha gerado um conhecimento novo a título de tecnologia disponibilizada, que possa ser incorporada e utilizada diretamente no processo produtivo ou que caracteriza um dado conclusivo de uma determinada fase da pesquisa. Esta tem uma estreita relação com o produto da lei *“pesquisa desenvolvida”*. E para analisar e aferir os benefícios e ou ganhos qualitativos gerados em prol do público alvo, em nível de contribuição de cada departamento e ou unidade, com destaque, para as superintendências e gerências estaduais, criou-se dois indicadores de **resultados**. “Incrementar a produção de cacau do Brasil” e **Incrementar a produtividade de cacau no Brasil**, todos previstos no PPA.

INDICADORES DE PROCESSO E RESULTADOS - OBJETIVO - SER EXCELÊNCIA EM PD&I									
Análise Indicadores	2012		2013		2014		2015		2016
	Prev	Real	Prev	Real	Prev	Real	Prev	Real	Meta
Produção de cacau (Ton/ano)	250.000	253211	295.000	256186	295.000	273793	334.000	255.329	334.000
Produtividade de cacau (Kg/ha)	400	370,01	450	371,67	450	388,84	480	410,61	480,00
Índice Desenv. Tecnol na BR.(un)	300	296	310	297	320	304	320	298	320
Pesquisas Desenvolvida na BR (un)	100	122	100	123	100	132	105	125	x
Desconforme = de 0 a 50%		Merece atenção de 51 a 89%				Conforme planejado = de 91 a + 100			

Fonte: IBGE/CEPLAC

O esforço da Ceplac de promover as inovações tecnológicas requeridas pelo objetivo de pesquisa “Aumentar a produção de cacau do Brasil” executada através projeto da “CEPLAC-R1.P1” como forma de alavancar a produção e exportação dessas commodities agrícolas, tem registrado uma crescente tendência ao aumento de produtividade e produção de cacau, principalmente na Bahia e no Pará nos últimos quinze anos, segundo dados da série histórica do IBGE.

INDICADORES DE PROCESSO E RESULTADOS - OBJETIVO - SER EXCELÊNCIA EM PD&I

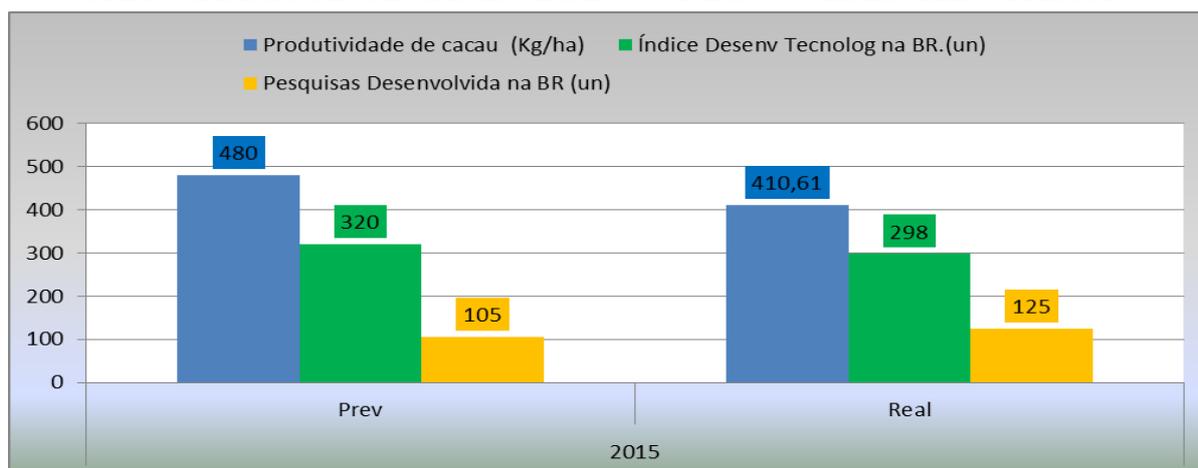




Salvo a ocorrência de alguns desvios de efeito climático, até este período, prevalece a tendência ao longo dos anos de recuperação da produtividade e produção. Essa tendência se observa também no último ciclo do PPA, onde se obteve respectivamente, produções anuais de cacau em amêndoas (segundo o IBGE), em 2012, 2013, 2014 e 2015 de 253.211, 256.186, 273.793, 255.329 mil toneladas, representando um crescimento nesse período consecutivamente de 1,17%, 6,87% e menos (-) 6,74%. E produtividade de 370,01, 371,67, 388,84 e 410,61 Kg por hectare ano, representando um crescimento nesse período consecutivamente de 0,45%, 4,62 e 5,60%.

Analisando os Indicadores de Macroprocessos constata-se que, em 2015, foram previstas 105 pesquisas e realizadas 125, representando 119,05% da meta prevista, sendo que, a meta prevista para tecnologia disponibilizada foi de 330 e realizou 298, representando 90,30%. Em 2014 a meta prevista foi de 100 pesquisas e realizou 132, representando 132,00% e a meta prevista para tecnologia disponibilizada foi de 320 e realizou 304, representando 95,00%. Em 2013 a meta prevista foi de 100 pesquisas e realizou 123, representando 123,00% e a meta prevista para tecnologia disponibilizada foi de 310 e realizou 297, representando 95,81%. em 2012 a meta prevista foi de 100 pesquisas e realizou 122, representando 122,00% e a meta prevista para tecnologia disponibilizada foi de 30 e realizou 296, representando 98,67%.

GRÁFICO DE INDICADORES DE RESULTADO - OBJETIVO - SER EXCELÊNCIA EM PD&I



Os resultados obtidos no exercício são, portanto classificados como conforme planejado (legenda de cor verde), pois as ações e boas práticas desenvolvidas possibilitaram ultrapassar a meta preestabelecida. O atendimento às demandas emergenciais, a exemplo do controle de pragas entomológicas do cacaueiro, e a liberação de resultados de pesquisas concentrados nesse último trimestre contribuíram para suplantar a meta prevista.

ii.d Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico:

“O solicitado neste item acima está descrito na análise elaborada referente ao conjunto dos POs, em relação aos objetivos contidos no Mapa Estratégico da CEPLC. Item 3.4.1.”

ii.e Principais desafios:

O principal desafio da Ceplac relacionado diretamente com esse objetivo estratégico é gerar tecnologias para o aumento da produtividade e produção do cacau em bases sustentáveis, e rentabilidade do cultivo. No entanto, são necessários ainda, novos avanços na modernização dos processos voltados a cacauicultura visando à redução de custos de produção, aumento de



produtividade e agregação de valor, o que tornará a atividade mais viável, sócio e economicamente. Nos sistemas de plantio em regime de cabruca - SAF urge a adoção do manejo do sombreamento, o que será possibilitada após a publicação de portaria do órgão regulador ambiental da Bahia, a qual define as regras para execução dessas práticas de manejo. Essa medida, aliada as demais técnicas de manejo recomendada pela Ceplac possibilitará um aumento significativo de produtividade e produção nesses sistemas de plantio.

A Monilíase do cacau é uma doença cuja entrada no Brasil é iminente. Encontra-se a 250 km das nossas fronteiras com os países onde essa doença já está instalada a exemplo do Peru, Equador, Costa Rica e Colômbia com características de disseminação de forma rápida e devastadora. Para tal, os Centros de Pesquisa do Cacau da Ceplac tem desenvolvido uma série estudos e pesquisas preventivas registrando avanços nas áreas de melhoramento genético relacionado à Monilíase. No entanto, esses trabalhos necessitam ser intensificados, principalmente com a realização de pesquisas colaborativas com os países onde essa doença já está instalada a exemplo do Peru, Equador, Costa Rica e Colômbia. Do ponto de vista institucional, a redefinição de um novo modelo institucional e a limitação de pessoal técnico e especializado para enfrentar esses desafios, constitui-se um grande problema. Sem realizar contratação de pessoal há 28 anos, a Ceplac se encontra com a sua capacidade operacional extremamente limitada, ao ponto de em algumas áreas de pesquisa já estarem em vias de desativação por absoluta falta de pesquisadores e condições de trabalho. Somem-se a isso as reduções orçamentárias que a instituição vem sofrendo ao longo dos anos. Observa-se, ao longo do tempo que, um volume crescente de demandas e, paradoxalmente a capacidade operacional do órgão para atendê-las, é cada vez mais decrescente, de forma até agora, consecutiva e inevitável a cada ano.

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado

Os resultados alcançados ultrapassaram a meta prevista para o indicador *tecnologia disponibilizada*. Deve-se considerar ainda que o esforço tem-se concentrado em demandas prioritárias para a solução dos grandes gargalos tecnológicos identificados nas cadeias produtivas trabalhadas. E, os resultados obtidos vêm contribuindo significativamente para a sua solução do problema e refletido em ganhos para os produtores, a exemplo do cacau que nesses últimos quinze anos têm apresentado produtividade e produção crescente, fato também observado para as três últimas safras.

Os avanços na inovação tecnológica dos processos de produção dos cultivos assistidos pela Ceplac vêm se acumulando ao longo dos anos de atuação da instituição, sempre atendendo as demandas, com vistas a melhorar e tornar mais eficientes esses processos. Pautando a disponibilização de tecnologias em relação à situação diagnosticada por ocasião da elaboração do plano estratégico, constatam-se avanços significativos no desenvolvimento de novas variedades de cacau, mais produtivas e resistentes às pragas e doenças e já incorporadas ao sistema de produção. Assim como nas técnicas de manejo da cultura, com ênfase no controle integrado de pragas, adubação e nutrição mineral do cacau, além de avanços na melhoria da qualidade do produto e no estímulo ao crescimento da agroindústria.

Conclui-se que, com base nos resultados parciais obtidos nos últimos quinze anos, consideram-se **satisfatórias e em conformidade com o planejado** e as metas previstas de 334.267 toneladas de produção de cacau e de 480,00 Kg/ha, para o final do PPA em 2015. Porém, as limitações impostas pelos fenômenos meteorológicos adversos, referentes à



ocorrência de períodos de estiagens nas regiões produtoras de cacau da Bahia, aliado às restrições de recursos diversos impostos em função da conjuntura social, política e econômica, contribuíram decisivamente para minimizar os impactos positivos com a execução desse objetivo estratégico.

iii.b- Ações para melhoria de desempenho

Embora os resultados tenham sido considerados satisfatórios, algumas ações podem ser implementadas visando à melhoria do desempenho nos próximos exercícios. Nesse sentido, a contratação de pessoal nos diferentes níveis, é uma necessidade premente desde o último concurso, em 1987, para garantir a continuidade dos projetos em execução, assim como para atender às crescentes desafios e demandas institucionais. Como se sabe, a tendência histórica das duas curvas é inversamente proporcional, enquanto a curva da força de trabalho é decrescente progressivamente, a curva de demanda por serviços é crescente progressivamente. O órgão Ceplac está vivenciando uma redução gradual do seu quadro de pessoal, culminando no cenário atual, preocupante, onde o seu contingente encontra-se reduzido a menos da metade daquele existente na década de 80.

No ano de 2015, a exemplo dos últimos três anos os recursos orçamentários destinados a custeio e investimento foram reduzidos, inviabilizando manutenção predial, impermeabilização da cobertura, recuperação de toda a instalação elétrica, hidráulica e esgotamento, recuperação dos laboratórios, casas de vegetação e suas estações experimentais, além da necessidade de substituição de equipamentos dos laboratórios dos três Centros de Pesquisa do Cacau da Ceplac nas unidades da Bahia, Pará e Rondônia. A maioria deles necessitam ser substituídos, pois estão obsoletos e os custos não justificam a sua recuperação. As ações voltadas para contornar e ou sanar esses problemas vão repercutir na melhoria do desempenho das pesquisas e conseqüentemente na inovação tecnológica necessária ao aperfeiçoamento dos processos produtivos das cadeias trabalhadas.

3.1.11 - Garantir excelência em ATER e transferência de tecnologia.

Descrição

Principal macroprocesso da CEPLAC, a ação extensionista rural desenvolvida nos territórios rurais das regiões cacaueiras do Brasil tem revelado forte inserção junto às comunidades rurais, em especial nos segmentos antes identificados como de pequena produção e que atualmente compõe espectro mais amplo denominado agricultura família.

Responsável Helinton José Rocha

ii. Análise

ii.a- Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2015 em relação ao exercício de 2014.

Alinhada às diretrizes da política nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER e Ação programática no PPA o objetivo em apreço representa o principal macroprocesso finalístico do órgão. As atividades de ATER nos territórios rurais incluem produtiva e socialmente famílias agricultoras com cerca de 70 mil produtores rurais cadastrados em sistema próprio de gerenciamento da extensão rural, e conjuga apoio gerencial e associativo a 1.200 organizações associativas rurais acompanhadas. Circunscrita ao recorte regional das regiões cacaueiras do Brasil o Objetivo contempla população superior a seis milhões de habitantes, distribuída em 17 territórios da cidadania, além de 5 territórios rurais de identidade nos 223 municípios dos seis estados produtores de cacau no Brasil. No contexto apreciado, a regulamentação da Lei nº 12.897/2013, que autorizou a instituição da Agencia Nacional de

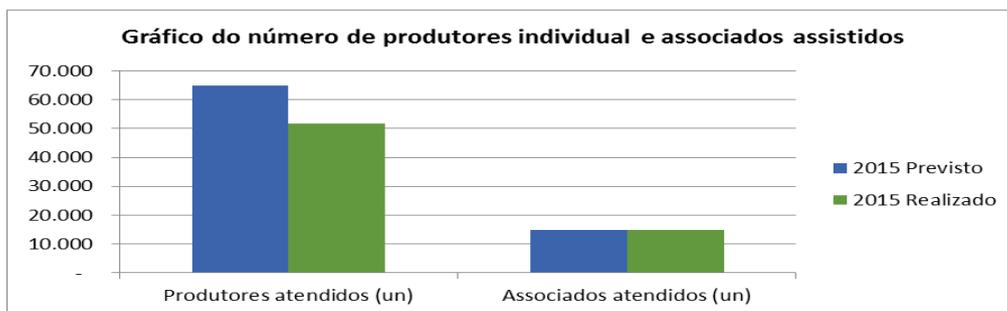


Assistência Técnica e Extensão Rural – ANATER consagra realce ao Objetivo diante do reconhecimento da CEPLAC e garantia da sua representação no Conselho Assessor da Agência, Decreto 8.252, de 26 de maio de 2014. Em sintonia com o atual cenário do campo dedicou-se especial atenção à questão da sucessão rural, de modo a desestimular o movimento migratório dos jovens para os centros urbanos, capacitando-os, a partir de ações que venham favorecer suas permanências na propriedade rural com trabalho, renda e cidadania.

ii.b- Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico e os avanços alcançados no exercício de 2015.

Dentre os resultados apurados no exercício destacam-se cobertura de ATER em 3,2 milhões de hectares em cultivos diversificados, com foco nos 742 mil hectares assistidos em cacau, seringueira e dendê; assistência direta a 51.719 produtores rurais em 2015, consumando 63.637 no ciclo do PPA e acompanhamento a 1.206 organizações associativas com 43 mil famílias beneficiadas e 35,2 mil trabalhadores e agricultores treinados em cultivos, criações e processos diversos de aproveitamentos de produtos e gestão da propriedade rural. Num esforço priorizado de qualificação dirigida para o protagonismo juvenil e sucessão rural já foram capacitados 674 jovens rurais em 17 turmas de 124 horas de conteúdo, sendo 59 destes qualificados nesse exercício em apreço, representando estímulo à iniciativas solidárias de verticalização e integração das cadeias produtivas regionais e permanência dos jovens no campo. Na Amazônia compartilham-se iniciativas de produção sustentável, no Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal – PPCDAM e no Projeto Xingu, coordenados pela secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Realçam-se, na sua consecução, as parcerias no âmbito dos estados, municípios, MDA, SENAR e segmentos organizativos privados.

ii.c- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.



Retratam o atendimento ao público-alvo da extensão rural por meio das atividades de assistência técnica ao produtor rural tanto de forma individualizada na unidade produtiva como na utilização de métodos coletivos e participativos nas comunidades, cooperativas e associações e constituem metas do Objetivo 0968, no PPA. Apurou-se atendimento a 80,0% dos produtores assistidos em relação aos 65 mil programados para 2015. Acumulado no ciclo do PPA, represente o esforço descentralizado de atendimento aos produtores rurais nos territórios e estados de atuação, conforme regionalização descrita a seguir: Amazonas – 6.130; Bahia – 23.940; Espírito Santo – 1.346; Mato Grosso – 1.570; Pará – 18.344 e Rondônia – 12.307, com o seguinte resultado consumado por região: 1.570 no Centro Oeste; 36.781 no Norte; 23.940 no Nordeste e 1.346 no Sudeste. Realça-se o atendimento destacado aos produtores organizados em associações, com alcance de 99% da meta prevista no exercício.



Tabela comparativa de indicadores em três exercícios

Garantir excelência em ATER e transferência de Tecnologia					
Análise Indicadores	2014		2015		2016
	Prev.	Real.	Prev.	Real.	Meta
Produtores atendidos (un)	60.000	55.284	65.000	51.719	70.000
Produtores associados atendidos (un)	15.000	13.970	15.000	14.923	15.000

Analisando-se no ciclo do PPA em curso e as revisões de metas, verifica-se alternância entre o estado de atenção para uma situação de conformidade e retorno ao nível de atenção. Quanto ao atendimento aos produtores associados, sai-se de uma situação de desconformidade nos dois primeiros anos, motivada por realizações além do programado, com adequação da conformidade em 2014, situação que se normaliza em 2015. O alcance no ano foi de 80 e 99% em relação produtores e produtores vinculadas à organizações associativas.

ii.d- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

“O solicitado neste item acima está descrito na análise elaborada referente ao conjunto dos POs, em relação aos objetivos contidos no Mapa Estratégico da CEPLC. Item 3.4.1.”

ii.e- Principais desafios para 2016.

Implementar a política nacional de ATER conforme modelagem definida pela ANATER; alinhar a estratégia de execução com as agendas das Câmaras Setoriais do Cacau, Borracha e Agroenergia; aprimorar e adequar metodologias frente ao novo cenário do campo; ampliar as parcerias institucionais que otimizem a utilização dos recursos públicos; consolidar a integração pesquisa e extensão rural; promover transversalidade nas políticas públicas federais, estaduais e municipais afins; estimular a organização dos produtores e das cadeias produtivas regionais; apropriar e adequar processos e saberes nas parcerias com os segmentos produtivos; avançar nas iniciativas de agregação de valor; estimular a formação de mercado interno e padrão de qualidade; ser agente ativo na sucessão rural e mobilidade social nas regiões produtoras de cacau.

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado

Em seu campo de governança a Ceplac passou a compor de forma sistêmica a busca por inovações tecnológicas, organizacionais e de instrumentos gerenciais e a disponibilizá-los aos serviços de assistência técnica e extensão rural que suprem os produtores assistidos e o público usuário do órgão. A consecução desse objetivo estratégico guarda relação direta com a execução do Objetivo 0968, Programa 2042 – Inovações para a Agropecuária do PPA, financiado dentro da Ação 20ZY – Desenvolvimento das Regiões Produtoras de Cacau pelo PO – 002 – Difusão e Transferência de Tecnologias. Resultados consolidados no exercício constata atendimento ao público alvo e as diversas formas de organização socioprodutiva e na qualificação profissional nos territórios rurais de atuação. Na transversalidade das ações integrou com as Secretarias do MAPA e órgãos descentralizados na execução de atividades de (Defesa Sanitária Vegetal, rede LANAGRO, apoio ao cooperativismo, crédito rural, PGPM, Agricultura de Baixa Emissão de Carbono) e de outros Ministérios (MMA, MDA, MCT,



MRE) na execução do PAA, PNAE, PRONAF, crédito fundiário, regularização ambiental – Cefir/Car, habitação rural e outros.

.iii.b- Ações para melhoria de desempenho

Promover encontros de produtores, pesquisadores e extensionistas para discutir as ações e resultados dos serviços de pesquisa e sistema de assistência técnica/extensão rural; criação de Comitê de ATER regional, com a participação de representantes das organizações de produtores rurais, Câmaras Setoriais e Coordenações Territoriais. Não obstante esforços na ampliação das parcerias institucionais para mitigação dos riscos de execução, diante das limitações orçamentárias e de pessoal técnico, um plano de melhorias do desempenho requer medidas decisivas na recomposição do orçamento e realização do concurso público. Os seis centros de extensão rural nos estados, com duas estações de fomento e 81 unidades de extensão carecem de recursos para manutenção e investimento tanto predial como na frota veicular e embarcações, sob-riscos de comprometimento das atividades e depreciação patrimonial de imóveis e equipamentos.

3.1.12 – Estimular o Crédito Rural.

i. Descrição

Nome do objetivo Ser Excelência em P D&I

Responsável Hellinton José Rocha e Edmir Celestino Ferraz

Definição geral

Fortalecer o acesso ao crédito como instrumento de inclusão produtiva sustentável nos territórios rurais circunscritos à regiões produtoras de cacau, de forma articulada com outras políticas de inclusão social e delineadas para a superação da extrema pobreza ainda presente no campo. As políticas de crédito devem estar associadas à busca de resultados para os produtores, bem como à oferta de bens e serviços para a melhoria da infraestrutura nos territórios rurais, abordagem estratégica para o desenvolvimento rural sustentável e promoção de políticas públicas integradas nos níveis federativo, setorial e escalar.

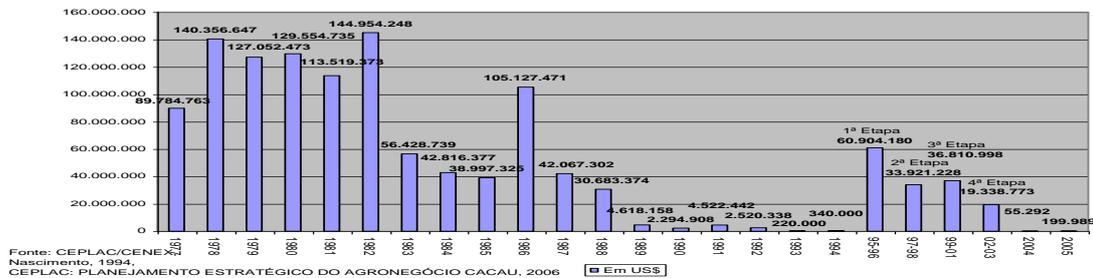
ii. Análise

ii.a Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando evolução do estágio do objetivo estratégico ocorrida desde a implementação do plano estratégico.

O Planejamento Estratégico da Ceplac foi elaborado e implantado convivendo com as consequências do aparecimento e expansão da “vassoura-de-bruxa” nos cacauais do Sul da Bahia, a partir de 1989, que vieram agravar a já combatida economia cacaueira, ameaçando seriamente a sua sobrevivência, bem como a estabilidade e a segurança da população regional. Os agricultores que já conviviam com reduções de ganho pelas condições climáticas desfavoráveis, perdas pela doença, baixos preços, impossibilidade de aquisição de insumos, que tiveram seus custos elevados, ou pela maior demanda de mão-de-obra para o controle da doença, ou pela incorporação de custos trabalhistas para as demissões que se fizeram necessárias, tiveram, ainda, que sobreviver a vários anos sem financiamento.



Gráfico X – Crédito Rural destinado a Cacaucultura (em US\$), 1977/2005



Reconhecendo o tamanho e a gravidade da crise econômica e social da Região, os Governos Federal e Estadual criaram, em 1995, o Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, para ser desenhado e implementado em 4 anos. O crédito se constituía o principal pilar do programa, que visava fundamentalmente o combate à vassoura de bruxa e foi modulado em etapas, sendo que na primeira e segunda etapa, as ações implementadas tiveram características emergenciais, focadas na eliminação das partes vegetativas dos cacaueiros atacados pela doença, além de outras práticas agrônômicas destinadas a conter ou amenizar o avanço da enfermidade. Estas duas etapas ficaram conhecidas como as do “Controle Fitossanitário”. Na terceira e quarta etapa buscava-se, além do controle da doença, a recomposição de “stand” para 1.100 plantas por hectare e a enxertia, visando obter maior produtividade e melhor capacidade de pagamento, denominadas de etapas do “controle integrado”.

Os entraves burocráticos e políticos entre os vários setores do governo e dos agentes financeiros resultaram no descumprimento dos princípios mais elementares que regem o crédito rural, como a oportunidade no tempo, a adequação técnica e a suficiência dos financiamentos concedidos, prejudicando em muito os resultados práticos que poderiam ter advindo dos financiamentos, se estes tivessem sido desembolsados dentro dos parâmetros previstos no Programa. Ainda assim, não conseguiu atingir uma quantidade significativa de produtores, além de não atender adequadamente suas reais necessidades.

Para resolver o problema a CEPLAC elaborou duas Notas Técnicas e concomitantemente um trabalho denominado “Análise da situação financeira dos produtores de cacau da Bahia em 2009”, onde atendendo aos interesses dos agentes públicos e privados, objetivou: analisar a viabilidade econômico-financeira do custeio e do investimento na produção de cacau na Bahia; analisar o impacto econômico gerado a partir da aplicação dos recursos em custeio e investimento; determinar a capacidade de pagamento do produtor da Bahia nas condições agro-econômicas (produtividade e preço) atuais; avaliar, por estudo de caso, a capacidade de pagamento dos mutuários do Banco do Brasil, enquadrados na Lei nº 11.775/2008. Os resultados do trabalho resultaram na elaboração de sete propostas para equalizar a dívida dos produtores, de forma diferenciada por estratos do saldo devedor, etapas e níveis de descontos (fixos e variáveis); e rebates lineares de 80%, 85% e 90%, aplicados sobre a dívida vencida em 31/03/2008.

Embora a proposta P2, com estratificação de faixas, e a de 90%, rebate linear, foram que apresentaram maiores níveis de inclusão



dos produtores, e esta foi a sugerida no trabalho, o Governo Estadual preferiu optar pela P4, pois esta beneficiaria mais mini e pequenos agricultores. O trabalho também foi apresentado na esfera federal inicialmente no Ministério da Agricultura que examinou a proposta e aprovou e posteriormente encaminhado ao Ministério do Planejamento e da Fazenda. Aí podemos verificar que os planejadores da modernização continuam tendo a mesma força verificada no passado, porque foram insensíveis as propostas apresentadas e somente este benefício chegou aos produtores de cacau através de projeto de lei encaminhado e aprovado no Senado Federal.

Ainda que, o projeto de renegociação tenha obtido êxito ficou grande parte dos produtores rurais, principalmente os médios e grandes produtores, que detém a maior parte da área plantada, aqueles que foram inseridos no Programa Especial de Saneamento Financeiro – PESA, sem obterem a referida renegociação. Por vista disso, os produtores de cacau não conseguem elevar a produção de cacau da Bahia, apesar de dispor de tecnologia recomendada pela Ceplac com altos níveis de produtividade, porque estão descapitalizados e também porque não conseguem novos financiamentos por estarem com hipoteca de 1º e 2º grau. Note-se abaixo, através dos indicadores desenvolvidos no plano estratégico para aferição do crédito rural, que apesar da área de crédito rural do Cenex/Ceplac elaborar grande quantidade de projetos, somente poucos são contratados.

ii.b Análise das mudanças obtidas na situação diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico, destacando os avanços obtidos no último exercício.

Na aplicação do plano estratégico, referente ao Crédito Rural, observamos a ocorrência de dificuldades e entraves, que vem contribuindo para o baixo desempenho dessas operações, principalmente quanto à elaboração e contratação dos projetos, conforme descrito abaixo:

Elaboração dos projetos do Pronaf B, encampados pelo Banco do Nordeste, através do programa Agroamigo; b. Ampliação do Agroamigo para projetos com valores até R\$ 15 mil reais (Pronaf Variável), a partir de 2013; c. Grande número de produtores rurais familiares que já foram contemplados com crédito rural ficou sem margem para novos financiamentos; d. Endividamentos dos produtores rurais, familiares, pequenos, médios e grandes, notadamente produtores de cacau; e. Insegurança jurídica em face de questões indígenas, movimentos sociais e unidades de conservação; f. Propriedades rurais sem regularização fundiária, limitando o crédito rural até R\$ 20 mil reais; g. Imóveis rurais sem a devida regularização ambiental; h. Redução do quadro de técnicos de ATER.

ii.c Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa, com destaque para as superintendências e gerências estaduais.

No período de execução do Planejamento Estratégico 2012-2015, o Centro de Extensão da CEPLAC/Bahia apesar dos esforços desenvolvidos na elaboração e contratação dos projetos teve um comportamento descendente na sua trajetória. Isto é, saindo de 1.505 projetos elaborados no valor de R\$ 32.603.068,00 em 2012 para 450 projetos elaborados no valor de R\$ 11.338.748,00 em 2015, representando um decréscimo de -70,10% e -65,22, respectivamente. E de 631 projetos contratados no valor de R\$ 10.038.658,00 em 2012 para 195 projetos contratados no valor de R\$ 1.752.912,00 em 2015, caracterizando um decréscimo de -69,10% e -82,54%, respectivamente.



Gráfico xx – Nº Projetos de crédito rural elaborados e Nº Projetos de crédito rural contratado na Bahia.

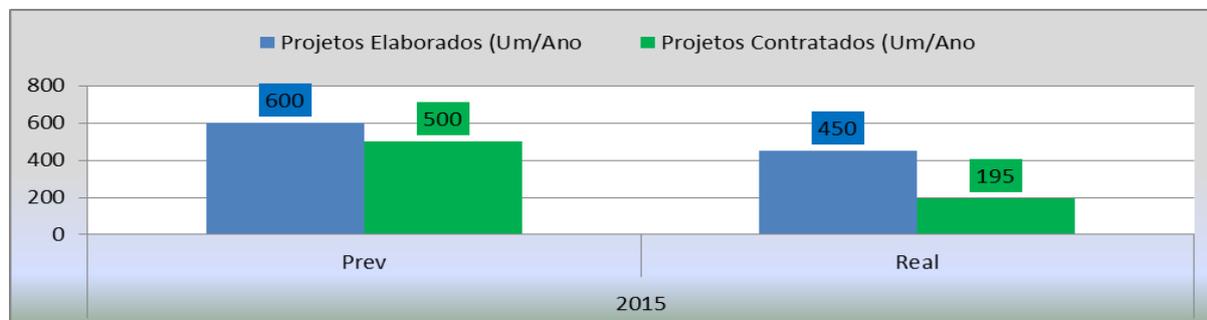


Gráfico xx – Valor em R\$ de Projetos de crédito rural elaborados e Valor em R\$ de Projetos de crédito rural contratados na Bahia.

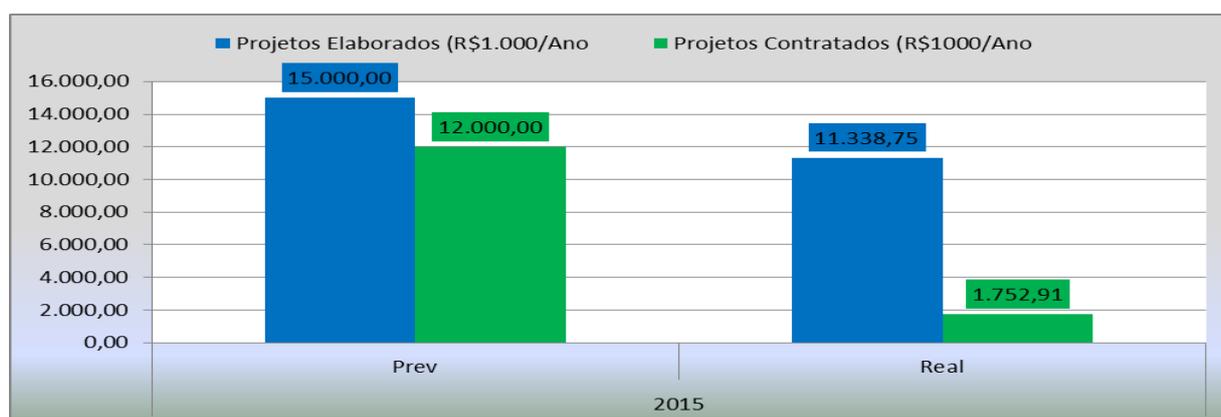


Tabela 12 – Projetos elaborados e contratados pela Ceplac na Bahia Ind. PPA – 2012/2015

INDICADORES DE PROCESSO E RESULTADOS - OBJETIVO - SER EXCELÊNCIA EM PD&I									
Análise Indicadores	2012		2013		2014		2015		2016 Meta
	Prev	Real	Prev	Real	Prev	Real	Prev	Real	
Projetos Elaborados (Um)	1.870	1.505	1.160	519	1000	407	600	450	500
Projetos Elaborados (R\$1.000)	40.500,00	32.603,06	38.500,00	17.281,12	21.500,00	8.739,09	15.000,00	11.338,75	12.000,00
Projetos Contratados (Um)	1.500	631	900	230	800	154	500	195	300
Projetos Contratados (R\$1000)	32.000,00	10.039,66	30.000,00	5.900,89	17.000,00	1.764,00	12.000,00	1.752,91	3.000,00
Desconforme = de 0 a 50%	Merece atenção de 51 a 89%					Conforme planejado = de 91 a + 100			

Fonte: Siscenex – CENEX/CEPLAC

ii.d Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico:

“O solicitado neste item acima está descrito na análise elaborada referente ao conjunto dos POs, em relação aos objetivos contidos no Mapa Estratégico da CEPLC. Item 3.4.1.”

ii.e Principais desafios:

Não equacionamento das dívidas dos produtores rurais; b. Ampliar a capacidade de pagamento; c. Beneficiário do crédito rural não dispor de documentação legal (pessoal e do imóvel rural) exigida pelos agentes financeiros; d. Insuficiência de garantias reais; e. Variação



negativa dos preços dos produtos agropecuários; f. Redução dos custos dos itens financiados (mão de obra; insumos); g. Variações nas condições do clima; h. Doenças e pragas não previstas; i. Continuidade da baixa rentabilidade da cacauicultura.

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado

Considerando os diversos fatores adversos ao Crédito Rural, existente no contexto atual na área de atuação da CEPLAC/CENEX/BA, avaliamos que o resultado poderia ser melhor, pois a não existência de um programa específico para a cacauicultura, que atenda as suas peculiaridades, assim como a questão do endividamento dos produtores rurais, não totalmente resolvida, e a falta de um incentivo a regularização fundiária e ambiental para os imóveis rurais, dificulta ainda mais atingirmos as metas traçadas para no quadriênio (2012 a 2015).

iii.b- Ações para melhoria de desempenho

Equacionamento das dívidas dos produtores rurais; b. Atualização do Zoneamento Agrícola para o Risco Climático; c. Regularização fundiária e ambiental dos imóveis rurais permitindo utilizar como garantias reais; d. Desenvolver pesquisa para aumentar a produtividade da cacauicultura e reduzir os custos com mão de obra de algumas práticas agrícolas; e. Diminuir a exigência na relação empréstimo/garantia por parte dos agentes financeiros.

3.1.13 - Aperfeiçoar a comunicação com o público externo

Descrição: O objetivo de desenvolver canais de comunicação com o público externo de interesse, nos dois sentidos, para fora e para dentro, visa captar as reais necessidades dos clientes, incrementar e divulgar os programas e ações executados pela Ceplac.

ii. Análise

É imperiosa a necessidade de inovar e aperfeiçoar o serviço de comunicação externa, como forma de conhecer e monitorar as necessidades do produtor e aferir a percepção do público no tocante ao conceito, o nível de aceitação e a imprescindibilidade da organização para o desenvolvimento das regiões cacaueiras do Brasil. A Ceplac tem veiculado as suas ações e eventos através do site próprio e do Jornal do Cacau, e os artigos técnico-científicos, são publicados em livros, documentos avulsos e na Revista Agrotrópica.

As matérias jornalísticas são produzidas por uma pequena equipe de comunicação centralizada no Estado da Bahia, sob a insuficiente coordenação da Direção Geral em Brasília, que juntos respondem pelo suprimento de informações para o site institucional e os jornais.

Os artigos técnico-científicos produzidos por pesquisadores e extensionistas, que são direcionados para um público específico, têm a chancela do Conselho de Editoração.

Apesar do empenho e da iniciativa dos colaboradores, prescinde-se do de uma política de comunicação e do trabalho de profissionais da área para a melhoria da comunicação com o público externo.

ii.a - Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2015 em relação ao exercício de 2014.

Não se pode contabilizar avanços nessa área em razão da precária equipe de comunicação. As atividades podem ser resumidas às matérias técnicas veiculadas no site, ao número de artigos publicados e à presença da CEPLAC em seminários e congressos e outras iniciativas já



referidas no objetivo referente à melhoria da imagem.

ii.b - Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico e os avanços alcançados no exercício de 2015.

O planejamento estratégico indica a necessidade de elaboração de um plano de comunicação corporativo para a Ceplac, que possa integrar e veicular todas as ações e atividades das Superintendências e Gerências, incluindo a sede Brasília. Não se pode contabilizar avanços no exercício de 2015 porquanto há necessidade de conclusão do referido plano.

ii.c - Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.

Elaboração de indicadores para o ano de 2016.

ii.d - Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

“O solicitado neste item acima está descrito na análise elaborada referente ao conjunto dos POs, em relação aos objetivos contidos no Mapa Estratégico da CEPLC. Item 3.4.1.”

ii.e - Principais desafios para 2016.

Conclusão do Plano de Comunicação da Ceplac.

iii. Conclusão

iii.a - Avaliação do resultado

Reconhece-se como precária a comunicação da Ceplac com o público externo, apesar da dedicação e esforço dos colaboradores.

iii.b - Ações para melhoria de desempenho

Estabelecer uma Política de Comunicação Social que disponha sobre diretrizes, mecanismos de veiculação da informação, sistema centralizado de comunicação, padronização da informação e uniformização da linguagem, veiculação de assuntos de interesse estratégico e de matérias de ressonância nacional, dentre outros aspectos.

Implantar sistemas de vídeos conferências na DIRET, Superintendências e Gerências.

Adotar uma *Home Page* na Rede mundial de Internet – WEB – sistema hipertextual - www.ceplac.gov.br – para atender todas as instâncias da Ceplac.

Elaborar matérias direcionadas para rádio, TV, jornais, pequena e grande imprensa.

Criar no site da CEPLAC “pesquisa direcionada”. Criar um canal (link) de cada Unidade com pesquisa direcionada, para tirar dúvidas e reclamações.

3.1.14 Aprimorar processos de gestão

A) Análise

O aprimoramento dos processos de gestão e da governança corporativa não se concentra apenas em disciplinar as relações entre as diversas áreas de uma organização e o ambiente externo. A implementação das boas práticas de governança corporativa possibilita uma gestão profissionalizada e transparente, diminuindo a assimetria informacional, minorando problemas e procurando convergir os interesses de todas as áreas temáticas, para o rito da administração e criação de valor. O ajuste de processos organizacionais tem como foco os princípios de eficiência, eficácia, economicidade e efetividade, e buscam aperfeiçoar o fluxo



de informação e enfrentamento de desafios dentro e fora do órgão, para facilitar a tomada de decisão, em apoio ao alcance da estratégia.

B) Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2015 em relação ao exercício de 2014.

Implementado o plano estratégico procurou-se elaborar as iniciativas (projetos estratégicos) que davam suporte aos objetivos para o cumprimento da visão e missão da Ceplac. Buscou-se promover uma estrutura eficiente de mecanismos e processos (boas práticas) para a administração da instituição e maximizar a criação de valor da mesma. Assim, o Modelo de Gestão da estratégia a ser adotado pela Ceplac contemplou três fases: monitoramento das iniciativas estratégicas, monitoramento dos painéis de contribuição das UDs e monitoramento do BSC institucional.

Uma das mais importantes ações visando o fortalecimento dos controles internos administrativos foi a implantação de uma sistemática de autorizações para a execução de despesas de custeio e investimentos. A autorização prévia para a realização de despesas foi adotada como forma de manter controle dos atos praticados pelas unidades descentralizadas da CEPLAC. Inicialmente implantada em 2013, o sistema veio sendo reformulado visando garantir melhor capacidade de gestão da direção da CEPLAC. Em 2015, após a criação do Comitê Gestor do MAPA que interferiu diretamente no processo de gestão das unidades, a sistemática foi atualizada no mês de agosto com a edição da Portaria 220.

Paralelamente foi estabelecido um sistema provisório de informações sobre a gestão de contratos. Tal ação tornou-se necessária, tendo em vista que o sistema de controle informatizado de contratos do MAPA, a ser utilizado pela CEPLAC, teve atrasos no seu cronograma de implantação.

A utilização do sistema de controle de veículos automotores – SCVA foi incrementada com a contratação de sistema centralizado de gerenciamento do fornecimento de combustíveis, ação prevista desde 2013. O SCVA é um sistema proprietário do MAPA que permite o controle completo de todos os gastos com cada veículo automotor. O sistema serve de base para a formulação do plano anual de aquisição de veículos. Após um período de amadurecimento, onde o contrato em vigor revelou-se vantajoso para a Administração, iniciou-se um novo processo licitatório para a substituição do atual contrato, incluindo novas possibilidades de gestão e o fornecimento combustíveis de tipos não previstos nas licitações inicialmente realizadas. Para 2016, está estabelecida a meta de se licitar um sistema nacional de gestão de manutenção de veículos que se espera permitir um maior controle sobre os gastos com a frota.

A partir de 2013 a CEPLAC adotou como meta administrativa a centralização de contratos de aquisição de passagens e a implantação do Sistema de Controle de Diárias e Passagens. Em 2015, os contratos foram substituídos pela sistemática de utilização de cartões de crédito governamentais – proposta pelo Ministério do Planejamento – e aderiu a licitação MPOG para a contratação de empresas prestadora de serviços de viagens internacionais ou de serviços não cobertos pelas quatro principais empresas aéreas nacionais.

Um dos maiores obstáculos para a gestão da CEPLAC encontra-se no alto custo das comunicações entre os gestores, considerando a necessidade de deslocamentos entre as mais de cem instalações físicas onde a CEPLAC atua sendo que uma parte significativa delas nem mesmo dispõe de qualquer instalação telefônica. Em 2015 foi realizada uma licitação para a contratação de sistemas de telefonia móvel a ser disponibilizado aos gestores da CEPLAC. Tal contratação objetiva não apenas melhorar a qualidade das comunicações, mas, também,



reduzir seu custo, na medida em que as ligações entre o grupo da CEPLAC não terão custos além dos contratados. Foi adotado o critério de ressarcimento para a União nos casos em que qualquer gestor, sem justificativa aceita pela Direção, ultrapasse os limites mensais de uso dos telefones.

Em 2015 foi realizado um esforço no sentido de se atualizar e uniformizar os dados Patrimoniais, com a adoção do SISPATRI (sistema próprio da CEPLAC) em todas as unidades e sua equalização com o SIAFI. Foi incluído no sistema o ferramental de depreciação visando atender exigências legais e de controle. O sistema é limitado e deve ser substituído por outro mais moderno e adequado as atuais exigências de gestão dentro de um Plano Diretor de Tecnologia da Informação.

C) Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.

Foram escolhidos cinco resultados estratégicos para análise do desempenho do Plano de gestão da Ceplac. Naturalmente esses resultados estratégicos escolhidos estão contidos nos principais projetos estratégicos. Os resultados estratégicos foram derivados do alinhamento do PPA 2012-2015 e do Plano Estratégico em curso e explicita as entregas priorizadas pela estratégia organizacional. Os resultados escolhidos foram: CEPLAC.R1: produção de cacau aumentada e produtividade de cacau elevada. CEPLAC.R2: produção nacional do agroenergético dendê incrementada e produtividade nacional do agroenergético dendê elevada. CEPLAC.R3: Índice de conservação produtiva dos imóveis, áreas em sistemas agroflorestais (SAFs) ampliados e áreas em sistemas agrossilviculturais cacau-cabruca manejadas. CEPLAC.R4: processamento nacional de cacau aumentado, processamento de cacau em pequenas plantas industriais ampliado e toneladas de cacau certificado em processos diversos elevada CEPLAC.R5. Produtores atendidos, famílias assistidas e organizações associativas rurais. Todos esses indicadores já foram apresentados e interpretados nos seus respectivos projetos.

D) Conclusão

D1) Avaliação do resultado

Apesar de nem todos os orçamentos dos projetos terem sido incluídos nas ações da CEPLAC contidas no Plano Plurianual da União, houve um avanço nos indicadores escolhidos como resultados estratégicos do órgão.

A sistemática de controle de todas as despesas permitiu uma melhor gestão dos recursos orçamentários e financeiros que se revela na contínua redução dos valores despendidos pela Administração na manutenção das atividades das áreas meio e finalísticas da Ceplac

D2) Ações para melhoria de desempenho

Revisão dos objetivos estratégicos do Plano de gestão. Adequação dos projetos para dar suporte aos objetivos estratégicos dando-lhe o orçamento necessário para o seu desempenho.. Palestra no sentido de sensibilizar os gestores da organização quanto ao Plano de Gestão.

A associação dos dados de execução orçamentária dos gastos de funcionamento e de investimento às informações advindas do controle de aquisições e as da gestão de contratos implicará em melhoras definitivas na eficácia e eficiência administrativa, possibilitando ações de controle interno.

Executar licitação nacional para contratação de serviços de gestão de manutenção de veículos



e centralizar todos os contratos com os Correios.

3.1.15 - Implementar modelo institucional adequado

i. Descrição:

O projeto prevê a reformulação da competência institucional, a adequação da estrutura organizacional e o resgate da autonomia compatível com suas atribuições e responsabilidades. Em termos programáticos, incorporam-se novas ações imprescindíveis ao alcance pleno da nova missão institucional. No aspecto operacional, avança para valorizar as ações compartilhadas, através de parcerias com outros organismos governamentais e do terceiro setor, cujas competências sejam demandadas para a consecução dos objetivos estabelecidos. Propõe-se conferir à nova CEPLAC personalidade jurídica de autarquia, na forma de um Instituto, com capacidade de auto administração sob controle do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

ii. Análise

A implementação de um modelo institucional adequado implica resgatar a autonomia administrativa-financeira, reformular a competência institucional, adequar a estrutura organizacional, dentre outros, requisitos estes que passam pelo enquadramento da CEPLAC com personalidade jurídica de autarquia, na forma de um Instituto.

Discute-se há muito tempo a situação da CEPLAC e a defesa da autarquia, acalentada há anos, tem sido objeto de inúmeros estudos. Os valiosos trabalhos produzidos no âmbito da instituição ou resultado de parcerias com outras entidades, não foram, entretanto, suficientes para reunir o processo decisório e a vontade política, em razão da posição de Governo de não aprovar a criação de novos entes com esta natureza jurídica.

Prevalece então, até hoje, a sua condição como órgão singular do MAPA, embora deva ser enfatizado que essa condição, se por um lado contribuiu para a relativa estabilidade da CEPLAC, por outro lado, lhe impôs limitações de natureza estrutural, administrativa e financeira, em decorrência da perda de autonomia.

Entretanto, mesmo em meio às dificuldades das finanças públicas nacional, a contundente erosão dos orçamentos e a aguda carência de pessoal, a Diretoria tem buscado um modelo funcional valorizado pelo rumo, foco, metas factíveis e exequíveis, prioridades, fluidez na gestão de processos, eficácia decisória e, especialmente, eficiência nos gastos públicos.

Nesse sentido, foi elaborado um Plano de Gestão e Inovação - um choque de gestão - diante da conjuntura econômica do Brasil e da incorporação/adequação de novas ações em termos programáticos.

ii.a - Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2015 em relação ao exercício de 2014.

A CEPLAC iniciou, no terceiro trimestre do ano, a elaboração de um Plano de Gestão e Inovação visando a sua reestruturação interna – um choque de gestão - que contempla medidas que perpassam pela revisão de programas e ações, adequação do seu tamanho físico, ajustes na estrutura organizacional, gestão de bens patrimoniais, bem como adoção de procedimentos que visam a melhoria da eficiência dos gastos públicos.



ii.b - Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico e os avanços alcançados no exercício de 2015.

O Plano revelará seus resultados com maior evidência nos próximos exercícios.

ii.c - Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.

Os indicadores utilizados para aferir a adequação do modelo institucional estão implícitos no conjunto de indicadores utilizados para medir a eficácia dos objetivos estratégicos.

ii.d - Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

“O solicitado neste item acima está descrito na análise elaborada referente ao conjunto dos POs, em relação aos objetivos contidos no Mapa Estratégico da CEPLAC. Item 3.4.1.”

ii.e - Principais desafios para 2016.

Diante das inevitáveis dificuldades de implantar modelo institucional adequado, através da institucionalização como autarquia, é necessário que a CEPLAC possa ter acesso a um conjunto de atributos e condições, de forma a fortalecer o seu papel de órgão articulador e promotor do desenvolvimento, especialmente quanto a:

1. autonomia financeira e administrativa;
2. competências claramente definidas, preservando sua identidade jurídico-institucional;
3. quadro próprio, composto de pessoal altamente profissionalizado e apto a desempenhar as competências definidas;
4. estrutura organizacional enxuta e recursos orçamentários e infra-estrutura compatível com suas atribuições.

iii. Conclusão

iii.a - Avaliação do resultado

Não foi cumprida a meta referente ao objetivo estratégico.

iii.b - Ações para melhoria de desempenho

É desejável aprofundar as análises e estudos da conveniência de ampliar a sua autonomia, mesmo na condição de órgão da Administração Direta, sob os auspícios do Art. 37, parágrafo 8º, introduzido pela EC 19/1998, dispondo que a *autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade.*

3.1.16 - Articular a execução de políticas públicas e parcerias complementares à ação da Ceplac

Descrição: Otimizar as ações transversais de governos, no âmbito Federal, Estadual, Municipal e entidades afins, visando a indução, formulação e promoção de políticas públicas junto ao MAPA e outros Ministérios, voltadas a fortalecer, projetar e dar maior visibilidade às ações diretas da Ceplac, bem como de entidades afins da iniciativa privada, que contemplem as especificidades do ambiente institucional e organizacional das regiões produtoras de cacau do Brasil.

ii. Análise

Conciliando interesses de caráter bilateral e multiinstitucional, a CEPLAC tem avançado na



valorização de ações compartilhadas, através de parcerias com outros organismos governamentais e do terceiro setor, estimulando a transversalidade de ações, atividades e programas (reconhecidos na estrutura do Plano Plurianual) com as Secretarias do MAPA e órgãos descentralizados na execução de Políticas Públicas (Defesa Sanitária Vegetal, rede LANAGRO, Apoio ao Fortalecimento do Cooperativismo, Crédito Rural, PAA, PNAE, PGPM, Agricultura de Baixa Emissão de Carbono) e com outros Ministérios (MMA, MDA, MCT, MRE) na execução do PRONAF, Crédito Fundiário, Regularização Ambiental – Cefir/Car e Habitação Rural.

A reconhecida credibilidade técnica-científica tem lhe permitido prestar suporte técnico a projetos de cooperação do MRE/ABC e estabelecer parcerias no âmbito nacional (EMBRAPA, CNPq, ITAL, Universidades Federais e Estaduais, INCAPER) e internacional (USDA, CIRAD, Corpoica, ICT, Catie, INIAP), Governos Estaduais e Municipais, Entidades de Produtores (Federações, Sindicatos, Cooperativas) e empresas privadas.

Em outro flanco, se firma cada vez mais como Unidade Avançada de Apoio às Prefeituras Municipais, em termos de planejamento e execução de planos de desenvolvimento local e territorial, orientando e promovendo treinamento de servidores na execução de políticas públicas, com o objetivo de minimizar as dificuldades do distanciamento e suprir as carências desses entes sub-nacionais, visando um novo padrão de desenvolvimento das regiões onde atua.

A realização de audiências públicas tem sido também importante aliado para a CEPLAC, não só para expor o seu papel para o desenvolvimento rural integrado e sustentável de territórios rurais e especialmente a atração de Emendas Parlamentares. Esta iniciativa tem se configurado, inegavelmente, numa estratégia gerencial interessante para o soerguimento da cadeia produtiva do cacau nas principais zonas produtoras, tendo-se como "pano de fundo" a melhoria das condições de vida dos agricultores.

Destaca-se como os principais parceiros da CEPLAC, no âmbito privado, a TNC (THE NATURE CONSERVANCY), CARGILL (Fornecedora internacional de produtos e serviços nos setores agrícola e alimentício), CAPPRU (Cooperativa Alternativa de Pequenos Produtores Rurais e Urbanos de São Félix do Xingu), ADAFAX (Associação para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar do Alto Xingu), NORTE ENERGIA (Empresa responsável pela construção da UHE de Belo Monte), CNEC (Empresa de Consultoria do Projeto de construção da UHE Belo Monte), M & MARS, Barry Callebaut, Instituto Biofábrica e a COOFASULBA.

Na integração com as universidades merece referência a integração com a Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC, na Bahia, que tem como principal objetivo o apoio aos cursos de pós-graduação nas áreas de Ciências Agrárias e Ambientais. O resultado se expressa no elevado número de teses ou dissertações conduzidas no âmbito dos laboratórios e campos experimentais da CEPLAC/Bahia, sob a orientação ou co-orientação de pesquisadores da CEPLAC, sobre temas de interesse para a cadeia produtiva do cacau e outros cultivos. Essa integração contribui para o treinamento e capacitação de novos pesquisadores e traz como contrapartida a atenuação da aguda deficiência de pessoal da Ceplac.

Com a recém-criada Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), a Ceplac tem acordo de cooperação em andamento onde se ressalta além da cessão de áreas para implantação de campi, a participação colaborativa da CEPLAC em cursos de pós-graduação, pesquisas conjuntas e na instalação do Parque Tecnológico, na sede da Superintendência da Ceplac em Ilhéus, BA (SUEBA).



ii.a - Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2015 em relação ao exercício de 2014.

A criação do Parque Científico e Tecnológico do Sul da Bahia - PCTSB está sendo uma iniciativa do Comitê de Instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação constituído para esse fim por representantes da CEPLAC, UFSB, UESC, IFBA e IF-Baiano elaborado, como já mencionado, a partir da proposta pioneira da CEPLAC defendida em seminário aberto, na sede desta organização em 9 e 10 de abril de 2014. Atualmente já foi elaborado e aprovado o estatuto do parque tecnológico, já dispõe de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ e o Conselho de Administração está composto pela Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC, Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB, Secretaria de Ciência e Tecnologia – SECTI, Universidade Estadual Santa Cruz – UESC, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia - IFBahia e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – IFBaiano, Associação dos Municípios da Bahia – AMURC, Associação Cacau Sul Bahia, Instituto Arapiaú, Associação Baiana de Empresas de Base Florestal e o Sindicato de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos, Computadores, Informática e Similares de Ilhéus e Itabuna – SINEC.

A CEPLAC já disponibilizou 50 hectares para a instalação do Parque Tecnológico.

ii.b - Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico e os avanços alcançados no exercício de 2015.

O projeto Renorbio/Renorbruxa envolve a execução de diversas metas físicas: Desenvolvimento de variedades de cacau com adequada resistência a vassoura-de-bruxa e boas características gerais; Identificação, isolamento, mapeamento e elaboração de marcadores de genes de resistência a vassoura-de-bruxa e monitoramento da evolução do fitopatógeno; Silenciamento gênico e controle do fitopatógeno *Moniliophthora perniciosa* por RNAi; Indução de resistência a vassoura-de-bruxa do cacauzeiro por meio de elicitores químicos e Controle de *M. perniciosa* por meio fragmentos protéicos de *T. cacao*.

O Comitê de Avaliação constituído pelas organizações reconhecem que os indicadores de execução alcançaram 91,4 %, no quinto ano de execução do projeto.

A CEPLAC mantém em vigência cerca de 30 acordos de cooperação, em sua maioria relacionada à pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica.

Sob a orientação de pesquisadores da Ceplac, foram atendidos 16 estudantes de mestrados, 12 de doutorado e 3 de pós-doutorado, totalizando 31 estudantes, nas áreas de biologia molecular, genômica, fitopatologia, solos e meio ambiente.

A CEPLAC tem ampliado sua participação direta nos programas de iniciação científica, envolvendo estudantes da UESC e de outras Instituições de Ensino, e conta hoje com 35 bolsistas do CNPq e FAPESB que exercem atividades nos laboratórios e campos experimentais. Também recebe considerável número de estudantes para estágios curriculares de diversas universidades no âmbito regional e nacional.



ii.c - Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.

Instituir indicadores para o relatório gestor de 2016.

ii.d - Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

“O solicitado neste item acima está descrito na análise elaborada referente ao conjunto dos POs, em relação aos objetivos contidos no Mapa Estratégico da CEPLC. Item 3.4.1.”

ii.e - Principais desafios para 2016.

A reconhecida expertise, a credibilidade institucional, a capilaridade organizacional e a transversalidade de suas ações nos segmentos produtivo e agroindustrial, colocam a CEPLAC numa condição privilegiada para a captação de outras fontes de recursos (doações, auxílios e subvenções de entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, parcerias, convênios de cooperação técnica-financeira), reduzindo a dependência dos recursos do Tesouro.

A despeito disso, não há um núcleo estruturado para identificar, estimular e gerir essas parcerias, ficando a articulação e a condução das negociações sob a responsabilidade de Unidades Locais e por vezes de pesquisadores. É desejável que se estruture um Núcleo com a finalidade precípua de ordenar e organizar essas demandas.

iii. Conclusão

iii.a - Avaliação do resultado

Os resultados, embora considerados razoáveis frente às atuais condições de pessoal da Ceplac, estão muito aquém do potencial de articulação e de captação de recursos. Necessário profissionalizar e instrumentalizar a cadeia de articulações.

iii.b - Ações para melhoria de desempenho

Desenvolver um plano de gestão do conhecimento na Ceplac;

Ampliar e intensificar a capacidade de captação de recursos externos

Consolidar o Parque Tecnológico do Sul da Bahia

Estruturar uma Unidade de Captação de Recursos

3.2- Informações sobre a gestão

3.2.1 - Promover a readequação do quadro funcional

Descrição:

O objetivo de renovação e readequação do quadro funcional nos diversos níveis de conhecimento técnico da CEPLAC que está sem concurso desde 1988 visa em caráter de urgência e no curtíssimo e médio prazo, a realização de concurso público e promoção da integração dos novos servidores com os atuais e, conseqüentemente, preservar, assegurar e manter a transferência do conhecimento acumulado, há mais de meio século, sobre a economia do cacau no Brasil.

ii. Análise

A intensa, progressiva e inevitável redução na força de trabalho da CEPLAC tem restringido a sua capacidade de responder aos produtores rurais e aos apelos das regiões cacaueiras do Brasil e essa erosão do quadro de servidores não tem sido acompanhada pela devida reposição



de pessoal, via concurso público.

Fortalecer o seu aparato humano significa ampliar os esforços com a pesquisa, o fomento e a assistência técnica da produção agrossilvipastoril, contribuindo para a geração de emprego e renda e a segurança alimentar. Acresça-se a isso o fato de que a CEPLAC, devidamente estruturada, pode atenuar a carência da maioria dos municípios das regiões por onde atua, em termos de elaboração de planos de desenvolvimento local e territorial, a partir da sua expertise e qualificação técnica.

A perda da força de trabalho é um dos graves problemas enfrentados pela CEPLAC e implica reduzir o potencial de resposta aos requerimentos das regiões cacaueiras do Brasil. O último concurso para admissão de servidores foi realizado em 1987, contemplando apenas 233 servidores.

Desde então, não se faz reposição de pessoal e isso vem provocando sequelas irreparáveis nas suas atividades, em razão da existência, atualmente, de apenas **1.764 servidores ativos**, em contraste com os 4.383 em exercício no período de 1980 a 1985. Desse total, 221 estão enquadrados no nível superior, categoria esta que responde pelas atividades finalísticas da organização, 1033 no nível intermediário e 515 no nível auxiliar.

A absurda erosão da força de trabalho - reduzida a menos da metade - é o reflexo de aposentadorias, desligamento espontâneo e adesão aos planos oficiais de demissão voluntária. Esse problema atinge níveis preocupantes porque 65 % dos 1.764 servidores ativos, ou seja, **1.149 servidores encontram-se em abono permanência**, prontos para a aposentadoria, sendo que 62,99% correspondem ao nível superior e são eles da atividade finalística e respondem pela pesquisa e a assistência técnica aos produtores rurais, principais eixos de atuação da CEPLAC. A perspectiva de aposentadoria implicará reduzir substancialmente os programas e os projetos de interesse estratégicos e as sequelas às atividades de assistência técnica e geração de tecnologias já se mostram irreparáveis.

ii.a - Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2015 em relação ao exercício de 2014.

Não se registrou nenhum avanço nesse objetivo, em razão das limitações impostas pelo Governo Federal. Várias foram as tentativas de resolução desse problema que se arrasta há anos.

ii.b - Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico e os avanços alcançados no exercício de 2015.

Não pode se contabilizar nenhum resultado em relação à situação antes diagnosticada, apesar do intenso esforço da Diretoria da CEPLAC junto às instâncias do Governo, para obter a autorização para concurso público. Embora preocupante, essa condição decorre da atual situação do País que desaconselha novas contratações até que sejam restabelecidos os indicadores de uma economia estável.

ii.c - Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.

1. Curva decrescente de pessoal

A CEPLAC tem a missão de ser reconhecida pela excelência no desenvolvimento de modelos competitivos e sustentáveis de produção para a agricultura tropical perene nas regiões cacaueiras nos Estados da Bahia,



Pará, Rondônia, Espírito Santo, Amazonas e Mato Grosso, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida através do trabalho, emprego e renda. Entretanto, o crescente esvaziamento dos seus quadros conspira contra a nobre missão e por extensão o pacto estabelecido no seu **Plano Estratégico**, com uma perspectiva temporal de 10 anos (2016 a 2026).

2. Demandas de pessoal

Essa cuidadosa tarefa de ajustar-se e alinhar-se aos novos paradigmas tem sido acompanhada também de exercícios de redimensionamento do tamanho da sua força de trabalho. Considerando que nos próximos a CEPLAC o esvaziamento de intensificará, é justa a reposição dessas perdas, na proporção das sucessivas e inevitáveis aposentadorias, considerando ainda que a contratação de pessoal inclui-se entre as medidas de fortalecimento institucional da CEPLAC, bem defendida pelo Plano Estratégico.

A CEPLAC, protagonista do desenvolvimento sustentável das regiões cacaueiras do Brasil, precisa responder à sociedade com projetos, ações e práticas consagradas em Planos de Desenvolvimento e Recuperação de Lavouras, direcionando os seus esforços para a geração e difusão de tecnologias que visem incrementar a produção e produtividade do cacaueteiro, estimular a indispensável diversificação agropecuária como forma de atenuar a excessiva dependência à monocultura do cacau, animar a porção social de uma agricultura sustentável, resgatar os níveis de empregabilidade nas regiões produtoras e valorizar as questões ambientais.

As reivindicações encaminhadas ao Governo Federal indicam a necessidade de contratação de 514 servidores que, se materializada, oferecerão as condições para cumprir com os compromissos e obrigações com as regiões cacaueiras do Brasil.

ii.d - Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

“O solicitado neste item acima está descrito na análise elaborada referente ao conjunto dos POs, em relação aos objetivos contidos no Mapa Estratégico da CEPLAC. Item 3.4.1.”

ii.e - Principais desafios para 2016.

Embora remoto, o principal desafio é obter do Governo a autorização para realização de concurso público.

iii. Conclusão

iii.a - Avaliação do resultado

Depreende-se que, a permanecer a atual situação de esvaziamento do quadro funcional da CEPLAC, poder-se-á experimentar sérios danos aos projetos de pesquisa estratégicos para a cacauicultura, a exemplo do melhoramento de plantas e desenvolvimento de variedades com atributos de qualidade, produtividade e resistência a doenças, enfraquecimento dos serviços de assistência técnica aos produtores, falta de compromissos assumidos no Plano Plurianual e desmobilização da estratégia de execução de políticas públicas de interesse do Governo Federal.

iii.b - Ações para melhoria de desempenho

A despeito das crescentes demandas das regiões cacaueiras do Brasil e das políticas públicas do Governo Federal que terminam por colocar a CEPLAC no epicentro da execução dos programas governamentais, a redução da



força de trabalho vem ampliando as desigualdades e as dificuldades operacionais.

A CEPLAC reage a essa situação com a reavaliação de atividades essenciais e programas de grande vulto, adequando ações e projetos e adotando medidas de racionalização, à luz dos limites impostos, sem perder de vista a eficiência técnica e administrativa. Em contraponto, os prejuízos são visíveis e a violenta supressão da força de trabalho é o prenúncio de danos que ganham contornos de irreversibilidade com a redução da assistência técnica dispensada aos produtores rurais e a desaceleração do ritmo de desenvolvimento das pesquisas.

Para atenuar o problema, a CEPLAC vem intensificando as parcerias com as Prefeituras Municipais no sentido de disponibilização de pessoal e/ou capacitação dos seus próprios servidores para desenvolvimento das atividades locais de assistência técnica e extensão rural.

A contratação de empregados terceirizados, mesmo que em caráter provisório, mereceu maior atenção.

Avalia-se também a possibilidade de remoção de servidores para Unidades com vistas a atender demandas de serviços essenciais.

Incentiva-se o Programa de Inclusão de Bolsistas e Estagiários nos programas de pesquisa.

Estimula-se também a parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e a ENAGRO (Escola Nacional de Agricultura) para capacitação de seus próprios servidores em áreas estratégicas e deficitárias.

3.2.2 Desenvolver e reter competências

A) Análise

Promover a adequação e renovação do quadro funcional nos diversos níveis de conhecimento técnico, de forma a preservar, assegurar e manter a transferência do conhecimento acumulado há mais de meio século, sobre a economia do cacau no Brasil.

Na avaliação do programa do Centro de Pesquisas do Cacau foi realizada uma apresentação com o título “A gestão do conhecimento para a Ceplac”. Mas, não teve um prosseguimento seja por sensibilização da gestão ou por falta de recursos para desenvolvimento de um software que envolvesse toda a gestão do conhecimento da Ceplac.

B) Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2015 em relação ao exercício de 2014.

Apesar deste objetivo estar no planejamento estratégico o programa de capacitação de pesquisadores, extensionistas e administradores não teve um desdobramento em cursos de especialização, mestrado ou doutorado. Também, a não ser por iniciativa pessoal por alguns servidores a gestão do conhecimento nunca teve um programa específico para o compartilhamento das informações.

Nos últimos exercícios, os esforços da CEPLAC no sentido de promover o desenvolvimento de pessoas, mesmo aqueles efetuados com recursos próprios, ateu-se a orientação, acompanhamento e homologação da Secretaria Executiva, através da Coordenação Geral de Desenvolvimento de Pessoas do Departamento de Gestão Interna do MAPA.

C) Conclusão

C1) Avaliação do resultado

Falta de contratação de pesquisadores e extensionistas com mestrado e doutorado;



Paralisação dos programas de capacitação para especialização, mestrado e doutorado;
Os esforços para a realização da gestão do conhecimento ficam por conta de iniciativas de servidores da Ceplac, em função da centralização da gestão no MAPA e pouca oferta de vagas para servidores da Ceplac.

C2) Ações para melhoria de desempenho

Promover programa de capacitação envolvendo especialização, mestrado e doutorado;
Concluir os softwares: Sissueba e Sisdiret

Elaborar e implantar programa de gestão do conhecimento para a Ceplac.

3.2.3 Garantir Ambiente Organizacional Adequado

A) Análise

Um ambiente organizacional adequado, além de requerer estrutura compatível com as mudanças e demandas inerentes ao aperfeiçoamento dos processos de gestão alinhados com a estratégia, requer no plano da administração de pessoas, atributos relativos à motivação, transversalidade comunicação interna, além de desenvolvimento intenso dos processos de endomarketing.

B) Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2015 em relação ao exercício de 2014.

No que tange as atividades planejadas e executadas nos anos de 2012, 2013, 2014 e 2015 quanto as propostas de desenvolvimento de pessoas objetivou-se ações de promoção e qualidade de vida, que incentivasse o servidor a cuidar de sua saúde física e psicológica. Realizaram-se também ações com o objetivo de integrar a instituição e comunidade, realizando eventos de instituições externas, com diversos segmentos da sociedade, visando acolher e interagir com a comunidade regional.

As atividades de desenvolvimento de pessoas, realizadas no período de 2012, 2013, 2014 e 2015 tiveram como meta os objetivos propostos no planejamento estratégico 2012/2015.

Durante o período de 2012, época da elaboração do planejamento, todas as ações estavam sendo realizadas de acordo com o planejamento já existente na instituição Ceplac. A partir de 2013, com o planejamento estratégico já implantado, todas as ações tiveram como base os programas definidos no citado planejamento. O período de 2014 e 2015 foram realkizadas ações voltadas para o planejamento, no qual envolvia toda a instituição, fazendo uma interação entre os Centros (Extensão, Pesquisa e Administração).

No ano de 2012, as ações de desenvolvimento de pessoas, foram focadas em eventos com a participação de instituições externas e promoção de saúde com acompanhamento psicológico dos servidores e seus dependentes. Diferente da educação continuada, que não tivemos eventos realizados no mesmo período, o diferencial se deve, ao fato de que os eventos e ações desenvolvidas não necessitem de recursos, acontece com a participação dos colaboradores (agentes administrativos, educadores, psicóloga e analista de sistema). As ações fazem parte do planejamento estratégico (2012/2015).

Em 2015, foram realizados cursos dentro do Programa de Valorização do Servidor da Ceplac, no eixo temático: Motivação, como eventos de qualidade de vida/holísticos (como acompanhamento psicológico, atividade laboral, caminhada ecológica, cursos informativos; ações de responsabilidade social (educação e saúde); dias alusivos (dia da mulher, dia das mães, dos pais dentre outras) e evento de integração com a comunidade.



Capacitações externas foram realizadas em gestão de pessoas , assim como avaliação de desempenho, com a participação de servidores da Ceplac.

C) Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.

O percentual utilizado como parâmetro dos eventos (internos) foi 10 % do número de servidores na ativa (1500 servidores). O quantitativo do número de servidores para participar em eventos externos foi baseado no referencial do planejamento estratégico 2012/2015. O número de servidores participando de eventos externos é baixo por não termos recursos para pagar diárias e inscrições em eventos fora da Ceplac. A diminuição no indicador acompanhamento ao servidor decorre de termos poucos eventos de educação em saúde e poucas demandas tanto espontâneas, quanto programadas e encaminhadas para acompanhamento. O número de participantes de integração com a comunidade varia de acordo com as demandas de solicitações externas da comunidade.

D) Conclusão

D1) Avaliação do resultado

Quanto ao 1º Indicador pode-se verificar que houve aumento crescente das participações dos servidores na ativa, o que não significa que seja o ideal, portanto um de nossos desafios para o próximo ano (2016) será aumentar a participação e ofertas de eventos/cursos,

Quanto ao 2º Indicador precisamos de mais parcerias e/ou recursos para aumentar as ações que envolvam educação em saúde (para enfatizar as ações que envolvam qualidade de vida)

Quanto ao 3º Indicador necessitamos de apoio do MAPA para termos mais vagas em cursos ofertados pelo PAEC, e que sejamos informados em tempo hábil, para que possamos encaminhar pedidos para preenchimento de vagas em cursos na ENAP, ENAGRO ou Congressos, Encontros, Simpósios, etc.,

Quanto ao 4º Indicador, devemos ter mais espaço físico para aumentar a oferta de salas onde possamos fazer a integração comunidade/instituição CEPLAC, pois é uma forma de fortalecer o marketing institucional.

D2) Ações para melhoria de desempenho

Melhoria da infraestrutura para treinamento

Aumento de parceria CEPLAC e outros segmentos da sociedade sejam instituições educacionais, associações ou cooperativas, principalmente com a ENAP e a ENAGRO.

3.2.4 Garantir Recursos orçamentários para execução da estratégia

A) Análise

Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2015 em relação ao exercício de 2014.

O orçamento público é um instrumento de planejamento governamental em que constam as despesas da administração pública para um ano, em equilíbrio com a arrecadação das receitas previstas. É o documento onde o governo reúne todas as receitas arrecadadas e programa o que de fato vai ser feito com esses recursos. É onde foram alocados os recursos destinados à Ceplac. É no orçamento onde estão previstos todos os recursos arrecadados e onde esses recursos serão destinados.

Os resultados da execução física e financeira do exercício, conforme Ações e POs na tabela acima representam esforços de gestão orçamentária e de compartilhamento na execução do conjunto dos objetivos estratégicos, na medida em que não há dotação orçamentária específica



para o Plano de Gestão Estratégica e sim para a estrutura programática do PPA, na LOA. Na Ação 20ZY – Desenvolvimento das regiões produtoras de cacau, os POs 001, 002 e 004, financiam os macroprocessos finalísticos de PD&I e ATER, contemplando o conjunto de objetivos estratégicos finalísticos situados na perspectiva da sociedade, do público alvo e dos processos internos, em particular nos eixos de desenvolvimento rural e inovações tecnológicas, mapa estratégico, abaixo. O PO 003, da mesma ação é específico para os processos de gestão, financiando de forma compartilhada todos os objetivos voltados para a área meio, especialmente os situados na perspectiva de aprendizado e crescimento, conforme mapa. Na Ação 20ZS – Desenvolvimento da agroenergia, o PO 005 tem uma especificidade para as iniciativas de agroenergia mais compartilha a execução de objetivos focados no fortalecimento da agricultura familiar, agregação de valor e desenvolvimento territorial. O PO 003 da Ação 20ZW – Promoção da defesa agropecuária financia atividades focadas no controle da doença vassoura de bruxa e compartilhamento com os objetivos de Excelência em PD&I e ATER, dentro do eixo de inovações tecnológicas. Na atual estrutura de gestão, não foi possível o financiamento destacado por iniciativa – projeto, dificultando a mensuração de gastos por objetivo estratégico. Neste relatório gestor foi utilizada às ações e POs já descritas neste âmbito conforme metodologia utilizada no Plano Pluri Anual 2012 – 2015.

A partir do próximo ano estará em vigor o Plano Plurianual 2016 – 2019. Para cumprir os 21 objetivos estratégicos do Mapa Estratégico contidos no Plano de Gestão o governo federal através do Ministério da Agricultura, Pecuárias e Abastecimento destacou dois programas dentro do novo Plano Pluri Anual: o Programa 2042 – Pesquisa e Inovação para a Agropecuária e o Programa 2028 – Defesa Agropecuária. Dentro do programa Pesquisa e Inovação para a Agropecuária está contida a ação 20ZY– Desenvolvimento das Regiões produtoras de Cacau onde estão seis planos orçamentários - PO: 0001 – Reforma e adequação dos centros de pesquisa e extensão e das unidades de apoio administrativo da Ceplac; 0002 – Difusão e transferências de tecnologias para a sustentabilidade dos cultivos perenes das regiões produtoras de cacau; 0003 – Sistematização e gerenciamento do desenvolvimento das regiões produtoras de cacau; 0004 – Geração e Adaptação de Tecnologias para a sustentabilidade dos cultivos perenes das regiões produtoras de cacau; 0005 – Aquisição, Suporte e desenvolvimento de soluções de tecnologia da informação – TI e 007 – Execução de serviços de assistência técnica e extensão rural - ATER e PD&I para a sustentabilidade da palmácea. Já dentro do Programa 2028 – Defesa Agropecuária está contida uma ação 214W – Implementação da Defesa Agropecuária onde contém apenas um Plano Orçamentário – PO - 000E – Controle da Vassoura de Bruxa.

O orçamento da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC vem encolhendo a cada ano. Isto tem provocado descontinuidade nas pesquisas realizadas pelo Centros de Pesquisas do Cacau de grande relevância para a lavoura cacaueira, assim como, na transferência do conhecimento realizados pelo Centros de Extensão. No ano de 2011 o orçamento da instituição foi de R\$ 25.418.595,00, já no ano de 2016 o governo acena no seu orçamento federal com somente 18.229.752,00, uma redução de 28,28%. Mais preocupante ainda se verificarmos que o recurso liquidado frente o orçado na LOA foi em 2011 63,76% e em 2015 somente 57,58%, em decorrência da imposição de limites de movimentação e empenho.

Comportamento do orçamento da CEPLAC no período de 2008 e 2016.



Ano	CEPLAC		
	LOA	Liquidado	Liquidado/LOA
2.008	18.667.419,00	18.396.393,59	98,55
2.009	23.681.150,00	18.048.156,79	76,21
2.010	24.241.185,00	18.350.875,57	75,70
2.011	25.418.595,00	16.206.090,77	63,76
2.012	25.193.530,00	18.642.196,86	74,00
2.013	22.605.000,00	12.230.420,42	54,10
2.014	25.237.434,00	16.515.811,85	65,44
2.015	27.658.508,00	15.925.269,44	57,58
2.016	18.229.752,00		

PO/PI 2015	Orçamento Ceplac/LOA	Disponibilizado	%	Empenhadas	%	Liquidadas	%
20ZY/PO 001/Racpec	2.000.000	-	-	-	-	-	-
20ZY/PO 002/Difutec	6.950.843	3.847.672	55	3.844.590	99,9	2.847.622	74
20ZY/PO 003/Cooracacau	9.722.390	8.275.963	85	8.152.023	98,5	7.598.228	95
20ZY/PO 004/Geracacau	5.831.582	4.424.410	76	4.388.437	99,4	3.620.923	83
20ZS/PO 005/Desenagro	770.045	104.756	14	104.756	100,0	93.545	89
20ZW/PO 003/Vassoura	2.383.648	2.101.172	88	2.099.599	99,9	1.764.951	84
	27.658.508	18.753.973	67	18.589.405	99,2	15.925.269	86

A CEPLAC demonstra uma boa capacidade de execução dos recursos disponibilizados. As diferenças observadas entre os valores liquidados e empenhados devem-se à repetida prática da Administração em liberar grande percentual de recursos nos últimos dias do exercício.

B) Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.

Analisando-se o orçamento da Ceplac no período referente ao PPA 2012–2015 verifica-se que o orçamento contido na Lei Orçamentária Anual – LOA teve um crescimento de 9,78%, porém se analisarmos com relação ao orçamento disponibilizado para a Ceplac, verificamos que houve um decréscimo de -14,58%. Os percentuais do orçamento disponibilizados em relação a LOA perfazem 74%, 54,55%, 65,44% e 57,58%, nos anos de 2012, 2013, 2014, e 2015, respectivamente.

D) Conclusão

D1) Avaliação do resultado

Analisando os recursos orçados na Lei Orçamentaria Anual para as ações da Ceplac, verifica-se que o disponibilizado vem se reduzindo a cada ano, chegando em 2015 a ser disponibilizados somente 57,58%. Apesar disso, através dos esforços dos seus técnicos e das parcerias realizadas pela Ceplac tem-se conseguido cumprir com os objetivos estratégicos.

D2) Ações para melhoria de desempenho

Alocar recursos no Plano Plurianual para a Ceplac de acordo com os objetivos estratégicos contidos no Mapa Estratégico do Plano de Gestão, facilitando a implementação dos projetos



que dão sustentação ao referido objetivo e avaliação de desempenho.

Disponibilizar recursos necessários para o cumprimento dos projetos de pesquisa, extensão e de infraestrutura contidos nos objetivos estratégicos.

Não contingenciar o orçamento da Ceplac.

3.2.5 Garantir Sistemas de Informação adequados à execução da estratégia

Descrição geral	
Garantir sistemas de informação adequados à execução da estratégia. Incrementar o desenvolvimento de sistemas de TI, alinhados à gestão da estratégia e às necessidades dos processos críticos nos níveis estratégico, tático e operacional.	
Responsável:	Antônio Siqueira Assreuy

A) Análise

Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando evolução do estágio do objetivo estratégico ocorrida desde a implementação do plano estratégico.

Projeto: Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI.

No Projeto Ba-41 do Planejamento estratégico da CEPLAC, enfatizou-se a necessidade de se elaborar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação - PDTI/CEPLAC. No referido projeto fez-se as devidas justificativas e a necessidade de contratação de uma consultoria especializada para a execução de um diagnóstico da situação atual da gestão de TI e a elaboração do PDTI/ CEPLAC. Através deste trabalho será possível propor um planejamento das ações a serem desenvolvidas. O trabalho deverá ser desenvolvido em função da nossa realidade e do conhecimento da arte atual da Tecnologia da Informação (TI), orientados aos objetivos do planejamento estratégico da CEPLAC, definindo as ações baseadas nas disciplinas do COBIT/ITIL.

No que diz respeito aos aspectos internos da função TI, foram desenvolvidas ações no que diz respeito a infraestrutura, ao desenvolvimento e manutenção de sistemas/aplicações e no atendimento e suporte aos usuários, como se segue:

Infraestrutura: melhoria do parque de TI com a instalação de computadores e periféricos; manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos de TI; ampliação da rede de computadores com a instalação de redes cabeadas e sem fio; manutenção com ampliação das contas de e-mails para os usuários da CEPLAC; manutenção com atualização nos procedimentos de segurança das informações nos computadores servidores da rede, como backup, firewall e antivírus;

Desenvolvimento e manutenção de sistemas/aplicações (rede local e rede web): manutenção da página web da CEPLAC com atualização constante das informações;

Manutenção/atualização dos sistemas/aplicações existentes; desenvolvimento de sistemas/aplicações;

Atendimento e suporte aos usuários: orientação para a melhor utilização dos recursos de TI; disponibilização dos recursos de TI; treinamentos específicos aos usuários; apoio a apresentações em eventos na CEPLAC.



B) Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2015 em relação ao exercício de 2014.

Com a elaboração do Projeto Ba-41 e apresentado no Planejamento Estratégico da CEPLAC a visibilidade proporcionou uma discussão ampla sobre a necessidade de contratação de consultoria para elaboração do diagnóstico da situação atual da CEPLAC com uma proposta de melhoria e ampliação da área de atuação de TI na CEPLAC. Elaborou-se um termo de referência para a referida contratação. Ainda em 2014 foi feito o edital para o pregão que foi cancelado em função de divergências entre o edital e o termo de referência. Um novo pregão será feito em 2015.

Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa, com destaque para as superintendências e gerências estaduais.

C) Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.

ANÁLISE DE INDICADORES	2012		2013		2014		2015		META
	PR	RE	PR	RE	PR	RE	PR	RE	
Sist. e/ou aplicações (WEB)	5	10	10	6	10	10	10	6	10
Sist. e/ou aplicações (Fora WEB)	2	2	2	1	2	3	2	2	2
Atendimento (fale conosco)	5.000	7.706	6.000	8.630	7.000	8.014	8.000	8.150	8.000
Acesso à página da Ceplac	300.000	564.688	400.000	559.184	500.000	518.859	600.000	558.793	600.000
PR = Programado RE = Realizado									

Análise dos principais indicadores:

De acordo com o Projeto Ba-41, no que diz respeito a melhoria do parque de TI, foram instalados 217 novos computadores e ainda 58 novas impressoras/scanners, adquiridos no exercício anterior.

Na tabela de sistemas e/ou aplicações desenvolvidas e implantadas, observou-se que em 2014, houve em ambiente web um acréscimo de 66% e um acréscimo de 200% em fora ambiente web.

De acordo com o Projeto Ba-41, no que diz respeito a sistemas e/ou aplicações desenvolvidas e implantadas, desenvolveu-se/implantou-se 05 (cinco) sistemas e/ou aplicações em ambiente web. Desenvolveu-se/implantou-se 04 (quatro) sistemas e/ou aplicações em fora ambiente web.

Na tabela suporte/atendimento aos usuários, observou-se que em 2014, houve um decréscimo de 7,3% na quantidade de atendimento e de um decréscimo de 7,2% no acesso a página CEPLAC.

De acordo com o Projeto Ba-41, no que diz respeito a suporte/atendimento aos usuários, houve um decréscimo de atendimento em função da redução da mão de obra para atendimento aos usuários de TI, bem como a instalação de novos equipamentos de TI, proporcionou-se assim menor manutenção nos equipamentos.

Quanto ao acesso a página CEPLAC, houve uma redução de 40.325 acessos ano. Devido a 2014 ter tido menos dias úteis, diminuiu-se os acessos ao webmail (base de e-mails). Houve uma menor quantidade de matérias



postadas. Diminuíram-se os acessos ao fale conosco. Assim como neste ano de 2014 houve quantidade menor de eventos (congressos, seminários, etc.) correlacionado pela pagina web CEPLAC. Em contra partida devido a grande quantidade de informações técnicas/científicas, jornais/revistas, álbum multimídia etc. disponíveis na pagina CEPLAC, apresentou-se ainda acima da média de 40.000 acessos mês.

Tabela comparativa de indicadores em três exercícios

Análise indicadores	2013		2014		2015
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
Computadores Instalados	-	871	-	1.084	1.176
Impressoras / scanners	-	310	-	366	398
Ambiente WEB	-	6	-	10	10
Fora ambiente WEB	-	1	-	3	2
Quantidade atendimento	-	8.630	-	8.014	8.230
Acesso a Página CEPLAC	-	559.184	-	518.859	568.700

D) Conclusão

D1) Avaliação do resultado

As dificuldades estruturais e de definições de atribuições e responsabilidades, as ações foram realizadas de acordo a normalidade.

D2) Ações para melhoria de desempenho

Regularizar do suprimento de energia elétrica; Realizar treinamentos, participação em seminários e congressos de TI para atualização da equipe; Manter a contratação da mão-de-obra dos estagiários; Melhorar as nossas instalações físicas; Criar um comitê gestor de TI para definição e acompanhamento das ações de TI; Rever a definição das atividades, atribuições e responsabilidades de TI no Regimento interno; Liberar recursos para a realização das ações de TI (infraestrutura, desenvolvimento/contratação de softwares, etc.).

3.3- Estágio de implementação do planejamento estratégico

3.3.1- Estágio de desenvolvimento

A gestão da estratégia institucional em curso é um processo de longo prazo que se iniciou no ano de 2013 e registra avanços e entraves diante das dificuldades estruturais enfrentadas pelo órgão. A finalização do Mapa Estratégico e definição dos objetivos estratégicos à luz das metodologias do *Balance Scorecard* - BSC, ainda no plano corporativo, permitiu formular as grandes iniciativas estratégicas – projetos, em número de 28 no plano nacional, correlacionadas aos objetivos definidos. Com participação das unidades descentralizadas em oficinas nacionais e regionais, construíram-se os Planos Diretores das Unidades – PDU onde os painéis de contribuições de cada superintendência são executados por meio dos projetos assumidos em cada estado, em compartilhamento com as iniciativas corporativas. Considerando-se as condições estruturais para tocar o plano de ação constata-se que o esforço de coerência e sustentação das premissas relacionadas à missão, à visão e aos valores apregoados e já afirmados encontrou dificuldades na sua execução, monitoramento e avaliação.



3.3.2- Metodologia de formulação, de avaliação e de revisão dos objetivos estratégicos

A execução das iniciativas estratégicas tanto no plano corporativo como nos PDUs nos estados estão condizentes à metodologia de monitoramento dos painéis no BSC, residindo as dificuldades, na falta de um sistema informatizado para gestão do processo. O esforço de compartilhamento com a AGE/MAPA e MPOG, iniciados em 2014, na perspectiva de utilização de um *Software* público, o GEPLANES, já desenvolvido pelo governo e em uso pela previdência não se consumou. Avaliações por meio de reunião de análise da estratégia – RAE permitiram dois eventos focados nos resultados estratégicos em 2013, com prejuízos de continuidade até 2015 diante das limitações de recursos impostas. A apuração dos indicadores está sendo feita por captação das informações trimestralmente em planilhas adaptadas aos requerimentos do Plano Estratégico e do PPA. A necessidade de avaliação e revisão do plano é premente, diante do estado experimental de sua implantação aliada às mudanças no ambiente de gestão.

3.3.3- Alinhamento ao PPA e à Lei Orçamentária Anual

A estratégia tem alinhamento programático com o PPA, entretanto há incompatibilidade quanto ao financiamento desses objetivos pela LOA. Não há dotação específica para objetivo estratégico e sim para a Ação e POs conforme Programas em que se insere a CEPLAC: Prog. 2042 - (Ação 20ZY - Desenvolvimento das Regiões Produtoras de Cacau: POs 01- Reforma dos Centros de Pesquisas, 02- Difusão de tecnologias, 03 - Gestão e 04 – Geração de tecnologias); Prog. 2028 - (Ação 20ZW – Promoção da defesa agropecuária: PO 03 – Controle da vassoura-de-bruxa) e Programa 2014 - (Ação 20ZS - Desenvolvimento da agroenergia: PO 05 – Potencialidades agroenergéticas).

3.3.4- Indicadores de desempenho relacionados à gestão estratégica

Diante da dificuldade de implementação de um sistema corporativo para o modelo de gestão proposto tornou-se impossível definir indicadores consistentes de desempenho relacionados à gestão e análise da estratégia. Em razão da precariedade na captação das informações, ora em planilhas e relatórios, o status de obtenção dos resultados ainda é merecedor de atenção e ajustes em todas as unidades.

3.3.5- Revisões ocorridas no planejamento estratégico, sua descrição e periodicidade

Até 2015 não houve nenhuma revisão do Plano, apesar das constatações tanto no ambiente interno como externo. Alinhada à recente discussão sobre as cadeias de valor da agropecuária brasileira, patrocinada dentro dos processos de revisão da estratégia do MAPA, assim como nos desafios do PPA 2016/2019, evidenciou-se a premência de atualizações nos macroprocessos internos do órgão, sobretudo na integração ATER e PD&I com foco no desenvolvimento territorial rural sustentável e inclusão social produtiva.

3.3.6- Envolvimento da alta direção (Diretor e Coordenadores Gerais)

Durante o processo de elaboração do plano foi possível um nível razoável de envolvimento da alta direção, coordenações e chefias intermediárias, entretanto na fase de execução e principalmente na fase de monitoramento e avaliação não se verificou o devido envolvimento das coordenações e superintendências na gestão compartilhada do plano, destinando-a apenas à coordenação de gestão estratégica.

3.3.7- Alinhamento das unidades ao planejamento estratégico

Ressalvadas as dificuldades as análises parciais da estratégia foram resultados do esforço



compartilhado de todas as unidades gerenciais por meio de aferição dos painéis de contribuições acompanhados nos estados do AM, BA, ES, MT, PA e RO.

Diretoria	
Diretoria	
Coordenações	
Administração	
Gestão Estratégica	
Técnico Científica	
Superintendências	
Superintendência de Desenvolvimento Regional da Bahia (SUEBA)	
Superintendência de Desenvolvimento Regional do Pará (SUEPA)	
Superintendência de Desenvolvimento Regional de Rondônia (SUERO)	
Gerências	
Gerência de Desenvolvimento Regional do Amazonas (GERAM)	
Gerência de Desenvolvimento Regional do Espírito Santo (GERES)	
Gerência de Desenvolvimento Regional do Mato Grosso (GEREM)	
Legenda	As cores são meramente exemplificativas
■ Conforme planejado	
■ Merece atenção	
■ Desconforme	

3.3.8- Principais dificuldades e mudanças previstas

Os avanços esperados no monitoramento e avaliação esbarram em dificuldades como: internalização do modelo frente a uma cultura linear de gestão, inexistência de um sistema de gerenciamento da estratégia, limitações orçamentárias e financeiras no alinhamento com o PPA e da drástica redução do quadro de pessoal, com 68% em abono de permanência e agravamento nesse último exercício, já que há 29 anos não se realiza concurso público para o órgão.

3.3.9 - Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

Análise Orçamentária Ação/PO	Orçamento Previsto (Loa + Adicionais)		Orçamento Realizado (empenho liquidado)		Físico Previsto		Físico Realizado		Unidade de Medida
	Exercício	RAP	Exercício	RAP	PROG	RP	REAL	RP	
20ZY/PO 001	2.000.000	0	0	0	3	0	0	0	UN
20ZY/PO 002	6.950.843	99.045	2.847.623	88.931	60.000	0	51.719	0	UN
20ZY/PO 003	9.722.390	540.009	7.837.344	538.126	7	0	7	0	UN
20ZY/PO 004	5.831.582	221.628	3.581.806	221.056	100	0	125	0	UN
20ZS/PO 005	770.045	0	93.545	0	13.000	0	4.407	0	ha
20ZW/PO 003	2.383.648	1.957	1.764.951	973	550.000	0	550.000	0	ha

Fonte: CGAF/CGEST/CEPLAC

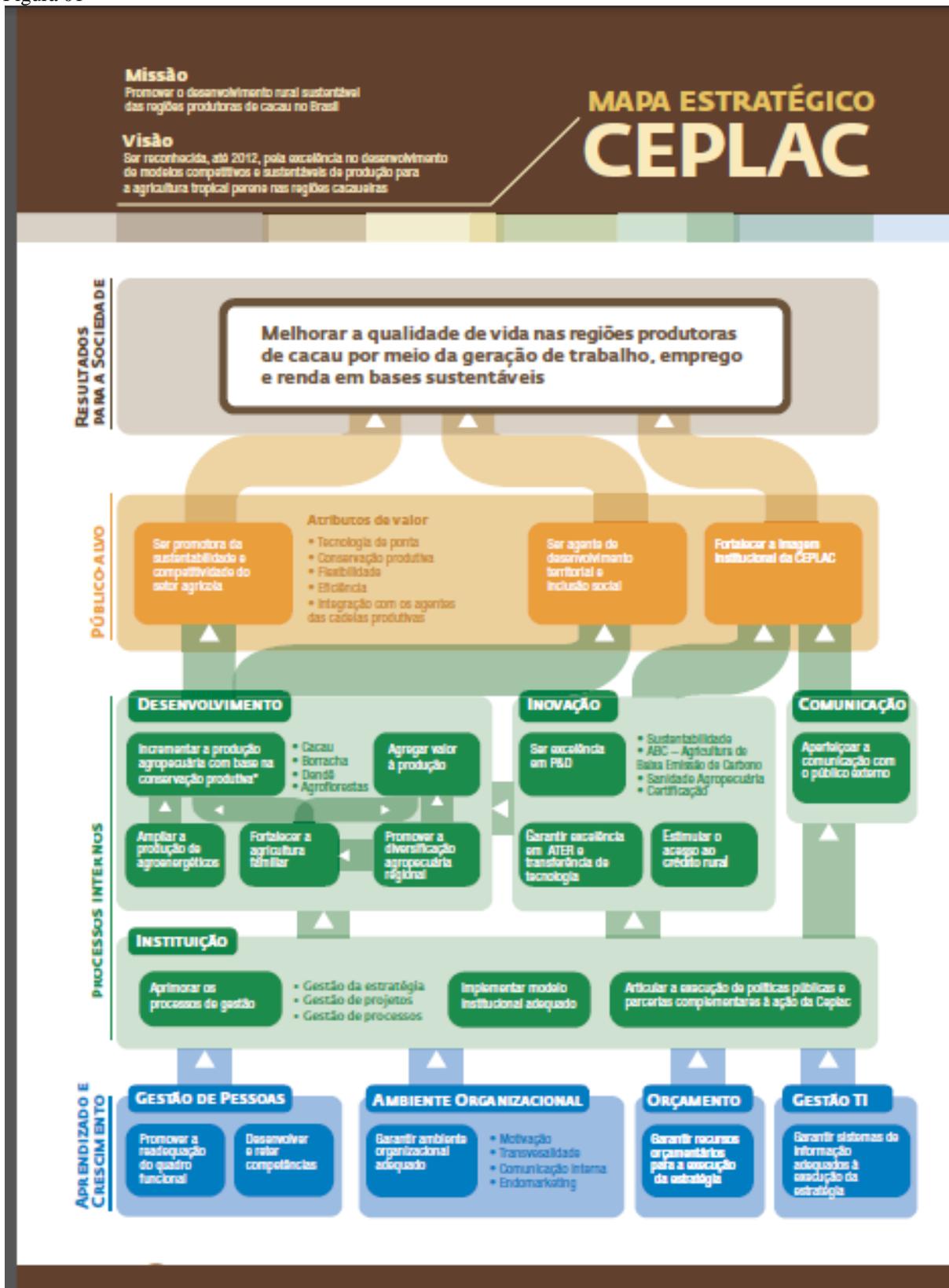
A análise dos resultados físicos e financeiros do exercício, conforme Ações e POs na tabela acima representam os esforços de gestão orçamentária e de compartilhamento na execução do conjunto dos objetivos estratégicos, na medida em que não há dotação orçamentária específica para o Plano de Gestão Estratégica e sim para a estrutura programática do PPA, na LOA. Na



Ação 20ZY – Desenvolvimento das regiões produtoras de cacau, os POs 001, 002 e 004, financiam os macroprocessos finalísticos de PD&I e ATER, contemplando o conjunto de objetivos estratégicos finalísticos situados na perspectiva da sociedade, do público alvo e dos processos internos, em particular nos eixos de desenvolvimento rural e inovações tecnológicas, mapa estratégico, abaixo. O PO 003, da mesma ação é específico para os processos de gestão, financiando de forma compartilhada todos os objetivos voltados para a área meio, especialmente os situados na perspectiva de aprendizado e crescimento, conforme mapa. Na Ação 20ZS – Desenvolvimento da agroenergia, o PO 005 tem uma especificidade para as iniciativas de agroenergia mais compartilha a execução de objetivos focados no fortalecimento da agricultura familiar, agregação de valor e desenvolvimento territorial. O PO 003 da Ação 20ZW – Promoção da defesa agropecuária financia atividades focadas no controle da doença vassoura de bruxa e compartilhamento com os objetivos de Excelência em PD&I e ATER, dentro do eixo de inovações tecnológicas. Na atual estrutura de gestão, não foi possível o financiamento destacado por iniciativa – projeto, dificultando a mensuração de gastos por objetivo estratégico. Os resultados físicos alcançados: 51.719 produtores rurais assistidos; 7 unidades administrativas gerenciadas; 125 pesquisas desenvolvidas; 4.407 hectares de cultivos agroenergéticos e 550 mil hectares de cultivos de cacau monitorados de pragas e doenças representam metas dos Planos Orçamentários alcançadas dentro de cada Ação no PPA.



Figura 01





3.4 – Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

Análise Orçamentária Ação/PO	Orçamento Previsto (Loa + Adicionais)		Orçamento Realizado (empenho liquidado)		Físico Previsto		Físico Realizado		Unidade de Medida
	Exercício	RAP	Exercício	RAP	PROG	RP	REAL	RP	
20ZY/PO 001	2.000.000	0	0	0	3	0	0	0	UN
20ZY/PO 002	6.950.843	99.045	2.847.623	88.931	60.000	0	51.719	0	UN
20ZY/PO 003	9.722.390	540.009	7.837.344	538.126	7	0	7	0	UN
20ZY/PO 004	5.831.582	221.628	3.581.806	221.056	100	0	125	0	UN
20ZS/PO 005	770.045	0	93.545	0	13.000	0	4.407	0	ha
20ZW/PO 003	2.383.648	1.957	1.764.951	973	550.000	0	550.000	0	ha

Fonte: CGAF/CGEST/CEPLAC

3.4.1 – Análise dos POs

A análise dos resultados físicos e financeiros do exercício, conforme Ações e POs na tabela acima representam os esforços de gestão orçamentária e de compartilhamento na execução do conjunto dos objetivos estratégicos, na medida em que não há dotação orçamentária específica para o Plano de Gestão Estratégica e sim para a estrutura programática do PPA, na LOA. Na Ação 20ZY – Desenvolvimento das regiões produtoras de cacau, os POs 001, 002 e 004, financiam os macroprocessos finalísticos de PD&I e ATER, contemplando o conjunto de objetivos estratégicos finalísticos situados na perspectiva da sociedade, do público alvo e dos processos internos, em particular nos eixos de desenvolvimento rural e inovações tecnológicas, mapa estratégico, abaixo. O PO 003, da mesma ação é específico para os processos de gestão, financiando de forma compartilhada todos os objetivos voltados para a área meio, especialmente os situados na perspectiva de aprendizado e crescimento, conforme mapa. Na Ação 20ZS – Desenvolvimento da agroenergia, o PO 005 tem uma especificidade para as iniciativas de agroenergia mais compartilha a execução de objetivos focados no fortalecimento da agricultura familiar, agregação de valor e desenvolvimento territorial. O PO 003 da Ação 20ZW – Promoção da defesa agropecuária financia atividades focadas no controle da doença vassoura de bruxa e compartilhamento com os objetivos de Excelência em PD&I e ATER, dentro do eixo de inovações tecnológicas. Na atual estrutura de gestão, não foi possível o financiamento destacado por iniciativa – projeto, dificultando a mensuração de gastos por objetivo estratégico. Os resultados físicos alcançados: 51.719 produtores rurais assistidos; 7 unidades administrativas gerenciadas; 125 pesquisas desenvolvidas; 4.407 hectares de cultivos agroenergéticos e 550 mil hectares de cultivos de cacau monitorados de pragas e doenças representam metas dos Planos Orçamentários alcançadas dentro de cada Ação no PPA.



RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2015

CEPLAC

COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA

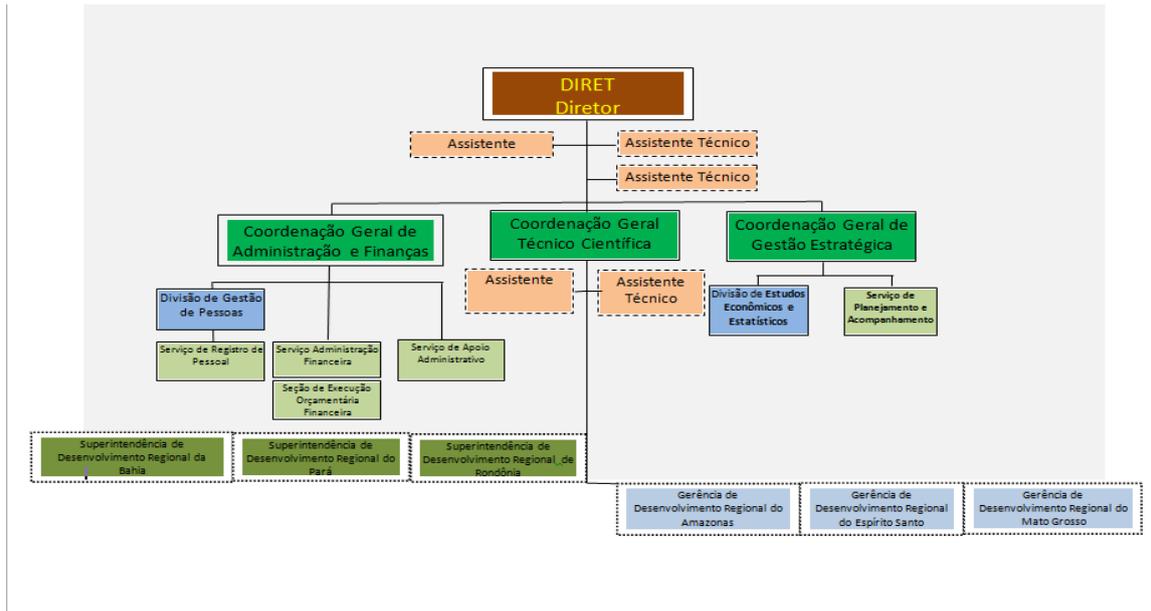
GOVERNANÇA



4- Governança

4.1- Descrição das Estruturas de governança

A CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, é um órgão específico singular, diretamente subordinado ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com estrutura interna aprovada por Portaria Ministerial, com competência e atribuições definidas em Regimento Interno.





4.2- Gestão de riscos e controles internos

4.2.1- Avaliação da qualidade e da suficiência dos controles internos

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	
Ambiente de Controle	
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento. Sim, embora não exista equipe especificamente alocada para o desempenho da atribuição.	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade. Sim, em sua maioria	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente. Adequada mas não eficiente. A área de comunicação deverá desenvolver projeto específico para a melhora da comunicação interna.	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta. Sim, adota-se o código de ética do Servidor Público e as normas internas do MAPA.	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais. São formalizados, embora careçam de padronização.	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta. Não	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades. Sim	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ. Sim, embora não seja possível garanti-la por falta de pessoal capacitado para exercer todas as funções.	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ. Sim	
Avaliação de Risco	
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados. Apenas os das áreas finalísticas, incluindo aí a sua gestão. As atividades de suporte - RH, TI, Administrativa e Financeira - dispõe de metas globais, sem indicadores de gestão.	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade. Os processos finalísticos são claramente identificados e monitorados.	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los. Não.	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão. Não	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo. As vezes	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão. Eventualmente	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade. Não. Alguns casos foram detectados e estão sendo tratados.	



ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS
Ambiente de Controle
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos. Sim
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade. Sim
Procedimentos de Controle
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas. Sim
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo. Em parte.
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação. Em desenvolvimento
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle. Em parte
Informação e Comunicação
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas. Sim, na maioria.
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas. Nem sempre
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível. Não
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz. Não
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura. Não
Monitoramento
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo. Não
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas. Não
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho. Eventualmente.

4.2.2- Avaliação dos controles internos pelo chefe da Auditoria Interna

A auditoria é praticada pela CGU – Controladoria Geral da União, a quem cabe a avaliação.



RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2015

CEPLAC

COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA

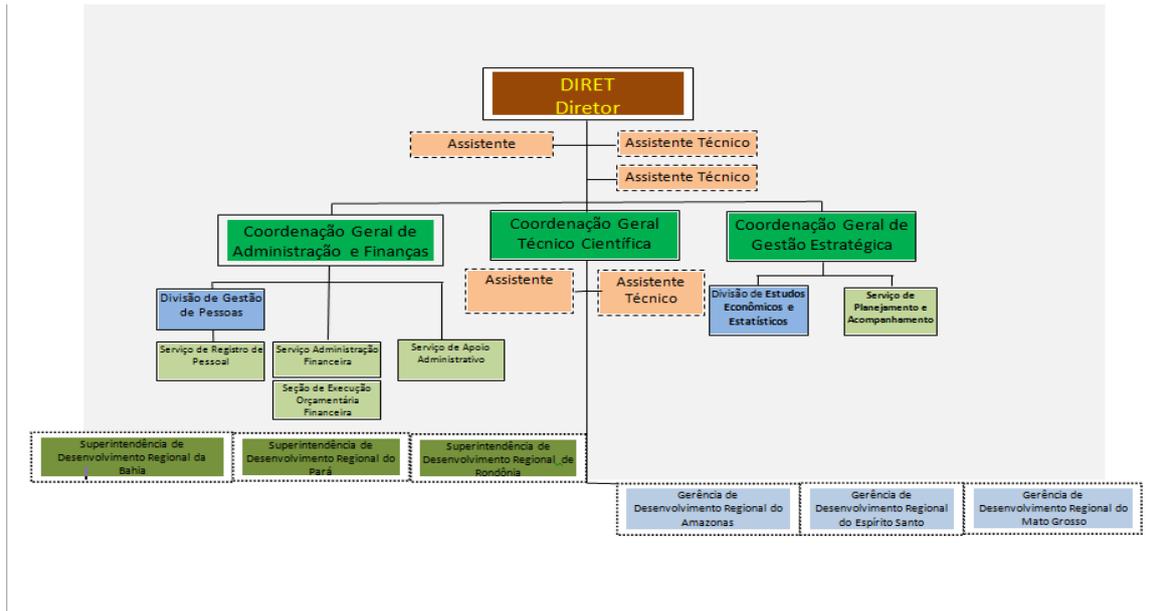
GOVERNANÇA



4- Governança

4.1- Descrição das Estruturas de governança

A CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, é um órgão específico singular, diretamente subordinado ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com estrutura interna aprovada por Portaria Ministerial, com competência e atribuições definidas em Regimento Interno.





4.2- Gestão de riscos e controles internos

4.2.1- Avaliação da qualidade e da suficiência dos controles internos

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	
Ambiente de Controle	
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento. Sim, embora não exista equipe especificamente alocada para o desempenho da atribuição.	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade. Sim, em sua maioria	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente. Adequada mas não eficiente. A área de comunicação deverá desenvolver projeto específico para a melhora da comunicação interna.	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta. Sim, adota-se o código de ética do Servidor Público e as normas internas do MAPA.	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais. São formalizados, embora careçam de padronização.	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta. Não	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades. Sim	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ. Sim, embora não seja possível garanti-la por falta de pessoal capacitado para exercer todas as funções.	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ. Sim	
Avaliação de Risco	
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados. Apenas os das áreas finalísticas, incluindo aí a sua gestão. As atividades de suporte - RH, TI, Administrativa e Financeira - dispõe de metas globais, sem indicadores de gestão.	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade. Os processos finalísticos são claramente identificados e monitorados.	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los. Não.	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão. Não	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo. As vezes	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão. Eventualmente	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade. Não. Alguns casos foram detectados e estão sendo tratados.	



ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS
Ambiente de Controle
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos. Sim
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade. Sim
Procedimentos de Controle
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas. Sim
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo. Em parte.
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação. Em desenvolvimento
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle. Em parte
Informação e Comunicação
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas. Sim, na maioria.
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas. Nem sempre
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível. Não
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz. Não
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura. Não
Monitoramento
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo. Não
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas. Não
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho. Eventualmente.

4.2.2- Avaliação dos controles internos pelo chefe da Auditoria Interna

A auditoria é praticada pela CGU – Controladoria Geral da União, a quem cabe a avaliação.



RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2015

CEPLAC

COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA

DESEMPENHO FINANCEIRO E CONTÁBIL



6- Desempenho financeiro e informações contábeis

6.1- Desempenho financeiro do exercício

6.1.1 - Demonstração das receitas

Arrecadação da CEPLAC em 2015

Fontes de Recursos e Receitas	
Fonte 0150.013.060 - Rendas da CEPLAC	
Taxa de Ocupação de Terrenos	21.882,44
Taxa de Ocupação de Outros Imóveis	61.952,60
Produção Vegetal	421.091,00
Produção Animal e Derivados	104.900,73
Serviços Administrativos	8.503,15
Serv. Consult., Assist. Téc. e Anál. Proj.	9.097,90
Alienação de Animais Reprod. e Matrizes	70.820,00
Serviços de Estudos e Pesquisas	70.283,00
Total Fonte 150	768.530,82

Receita de Convênios	
Total Fonte 0181.221.010	759.863,00

TOTAL DE ARRECADAÇÃO	1.528.393,82
-----------------------------	---------------------

Fonte: MAPA - Valores em Real

Receitas	2014	2015	2016
	LOA	LOA	PLOA
FORNTE 105 (Tesouro)	21.752.545,00	24.407.249,00	18.216.329,00
FORNTE 150 (Arrecadação Própria)	1.019.930,00	830.184,00	883.671,00
FORNTE 181 (Convênios)	2.464.959,00	2.421.075,00	700.000,00
Total	25.237.434,00	27.658.508,00	19.800.000,00

Principais Receitas - LOA 2015

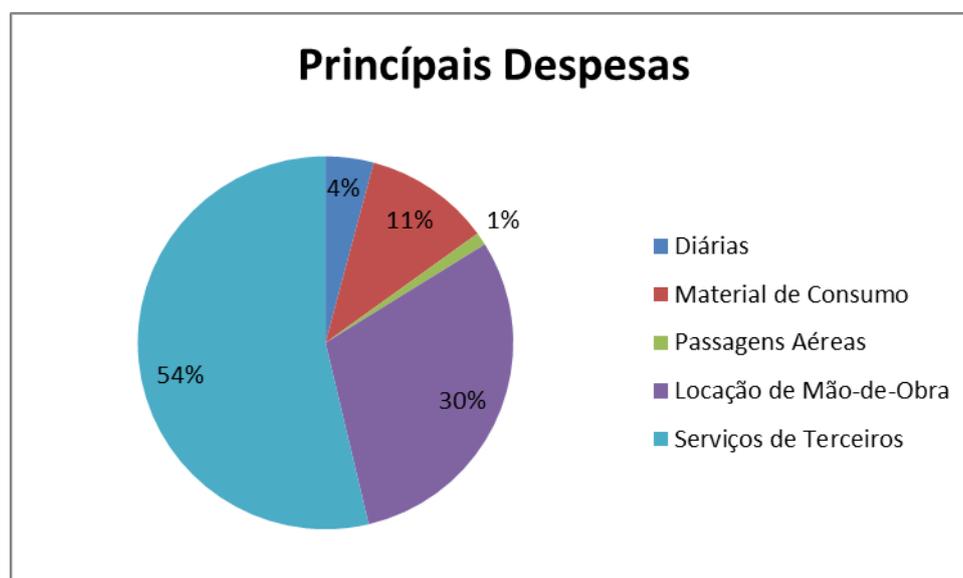




6.1.2 - Demonstração da execução das despesas

Receitas	2014	2015
	EXECUTADO	EXECUTADO
FONTE 105 (Tesouro)	19.436.699,15	18.023.626,51
FONTE 150 (Arrecadação Própria)	859.363,22	11.467,03
FONTE 181 (Convênios)	104.142,41	805.227,73
Total	20.400.204,78	18.840.321,27

Despesas	2014	2015	2016
Diárias	989.429	641.581	1.000.000
Material de Consumo	1.895.231	1.688.554	2.500.000
Passagens Aéreas	319.040	171.368	400.000
Locação de Mão-de-Obra	4.786.032	4.673.393	6.000.000
Serviços de Terceiros	7.871.434	8.322.958	10.000.000
Total	15.861.166,30	15.497.854,10	19.900.000,00





AVALIAÇÃO

Foram executados em 2014 cerca de 80% da LOA. Em 2015 esta relação cai para 68%. Este indicador revela o impacto da política de imposição de limites de movimentação e empenho sobre a capacidade do órgão de realizar as metas pretendidas pelo planejamento estratégico. Considerando que a LOA de 2015 cresceu cerca de 9,5% em relação a de 2014 e que em 2016 a PLOA prevê uma redução para 71% dos recursos da LOA de 2015, estima-se que não deverá ocorrer nenhuma limitação para a execução em 2016, sob pena de se atingir uma situação de completa inviabilidade administrativa, considerando que já existe uma redução real de mais de 22% no custeio em relação a 2014.

Em que pese a limitação orçamentária e financeira, a CEPLAC conseguiu manter-se em funcionamento durante o exercício de 2015, mesmo considerando não ter repostos equipamentos e veículos, recuperado instalações e nem ter podido desenvolver e implantar um Plano Diretor de Tecnologia da Informação.

6.2- Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

Em 2015 foi realizado um esforço no sentido de se atualizar e uniformizar os dados Patrimoniais, com a adoção do SISPATRI (sistema próprio da CEPLAC) em todas as unidades e sua equalização com o SIAFI. Foi incluído no sistema o ferramental de depreciação visando atender exigências legais e de controle. O sistema é limitado e deve ser substituído por outro mais moderno e adequado as atuais exigências de gestão dentro de um Plano Diretor de Tecnologia da Informação.

6.3- Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

- i. Identificação da estrutura orgânica da unidade jurisdicionada responsável pelo gerenciamento de custos (subunidade, setor etc.), bem como da setorial de custos a que se vincula, se for o caso.

Atribuição é de responsabilidade da CGAF – Coordenação Geral de Administração e Finanças/DIRET - Diretoria Geral da CEPLAC.

- ii. Identificação das subunidades administrativas da unidade jurisdicionada das quais os custos são apurados

As ações são desenvolvidas nas unidades descentralizadas, em nível de Superintendência e Gerência, por meio das UG – Unidades Gestoras.

- iii. Descrição sucinta do sistema informatizado de apuração dos custos

Existe um sistema informatizado de apuração de custos que está em fase de implantação pelo MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que será incorporado pela CEPLAC.

- iv. Práticas de tratamento e alocação utilizadas no âmbito das subunidades ou unidades administrativas para geração de informações de custos

A ser iniciada após implantação do sistema acima descrito.

- v. Impactos observados na atuação da unidade jurisdicionada, bem como no processo de tomada de decisões, que podem ser atribuídos à instituição do gerenciamento de custos;

Não se aplica em função dos itens iii e iv.

- vi. Relatórios utilizados pela unidade jurisdicionada para análise de custos e tomada de decisão.

Em novembro de 2014, a CEPLAC foi incluída no programa de CENTRO DE CUSTOS DO GOVERNO FEDERAL, em implantação no Ministério da Agricultura, coordenado pelo GRUPO EXECUTIVO DE CUSTOS DO MAPA, no entanto, servidores ainda não foram



contemplados com treinamento necessário, embora tenha sido informados que as UG's da CEPLAC já constam no rol de unidades acompanhadas pelo MAPA.

6.4- Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

As demonstrações estão inseridas de forma global no Relatório de Gestão do MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Os quadros a seguir demonstram a situação contábil em que se encontram as contas da instituição (por UG – Unidade Gestora), frente à legislação específica.

As não conformidades apresentadas nas declarações das UGs 130.129 e 130.133 são decorrentes da implantação do SISPATRI, com as devidas atualizações contábeis legais, que serão solucionadas no decorrer do exercício.

A não conformidade apresentada na declaração da UG 130.010 é decorrente de repasse feito pela instituição à Fundação Pau Brasil para aquisição de equipamentos, por conta do Projeto Rede de Cacau do Renorbio – Vassoura de Bruxa, no convênio FINEP/FUNPAB/CEPLAC/UESC, dentro do convênio nº 01.10.0736-1, ainda em execução.

DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
COMISSAO EXECUTIVA DO PLANO DA LAV CACAUEIRA – CEPLAC/DF			130010
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2015, refletem adequadamente a situação orçamentaria, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a: a) – Saldo Contábil bens moveis não confere com RMB. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília	Data	31/12/2015
Contador Responsável	ALBERTO JERONIMO PEREIRA	CRC nº	006624/T-8



DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
COMISSÃO EXEC DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA/PA			130031
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2015, refletem adequada e integralmente a situação orçamentaria, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	BRASILIA	Data	31/12/2015
Contador Responsável	ALBERTO JERONIMO PEREIRA	CRC nº	006624/T-8

DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
COMISSÃO EXEC DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA/BA			130122
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2015, refletem adequada e integralmente a situação orçamentaria, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	BRASILIA	Data	31/12/2015
Contador Responsável	ALBERTO JERONIMO PEREIRA	CRC nº	006624/T-8



DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
COMISSÃO EXEC DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA/ES			130125
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2015, refletem adequada e integralmente a situação orçamentaria, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	BRASILIA	Data	31/12/2015
Contador Responsável	ALBERTO JERONIMO PEREIRA	CRC nº	006624/T-8

DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
COMISSÃO EXEC DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA/PA			130126
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2015, refletem adequada e integralmente a situação orçamentaria, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	BRASILIA	Data	31/12/2015
Contador Responsável	ALBERTO JERONIMO PEREIRA	CRC nº	006624/T-8

DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
COMISSÃO EXEC DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA/AM			130127
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2015, refletem adequada e integralmente a situação orçamentaria, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	BRASILIA	Data	31/12/2015
Contador Responsável	ALBERTO JERONIMO PEREIRA	CRC nº	006624/T-8



DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
COMISSÃO EXEC DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA/RO			130128
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2015, refletem adequada e integralmente a situação orçamentaria, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	BRASILIA	Data	31/12/2015
Contador Responsável	ALBERTO JERONIMO PEREIRA	CRC nº	006624/T-8

DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
COMISSAO EXEC. DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA – CEPLAC/MT			130129
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2015, refletem adequadamente a situação orçamentaria, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a: a) - Falta/Evolução Incompatível Dep. At. Imobilizado. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília	Data	31/12/2015
Contador Responsável	ALBERTO JERONIMO PEREIRA	CRC nº	006624/T-8



DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
COMISSÃO EXEC DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA/BA			130132
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2015, refletem adequada e integralmente a situação orçamentaria, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	BRASILIA	Data	31/12/2015
Contador Responsável	ALBERTO JERONIMO PEREIRA	CRC nº	006624/T-8

DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
COMISSAO EXEC. DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA – CEPLAC/BA			130133
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2015, refletem adequadamente a situação orçamentaria, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a: a) - Falta/Evolução Incompatível Dep. At. Imobilizado. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Brasília	Data	31/12/2015
Contador Responsável	ALBERTO JERONIMO PEREIRA	CRC nº	006624/T-8



DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
COMISSÃO EXEC DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA/PA			130134
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2015, refletem adequada e integralmente a situação orçamentaria, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	BRASILIA	Data	31/12/2015
Contador Responsável	ALBERTO JERONIMO PEREIRA	CRC nº	006624/T-8

DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
COMISSÃO EXEC DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA/PA			130135
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2015, refletem adequada e integralmente a situação orçamentaria, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	BRASILIA	Data	31/12/2015
Contador Responsável	ALBERTO JERONIMO PEREIRA	CRC nº	006624/T-8

DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
COMISSÃO EXEC DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA/PA			130135
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2015, refletem adequada e integralmente a situação orçamentaria, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	BRASILIA	Data	31/12/2015
Contador Responsável	ALBERTO JERONIMO PEREIRA	CRC nº	006624/T-8



DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
COMISSÃO EXEC DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA/PA			130136
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2015, refletem adequada e integralmente a situação orçamentaria, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	BRASILIA	Data	31/12/2015
Contador Responsável	ALBERTO JERONIMO PEREIRA	CRC nº	006624/T-8

DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
FUNDO GERAL DO CACAU – FUNGECAU/DF			137003
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2015, refletem adequada e integralmente a situação orçamentaria, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	BRASILIA	Data	31/12/2015
Contador Responsável	ALBERTO JERONIMO PEREIRA	CRC nº	006624/T-8

DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
COMISSÃO EXEC DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA/PA			137043
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei nº 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2015, refletem adequada e integralmente a situação orçamentaria, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de Gestão. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	BRASILIA	Data	31/12/2015
Contador Responsável	ALBERTO JERONIMO PEREIRA	CRC nº	006624/T-8



6.5 - Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/1976 e notas explicativas

- ✓ A demonstração requerida acima trata de Sociedades Anônimas, portanto não se aplica à CEPLAC.

6.6 - Demonstrações contábeis e notas explicativas elaboradas de acordo com legislação específica

- ✓ Requisito de responsabilidade da setorial contábil que fica localizada no MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.



RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2015

CEPLAC

COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA

ÁREAS ESPECIAIS DE GESTÃO



7 - Áreas especiais da gestão

7.1- Gestão ambiental e sustentabilidade

O Quadro a seguir está organizado de forma a se obter um panorama geral sobre a adesão da unidade a práticas que convergem para a sustentabilidade ambiental, principalmente no que diz respeito a licitações sustentáveis. Este questionário deverá ser preenchido por unidades integrantes da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional e empresas estatais dependentes.

	Aspectos sobre a gestão ambiental e licitações sustentáveis	Avaliação	
		SIM	NÃO
1	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		X
2	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?		X
3	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
4	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.		X
5	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?		X
6	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		X
7	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)? <i>Caso positivo, indicar o endereço: www.endereço</i>		X
8	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)? <i>Caso positivo, indicar o endereço: www.endereço</i>		X

Considerações gerais

Dentro do Projeto Esplanada Sustentável – PES foram desenvolvidas ações para racionalizar custos com serviços, em especial o controle no uso de água, energia elétrica, telefonia fixa, móvel e contratos de prestação de serviços. Neste caso houve redução significativa em contratos de apoio técnico operacional.

Foi dada continuidade no projeto de substituição de lâmpadas incandescentes por eletrônicas ou de led, equipamentos elétricos por outros, com certificação de baixo consumo e instalação de paredes de vidro, fez com que o gasto com energia apresentasse menor consumo no período.

A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental nas licitações, a exemplo das embalagens biodegradáveis adquiridas para o fungicida microbiológico a base de *Trichoderma stromaticum*, assim como procura adquirir inseticidas e fungicidas de menor impacto ambiental, quando há registros destes para o cacau e disponibilidade no mercado.

Na análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são de menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável. Isso é sempre feito quando há disponibilidade de oferta no mercado.



A aquisição de produtos pela unidade é feita dando preferência a fabricados por fonte não poluidora e de menor consumo de energia, a exemplo de aparelhos de condicionador de ar, geladeiras, veículos e embalagens para biofungicidas.

Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos. Isso especificamente na aquisição de equipamentos de laboratórios, onde a durabilidade e qualidade são fundamentais para a obtenção de resultados precisos e confiáveis.



RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2015

CEPLAC

COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA

CONFORMIDADE DA GESTÃO



8 - Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle

8.1- Tratamento de deliberações do TCU

Assuntos que envolvem Acórdãos do TCU têm sido encaminhados para a Divisão de Gestão de Pessoas, acerca da análise dos Processos de Aposentadorias que julgados legais ou não.

Quando legal o processo é anexado ao dossiê do servidor e arquivado.

Quando o processo é ilegal a diligência é atendida com resposta direta ao TCU.

Conforme previsto nos artigos 19 e 20 da Lei nº 10.180/2001 e na Instrução Normativa TCU nº 055/2007, a Controladoria-Geral da União realizou, no período de 06 a 31/07/2015, auditoria nos atos de pessoal – admissões e concessões.

Foram examinados 334 (trezentos e trinta e quatro) atos de aposentadoria, cujo resultado está demonstrado a seguir:

SITUAÇÃO APÓS ANÁLISE DOS PROCESSOS DE APOSENTADORIA PERÍODO DE 06 A 31/07/2015					
Legal	Legal com Ressalva	Diligência	Ilegal	Total	A+B/E (%)
(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	A+B/E (%)
317	09	07	01	334	97,60

Foram examinados também 130 (cento e trinta) atos de concessão de pensão, cujo resultado está demonstrado a seguir:

SITUAÇÃO APÓS ANÁLISE DOS PROCESSOS DE PENSÃO PERÍODO DE 06 A 31/07/2015				
Legal	Ilegal	Diligência	Total	A/D (%)
(A)	(B)	(C)	(F)	
127	-	03	130	97,69

8.2 - Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Esse item deve conter a descrição sucinta das deliberações do órgão de controle interno (CGU), bem como as providências adotadas / ações implementadas pelo gestor para o do atendimento dessas deliberações.

Abaixo, encontram-se as principais razões que motivaram a emissão de Diligências e Ilegalidade nos processos analisados, bem como a quantidade de atos cujas diligências foram atendidas pela CEPLAC no corrente ano:

ATOS DILIGENCIADOS		
Situação constatada	Quantidade de atos	Quantidade de atos atendidos pela CEPLAC em 2015
Ausência de documento necessário à concessão	06	02
Preenchimento incorreto da ficha Sisac	-	
Utilização incorreta de fundamentação legal	-	
Não preenchimento de requisito legal	-	
Não cadastramento do ato no Sisac	-	
Pagamento incorreto de vantagens	01	01
TOTAL TOTAL	07	03



ATOS COM PARECER PELA ILEGALIDADE	
Situação constatada	Quantidade de atos
Ausência de documento necessário à concessão	-
Preenchimento incorreto da ficha Sisac	-
Utilização incorreta de fundamentação legal	-
Não preenchimento de requisito legal	01
Não cadastramento do ato no Sisac	-
Pagamento incorreto de vantagens	-
TOTAL	01

Principais razões que motivaram a emissão de Diligências nos processos analisados, bem como a quantidade de atos cujas diligências foram atendidas pela CEPLAC no corrente ano.

ATOS DILIGENCIADOS		
Situação constatada	Quantidade de atos	Quantidade de atos atendidos pela CEPLAC em 2015
Ausência de documento necessário à concessão	01	
Preenchimento incorreto da ficha Sisac	-	
Utilização incorreta de fundamentação legal	-	
Não preenchimento de requisito legal	-	
Não cadastramento do ato no Sisac	-	
Pagamento incorreto de benefícios	02	01
TOTAL	03	01

Utilizando o Sistema de Trilhas de Auditoria de Pessoal, em ambiente Web, o Gestor/Servidor operacional registra inconsistência porventura existentes em folhas de pagamento da CEPLAC, para que os auditores da CGU tomem conhecimento e emitam Análises sobre as informações.

8.3- Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

Atividade de responsabilidade e execução de MAPA.